



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Vitória de França Fernandes

**TRANSIÇÃO, REGRESSÃO E AUTOCRATIZAÇÃO NO EGITO:
CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E ESTRATÉGIAS DE AUTORITARISMO**

Rio de Janeiro

2026

Vitória de França Fernandes

**TRANSIÇÃO, REGRESSÃO E AUTOCRATIZAÇÃO NO EGITO:
CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E ESTRATÉGIAS DE AUTORITARISMO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. **Guilherme Simões Reis**

Rio de Janeiro

2026

F363 Fernandes, Vitória França
 TRANSIÇÃO, REGRESSÃO E AUTOCRATIZAÇÃO NO EGITO:
CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E ESTRATÉGIAS DE AUTORITARISMO
/ Vitória França Fernandes. -- Rio de Janeiro : UNIRIO,
2026.
206

 Orientador: Guilherme Simões Reis.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, 2026.

 1. Autocratização. 2. Neoliberalismo. 3. Transição
Política. I. Reis, Guilherme Simões, orient. II.
Título.

Vitória de França Fernandes

**TRANSIÇÃO, REGRESSÃO E AUTOCRATIZAÇÃO NO EGITO:
CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E ESTRATÉGIAS DE AUTORITARISMO**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 30 de março de 2026,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. **Guilherme Simões Reis**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestra em Ciência Política

Rio de Janeiro

2026

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Evanisa França pelo apoio e investimento em todo o processo de construção da minha vida acadêmica e, em especial, de realização da Pós-graduação, sem dúvidas um privilégio histórico para minha família. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, pelo investimento essencial na minha pesquisa e no meu desenvolvimento como pesquisadora científica ao longo dos últimos dois anos. Reitero um agradecimento especial ao meu orientador, Guilherme Simões, que tomou para si o desafio de orientar uma pesquisa diferente do seu escopo e que de forma excepcional atuou ao meu lado. Agradeço à minha banca de defesa – prof. Dr. Fabrício Pereira, por me inspirar a seguir com o estudo do Sul Global e, ao Prof. Dr. Murilo Meihy, por se colocar como expoente do estudo árabe, e me inspirar tanto. Agradeço, também, àqueles que, de alguma forma, fizeram parte da minha trajetória ao longo desses dois anos: a Caio Lemos, que não me deixou desistir ao longo desses dois anos e à toda Família Lemos, sempre acolhedora e grande incentivadora deste projeto; às moradoras do apartamento 301, em especial Júlia Sevenini, por vivenciar e compartilhar os momentos mais desafiadores, sempre deixando tudo mais leve e engraçado; às amigas que fiz no PPGCP-UNIRIO – Giovana Caputo, Gabriela Moraes, Nattalia Rodrigues e Carolina Santiago – pelo companheirismo e trocas constantes; e, por fim, aos demais amigos de vida – Alana Romanelli, Guilherme Carneiro, Luísa Barbosa e Emanuel Diniz – que estiveram presentes de diferentes maneiras. Não menos importante, à memória de Luís Carlos de Carvalho, que sem dúvidas, sempre vibrou pelas minhas conquistas como se fossem dele. Este trabalho é, em grande medida, resultado do apoio, da confiança e da generosidade de todos vocês, aos quais serei sempre profundamente grata.

O mundo menos desenvolvido não se tornará desenvolvido através da boa vontade ou generosidade das potências desenvolvidas. Só se pode desenvolver através de uma luta contra as forças externas que têm interesse investido em conservá-lo subdesenvolvido.

Kwame Nkrumah, 1967

RESUMO

Esta pesquisa analisa o processo de reconfiguração autoritária na República Árabe do Egito após a Primavera Árabe (2011), com foco nos fatores estruturais e conjunturais que permitiram a consolidação do regime de Abdel Fattah al-Sisi. O objetivo principal é compreender como as estruturas de poder herdadas do período pré-2011 condicionaram as transições políticas e contribuíram para o fechamento democrático, a partir de uma análise crítica que aborda neoliberalismo, autoritarismo e identidades políticas no mundo árabe. O estudo demonstra que a Primavera Árabe não resultou em democratização, mas sim na adaptação das elites tradicionais, que combinaram repressão, reformas superficiais e alianças externas para restabelecer um regime ainda mais autocrático. Apoiando-se em intervenções militares e em discursos securitários, o regime de Abdel Fattah al-Sisi conseguiu neutralizar a oposição e aprofundar políticas neoliberais, sob o argumento de garantir estabilidade. Conclui-se que o caso egípcio ilustra um fenômeno de modernização sem modernidade, em que a manutenção do poder autoritário se apoia na continuidade de estruturas estatais profundas e no apoio internacional, evidenciando a resiliência do autoritarismo diante de movimentos contestatórios.

Palavras-chave: Autocratização; Neoliberalismo; Transição Política; Egito.

ABSTRACT

This research analyzes the process of authoritarian reconfiguration in the Arab Republic of Egypt after the Arab Spring (2011), focusing on the structural and conjunctural factors that allowed the consolidation of Abdel Fattah al-Sisi's regime. The main objective is to understand how the power structures inherited from the pre-2011 period conditioned the political transitions and developed towards democratic closure, based on a critical analysis that addresses neoliberalism, authoritarianism, and political identities in the Arab world. The study demonstrates that the Arab Spring did not result in democratization, but rather in the adaptation of traditional elites, who combined repression, superficial reforms, and external alliances to re-establish an even more autocratic regime. Relying on military interventions and security-focused discourses, Abdel Fattah al-Sisi's regime managed to neutralize the opposition and deepen neoliberal policies, under the argument of guaranteeing stability. It can be concluded that the Egyptian case illustrates a particular form of modernization without modernity, in which the maintenance of authoritarian power relies on the continuity of deep state structures and international support, highlighting the resilience of authoritarianism in the face of protest movements.

Keywords: Autocratization; Neoliberalism; Political Transition; Egypt.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCR	Conselho do Comando Revolucionário
CSFA	Conselho Supremo das Forças Armadas
EGDI	Direção Geral Egípcia de Inteligência
EUA	Estados Unidos da América
FAE	Forças Armadas Egípcias
FMI	Fundo Monetário Internacional
IFI's	Instituições Financeiras Internacionais
ISI	Industrialização por Substituição de Importação
MENA	Middle East and North Africa
ONG's	Organizações Não Governamentais
PIB	Produto Interno Bruto
PLJ	Partido de Liberdade e Justiça
PND	Partido Nacional Democrático
PSDE	Partido Social-Democrata Egípcio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	APRESENTAÇÃO	13
1.1.1	O Egito	18
1.2	QUESTÕES ABORDADAS PELA PESQUISA	21
1.3	ABORDAGEM TEÓRICA	22
1.3.1	Construindo as bases analíticas	24
1.4	ABORDAGEM METODOLÓGICA	34
1.5	ARQUITETURA DOS CAPÍTULOS	35
2	CONSTRUINDO BASES DA PRIMAVERA ÁRABE: A TRANSFORMAÇÃO NEOLIBERAL DO EGITO	36
2.1	GAMAL ABDEL NASSER: O ARQUITETO DA REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO	38
2.1.1	Movimento dos Oficiais Livres: a construção da república egípcia e a institucionalização do poder militar	39
2.1.2	Construção nasserista de Estado: política, soberania e identidade nacional	43
2.2	A PRESIDÊNCIA DE ANWAR SADAT E A ABERTURA ECONÔMICA	47
2.2.1	A abertura	49
2.2.	Crise Política Interna	51
2.3	A CONSOLIDAÇÃO AUTORITÁRIA DE HOSNI MUBARAK	53
2.3.1	O papel das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)	58
2.3.2	A aliança com os Estados Unidos	62
2.3.3	A política mubarakista e as Forças Armadas	65
2.4	A IRMANDADE MUÇULMANA: PEÇA-CHAVE NO XADREZ POLÍTICO EGIPCIO	67
2.4.1	Hassan al-Banna: o início de uma fraternidade islâmica	68
2.4.2	Sayyid Qutb: uma ideologia revolucionária	71
2.4.3	As idas e vindas da Irmandade Muçulmana	73
3	PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO: TAHRIR ENTRE ESPERANÇA DEMOCRÁTICA E A CRISE DE TRANSIÇÃO	80
3.1	O ESGOTAMENTO DE TRÊS DÉCADAS DE REGIME	81
3.1.1	O despertar de 2011: entre o social e o político	86

3.2	CONSTITUIÇÃO SOB DISPUTA: ENTENDENDO AS CARTAS DE 2011, 2012 E 2014	91
3.2.1	A Declaração Constitucional de 2011: a transição sob tutela militar	93
3.2.2	A Constituição de 2012: o projeto da Irmandade Muçulmana	94
3.2.3	A Constituição de 2014: a restauração autoritária	97
3.3	FORÇAS ARMADAS: A BASE TRANSITÓRIA DO EGITO	99
3.3.1	Entusiasmo político: a formação de novos partidos	105
3.3.2	As primeiras eleições pós-Mubarak e a disputa pela transição	107
3.3.3	A consolidação da Irmandade Muçulmana como principal força partidária	110
3.3.4	As eleições presidenciais	113
3.4	MOHAMED MORSI E O FRACASSO DO EXPERIMENTO ISLAMISTA	115
3.5	DA REVOLTA À RESTAURAÇÃO	121
3.6	INTERFERÊNCIA EXTERNA: O INTERESSE ESTADUNIDENSE ALÉM DO DISCURSO DEMOCRÁTICO	125
4	VELHAS ESTRUTURAS, NOVOS CONTEXTOS: O APROFUNDAMENTO DO AUTORITARISMO NO EGITO	131
4.1	(RE)ORDENANDO O BLOCO DE PODER	133
4.1.1	Da derrubada da Irmandade Muçulmana à consolidação do golpe	133
4.1.2	A nova Constituição e as eleições de 2014	138
4.1.3	Emergência de Abdel Fattah al-Sisi	142
4.2	A BASE DO REGIME: MILITARIZAÇÃO, REPRESSÃO E INSTITUIÇÕES ELEITORAIS	143
4.2.1	A centralidade das Forças Armadas na arquitetura do poder	144
4.2.1.1	<i>O Núcleo do Regime</i>	147
4.2.2	A institucionalização de um autoritarismo eleitoral	149
4.2.3	A repressão como pilar estrutural	152
4.2.4	A dominação do discurso político e ideológico	155
4.3	NEOLIBERALISMO E AUTORITARISMO: A ECONOMIA POLÍTICA DO REGIME AL-SISI	157
4.3.1	Neoliberalismo sob o arranjo militar	158
4.3.2	Ajuste fiscal, FMI e governança da austeridade	161
4.3.3	O novo contrato social	165
4.3.4	Megaprojetos e legitimação econômica	167
4.4	LEGITIMAÇÃO EXTERNA E O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS	169

4.5	10 ANOS DE GOLPE: O NEOFARAONISMO E AS ELEIÇÕES DE 2023	174
4.5.1	Constituição 2019 e a consolidação da repressão	174
4.5.2	A política “neofaraonista” de Abdel Fattah al-Sisi	177
4.5.3	As eleições de 2023 e a consolidação do regime	180
5	CONCLUSÃO	183
	REFERÊNCIAS	190

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A compreensão dos processos de democratização e autocratização ocupa posição central nos estudos políticos contemporâneos, sobretudo diante de um cenário internacional marcado por retrocessos democráticos, ascensão de regimes autoritários e fragilidade institucional em diversas regiões do mundo. De forma ideal, o desenvolvimento da democracia é visto como um modelo que requer a expressão de diferenças e o confronto político para seu desenvolvimento contínuo (Dahl, 1997).

Em uma contramão teórica, o mundo árabe tem sido governado por estruturas políticas centralizadas desde a assinatura do acordo Sykes-Picot¹ entre Reino Unido e França durante a Primeira Guerra Mundial (Saidin & Storm, 2024). Nesse cenário, a realidade política existente na região do Magreb costumeiramente levanta questionamentos face à ausência ou rara presença de modelos de governos baseados na democracia liberal ocidental². No contexto regional, o caso da República Árabe do Egito desponta como exemplo emblemático de como momentos de abertura política podem ser rapidamente revertidos, revelando a persistência de estruturas autoritárias profundamente enraizadas.

O surgimento de discussões a respeito da “necessidade” de democratizar o mundo árabe advém do século passado. Com o fim da Guerra Fria (1945-1991) e o desenvolvimento de ondas de democratização em todo mundo (Huntington, 1991), houve a expectativa de que os regimes autoritários (pós-coloniais) de muitos países em desenvolvimento sofressem processos de transformação, em direção a um modelo político democrático ocidentalmente esperado. Entretanto, o que se viu, empiricamente, foi o “êxito” dos regimes autoritários árabes em se manter no poder, frente a um cenário internacional totalmente adverso (Albrecht & Schumberger, 2004).

De maneira geral, a região é caracterizada por sua riqueza cultural histórica, pela diversidade de sistemas políticos e estruturas sociais, além de ser conhecida como berço das principais religiões monoteístas (Cristianismo, Judaísmo e Islamismo). Nesta direção, a atual configuração econômica e política da região não pode ser compreendida sem referência às práticas colonialistas e neocoloniais que, desde o século XIX, moldaram fronteiras, instituições e hierarquias de poder. De um lado, países como Arábia Saudita, Catar e

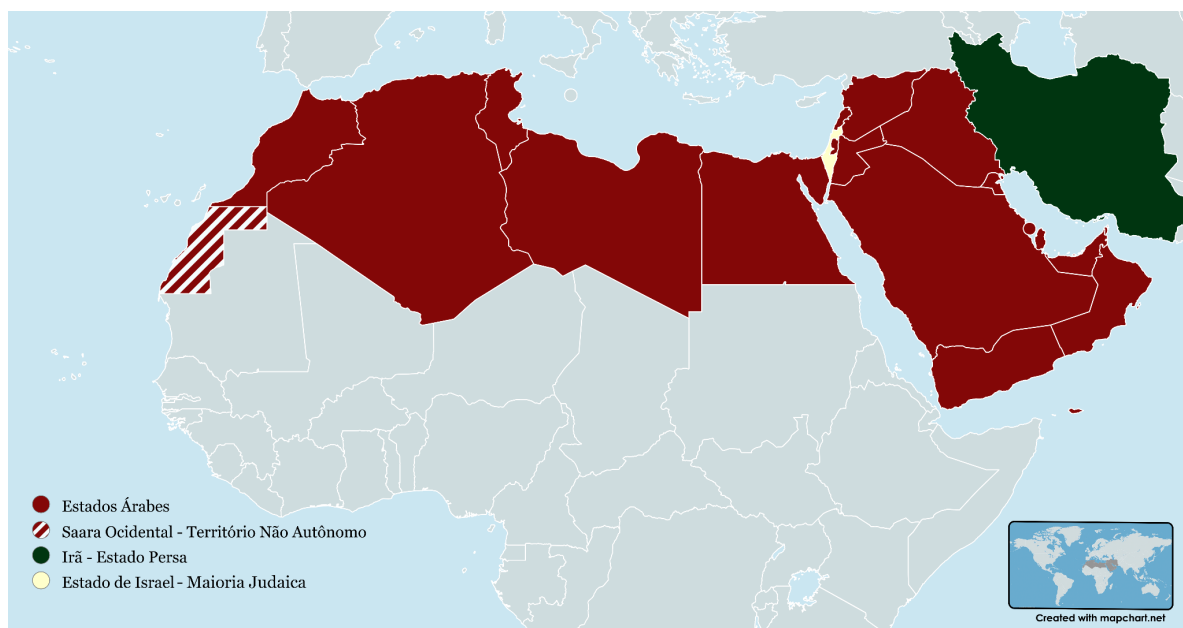
¹ Redesenho do mapa do Oriente Médio a partir do acordo assinado em 1916, que levou à divisão do território Otomano na atual região do Oriente Médio, formando áreas administradas pela França e pelo Reino Unido.

² O conceito de democracia aqui evocado insere-se na tradição liberal ocidental, que tem em Robert Dahl uma de suas referências fundamentais. Em Poliarquia (1997), Dahl define a democracia moderna a partir de dois eixos principais: contestação pública (a possibilidade de oposição ao governo) e participação (o direito de eleger representantes).

Emirados Árabes Unidos figuram entre as mais altas rendas per capita do mundo, mas essa riqueza deriva não de um desenvolvimento autônomo e diversificado, e sim da exploração de hidrocarbonetos em enclaves econômicos controlados por empresas ocidentais e monarquias aliadas às potências imperiais. De outro, Estados como Iêmen, Síria e Líbia acumulam décadas de conflitos armados, fragmentação territorial e colapso institucional – legados, em grande medida, de intervenções militares diretas, do apoio seletivo a facções locais e da manipulação de clivagens étnicas e sectárias por potências estrangeiras.

Longe de serem fenômenos isolados, riqueza extrema e fragilidade estatal são faces complementares de um mesmo processo histórico de integração subordinada da região à economia-mundo capitalista, no qual as potências ocidentais atuaram para garantir o acesso a recursos estratégicos e a manutenção de regimes alinhados aos seus interesses, independentemente dos custos humanos e políticos para as populações locais.

MAPA 1 - DIVISÃO ÉTNICO-GEOGRÁFICA DO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA (MENA)³



Elaboração própria da autora.

³ O presente trabalho utiliza a denominação “MENA” (Middle East and North Africa) de forma instrumental e consciente de suas limitações conceituais. Trata-se de uma categoria produzida em contextos geopolíticos ocidentais, cuja origem remonta às classificações coloniais que buscam ordenar o espaço extra europeu segundo parâmetros estratégicos e eurocêntricos. Ainda que existam alternativas terminológicas, como “Magreb”, “Mundo Árabe”, “Ásia Ocidental e Norte da África” ou “Região Árabe-Islâmica”, opta-se aqui pela manutenção do termo “MENA” por dois motivos principais: primeiro, por sua ampla difusão na literatura internacional e em documentos de organismos multilaterais, o que favorece o diálogo com as fontes empíricas mobilizadas; segundo, por este trabalho fazer paralelos com políticas neoliberais ocidentais. Assim, o termo é empregado de modo crítico, sem adesão às suas implicações coloniais, mas reconhecendo sua utilidade heurística como marcador geopolítico e categoria operacional.

* A Turquia, em razão de sua identidade turcomena (não sendo um país árabe) e de sua inserção geopolítica na esfera euro-atlântica, *não será considerada neste estudo*. Portanto, quando houver generalizações sobre o conjunto de países de MENA, não deve-se pensar no país. Contudo, é importante ressaltar sua relevância histórica para a região, sobretudo durante a expansão do Império Otomano, bem como a proximidade política e cultural que mantém com os países árabes atualmente.

* Apesar de sua associação com o mundo árabe, Sudão e Mauritânia também *não foram considerados* MENA neste estudo, por conta da posição geográfica abaixo do deserto, sendo considerados territórios parte da África Subsaariana.

* Por fim, cabe ressaltar que o Irã também não deve ser considerado nas generalizações regionais relacionadas à Primavera Árabe e aos desdobramentos posteriores. Por ser um país teocrático, dotado de uma estrutura política singular, o regime iraniano produz dinâmicas específicas de legitimação e conflito político, que não se alinham às trajetórias observadas nos regimes árabes afetados diretamente pelos movimentos de 2011.

Grandes manifestações em toda região de MENA, ocorridas há mais de uma década, emergiram de um contexto geopolítico em que regimes autoritários eram, de certa forma, legitimados. A chamada Primavera Árabe⁴ teve início na Tunísia (2010) e no Egito (2011) e se estendeu rapidamente pela Líbia e Síria e também para Argélia, Bahrein, Iêmen, Iraque, Jordânia e Omã. Ainda, protestos menores foram realizados na Arábia Saudita, no Kuwait, no Líbano, no Marrocos, na Mauritânia, no Saara Ocidental e no Sudão. Entende-se os eventos como um subproduto das condições econômicas, políticas e sociais marcadas por um desenvolvimento desigual, agravado pelas consequências da crise econômica de 2008, e enfatizadas pelas aspirações populares generalizadas em busca de uma governança mais democrática.

Os protestos e as manifestações que ocorreram transformaram a configuração política da região ao derrubar regimes com décadas de duração e promover mudanças constitucionais nesses países. Saidin (2024), aponta que a “ascensão do povo” desafiou a posição da elite política que há muito dominava os cenários políticos nacionais. Apesar de não representar a primeira vez em que foi considerada a necessidade de aplicação de governos mais democráticos na região, a Primavera Árabe foi a última ocasião em que pôde-se observar a união da população árabe para além de suas fronteiras em uma tentativa expressiva para a mudança de regimes. Nas palavras de Saidin & Storm (2024), apesar de ter conseguido frustrar ditadores como Ben Ali na Tunísia, Hosni Mubarak no Egito e Muammar Gaddafi na Líbia, a repercussão disto não significou que um regime democrático poderia ser formado nos países.

Entre os diferentes países afetados pela Primavera Árabe, o Egito ocupa um lugar central. Com mais de 100 milhões de habitantes, posição estratégica no Oriente Médio e

⁴ “Primavera Árabe” foi o termo propagado pela comunidade internacional desde o início de 2011. A comunidade árabe chamou esse evento de *al-Tsaurat al-Arabiyyah*, referindo-se à revolução que mudaria o cenário político após anos de governo do regime autocrático.

controle do Canal de Suez⁵, o país combina peso demográfico, militar e econômico que o torna referência regional. Além disso, a trajetória política egípcia, marcada por alternâncias entre projetos de modernização estatal, abertura liberalizante e reconfigurações autoritárias, oferece um caso emblemático para examinar como dinâmicas internas se articulam com condicionantes externas.

Apesar de terem sido frequentemente agrupadas sob um mesmo rótulo de “Primavera Árabe”, as revoltas que eclodiram no Norte da África e no Oriente Médio a partir de 2010 produziram resultados diferentes. Enquanto alguns países testemunharam a queda de ditaduras e iniciaram processos de abertura política, outros mergulharam em guerras civis ou assistiram seus regimes se fortalecerem mediante a repressão. Para visualizar e compreender essa disparidade de desfechos, o Quadro 1 oferece uma análise comparativa dos processos de queda e transição em dez países, destacando como fatores como a estrutura do regime, o papel das Forças Armadas e o contexto internacional foram decisivos.

QUADRO 1 - COMPARATIVO PRIMAVERA ÁRABE (2010 - 2012)

País	Líder do Regime (Período no Poder)	Posição Ideológica Formal	Como Foi Derrubado	Pós-Derrubada
Tunísia	Zine El Abidine Ben Ali (1987–2011)	Nacionalista/secular	Revolta popular (protestos massivos + exílio)	Transição democrática (2011–2014). Governo islamista moderado, com certa estabilidade secular.
Egito	Hosni Mubarak (1981–2011)	Nacionalista/secular	Protestos + golpe militar (renúncia forçada)	Breve governo da Irmandade Muçulmana (2012–2013), golpe militar (2013), autoritarismo renovado.
Líbia	Muammar Gaddafi (1969–2011)	Pan-arabista/socialista	Guerra civil + intervenção OTAN	Colapso estatal, divisão em facções, conflitos persistentes.
Iêmen	Ali Abdullah Saleh (1978–2012)	Tribalista/autoritário	Protestos + acordo mediado (renúncia)	Guerra civil (desde 2014), intervenção da Arábia Saudita e crise humanitária.

⁵ Inaugurado em 1869, o Canal de Suez tem sido um pilar da rede de comércio global, facilitando atualmente cerca de 12% do comércio internacional, segundo dados da Autoridade do Canal de Suez. Além do seu papel estratégico na economia, o Canal representa um poderoso símbolo da soberania nacional egípcia, conquistada com a vontade do Egito em 1956, quando o então presidente Gamal Abdel Nasser declarou a sua nacionalização. O Canal de Suez representa um projeto civilizatório que serve aos interesses de todo Sistema Internacional, constituindo uma pedra angular estratégica para todo o mundo árabe. Funciona como uma ligação vital entre o Oriente e o Ocidente, promovendo a integração econômica e a cooperação entre as nações.

Síria	Bashar al-Assad (2000–2024)	Baathista	Protestos reprimidos → guerra civil	Guerra civil (2011 – 2024) ⁶ , fragmentação do país, intervenções internacionais. Atualmente possui um governo interino descentralizado.
Bahrein	Rei Hamad bin Isa (1999 – presente)	Monarquia sunita	Protestos esmagados com ajuda da Arábia Saudita	Maior repressão e marginalização da maioria xiita.
Argélia	Abdelaziz Bouteflika (1999 – 2019)	Nacionalista/militar	Novos protestos em 2019 que levaram a renúncia presidencial	Foram realizadas novas eleições presidenciais, com a vitória de Abdelmadjid Tebboune, que foi visto por muitos como parte do antigo regime.
Marrocos	Rei Mohammed VI (1999 – presente)	Monarquia conservadora	Protestos moderados + reformas superficiais	Constituição reformada (2011), mas poder real mantido pela monarquia.
Jordânia	Rei Abdullah II (1999 – presente)	Monarquia pró-Occidente	Protestos menores + concessões econômicas	Reformas superficiais, estabilidade relativa.
Omã	Sultão Qaboos (1970 – 2020)	Monarquia tradicionalista	Protestos menores + aumento de gastos sociais	Manutenção do <i>status quo</i> e transição tranquila.

Elaboração própria com base na triangulação de dados disponíveis online.

* A seleção de países baseou-se naqueles mais diretamente impactados pelos movimentos da Primavera Árabe, conforme avaliação da autora.

Ao observar a tabela acima, é importante ter em mente que a estrutura estatal prévia foi fundamental para compreender a posição dos países no pós-revolução. A análise comparativa do Quadro 1 demonstra que os desfechos da Primavera Árabe foram singulares, determinados pela interação entre a natureza do regime, o papel das Forças Armadas e o grau de interferência externa. Nota-se um claro contraste entre a resiliência das monarquias tradicionais (Jordânia, Marrocos), que utilizaram reformas superficiais e repressão seletiva para manter o poder, e o colapso violento das repúblicas personalistas e nacionalistas (Líbia, Síria, Tunísia, Egito, Iêmen). Estas últimas, fundadas em promessas de soberania e justiça social não cumpridas, tornaram-se alvos privilegiados do descontentamento popular contra a

⁶ Em novembro de 2024, o recuo dos aliados estrangeiros de Assad abriu uma brecha militar para que os grupos rebeldes sírios renovassem sua campanha contra o regime, ocasionando a queda do regime de Bashar al-Assad em dezembro de 2024. A partir de então, a Síria entrou em uma frágil transição sob o comando de Ahmed al-Sharaa, líder do Hayat Tahrir al-Sham (HTS). A partir deste ponto, considera-se que a Guerra Civil tenha terminado, mas não deve-se desconsiderar questões internas e conflitos menores no país que ainda são frequentes.

corrupção e o autoritarismo. O destino de cada uma, no entanto, foi decidido pela postura dos militares: sua neutralidade permitiu uma transição negociada na Tunísia; sua fragmentação levou à guerra civil na Líbia e no Iêmen; e sua intervenção direta resultou na restauração autoritária no Egito e na Síria.

O caso egípcio tornou-se paradigmático em relação a essa dinâmica: uma revolta inicial bem-sucedida foi minada por um golpe militar que instaurou um regime mais violento que o anterior, demonstrando a resistência das estruturas profundas do Estado (Albrecht e Schlumberger, 2004). De forma distinta, o Bahrein emerge como exemplo único, uma vez que a divisão social e política, baseada em identidades religiosas, foi explorada pela monarquia Sunita para justificar uma repressão brutal, apoiada pela intervenção direta da Arábia Saudita, transformando um levante por direitos em um conflito regional por procuração.

Por fim, os casos de Líbia, Síria e Iêmen ilustram o resultado mais catastrófico: a escalada da repressão estatal para guerras civis complexas, agravadas por intervenções internacionais que fragmentaram irremediavelmente o tecido do Estado. Em comum, estes cenários compartilham a completa subordinação da soberania popular e dos processos políticos internos a jogos de poder regionais e globais. A Primavera Árabe, portanto, longe de ser um movimento unificado, revelou-se um espelho das fraturas políticas e sociais do mundo árabe, em que a vontade de mudança esbarrou em estruturas de poder internas e externas profundamente enraizadas.

Atualmente, a política contemporânea na região pode ser compreendida como o resultado de uma combinação complexa de desafios persistentes e dinâmicas em transformação, permeada por uma forte dimensão religiosa. De maneira geral, mudanças políticas e os movimentos sociais islâmicos mostram-se profundamente interligados em praticamente todos os Estados da região. Por um lado, partidos democráticos seculares raramente possuem relevância política significativa; por outro, organizações islâmicas apresentam vínculos sólidos com a sociedade civil, evidenciados por sua ampla atuação em projetos sociais, grupos de defesa e iniciativas de base, que reforçam sua ancoragem social e capacidade de mobilização.

1.1.1 O Egito

Mesmo entendendo a importância da generalização de fatos para introdução de assuntos e contextos, é sempre perigoso generalizar ao se tratar do mundo árabe, ignorando com isso a diversidade de condições objetivas que caracterizam cada um dos países desse

mundo. Consequentemente, este trabalho será direcionado a reflexões que seguem ao caso egípcio, que sempre preencheu papel relevante na evolução geral da região (Amin, 2011).

O Egito assumiu papel pioneiro na história política árabe ao se tornar, em 1922, o primeiro país da região a conquistar formalmente a independência da estrutura colonial, ainda que vínculos e influências coloniais tenham persistido por décadas, moldando profundamente suas instituições e relações internacionais. Hoje, é o maior país da região (em termos populacionais), detendo uma enorme influência cultural, sendo frequentemente chamado de *Umm al Dunya*, “Mãe do Mundo”. Economicamente, possui uma estrutura moderna, embasada em atividades como o turismo, mas também em conglomerados industriais energéticos e têxteis. Além disso, controla o Canal de Suez, cuja importância econômica e geopolítica para o país é fundamental (Costa, 2020).

Em janeiro de 2011, na Praça Tahrir, centro da metrópole do Cairo – local que tornou-se símbolo de libertação do despotismo – enormes manifestações e comícios em massa levaram à queda do líder, que governou o país por quase 30 anos. O governo egípcio tentou, sem sucesso, controlar os protestos, oferecendo concessões e reprimindo violentamente os manifestantes. Após vários dias de confronto entre manifestantes e forças de segurança no Cairo e em todo Egito, um ponto de virada ocorreu no final do mês, quando o exército egípcio anunciou que se recusaria a usar a força contra os manifestantes que pediam a destituição do presidente. Tendo perdido o apoio dos militares, Hosni Mubarak renunciou em 11 de fevereiro de 2011, cedendo o poder a um Conselho de Oficiais Militares de Alta Patente. Assim, quando mais de um milhão de egípcios derrubaram o governo, serviram de exemplo para o resto do mundo árabe.

Após mais de um ano de governo provisório militar, pela primeira vez na história do país, foi eleito⁷ democraticamente em junho de 2012, Mohamed Morsi, do Partido Islâmico Liberdade e Justiça, que governou em seus primeiros meses com apoio popular e, de sua base política, a Irmandade Muçulmana⁸. Os irmãos muçulmanos representavam um movimento religioso islâmico de vanguarda, contendo em si as tradições da religião, mas utilizando

⁷ Segundo Rodrigues (2015), as eleições presidenciais eram vistas como um momento decisivo para a revolução. Iria decidir quem seria o primeiro presidente da República verdadeiramente escolhido pelo povo egípcio e constituíam o último passo do calendário que havia sido estabelecido para que os militares entregassem o poder aos civis e regressassem aos quartéis. Em 10 de maio de 2012, o Egito assistiu, pela primeira vez na história, a um debate televisivo entre dois candidatos presidenciais.

⁸ A Irmandade Muçulmana é a maior e mais antiga organização islâmica do Egito, fundada em 1928 e com ramificações em todo o mundo árabe. Após a deposição do ex-presidente Hosni Mubarak, o braço político do grupo conquistou diversos assentos no parlamento egípcio e seu candidato, Mohammed Morsi, foi eleito presidente. Após a queda de Morsi, os membros da Irmandade foram presos e exilados. Como parte de uma ampla repressão à oposição política, o governo egípcio rotulou o grupo como uma organização terrorista, assim como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

técnicas políticas modernas. Ainda assim, a breve presidência de Morsi foi marcada por instabilidade e polarização, sendo interrompida por um golpe militar em 2013. Mesmo que Morsi não fosse um ideal de líder democrático, seu governo não consolidou um regime autoritário propriamente dito. Essa impossibilidade de consolidação deve-se a uma conjunção de fatores estruturais como: a falta de um apoio duradouro e leal das Forças Armadas, instituição chave do *establishment* egípcio; a duração extremamente curta de seu mandato, inferior a um ano, tempo insuficiente para submeter as instituições do Estado; e a hostilidade aberta da elite econômica, da burocracia estatal e do poder Judiciário, que lhe negaram qualquer base de sustentação necessária para a construção de uma hegemonia política. Dessa forma, o governo da Irmandade Muçulmana ficou suspenso em um frágil equilíbrio, caracterizado por uma crise de autoridade (Rodrigues, 2015).

O atual presidente egípcio, Abdel Fattah al-Sisi, nomeado por Mohammed Morsi para ser o seu comandante de confiança no Estado Maior das Forças Armadas, chegou ao poder por meio do golpe militar de junho de 2013 (International Crisis Group, 2013), buscando reconstruir o país em um estado policial-militar. No momento em que explodiu uma crise entre as forças secularistas e as religiosas, al-Sissi se posicionou em favor das primeiras, aproveitando o forte receio de muçulmanos moderados, seculares e laicos liberais. Dessa forma, aliou-se aos membros do antigo regime, para aplicar um golpe de Estado sobre o governo de Morsi. Após atrasos no calendário eleitoral, foram organizadas as primeiras eleições ao final de maio de 2014, cujo resultado já era esperado, resultando na vitória do general Abdel Fatah al-Sissi.

Nessa trajetória se encerraria a jornada revolucionária do país no século XXI, dando lugar à conformação de um regime político ainda mais repressivo e subserviente aos Estados Unidos. Embora o Egito tenha uma história de autoritarismo, o país de al-Sisi vem realizando repressões contra dissidentes e atores da sociedade civil, visando ativistas de direitos humanos e pró-democracia, jornalistas e oponentes muçulmanos (Human Rights Watch, 2025). Depois de depor o ex-presidente Mohamed Morsi em 2013, a primeira medida do regime de al-Sisi desencadeou na proibição da Irmandade Muçulmana de existir no país, declarando-a uma organização terrorista em 2014.

O regime egípcio é caracterizado pela saliência da capacidade do Estado para a violência em seu modo de controle político. Isso se reflete na rotinização e legalização de desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais, encarceramento em massa e vigilância digital invasiva contra qualquer pessoa que se oponha publicamente a qualquer aspecto da política governamental ou ao comportamento de qualquer agência estatal. Notavelmente, a prontidão do regime para empregar a violência foi a principal fonte de sua legitimidade entre os setores da população egípcia que consideravam a Irmandade Muçulmana, que brevemente

ocupou a presidência e dominou o parlamento em 2012-2013, uma ameaça existencial ao seu modo de vida. Desde então, rotular qualquer forma de protesto como terrorismo tem sido usado para legitimar sua repressão e impunidade (Sayigh, 2025).

Uma forma de governo autocrática ganhara contornos ainda mais efetivos. E o cenário de restauração ao *status quo* do antigo regime ia se traduzindo em um novo cenário, possuindo mais aderência aos interesses das Forças Armadas, das elites econômicas nacionais e dos antigos Magistrados, do que à vontade original da população que se mobilizou em 2011 para derrubar Hosni Mubarak (Metzger, 2018).

1.2 QUESTÕES ABORDADAS PELA PESQUISA

Desde 2011, quando uma revolução derrubou o antigo autocrata, Hosni Mubarak, até esta década, há mais perguntas do que respostas para a mudança política pela qual o Egito passou. Diante do exposto, deve-se considerar que, para compreender o processo egípcio, é fundamental ponderar não apenas as dinâmicas internas – das instituições militares, das elites burocráticas na manutenção da ordem, e o papel religioso – mas também os interesses internacionais em jogo. Potências como os Estados Unidos buscaram continuamente influenciar os rumos políticos egípcios (Resta, 2019), articulando para que os governos pós-Mubarak permanecessem dentro de sua zona de influência, mesmo que isso implicasse no apoio a novos regimes autoritários.

Traçar uma análise do processo egípcio capaz de não cair em simplificações comuns faz com que a presente pesquisa parta dos movimentos da Primavera Árabe em sua totalidade até a década de 2020. Implicando em considerar múltiplas variáveis que compuseram o evento e que levaram à construção de um novo modelo autocrático duradouro no país. Com este caráter, a questão norteadora deste trabalho está em torno de como as estruturas de poder herdadas do regime pré-2011 condicionaram as transições políticas egípcias e contribuíram para a consolidação do regime autoritário de Abdel Fattah al-Sisi.

Entende-se que as reformas e os processos políticos desencadeados no Egito a partir de 2011 não representaram uma verdadeira transição democrática, mas sim uma reconfiguração do poder por parte de elites políticas seculares, que procuraram preservar sua influência dentro de um Estado autoritário historicamente consolidado. Portanto, as motivações dos atores envolvidos e seus impactos, de modo a lançar luz sobre o seu desfecho é um desafio teórico chave deste trabalho. Assim, não compreende-se a questão exclusivamente como uma

ruptura ou avanço progressista, mas como o resultado da interação entre fatores estruturais – como o legado do autoritarismo –, e fatores contingentes – como a conjuntura regional.

Com isto posto, salienta-se que esta pesquisa tem como objetivo avaliar a posição do governo de Cairo pré e pós 2011, correlacionando os fatores estruturais e conjunturais que explicam a reconfiguração autoritária no Egito após a Primavera Árabe. Para isso, (1) serão investigados os fatores internos e externos que construíram e levaram à queda de Hosni Mubarak e às promessas democráticas que se seguiram; (2) a ascensão e queda de Mohamed Morsi, considerando o papel da Irmandade Muçulmana e os eventos que marcaram sua trajetória política; (3) o processo de consolidação do regime de Abdel Fattah al-Sisi, com foco nos mecanismos de manutenção autocrática, inclusive grupos e atores com quem se aliou; e (4) a influência dos Estados Unidos e do apoio de organizações internacionais na legitimação do poder após o golpe de 2013.

Diante disso, esta pesquisa propõe compreender a trajetória política egípcia a partir de uma leitura crítica, que integre dimensões econômicas, sociais e políticas. Ao privilegiar o diálogo com abordagens que examinam o neoliberalismo, a resiliência autoritária e as disputas identitárias no mundo árabe, busca-se oferecer uma interpretação capaz de superar as limitações das teorias clássicas de transição e democratização. A hipótese central que orienta este trabalho é a de que a autocratização do Egito após a Primavera Árabe não pode ser reduzida a um mero “fracasso democrático”, mas deve ser analisada como expressão de uma crise democrática mais ampla, marcada pela confluência entre reformas neoliberais, permanência das estruturas militares e reconfigurações autoritárias.

Neste trabalho, será empregada a noção de *crise democrática neoliberal* para designar o processo pelo qual reformas liberalizantes – ancoradas em privatizações, desregulação e retração do Estado social – enfraquecem os mecanismos de redistribuição e representação política, ampliando desigualdades e restringindo a capacidade de participação cidadã. Essa dinâmica, ao invés de promover democratização, tende a reforçar regimes autoritários adaptativos que se legitimam pela promessa de estabilidade, ainda que às custas do esvaziamento de direitos. No Egito, esse processo manifesta-se de forma particularmente aguda, ao longo das décadas que antecederam os levantes de 2011. A partir desse enquadramento, o marco teórico que se segue fornecerá as chaves conceituais necessárias para a análise do caso.

1.3 ABORDAGEM TEÓRICA

Esse conjunto de fatores implica na necessidade de uma escolha teórica capaz de oferecer uma estrutura conceitual adequada para tratar de um processo multifacetado⁹. Para tanto, este trabalho parte do diálogo entre duas perspectivas fundamentais da Ciência Política e das Relações Internacionais: a crítica ao neoliberalismo, e os debates sobre democracia e autoritarismo árabe. Dessa forma, não se adota aqui o enquadramento das correntes clássicas, como o realismo, o liberalismo e o institucionalismo, mas sim de autores críticos, cujas contribuições oferecem chaves interpretativas relevantes para a compreensão do caso egípcio.

As abordagens clássicas oferecem contribuições relevantes para a compreensão das dinâmicas interestatais, no entanto, a Primavera Árabe expôs lacunas consideráveis nas percepções e abordagens ocidentais dominantes em relação à região como um todo e indicou que a lente conceitual empregada era insuficiente para compreender a dinâmica regional. Assim, tentativas retrospectivas de explicar os eventos por meio dessas correntes resultaram em interpretações parciais, isso porque, ao priorizarem categorias como segurança, estabilidade ou cooperação entre Estados, acabam relegando a segundo plano dimensões centrais para a análise da Primavera Árabe, como as contradições sociais internas e os efeitos da inserção dependente do país no Sistema Internacional.

Assim, em vez de apoiar em modelos normativos de transição democrática ou em paradigmas que privilegiam exclusivamente a competição interestatal, esta dissertação parte de um marco crítico capaz de integrar fatores econômicos, sociais e políticos. A análise proposta enfatiza que a experiência egípcia não pode ser compreendida apenas como um fracasso institucional ou como produto de dinâmicas regionais securitizadas, mas como expressão de uma interação complexa entre neoliberalismo, estruturas autoritárias e disputas de legitimidade política. É nesse cruzamento que se torna possível explicar por que a abertura de 2011 resultou não em democratização, mas em uma reconfiguração autocrática ainda mais repressiva.

A escolha do léxico teórico crítico se dá pela necessidade de traçar uma visão na qual se articulem distintas dimensões, inclusive sobre a terminologia democrática. Em outras palavras, compreender a Primavera Árabe no Egito como um fenômeno complexo, marcado por motivações endógenas e exógenas, exige uma instrumentalização teórica capaz de examinar suas contradições em sua totalidade, situando-o como expressão de uma crise de governança no contexto neoliberal. Uma análise histórica que traça o crescimento dos

⁹ Devido à esta questão, grande parte dos livros, artigos, documentos e constituições trabalhados para a construção desta dissertação não são em língua portuguesa, sendo traduzidos pela própria autora e referenciados originalmente a posteriori.

movimentos de protesto árabes se encaixa, portanto, no modelo teórico que vê as revoltas como a consequência última das transformações socioeconômicas provocadas pelo aprofundamento da trajetória neoliberal na região (Norman, 2014).

1.3.1 Construindo as bases analíticas

Cabe retomar que o movimento generalizado na região tem raízes além de políticas, econômicas: alto desemprego entre os jovens, capitalismo de compadrio¹⁰, estado de bem-estar social ineficiente e até mesmo escassez de alimentos. Esse cenário surge a partir de uma intensa transformação dos anos 1980 e 1990, na qual os Estados árabes se afastaram de um “socialismo árabe” das décadas anteriores, para um capitalismo de estilo ocidental. A combinação de regimes autoritários (em relação contrária a movimentos religiosos) e a dependência econômica sobre o petróleo e gás produziu durante décadas economias frágeis e isoladas, condicionadas ao assistencialismo. Tais dimensões apresentam-se interligadas, constituindo-se como faces assumidas pelo neoliberalismo e seu desenvolvimento.

Desde a década de 1980, esses Estados adotaram um modelo neoliberal focado em investimentos especulativos em busca de lucros de curto prazo nos setores improdutivos da economia, especialmente no mercado imobiliário, financeiro e comercial. O neoliberalismo é uma organização específica do capitalismo para garantir as condições para a reprodução capitalista em escala global e como parte de uma ofensiva da classe dominante, que atravessou as recessões das décadas de 1970 e 1980 e resultou na reestruturação e geração de novas e expandidas formas de acumulação capitalista. Essas características tornaram-se progressivamente regionais após a crise dos regimes nacionalistas árabes desde a década de 1970, que os levou a abandonar suas políticas sociais anteriores (como o controle doméstico da indústria, o apoio à educação, subsídios para commodities básicas e o controle estatal de terras e outros recursos) e operarem cada vez mais uma mudança em suas políticas externas por dois motivos principais. Primeiro, eles sofreram uma derrota nas mãos de Israel. Segundo, seus métodos de desenvolvimento capitalistas de Estado começaram a estagnar. Como resultado, optaram por uma reaproximação com os países ocidentais e os seus aliados do Golfo e adotaram o neoliberalismo (Daher, 2022).

A crítica ao neoliberalismo apresenta diferentes ênfases entre os autores mobilizados. De maneira introdutória, pode-se observar que a adoção do programa neoliberal em MENA foi altamente diferenciada e repleta de particularidades árabes, mas ainda exibiu

¹⁰ O termo “compadrio” é utilizado para descrever um arranjo que opera segundo as lógicas típicas da busca de renda, no qual conexões políticas permitem a determinados agentes obter retornos superiores àqueles que prevaleceriam em uma economia na qual os fatores de produção fossem precificados pelo mercado. Esses retornos são viabilizados por meio de intervenções governamentais como subsídios preferenciais, acesso facilitado a capital e crédito, concessões de monopólio ou quase monopólio, licenças privilegiadas e proteção contra a concorrência internacional via tarifas e regimes regulatórios seletivos. Nessa acepção, adota-se uma conceitualização estrutural-sistêmica, segundo a qual o capitalismo de compadrio pode ser compreendido como uma forma contemporânea de sociedade de busca de renda, próxima ao (neo)mercantilismo (Tarko, 2014). Como exemplo, destacam-se políticas neoliberais promovidas pelo FMI que, ao fomentar esse tipo de arranjo, produzem consequências distributivas assimétricas, beneficiando determinados grupos sociais em detrimento de outros.

características estruturais persistentes de polarização socioeconômica que surgiram quase que de forma universal com a aplicação da política neoliberal. Assim, a crise socioeconômica do mundo árabe que precipitou os eventos de 2011 está inseparavelmente relacionada à transição estrutural para modalidades neoliberais de governança que ocorreu na região a partir da década de 1970. No Egito, a adoção de políticas econômicas neoliberais reduziu as receitas do governo, o que posteriormente restringiu o “poder de compra político” da elite política egípcia tradicional, forçando-a a cultivar conexões profundas com forças econômicas privadas para garantir a sobrevivência do regime (Soliman, 2012).

A agenda neoliberal foi promovida internacionalmente por meio de múltiplas correntes, mas um dos métodos mais prevalentes de disseminação foi por meio de Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)¹¹ como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como instituições de orientação nacional (Norman, 2014). Tais organizações foram instrumentos influentes e, às vezes, coercitivos que usam o poder financeiro transnacional para reestruturar economias nacionais em linha com os interesses do capital global. A reestruturação neoliberal no caso árabe foi contínua desde a década de 1970, mas sofreu um aprofundamento acentuado no início da década de 1990 (Gill, 2011). Programas de ajuste estrutural foram adotados em toda a região e foram instrumentais na abertura da região às forças do capital global¹².

O efeito foi o fortalecimento do poder financeiro dos Estados Unidos (sempre que possível em aliança com outros) no sentido de forçar a abertura de mercados, em particular para fluxos de capital e financeiros (o que é agora um requisito imposto pelos Estados Unidos aos países-membros do sistema do FMI) e impor outras práticas neoliberais (que culminaram na OMC) a boa parte do resto do mundo (Harvey, 2005b, p. 109).

Assim, a crítica à globalização neoliberal liderada pelo geógrafo David Harvey e outros fornece um pano de fundo contextual a partir do qual se pode fazer uma análise das raízes socioeconômicas históricas das revoltas árabes. Em *“Uma Breve História do*

¹¹ As Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) são organizações multilaterais criadas com o objetivo de promover a estabilidade financeira internacional e facilitar a cooperação monetária. Entre elas, destacam-se o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, fundados em 1944 em Bretton Woods, que se tornaram os principais agentes globais de supervisão macroeconômica. Contudo, o conceito de IFIs é amplo e inclui também instituições regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), bem como novas iniciativas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) criado pelos BRICS+. A partir da década de 1980, sob influência das agendas neoliberais promovidas pelos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, essas instituições passaram a desempenhar papel central na implementação de programas de ajuste estrutural, difundindo reformas de cunho neoliberal sobretudo nos países periféricos e em desenvolvimento.

¹² A exemplo, em 1991, Hosni Mubarak concordou com a inserção de projetos que implicaram a privatização generalizada de ativos públicos, a liberalização do comércio e a remoção de políticas sociais progressistas, lançando bases para um maior aprofundamento neoliberal. Em essência, o Estado tornou-se voltado para a promoção ativa de interesses comerciais, à medida que o regime se tornava cada vez mais vinculado e dependente de políticas externas.

Neoliberalismo” e *“O Novo Imperialismo”* (2005), o autor sustenta que o neoliberalismo ultrapassa sua dimensão enquanto modelo econômico, assumindo caráter hegemônico como forma de discurso. Mais do que uma ideologia explicitamente reconhecida, passou a operar como senso comum, naturalizado no imaginário social e político contemporâneo. Essa difusão ideológica consolidou uma transformação estrutural de alcance global, marcada pelo aprofundamento das desigualdades e pela emergência de extraordinárias concentrações de riqueza e poder em escala mundial.

Wendy Brown, por sua vez, demarca a emergência de uma nova razão política mundial a partir do fim da Guerra Fria (1991), momento em que se dissolveram, silenciosamente, conceitos previamente essenciais para a construção da democracia. A autora aponta que o século XX teria sido marcado por ironias políticas, entre elas, a principal referia-se a um desatamento de uma nova razão de governar, particularmente no Ocidente. Esta nova razão não apenas condicionou a desestruturação da democracia em termos conceituais, mas também em termos substantivos, tornando o futuro democrático estável, improvável. Esse novo enredo relaciona a nova razão governamental a um ataque aos princípios, práticas culturais, sujeitos e instituições da democracia.

Politicamente, Brown (2019) argumenta que o neoliberalismo fragilizou a política ao transformar a gestão econômica em um domínio tecnocrático, esvaziado de deliberação democrática. Nesse modelo, decisões estratégicas passaram a ser justificadas como técnicas e neutras, quando, na realidade, respondiam aos interesses de elites econômicas. A consequência foi a naturalização de reformas que reduziram o papel do Estado na provisão de serviços sociais, ampliaram a distância entre governantes e governados e aprofundaram desigualdades já existentes. Ao mesmo tempo, a crença de que o mercado poderia autorregular-se enfraqueceu os canais tradicionais de representação política, reforçando um ambiente em que a exclusão social e a concentração de poder se tornaram ainda mais marcantes.

O neoliberalismo, deste modo, visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrática e definindo suas energias democráticas. De suas aspirações e afirmação “pós-ideológicas” da tecnocracia até sua economicização e privatização das atividades governamentais, de sua oposição desenfreada ao “estatismo” igualitário até sua tentativa de deslegitimar e conter as reivindicações democráticas, de seu objetivo de restringir direitos até seu objetivo de limitar agudamente certos tipos de estatismo, o neoliberalismo busca tanto restringir quanto desdemocratizar o político (Brown, 2019, p. 70).

No que se refere à democracia, uma das principais linhas de análise argumentativa da autora está relacionada à economia e à lei. Brown aponta que a lei seria um vetor na difusão

de valores, no que a autora chamou de razão jurídica neoliberal¹³. Nesse contexto, os princípios exercidos pela democracia sofreram reformulações e se desvincularam da organização e do poder popular. A partir da perspectiva de Brown, o neoliberalismo transforma não apenas a economia, mas a própria lógica política esvaziando o sentido da cidadania. Essa racionalidade neoliberal subordina as decisões políticas a princípios de mercado, fragilizando instituições democráticas e promovendo um individualismo que enfraquece o engajamento coletivo

Toda conduta é uma conduta econômica; todas as esferas da existência são enquadradas e medidas por termos e métricas econômicas, mesmo quando essas esferas não são monetizadas diretamente. Na razão neoliberal e nos domínios que governa, somos apenas e, em toda parte, *homo oeconomicus*, que por si mesmo tem uma forma historicamente específica. Longe de ser aquela criatura de Adam Smith impulsionada pela propensão natural a “permutar, trocar e intercambiar”, o *homo oeconomicus* atual é uma parte de capital humano intensamente construída e regida com a tarefa de melhorar e alavancar seu posicionamento competitivo e de aumentar seu valor de portfólio (monetário e não monetário) em todas suas iniciativas e lugares (Brown, 2015, p. 17).

Nos contextos autoritários do mundo árabe, a combinação entre essa lógica neoliberal e estruturas políticas centralizadas intensificou padrões de exclusão social e fragmentação política: ao mesmo tempo em que liberalizações econômicas alimentaram redes de clientelismo e concentração de riqueza, o enfraquecimento de laços coletivos e da esfera pública abriu caminho para a reprodução de formas de dominação ainda mais rígidas.

Chantal Mouffe também interpretou a corrente crise global de democracia, entendendo que o neoliberalismo abriu espaço para transformações políticas profundas a partir da crise econômica de 2008, o que a autora denomina como um consenso pós-político, fenômeno baseado na erosão do que considera os dois pilares democráticos ideais: igualdade e soberania popular. Uma vez que Mouffe (2005) interpreta a democracia como necessariamente um fenômeno que envolve negociações, consensos e conflito, deve haver, portanto, nos regimes democráticos, uma tensão que constitui a prática da soberania popular e que está diretamente vinculada ao paradoxo insolúvel entre o particular e o universal. Dessa forma, deve ser vista como uma arena agonística. A partir do momento em que o projeto neoliberal tornou-se hegemônico e interditou a possibilidade de haver tal disputa, a democracia vem sendo reduzida a um mero procedimento, as eleições (Mouffe, 2005).

Essa redução da democracia a um mecanismo procedimental, esvaziado de disputas substantivas, produz aquilo que Mouffe (2005) identifica como um vazio político, no qual a

¹³ Segundo a autora, a razão deveria servir como ferramenta para proteção da democracia, entretanto, esta passa a ser ferramenta para garantir a lógica de mercado. Assim, o sistema jurídico se torna um vetor de disseminação de valores neoliberais, moldados para garantir o poder do mercado.

representação popular perde efetividade. Em vez de ampliar os espaços de participação e negociação, a hegemonia neoliberal fortalece respostas políticas que exploram o ressentimento social e canalizam a insatisfação popular para formas de exclusão e repressão. A crítica de Mouffe, portanto, complementa a de Dardot e Laval ao mostrar que a razão neoliberal não apenas fragmenta laços sociais e institucionais, mas também desarma a própria arena democrática, abrindo terreno fértil para processos de autocratização.

Nesse sentido, a interdição do agonismo democrático não apenas reduziu o espaço para o pluralismo, como também reforçou a centralidade de estruturas autoritárias que controlam a disputa política pela força ou pela cooptação. A crítica de Mouffe ajuda a compreensão sobre como a hegemonia neoliberal, ao esvaziar a política de seu caráter agonístico, acaba por alimentar uma dinâmica em que demandas sociais legítimas se chocam com regimes que, em vez de absorvê-las democraticamente, respondem com repressão e novas formas de autocratização. Como observa Sadiki (2014), a ausência de canais institucionais de contestação produziu uma dissociação entre Estado e sociedade, deslocando a arena do conflito para manifestações de rua, levantes populares e, em muitos casos, para confrontos violentos.

Essa leitura encontra eco na crítica de Samir Amin, que ao analisar as economias periféricas argumenta que o neoliberalismo não opera apenas como uma ideologia política, mas como um mecanismo de reprodução da dependência estrutural. Se, na perspectiva de Mouffe, o consenso pós-político interditou a possibilidade de um agonismo democrático, para Amin (2011) esse mesmo processo significou a consolidação de uma integração subordinada das economias árabes ao capitalismo global. A partir de políticas de ajuste estrutural, liberalizações forçadas e privatizações, o neoliberalismo aprofundou desigualdades sociais, produziu desemprego estrutural e reforçou redes que mantinham a elite governante atrelada ao capital internacional.

Esse despertar assume diversas formas: desde explosões contra as autocracias que vincularam seu destino ao neoliberalismo até desafios dos "países emergentes" à própria ordem internacional. Essa nova primavera no Sul coincide, portanto, com o "outono do capitalismo", isto é, o declínio do capitalismo dos monopólios globalizados, financeirizados e generalizados. Esses movimentos começam, como os do século anterior, com povos e Estados da periferia do sistema recuperando sua independência, retomando a iniciativa de transformar o mundo. São, portanto, acima de tudo, movimentos anti-imperialistas e, portanto, apenas potencialmente anticapitalistas (Amin, 2011).

De forma geral, a crítica de Amin permite situar a crise democrática árabe não apenas no plano institucional, mas também no plano material, evidenciando como as reformas neoliberais fragilizaram o tecido social e limitaram as possibilidades de uma democratização

substantiva. Para completar a análise, será colocado em cheque uma segunda parte de discussão, onde se torna relevante a retomada de noções sobre a estrutura singular do mundo árabe. Dessa forma, a fundamentação teórica privilegia autores que possuem familiaridade e produção acadêmica consolidada diretamente relacionada ao tema em questão.

Já a obra de Guillermo O'Donnell oferece contribuições fundamentais para superar concepções minimalistas da democracia. Em *Transitions from Authoritarian Rule* (1986), o autor já alertava para as incertezas dos processos de redemocratização e para o risco de confundir eleições com consolidação democrática. É, contudo, em sua contribuição ao volume *The Quality of Democracy* (2004) que O'Donnell formula o conceito central para esta dissertação: o de que, em regimes que instituições não eleitas mantêm “domínios reservados” que constroem a autoridade dos governantes, as eleições deixam de ter resultados. Para O'Donnell, uma eleição verdadeiramente democrática não se resume à ausência de fraude; ela deve garantir que os vencedores efetivamente governem e que os perdedores aceitem os resultados. Essa distinção entre procedimento e substância é particularmente relevante para o caso egípcio, já que pleitos formalmente livres conviveram com a manutenção do poder efetivo nas mãos dos militares.

Assim, um dos paradigmas mais relevantes para compreender a longevidade de regimes autoritários no mundo árabe é o da persistência autoritária, formulado por Holger Albrecht e Oliver Schlumberger (2004). O argumento consiste em que a durabilidade das autocracias não pode ser explicada apenas pela repressão direta, mas sobretudo pela capacidade adaptativa das elites, que implementam reformas seletivas, rearranjos institucionais e estratégias de cooptação a fim de neutralizar pressões por mudança. O conceito de *authoritarian resilience* tornou-se, assim, uma referência nos estudos comparativos de regimes, ao mostrar que tais sistemas políticos não são estáticos, mas estruturas flexíveis capazes de renovar sua legitimidade sem romper com seu núcleo autocrático.

Essa crítica à linearidade dos modelos de transição dialoga com a obra de Larbi Sadiki (2014), que propõe repensar a democratização a partir de epistemologias árabes. Enquanto a abordagem da persistência autoritária, proposta por Albrecht e Schlumberger (2004), explica a durabilidade de regimes no mundo árabe a partir de sua capacidade de adaptação institucional, Larbi Sadiki propõe um deslocamento mais profundo. Para este último, modelos normativos ocidentais de transição democrática são insuficientes para compreender as experiências árabes, sendo necessário repensar a própria noção de democratização a partir de tradições políticas e discursos locais.

Assim, enquanto os primeiros analisam os mecanismos de manutenção do núcleo autoritário, Sadiki problematiza as bases conceituais do debate, enfatizando a centralidade da religiosidade – não fundamentalista –, da tradição e da disputa por legitimidade nas sociedades árabes. Em vez de assumir que a democracia só pode ser entendida nos moldes liberais ocidentais, Sadiki enfatiza a pluralidade de experiências políticas no mundo árabe. O Islã, nesse sentido, não deve ser tratado como obstáculo, mas como elemento constitutivo da vida política e das aspirações democráticas na região. Ao reconhecer a complexidade interna das sociedades árabes, a proposta pós-colonial de Sadiki exige, portanto, ferramentas analíticas capazes de decifrar as múltiplas mobilizações do religioso.

A discussão sobre a relação entre Islã e democracia ocupa posição central nos debates sobre transformação política no mundo árabe, e dois autores oferecem contribuições fundamentais para pensá-la a partir de perspectivas distintas, porém complementares. John L. Esposito, em parceria com John O. Voll (1996), propõem uma análise das fontes islâmicas que podem ser mobilizadas em favor da participação política e da democratização. Em *Islam and Democracy* (1996), os autores rejeitam tanto a visão orientalista que decreta a incompatibilidade estrutural entre Islã e democracia quanto a idealização que supõe uma harmonia perfeita entre ambos. Por meio de estudos de caso que vão do Irã ao Egito, da Argélia à Malásia, Esposito e Voll demonstram que, apesar das similaridades teológicas e culturais, diferentes contextos nacionais produzem múltiplas agendas e estratégias, não havendo, portanto, uma única forma de relação entre Islã e política. No caso egípcio, especificamente, o que se observa é um conflito permanente entre três vertentes: o islamismo governamental, cooptado pelo regime e utilizado como instrumento de legitimação; o islamismo populista, expresso na Irmandade Muçulmana, que busca participar das instituições sem necessariamente romper com a lógica autoritária do Estado; e correntes extremistas que rejeitam qualquer forma de participação institucional, considerando-a uma traição aos princípios islâmicos (Esposito & Voll, 1996).

Se Esposito & Voll oferecem uma análise das possibilidades e limites da participação islamista em contextos nacionais específicos, o filósofo marroquino Mohammed Abed al-Jabri desloca o debate para o terreno da crítica epistemológica. Em seu trabalho *Crítica da Razão Árabe* (*Naqd al-'aql al-'arabi*), al-Jabri demonstra as raízes da crise intelectual do mundo árabe contemporâneo, que ele atribui à polarização entre duas posições igualmente insuficientes: de um lado, um modernismo importado que despreza a tradição e busca transplantar modelos ocidentais sem mediação; de outro, um fundamentalismo que busca reconstruir o presente à imagem de um passado idealizado, ignorando as transformações

históricas e as exigências da modernidade (al-Jabri, 1999). Contra ambas, al-Jabri propõe uma terceira via: recuperar as tradições racionalistas da filosofia árabe, especialmente em Ibn Rushd (Averróis) e Ibn Khaldun, para construir um pensamento crítico capaz de responder aos desafios contemporâneos sem abrir mão das especificidades culturais e religiosas do mundo árabe.

Em *Democracy, Human Rights and Law in Islamic Thought* (2008), al-Jabri aplica esse arcabouço ao debate político. Para ele, a questão não é se o Islã é ou não compatível com a democracia, mas sim como os muçulmanos podem pensar a democracia a partir de suas próprias tradições intelectuais, sem recorrer a modelos exógenos ou a leituras literais e descontextualizadas das fontes religiosas. Al-Jabri argumenta que a *Shura* (consulta mútua), a *'adl* (justiça) e a *maslaha* (bem comum), conceitos centrais da tradição islâmica, podem ser reinterpretados à luz das condições contemporâneas para fundamentar instituições democráticas, desde que essa reinterpretação seja feita com rigor crítico e não como mera justificativa ideológica para projetos autoritários.

Em conjunto, Esposito e al-Jabri oferecem ferramentas para escapar do falso dilema entre “Islã e democracia são incompatíveis” e “Islã é intrinsecamente democrático”. Ambos apontam para a necessidade de análises contextualizadas, que levem em conta tanto as especificidades das sociedades árabes quanto os “constrangimentos” estruturais impostos por regimes autoritários e pela inserção subordinada desses países na economia-mundo capitalista. No caso egípcio, essa dupla perspectiva permite compreender por que a Irmandade Muçulmana, embora vitoriosa nas urnas, foi incapaz de consolidar um projeto democrático: não apenas porque suas próprias ambiguidades ideológicas limitavam seu compromisso com o pluralismo, mas sobretudo porque o campo político em que atuava já havia sido estruturado pelos militares de modo a inviabilizar qualquer transferência substantiva de poder.

O cerne do argumento da contribuição dos autores, portanto, reside na valorização da religiosidade como um eixo fundamental da vida política árabe, distinguindo de projetos fundamentalistas. É precisamente nesta distinção crucial que um diálogo com a teoria de Manuel Castells (2018) sobre as identidades na era da informação se torna fundamental. Sadiki (2014) alerta contra a homogeneização do “Islã político”, insistindo na necessidade de se decifrar as múltiplas e contestadas formas pelas quais o imaginário religioso é mobilizado na esfera pública. Castells (2018), por sua vez, oferece as ferramentas conceituais para esta decifração, ao analisar como diferentes atores constroem e disputam identidades coletivas em contextos de crise de representação, tema que será retomado adiante ao se examinar a relação entre identidade, autoritarismo e resistência no Egito pós-2011.

Se Sadiki desafia os modelos normativos, Yezid Sayigh (2025) atualiza o debate sobre as formas contemporâneas de autoritarismo ao mostrar como regimes pós-revolucionários podem se reinventar por meio da combinação entre modernização tecnocrática e continuidade coercitiva. Ele aponta que o regime egípcio é caracterizado pela capacidade do Estado para a violência em seu modo de controle político. Isso se reflete na rotinização e legalização do desaparecimento forçado, da tortura e das execuções extrajudiciais e do encarceramento em massa (2025, p. 14).

Sayigh demonstra com precisão como a autocracia egípcia se moderniza tecnocraticamente para se perpetuar. Contudo, é a lente teórica de Manuel Castells (2018) que permite decifrar a natureza paradoxal deste processo. Para Castells (2018), há uma divisão fundamental entre modernização – a adoção de aparatos técnicos, legais e econômicos eficientes – e modernidade – um projeto social fundado na emancipação, na razão crítica e na ampliação de direitos. O regime de al-Sisi, tal como analisado por Sayigh, é um caso paradigmático de modernização sem modernidade: ele instrumentaliza a linguagem da eficiência econômica, os megaprojetos de infraestrutura e um arcabouço jurídico sofisticado (modernização) para negar os fundamentos da autonomia individual, da participação política e da justiça social (modernidade).

Nesse sentido, deixa claro que a autocracia não se limita a reproduzir práticas tradicionais, mas é capaz de adotar uma estética de governança moderna, criando novas instituições e internacionalizando narrativas de legitimidade. Ao fazê-lo, evidencia que a longevidade autoritária depende não apenas do uso da força, mas também da capacidade de transformar a repressão em arcabouço jurídico e administrativo.

Sisi supervisionou o renascimento do capitalismo de Estado egípcio desde que chegou ao poder, revertendo efetivamente a direção geral da gestão econômica que acompanhou o programa de privatizações lançado por Mubarak em 1991. No entanto, o capitalismo de Estado egípcio hoje difere radicalmente daquele estabelecido por Nasser na década de 1960. Este último viu a transferência generalizada de grande parte do setor privado não agrícola para a propriedade pública e a instituição de políticas econômicas redistributivas e bem-estar social universal. Por outro lado, o capitalismo de Estado sob Sisi é caracterizado por políticas de austeridade neoliberais, monetização de ativos estatais e fixação de taxas de uso para bens e serviços públicos, além de uma crescente concentração de riqueza. Além disso, o governo Sisi busca ativamente injetar capital privado em ativos estatais, mantendo o controle sobre eles. O comportamento econômico do governo não é impulsionado por uma visão coerente de crescimento e desenvolvimento, capitalista ou não, nem representa uma estratégia de acumulação bruta de riqueza, mas sim guiado pelo poder (Sayigh, 2025, p. 10).

Por fim, o debate sobre autoritarismo e democratização não pode ser dissociado da dimensão identitária. Como observa Manuel Castells (2018), as sociedades contemporâneas são atravessadas por uma crise de representação que confere centralidade às identidades

culturais, religiosas e nacionais como motores de mobilização política. Longe de se dissolverem no processo de globalização, essas identidades adquirem ainda maior relevância, sendo disputadas tanto por atores de resistência quanto por elites que buscam legitimar seu poder. Castells distingue, nesse sentido, entre identidades legitimadoras, de resistência e de projeto, permitindo compreender como diferentes atores moldam a pertença coletiva.

No Egito, essas três formas de identidade coexistem e se enfrentam. O regime de al-Sisi mobiliza uma identidade legitimadora ancorada no neofaraonismo e no nacionalismo militar, que busca apresentar o presidente como encarnação da nação e as Forças Armadas como guardiãs da ordem civilizacional. Trata-se do que Castells (2018) denomina modernização sem modernidade: a adoção de aparatos técnicos, megaprojetos e discursos de eficiência convive com a negação sistemática da autonomia individual, da participação política e dos direitos fundamentais. Paralelamente, setores políticos islamistas constroem identidades de resistência que, ao longo de décadas, lhes permitiram sobreviver à repressão e manter laços comunitários. Em alguns momentos, como na breve experiência do governo Morsi, essas identidades de resistência ensaiaram transformar-se em identidades de projeto capazes de disputar a reconfiguração do Estado, mas esbarraram na rigidez das estruturas autoritárias e na recusa das elites tradicionais em aceitar a alternância democrática.

A essa dinâmica identitária soma-se o fenômeno da personalização do poder, igualmente analisado por Castells. Nas sociedades em rede, a política tende a se personalizar em torno de lideranças carismáticas que se comunicam diretamente com as massas, contornando instituições mediadoras como partidos e parlamentos. No Egito, esse fenômeno assume contornos autoritários: a figura de al-Sisi é construída discursivamente como “pai da nação”, “protetor da revolução” e única garantia de estabilidade, em um processo que esvazia a política de seu caráter coletivo e institucional. A personalização do poder, nesse contexto, não apenas legitima a concentração de decisões no Executivo, mas também desmobiliza a sociedade ao apresentar a política como assunto de um homem só.

Em conjunto, essas abordagens oferecem um quadro teórico robusto para compreender a política árabe contemporânea em sua complexidade. Ao enfatizar, respectivamente, a adaptabilidade dos regimes, a necessidade de epistemologias próprias, a reinvenção tecnocrática da autocracia, os processos graduais de erosão democrática e a centralidade das identidades, esses autores convergem para mostrar que o autoritarismo no mundo árabe não é um resíduo do passado, mas uma forma de poder dinâmica, enraizada em estruturas sociais e constantemente renovada por meio de práticas políticas, discursivas e institucionais.

Essas três dimensões – neoliberalismo, autoritarismo e identidades – não devem ser tratadas como esferas autônomas, mas como processos interdependentes. A adoção de reformas neoliberais no Egito intensificou desigualdades sociais e precarizou as condições de vida, alimentando tanto o fortalecimento do regime autoritário quanto a centralidade de discursos identitários. Por um lado, o Estado mobilizou a identidade nacional como elemento de legitimação frente às dificuldades econômicas; por outro, movimentos religiosos e culturais interpretaram tais desigualdades como expressão de uma crise moral e política. O entrelaçamento entre economia, autoritarismo e identidade, portanto, constitui a chave para compreender o caráter complexo da Primavera Árabe no Egito.

1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A variável norteadora deste estudo é o processo de autocratização ocorrido nas transições do regime político egípcio entre 2011 e 2023¹⁴, entendido como um processo dinâmico de reconfiguração do autoritarismo a partir de uma ruptura institucional aparente (Resta, 2019). Para a análise desse fenômeno, a pesquisa mobiliza um conjunto de categorias analíticas interligadas, que permitem descrever e interpretar os fatores estruturais e conjunturais que condicionaram o percurso político do país. São elas: a estrutura de poder herdada; os atores estratégicos da transição; os mecanismos de controle político e repressão institucionalizada; e o apoio político externo. A expectativa é que essas dimensões revelem como os fatores estruturais de longa duração, combinados à conjuntura geopolítica e aos mecanismos de repressão, contribuíram para a consolidação de uma nova ordem autoritária, mesmo após a emergência de um processo de transição democrática.

A complexidade de fatores que englobam o objeto dessa dissertação implica na necessidade de uma análise de caráter qualitativo, partindo de uma pesquisa descritiva-explicativa, já que visa-se descobrir a existência de associação entre variáveis com o propósito de entender a natureza das relações, identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (Gil, 2023).

Em suma, este estudo busca romper com a tendência reducionista, examinando o Egito como um caso emblemático da relação entre legados autoritários e estratégias contemporâneas de manutenção do poder. A análise considera não apenas o peso das estruturas políticas herdadas, mas também a influência de fatores geopolíticos na contenção e no redirecionamento de processos de transição democrática, especialmente no contexto

¹⁴ O ano de 2023 foi escolhido como momento-chave por ter sido ano eleitoral no Egito, além de marcar o momento em que o Egito ainda não havia se envolvido com o conflito em curso entre Israel e Hamas.

pós-Primavera Árabe. Essa abordagem pretende, assim, contribuir para um debate mais amplo sobre as dinâmicas de poder, repressão e governança na região, oferecendo elementos para repensar os limites e possibilidades das transformações políticas no mundo árabe.

1.5 ARQUITETURA DOS CAPÍTULOS

Tais contribuições serão estruturadas em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. Em busca de clareza conjuntural, o primeiro capítulo retoma parte dos aspectos fundamentais da dinâmica regional do final do século XX, com especial atenção aos efeitos da influência internacional na formação econômica, política e social do Egito. Além de basear a relação religiosa com o Estado, será demonstrado como a ingerência estadunidense e as ofensivas neoliberais moldaram o Estado egípcio ao longo do final do século XX, criando fissuras sociais e políticas que explodiram em 2011. O objetivo é demonstrar como essas pressões externas co-constituíram um terreno de contestação, fomentando, ao mesmo tempo, a repressão estatal e a gradual formação de repertórios de oposição e resistência social.

O segundo capítulo analisará a Primavera Árabe como episódio de aspectos fundamentais no entendimento das dinâmicas que se sucederam. O evento será analisado a partir do foco no protagonismo de uma conjunção de atores (movimentos jovens, sindicatos, grupos islamistas, etc) e nas dinâmicas de mobilização popular que desestabilizaram a ordem autoritária. Em seguida, aprofunda-se na tentativa de governo de Mohamed Morsi, analisando não apenas os seus desafios de governança e a polarização política interna, mas também as pressões externas decisivas que enfrentou – nomeadamente a hostilidade de monarquias do Golfo e a ambivalência estratégica dos Estados Unidos, que retirou seu apoio diante da instabilidade. Esta análise conjuntural evidencia que o fracasso do experimento islamista foi resultado de um cerco multidimensional, e não apenas de suas falhas internas.

Por fim, o terceiro capítulo examinará o governo atual como uma resposta reativa a esse período de abertura. A sustentação do regime de al-Sisi será analisada não apenas por suas políticas internas de repressão do governo policial-militar e neoliberalismo, mas também pela sua capacidade de silenciar a oposição, e pela sua astúcia em se reposicionar geopoliticamente para garantir apoio externo, vendendo-se como um baluarte contra o caos e o islamismo. O capítulo problematiza como esse novo autoritarismo é, em si, uma consequência das lutas políticas dos anos anteriores.

2 CONSTRUINDO BASES DA PRIMAVERA ÁRABE: A TRANSFORMAÇÃO NEOLIBERAL DO EGITO

Uma vez introduzidos traços gerais do escopo deste trabalho, este capítulo apresentará as dinâmicas do desenvolvimento do Estado egípcio, a partir da importância do país e da região, em paralelo com a construção e instauração de políticas neoliberais. Desde meados do século XX, a região se distingue por ser alvo de interesse de potências ocidentais, em especial os Estados Unidos, que asseguraram centralidade regional por décadas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tal centralidade operou em múltiplas dimensões articuladas: econômico-financeira, por meio da subordinação das economias locais às prescrições do FMI e do Banco Mundial; militar-securitária, com venda de armamentos, bases militares e cooperação em contrainsurgência; e ideológico-discursiva, pela produção de narrativas sobre democracia, estabilidade e terrorismo. Concomitantemente com seu teor estratégico, a MENA é percebida – e discursivamente produzida – como região conflituosa, palco de instabilidades geopolíticas decorrentes, marcadas por divisões internas e influência de potências internacionais.

De forma geral, a construção do Estado egípcio moderno é, ao mesmo tempo, singular e paradigmática. Singular em seus contornos históricos específicos, mas paradigmática por ilustrar com clareza um fenômeno de alcance global: a imposição de um modelo econômico que subordina economias nacionais a dinâmicas de capital transnacional. Para compreender o neoliberalismo no Egito, é essencial enquadrá-lo na trajetória regional de MENA, uma vez que sua história é indissociável do projeto imperialista liderado pelos Estados Unidos a partir da década de 1970. A internacionalização do capital, sob hegemonia estadunidense, encontrou na região um terreno fértil estratégico devido à expansão da produção petrolífera¹⁵. A riqueza em hidrocarbonetos atraiu um elevado grau de intervenção estrangeira, que moldou Estados e economias, como se observou no Irã pré-1979, na Arábia Saudita e em Israel, consolidando arquiteturas de poder que beneficiavam interesses geopolíticos e corporativos externos.

No final da década de 1960, os ingleses encerraram toda presença militar a leste de Suez, deixando o comando exclusivo aos Estados Unidos, que preferiram usar seus Estados representantes, o Irã e a Arábia Saudita, para cuidar de seus proliferantes interesses na região. Recorreram ainda ao seu apoio particularmente forte e quase irrestrito a Israel para criar ali um sólido posto avançado de poder estadunidense por procuração. Mas primeiro o boicote do petróleo e em seguida a grande elevação dos preços, organizada em 1973 pela OPEP, a que se associou a queda do xá do Irã, em 1979, tornaram insustentável essa solução do domínio indireto por meio de representantes distantes. O presidente Carter enunciou a doutrina segundo a qual os

¹⁵ Há no entanto uma perspectiva ainda mais ampla a partir da qual entender a questão do petróleo. Ela pode ser apreendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo (Harvey, 2005b, p. 25).

Estados Unidos não permitiriam em nenhuma circunstância a interrupção do fluxo de petróleo do Golfo (Harvey, 2005b, p. 26).

A partir de 1973, quando os Estados produtores assumiram a gestão dos preços do petróleo, passaram a ser fontes centrais de investimento ocidental. Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuwait tornaram-se mercados importantes para uma grande variedade de empresas ocidentais e multinacionais que vendem infraestrutura, desenvolvimento, armas e bens de consumo. Nesse sentido, no que diz respeito ao Egito, a situação econômica do Golfo influenciara diretamente a estabilidade do Estado, uma vez que o capital advindo da região começou a financiar o setor privado egípcio e os empreendimentos de privatização que ocorreram com o passar dos anos.

Estruturalmente, a formação capitalista egípcia pode ser caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado¹⁶, que une em um mesmo Estado formas pré-capitalistas de produção, com áreas específicas de maior capital investido (Costa, 2020, p. 186). A partir da década de 1970, essa contradição tornou-se a espinha dorsal da economia nacional: enquanto parte significativa da população permanecia ligada a atividades agrícolas de subsistência, emergiam enclaves capitalistas modernos voltados para a integração internacional. Entre eles destacavam-se projetos turísticos no Mar Vermelho, o setor financeiro liberalizado e empreendimentos de alta tecnologia, direcionados sobretudo a uma elite local e ao capital estrangeiro.

Os centros de modernidade, no entanto, coexistiam e eram sustentados por vastas parcelas da economia que permaneciam enraizadas em relações pré-capitalistas. Na agricultura, pequenos produtores mantinham técnicas tradicionais de subsistência, enquanto as cidades viam proliferar um enorme setor informal de trabalhadores, totalmente à margem de qualquer proteção social ou legal. O Estado egípcio atuou como grande articulador desta combinação, fazendo com que a instalação deliberada de uma modernização superficial aprofundasse fraturas sociais ao invés de curá-las.

Contudo, longe de ser um simples subproduto de políticas mal concebidas, essa configuração econômica dual deve ser compreendida como a expressão de um projeto político deliberado de autoritarismo neoliberal (Brown, 2019). Esse modelo, no entanto, não foi um acidente ou um fenômeno isolado. Pelo contrário, foi moldado pelas transformações geopolíticas globais e por escolhas domésticas de alinhamento que remontam ao final do século XX.

¹⁶ A teoria formulada por León Trotsky no início do século XX.

Desta forma, para compressão da situação egípcia pós-2011, é necessário um recuo histórico às dinâmicas políticas, econômicas, sociais e religiosas que marcaram o país ao longo do final do século XX. O período foi caracterizado por transformações estruturais decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e posteriormente a Guerra Fria (1991), pela intensificação da presença estadunidense e pela consolidação de regimes apoiados em diferentes formas de dependência externa. Paralelamente, a esfera pública foi palco de uma reconfiguração do papel da religião, desafiando a legitimidade do regime secular.

Este capítulo, portanto, busca traçar esse percurso histórico, evidenciando as contradições que se acumularam no período e que ajudam a compreender as condições que culminaram na Primavera Árabe. Argumenta-se que a “transformação neoliberal” no Egito não foi um mero ajuste econômico, mas um projeto político complexo, que articulou diferentes segmentos sociais.

2.1 GAMAL ABDEL NASSER: O ARQUITETO DA REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO (1956-1970)

Proveniente das camadas médias baixas de Alexandria, Gamal Abdel Nasser (1918-1970) formou-se em um ambiente social marcado pela ascensão de novos segmentos urbanos e pela contestação à dominação britânica. Ainda jovem, demonstrou intensa inclinação política, influenciado tanto pelo racionalismo iluminista de Voltaire quanto pelo pensamento nacionalista árabe de Tawfiq al-Hakim (Santos, 2020). Em 1935, já despontava como liderança estudantil de destaque nos movimentos de oposição ao mandato britânico. De forma geral, Nasser consolidou-se como uma figura carismática cuja influência ultrapassou as fronteiras do Egito, projetando-se sobre todo o mundo árabe. Seu projeto político buscava ampliar o nacionalismo egípcio em direção a uma identidade árabe compartilhada, fundada na ideia de unidade regional e autodeterminação, defendendo a integração dos povos árabes sob uma liderança autônoma, em oposição à dominação ocidental.

Mais do que um líder de libertação nacional, Nasser inaugurou uma nova forma de autoridade no Egito republicano: um Estado centralizado, de base militar e orientado por um discurso de soberania e modernização, que combinara a promessa de justiça social com o controle político das massas. Essa estrutura, forjada durante o período nasserista, forneceu os alicerces institucionais e ideológicos sobre os quais se edificara as futuras dinâmicas de poder do Egito contemporâneo.

2.1.1 Movimento dos Oficiais Livres: a construção da república egípcia e a institucionalização do poder militar

Os anos após o fim da II Guerra Mundial (1945) produziram uma crise de identidade coletiva, alimentando uma reação anti-imperialista que associava a emancipação nacional à necessidade de modernização e autonomia militar. Como consequência o período que se seguiu à criação do Estado de Israel (1948) redefiniu as dinâmicas políticas de MENA e impulsionou o fortalecimento de projetos nacionalistas em diversos países árabes. Nesse contexto, o Egito destacou-se como um dos principais polos de mobilização política, onde as Forças Armadas começaram a ser vistas não apenas como instrumento de defesa, mas como agente legítimo de transformação social e reconstrução do Estado.

Assim, a Revolução Egípcia de 1952 deve ser compreendida como resultado de um processo histórico marcado pela persistência da influência colonial e pela incapacidade do regime monárquico de consolidar um Estado soberano e funcional (Gordon, 1992). Embora o Egito tenha obtido sua independência formal em 1922, a presença britânica manteve-se determinante na estrutura política e militar, perpetuando uma forma de dependência que restringia a autonomia nacional. A derrota na Guerra Árabe-Israelense de 1948¹⁷ aprofundou essa crise de legitimidade, evidenciando a corrupção e a ineficiência do governo do rei Farouk I, amplamente percebido como subordinado aos interesses de Londres, sobretudo pela manutenção do controle britânico sobre o Canal de Suez (Sherif, 2023). Nesse contexto de estagnação, as Forças Armadas tornaram-se o principal espaço de contestação política: jovens oficiais oriundos das classes médias e populares, formados em academias militares e dotados de uma consciência nacionalista crescente, passaram a enxergar na instituição militar não apenas uma via de mobilidade social¹⁸, mas também o instrumento capaz de promover a reforma estrutural e restaurar a soberania do país.

¹⁷ Em novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução dividindo a Palestina em dois Estados, um judeu e um árabe, com Jerusalém sob administração das Nações Unidas. O mundo árabe rejeitou o plano, argumentando que era injusto e violava a Carta da ONU. A situação se transformou em uma guerra total em 1948, com a saída das forças britânicas da região palestina e a declaração de independência do Estado de Israel em 14 de maio de 1948. A guerra terminou em 1949 após uma série de acordos com Egito, Líbano, Jordânia e Síria formalizando a vitória de Israel. Cerca de 750.000 palestinos foram deslocados, e o território foi dividido em três partes: o Estado de Israel, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (ONU, 2025).

¹⁸ Ainda hoje, as Forças Armadas egípcias permanecem como um dos principais vetores de mobilidade social e ascensão econômica no país. O ingresso na carreira militar oferece oportunidades de estabilidade, prestígio e acesso a redes de influência política e empresarial, sobretudo para jovens advindos das classes médias e populares. O aparato militar, além de controlar setores estratégicos da economia, mantém papel decisivo na distribuição de recursos e na definição de políticas públicas, perpetuando sua condição de núcleo privilegiado do poder estatal e de mecanismo de reprodução de elites (Kandil, 2012).

Após anos de descontentamento, em 25 de janeiro de 1952¹⁹, uma ampla revolta social expôs a insatisfação popular com a corrupção da monarquia e a persistência da influência britânica. O episódio, marcado por confrontos no Cairo e ao redor, evidenciou o esgotamento do regime de Farouk I e o descrédito das instituições estatais. Esse cenário de instabilidade reforçou, também entre os militares, a percepção de que apenas uma ruptura profunda poderia restaurar a soberania e a ordem nacional.

Uma insurreição popular espontânea em 25 de janeiro de 1952 no Cairo levou a uma repressão em massa de líderes sindicais e comunistas. Enquanto a coerção violenta do Estado enfraqueceu com sucesso a vanguarda proletária da aliança nacional-popular, também revelou sua própria compreensão fraca sobre a gelatinosa sociedade civil do Egito. Seções da polícia e militares egípcios também se juntaram à mobilização contra-hegemônica. A insurreição de 25 de janeiro anunciou o fim prático do governo do Palácio, mas não havia força social que pudesse preencher o vácuo de poder. O poder do estado central foi desorganizado, mas não conquistado, e muito menos transformado. O vazio político durou seis meses até que, em 23 de julho de 1952, quando os Oficiais Livres do Conselho de Comando Revolucionário (CCR), liderados pelo coronel Gamal Abdel Nasser, apareceram na cena política como um *deus ex machina*. O CCR organizou um golpe, cortando o nó górdio que o movimento nacional-popular havia vinculado e não conseguia desvendar (Smet, 2016, p.238).

O Movimento dos Oficiais Livres emergiu inicialmente como uma articulação militar voltada à reorganização política do país a partir das Forças Armadas. Formado por jovens oficiais veteranos da Guerra da Palestina (1948–1949) e movido por um crescente descontentamento com a corrupção e a ineficácia do regime monárquico, tornou-se um braço político organizado. A adesão de Mohamed Naguib, herói da Guerra Árabe-Israelense e figura de grande prestígio nacional, em 1949, foi decisiva para a consolidação do grupo. Seu capital simbólico e de influência conferiram legitimidade política ao movimento, ampliando sua aceitação entre os militares e a sociedade egípcia em geral (Osman, 2011).

Sob a liderança de Gamal Abdel Nasser e com o apoio de Naguib e Anwar al-Sadat, os Oficiais Livres transformaram o descontentamento militar e social em um projeto político forte de ruptura. Articulado em torno de um nacionalismo reformista e da rejeição à tutela estrangeira, o grupo passou a defender a reconstrução do Estado sob bases nacionais soberanas e modernizadoras.

Na madrugada de 23 de julho de 1952, os Oficiais começaram a ação que inicialmente ficou conhecida como “Movimento do Exército” e que, posteriormente, seria consagrada como a “Revolução de 23 de Julho”. O programa político do grupo, ordenado pelos interesses desenvolvimentistas nacionais, foi sintetizado em seis princípios centrais: eliminação do feudalismo, do colonialismo e do controle concentrado do capital; estabelecimento de uma

¹⁹ Mesmo dia que marcaria o início das revoltas egípcias em 2011 na praça Tahrir.

vida democrática sólida; construção de justiça social; e fortalecimento de um exército nacional capaz de garantir a soberania do país (Portal do Governo de Cairo, 2024).

Após a derrubada da monarquia²⁰, o poder concentrou-se no recém-criado Conselho de Comando Revolucionário (CCR), fortemente orientado pela liderança política de Gamal Abdel Nasser. Nesse arranjo institucional inicial, Mohamed Naguib assumiu a chefia do CCR e acumulou funções estratégicas, incluindo o comando das Forças Armadas e os ministérios da Guerra e da Marinha, atuando como um líder de transição capaz de oferecer legitimidade à nova ordem (Presidency of The Arab Republic of Egypt, 2025b). Uma das primeiras medidas do novo governo ocorreu em setembro do mesmo ano, com a implementação de uma ampla reforma agrária, limitando a extensão máxima de terras que cada proprietário poderia deter. Essa política visava enfraquecer o poder econômico das elites rurais e ampliar a base social de apoio ao novo governo. Ao longo da década seguinte, novas etapas de redistribuição ocorreram em 1961, 1963 e 1969, resultando na transferência de aproximadamente 12% das terras cultiváveis para agricultores sem-terra (Costa, 2020).

Até este ponto, cabe observar como o Egito enfrentava, simultaneamente, os desafios da modernização e do legado colonial. Sob o discurso da justiça social e do desenvolvimento nacional, o projeto modernizante consolidou-se como instrumento de legitimação do novo governo e como base para a construção de um Estado fortemente centralizado e orientado pelo protagonismo militar. Paralelamente, a decisão de dissolver os partidos políticos, abolir a Constituição de 1923 e instituir um período transitório sob tutela militar evidenciava que o processo revolucionário avançava no sentido de restringir o pluralismo e de consolidar uma lógica de autoridade centralizada, na qual o exército se posicionava como guardião exclusivo do projeto republicano em gestação (Salahi, 2019).

Em 18 de junho de 1953, com a proclamação da República Árabe do Egito, Mohamed Naguib foi formalmente nomeado o primeiro presidente do país (1953-1954), embora a autoridade efetiva permanecesse concentrada no CCR, com grande influência de Gamal Nasser. Essa configuração institucional assegurava que a lealdade das Forças Armadas fosse o eixo de sustentação do novo governo, deslocando o centro de poder para dentro da corporação militar.

Após o golpe, ocorreu uma luta pelo poder dentro da estrutura militar, que foi expressa em termos do caráter do novo bloco nacional-popular. O general Muhammad Naguib, escolhido pelo CCR como chefe de Estado por causa de sua antiguidade e prestígio, pretendia reduzir ao mínimo a intervenção militar e defendia o estabelecimento de democracia burguesa e políticas de livre mercado. Nasser, no

²⁰ Em seu exílio do Egito, Farouk I estabeleceu-se primeiro em Nápoles e, mais tarde, em Roma, onde morreu em 1965.

entanto, alegou que essa retirada representava um retorno ao impasse da sociedade. Somente a transformação do projeto nacional popular em um estado forte, homogêneo e centralizado poderia superar a situação. Em 1953, o novo governo proibiu todos os partidos, exceto a Irmandade, que permaneceu leal ao CCR (Smet, 2016, p. 239).

Segundo Costa (2020), Nasser não emergiu como uma figura unânime já que o Comando do Conselho Revolucionário não era uma força unitária. As tensões entre a presidência e o núcleo revolucionário tornaram-se claras conforme Gamal Nasser consolidava sua influência, processo que se intensificou com sua nomeação como primeiro-ministro²¹ em abril de 1954. Nesse mesmo ano, uma tentativa de assassinato atribuída à Irmandade Muçulmana, grupo de caráter religioso, forneceu ao governo o pretexto para reprimir o movimento islamista e eliminar dissidências internas, abrindo caminho para a concentração definitiva de poder nas mãos de Nasser. O desfecho desse conflito interno ocorreu em novembro do mesmo ano, quando o Conselho destituiu Naguib de todas as suas funções, assegurando a ascensão definitiva de Nasser como líder do regime revolucionário (Portal do Governo de Cairo, 2025).

Durante a luta de poder aberto entre Nasser e Naguib, no final de 1953 e 1954, a Irmandade ficou do lado de Naguib, mas depois mudou para o campo de Nasser. Em troca de seu apoio, a Irmandade exigia uma constituição islâmica, instituições democráticas, liberdade de imprensa e fim das leis de emergência. Como Nasser não estava disposto a dividir o poder, vários membros de Ikhwan fundaram secretamente uma nova célula paramilitar que tentou assassinar o presidente em 26 de outubro de 1954. A tentativa falhou, mas deu a Nasser um alibi perfeito para eliminar a Irmandade Muçulmana como concorrente pelo poder (Smet, 2016, p. 239).

A destituição de Mohamed Naguib, em novembro de 1954, marcou o ponto de inflexão definitivo na consolidação do novo regime. Sua saída simbolizou o fim da experiência colegiada que havia caracterizado a fase inicial do movimento e consagrou a liderança de Gamal Abdel Nasser como figura central incontestável do processo político. A partir desse momento, o Egito ingressou em uma etapa de centralização do poder e de institucionalização do protagonismo militar, na qual o Conselho de Comando da Revolução passou a atuar como base decisória e fonte exclusiva de legitimidade estatal.

O primeiro golpe de Estado dos Oficiais Livres (1952), mas sobretudo o segundo, que inaugura a tomada de controle de Nasser (1954), vieram para “coroar” esse período de fluxo contínuo de lutas, de acordo com alguns, ou para lhe dar um fim, de acordo com outros. O nasserismo substituiu essa leitura que proponho do despertar egípcio por um discurso ideológico que abole toda a história dos anos 1919-1952 para fazer “a revolução egípcia” remontada a julho de 1952 (Amin, 2011, p. 2).

²¹ Importante salientar que no governo egípcio embora a figura do primeiro-ministro esteja presente no sistema político desde o período republicano – sob os governos de Nasser, Sadat e Mubarak –, até 2011 o país operava sob um presidencialismo fortemente centralizado, no qual o chefe de governo era politicamente subordinado ao presidente e não respondia de maneira efetiva ao parlamento.

O governo de Nasser transformou o movimento de 1952 em um projeto de Estado de longo alcance. Sob sua direção, os Oficiais Livres deixaram de ser apenas uma força paralela para se tornar o núcleo dirigente de um regime que unificou as esferas política, administrativa e militar. As Forças Armadas consolidaram-se como o pilar da governança republicana, assumindo funções que ultrapassavam a defesa nacional e englobavam a formulação de políticas, a gestão econômica e o controle do aparato burocrático (Gordon, 1992). Essa configuração deu origem a um modelo de Estado no qual o poder político e o capital simbólico se concentravam na instituição militar.

2.1.2 Construção nasserista de Estado: política, soberania e identidade nacional

Embora o movimento de 1952 tenha sido celebrado como o marco inicial da revolução social egípcia, parte significativa dos movimentos de esquerda interpretou a ascensão dos Oficiais Livres como uma tentativa de conter a crescente radicalização popular e interromper o processo de democratização em curso (Amin, 2011). De fato, o projeto nasserista só se consolidaria como plataforma anti-imperialista após a Conferência de Bandung, em 1955, quando o Egito passou a desempenhar papel central no Movimento dos Não Alinhados²². Nesse contexto, o regime combinou uma retórica internacional de independência e solidariedade pan-árabe e pan-africana com reformas sociais de caráter progressista, mas conduzidas de forma centralizada e autoritária. A ausência de canais autônomos de mobilização e a supressão da vida política civil transformaram o Estado em único agente de mudança, esvaziando o espaço público e interditando a ação coletiva das classes populares. Essa lacuna seria, mais tarde, ocupada pelo Islã Político, que se afirmaria como alternativa moral e social diante da crise do projeto nasserista (Amin, 2011).

A chegada de Gamal Abdel Nasser à presidência, em 1956, representou a consolidação à ruptura da ordem monárquica anterior e inaugurou um modelo de desenvolvimento pautado pelo fortalecimento do setor público, pela industrialização por substituição de importação e pela ampliação de políticas sociais (Nagarajan, 2013). Internamente, o nasserismo

²² O Movimento Não Alinhado tem suas origens no que foi considerado a primeira Conferência Afro-Asiática ou África-Asiática de grande escala, realizada de 18 a 24 de abril de 1955. É popularmente conhecida como Conferência de Bandung e, foi convocada para discutir a paz e o papel dos países em desenvolvimento diante da Guerra Fria, bem como o desenvolvimento econômico e a descolonização dos países sob ocupação colonial. Em 1961, com base nos princípios acordados na Conferência de Bandung, o Movimento dos Países Não Alinhados foi formalmente estabelecido na Primeira Cúpula, realizada em 1961. Vinte e cinco (25) países participaram da Primeira Cúpula foram: Afeganistão, Argélia, Birmânia (Mianmar), Camboja, Ceilão (Sri Lanka), República Democrática do Congo (RDC), Cuba, Chipre, Egito, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Iraque, Líbano, Mali, Marrocos, Nepal, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Tunísia, Iêmen e Iugoslávia (NAM, 2025).

consolidou-se como um projeto político fundado na combinação entre nacionalismo anti-imperialista, industrialização estatal e centralidade das Forças Armadas.

A ideologia pan-arabista, associada à defesa da soberania e à promessa de justiça social, legitimava a autoridade do regime e seu papel modernizador. O projeto político de Nasser não visava à instauração de um regime estritamente militar, mas à consolidação de um governo sustentado por uma mobilização popular controlada. Essa configuração permitia-lhe exercer uma liderança personalista e, ao mesmo tempo, preservar o papel das Forças Armadas como base de sustentação do poder. Ancorado nessa estrutura, Nasser buscava projetar o Egito como potência regional autônoma, capaz de negociar com as potências imperialistas em condições de relativa soberania (Kandil, 2012). Nesse arranjo, o exército tornou-se o guardião da soberania e o principal gestor do desenvolvimento nacional, enquanto a religião permaneceu como elemento relevante do tecido social, porém subordinada a um projeto estatal que visava à unidade política e à contenção das disputas identitárias (Koşak, 2016).

É interessante ter em mente que Nasser se tornou um “herói” com um projeto civil, não-islâmico, mesmo considerando a religião como forte ponto de seu projeto árabe nacionalista, repudiava o Islã como forma de governo. Como observa Osman (2011), tal escolha estava ligada à necessidade de legitimar o pan-arabismo diante de sociedades árabes marcadas pela diversidade religiosa, como a expressiva presença cristã no Líbano. Ao evitar que seu projeto fosse identificado exclusivamente relacionado ao Islã, Nasser buscava afirmar uma identidade nacional e regional de caráter secular, capaz de integrar diferentes comunidades religiosas sob a bandeira do nacionalismo árabe.

O surgimento do nacionalismo árabe de matriz socialista sob a liderança de Gamal Nasser representou um ponto de inflexão na trajetória política do Egito e no imaginário político do Oriente Médio. O nacionalismo egípcio, antes restrito à defesa da soberania estatal, expandiu-se para além das fronteiras nacionais, articulando-se como um projeto transnacional de emancipação e solidariedade entre os povos árabes. Nesse contexto, o discurso nasserista buscava fundir as aspirações de independência frente às potências ocidentais com a construção de uma unidade política e econômica árabe²³, capaz de afirmar o protagonismo regional e resistir às estruturas do imperialismo (Al Assar, 2010).

²³ A criação da República Árabe Unida (RAU), em 1958, representou o auge do ideal pan-arabista nasserista, ao unir Egito, Síria e, brevemente, o Iêmen em um mesmo Estado. A união contou com amplo apoio popular, 93% do parlamento sírio e 92% da população aprovaram a integração, mas revelou rapidamente tensões estruturais, sobretudo pela centralização do poder no Cairo e pela hegemonia egípcia sobre as decisões políticas. A dissolução dos partidos sírios e a subordinação administrativa ao Egito provocaram descontentamento, culminando no golpe de 1961 que pôs fim à experiência de unificação regional.

Sua experiência na Guerra Árabe-Israelense de 1948 reforçou a hostilidade em relação a Israel e às antigas potências coloniais, sobretudo o Reino Unido e a França, vistas como responsáveis pela manutenção de estruturas econômicas e políticas de dominação. A defesa do direito soberano dos países em controlar seus próprios recursos tornou-se um pilar central de sua política externa. Essa posição, ao confrontar diretamente os interesses britânicos e franceses, criaria as condições para a eclosão da Crise de Suez em 1956, momento em que o nacionalismo nasserista se afirmaria como símbolo de resistência ao imperialismo (Leite, 2007).

Em 1956, o presidente obteve aprovação popular para uma nova Constituição por meio de plebiscito, o que lhe permitiu ser eleito pela Assembleia Nacional e confirmado no cargo pelo voto direto. Seu governo assumiu um caráter fortemente desenvolvimentista, voltado à modernização das estruturas econômicas, sociais e militares do Egito, processo que despertou apreensão nas potências europeias. Considerado um líder revolucionário e abertamente contrário à política de Israel, Nasser enfrentou crescente resistência das potências ocidentais. A retirada estadunidense do financiamento para a construção da Represa de Assuã²⁴ foi interpretada como um insulto direto à soberania egípcia. Em resposta, apenas dois dias depois, Nasser anunciou a nacionalização da Companhia do Canal de Suez, declarando simbolicamente que “Suez pagaria Assuã”. Amparado por um forte sentimento nacionalista e pelo apoio popular, o presidente não hesitou em concretizar a medida, que se tornaria um marco de afirmação do poder e da independência egípcia frente ao Ocidente.

A nacionalização do Canal de Suez, em 1956, consolidou a afirmação da soberania egípcia e projetou o país como ator central no mundo árabe. Segundo David Harvey (2005b, p. 12), o evento pode ser considerado um marco geracional que expôs a face do poder imperial:

Não obstante, com o endurecimento das lutas de descolonização, o lado mais sórdido e perverso do regime imperial tornou-se mais evidente. Isso culminou, para mim e muitos outros de minha geração, na tentativa anglo-francesa de retomar o Canal de Suez em 1956. Na época, foram os Estados Unidos que repreenderam vigorosamente a Inglaterra e França por terem recorrido à guerra para derrubar um líder árabe, Gamal-Abdel Nasser, que, aos olhos ocidentais, era tão ameaçador e “malévolo” quanto se diz ser Saddam Hussein hoje.

²⁴ A Represa de Assuã, localizada no rio Nilo, foi planejada após a Revolução de 1952, sua construção seria inicialmente financiada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, que prometeram um empréstimo de 270 milhões de dólares. O cancelamento do acordo em 1956, motivado pelo temor ocidental diante da aproximação egípcia com a União Soviética, levou Nasser a nacionalizar o Canal de Suez. A medida provocou a reação militar do Reino Unido, França e Israel, resultando na Guerra de Suez. O desfecho do conflito, com a retirada das tropas invasoras e o apoio soviético à construção da barragem, consolidou o prestígio de Nasser e a reorientação geopolítica do Egito para o bloco socialista.

A Crise de Suez marcou um momento crucial na história global, sinalizando uma mudança no movimento anticolonial e inspirando esforços de independência em toda a África e no mundo árabe. Nasser emergiu como o “campeão do povo árabe” e um símbolo do nacionalismo árabe, seu carisma e dedicação inabalável garantiram o apoio de sua população. Mas, embora tenha garantido avanços em termos de soberania e redistribuição, o regime foi igualmente caracterizado por restrições políticas e pela repressão a opositores, o que revela o paradoxo entre desenvolvimento social e autoritarismo, sobretudo após a derrota de na Guerra Árabe-Israelense de 1967²⁵.

No campo das relações trabalhistas, Nasser também adotou uma estratégia de duplo movimento: ao mesmo tempo em que reprimiu iniciativas autônomas de organização, promoveu a cooptação dos trabalhadores por meio de estruturas sindicais controladas pelo Estado. Essa política neutralizou o potencial transformador das mobilizações populares e subordinou o movimento operário à lógica do regime (Costa, 2020). A proibição de sindicatos independentes, partidos e associações civis foi acompanhada da criação da Federação Geral dos Sindicatos Egípcios, concebida como instrumento estatal de vigilância e contenção das demandas sociais, encarregada de preservar a imagem de coesão interna e estabilidade do governo nasserista diante da comunidade internacional.

Sob o lema “Unidade, Ordem e Trabalho” a classe trabalhadora foi integrada ao bloco nasserista, de uma maneira que obliterou sua ação autônoma. Após menos de um mês no poder, o governo do CCR reprimiu violentamente uma greve em Kafr alDawwar, enforcing dois líderes operários. A hegemonia nasserista sobre o movimento dos trabalhadores foi garantida por consentimento coercitivo: por meio de uma combinação de reformas sociais unilaterais e de longo alcance e a liquidação ou transformismo dos intelectuais orgânicos da classe. Greves e trabalhadores independentes tiveram suas ações foram proibidas em 1956 (Smet, 2016, p. 247).

O Egito de Nasser instaurou um sistema econômico e social criticável mas coerente (Amin, 2011, p. 3). O projeto nasserista apostou na industrialização como via de superação da dependência colonial que havia reduzido o país à condição de exportador de algodão. A nacionalização de empresas estrangeiras, a ampliação do setor público e as políticas de bem-estar social ampliaram o papel do Estado e favoreceram a ascensão das classes médias urbanas, sem implicar um empobrecimento imediato das camadas populares.

²⁵ No contexto de uma economia instável e de uma política dinâmica, a Guerra Árabe-Israelense de 1967, também conhecida como Guerra dos Seis Dias, foi travada entre Israel e os países árabes com consequências desastrosas para o Egito, que teve o Canal de Suez dominado pelo exército israelense, além da ocupação da região do Sinai. Após uma humilhante derrota militar, o regime de Nasser enfrentou uma economia estagnada e o caos político. Todos os grupos pressionavam suas reivindicações nas ruas, e a resposta do Estado foi o uso de medidas repressivas contra manifestantes. A realidade fundamental era de que o Estado não tinha recursos para atender a todas as demandas.

Contudo, as nacionalizações em larga escala e as reformas agrárias implementadas de forma centralizada não conseguiram reduzir de maneira efetiva as desigualdades estruturais da sociedade egípcia. A manutenção da concentração de poder político e econômico nas elites burocráticas e militares evidenciou a falência parcial do projeto de regeneração nacional, cujo objetivo era afirmar a autonomia política, militar e cultural do Egito e, por extensão, do mundo árabe, frente à hegemonia ocidental (Osman, 2011). Essa crise de legitimidade foi ampliada pela derrota na Guerra dos Seis Dias, que expôs a fragilidade militar e diplomática dos governos árabes. A derrota não representou apenas um colapso militar, mas também o esgotamento do nacionalismo árabe enquanto mito mobilizador e projeto de unidade regional (Costa, 2020). Nesse contexto, o discurso islamista ressurgiu como alternativa moral e política diante da insuficiência do nacionalismo secular, reinterpretado como um projeto decadente incapaz de promover solidariedade pan-árabe.

Embora o regime tenha alcançado avanços significativos em termos de soberania – com a evacuação das tropas britânicas (1956), a nacionalização do Canal de Suez e a afirmação de uma política externa não alinhada – sua estrutura centralizada e dependente da coerção limitou a capacidade de renovação do modelo, entendida como a combinação entre substituição de importações e emprego público garantido. O Estado nasserista assegurou relativa estabilidade e mobilidade social ascendente, mas à custa de um sistema político excludente que impedia a emergência de mediações civis autônomas (Osman, 2011).

Nos anos finais do governo Nasser, o Egito começou a enfrentar severas restrições fiscais – agravadas pelos custos da guerra no Iêmen, pela corrida armamentista com Israel e pela quebra da safra de algodão em 1961 (Yasser, 2025). Essas pressões levaram o Estado nasserista, ainda que tardiamente e de forma incipiente, a adotar medidas que reduziram o controle estatal e reabriram espaços para práticas mais liberalizadas: a desvalorização cambial de 1962 (Sánchez, 1965), o afrouxamento parcial da regulação sobre o setor privado e, sobretudo, uma reavaliação crítica do monopólio estatal que, nos estertores do regime, pavimentou o caminho para a abertura econômica de Anwar Sadat e a consolidação do neoliberalismo egípcio nas décadas seguintes (Amin, 2011).

2.2 A PRESIDÊNCIA DE ANWAR SADAT E A ABERTURA ECONÔMICA (1970-1981)

Anwar Sadat era vice-presidente e, com a morte de Nasser em setembro de 1970, assumiu o governo egípcio, caracterizado, naquele momento, por uma fragmentação e desmoralização após a derrota na Guerra de 1967. Mesmo prometendo continuar com as políticas anteriores, Sadat não compartilhava as inclinações socialistas do antecessor e, ao

assumir o cargo, teve que lidar com, como observa Mark Cooper, “o fantasma de Nasser” (1982, p. 67).

Tudo começou com o fim das hostilidades em junho de 1967, e o regime de Sadat sabia a direção que precisava seguir. Na forma, era o Nasser inicial, na substância, era o Nasser tardio, [...]; no impacto, foi eficaz, pois a crise da sucessão foi negociada com sucesso e pacificamente (Cooper, 1982, p. 67).

Quando Sadat assumiu o poder, o país contava com representantes de um amplo conjunto político: socialistas nasseristas, à esquerda dos liberais de livre mercado, e os conservadores religiosos à direita (Osman, 2011). No contexto de reposicionamento político do Egito, Sadat identificou sua base no espectro de centro-direita e, de forma deliberada, implementou uma estratégia de desmonte da oposição, enfraquecendo e marginalizando outros grupos partidários por meio de medidas assertivas. Em uma jogada estratégica particularmente significativa, o presidente removeu seu vice-presidente e a cúpula de segurança, acusando-os de conspirar para executar um golpe de Estado. Esta investida repressiva não se limitou às figuras do *establishment*; foi sistematicamente estendida para incluir e silenciar vozes dissidentes de esquerda, consolidando assim seu controle sobre o cenário político nacional (Cooper, 1982).

Segundo Cooper (1982, p. 75), Sadat também via a figura do presidente como o “árbitro supremo de tudo”, distanciando-se da retórica coletivista de Nasser, Sadat operou uma recentralização do poder na figura presidencial, construindo uma estratégia política personalista. Suas medidas – como a repressão à dissidência e a governança por decreto – não podem ser interpretadas como mera normalidade institucional do período. Já nos primeiros anos, o governo de Anwar Sadat começou a enfrentar forte descrédito, frequentemente acusado de não cumprir as promessas de revitalização política e econômica. Tais críticas encontravam respaldo na realidade: a economia permanecia estagnada, marcada por um setor privado pouco dinâmico, um setor público ineficiente e um endividamento crescente (Mitchell, 1993).

Com o fim do nasserismo, Sadat promoveu uma inflexão na política externa e na própria concepção de identidade nacional. Seu discurso de “Egito primeiro” não expressava apenas um pragmatismo econômico, mas um deliberado deslocamento do nacionalismo árabe-transnacional de Nasser para um nacionalismo de Estado territorial. Nesse novo sentido, o Egito deixava de se conceber como vanguarda de uma causa árabe unificada para se redefinir como um Estado soberano, ainda que, na prática, sua soberania fosse progressivamente renegociada em termos de alinhamento automático com Washington. Foi com base nessa reorientação ideológica que Sadat pôde: (a) romper o consenso árabe ao

negociar separadamente com Israel; (b) pacificar a frente externa como condição para a abertura econômica; e (c) reposicionar o Egito como aliado estratégico dos Estados Unidos na região. No terreno da política externa, essa inflexão representou uma diferenciação radical em relação a Nasser, cuja projeção regional e identidade árabe haviam sido pilares fundamentais do regime anterior (Bandeira, 2006 apud Costa, 2020, p. 196).

O governo de Anwar al-Sadat materializou-se sob a disposição para romper com a lógica de confronto permanente herdada de Nasser. Entre 1971 e 1973, o presidente egípcio acumulou esforços diplomáticos para alcançar um acordo negociado com Israel: propôs o reconhecimento formal da soberania israelense e a assinatura de um tratado de paz em troca da devolução integral da Península do Sinai, ocupada desde 1967. A recusa israelense, que justificava a manutenção do território como indispensável à sua segurança, inviabilizou a via diplomática e convenceu Sadat de que apenas um choque militar poderia reabrir o jogo político (Osman, 2011).

Foi nesse contexto que Egito e Síria lançaram, em outubro de 1973, um ataque coordenado e surpresa contra Israel durante o feriado de Yom Kippur. Mais do que uma operação militar, a Guerra de Outubro constituiu uma estratégia de reequilíbrio político: Sadat não almejava destruir Israel, mas sim romper o status quo paralisante, restaurar a dignidade nacional abalada em 1967 e, sobretudo, forçar a comunidade internacional, especialmente os Estados Unidos, a intervir como mediadora (DTIC, 2001). O cálculo mostrou-se acertado. O desempenho inicial das forças egípcias, que atravessaram o Canal de Suez e surpreenderam o exército israelense, demonstrou a capacidade estratégica do Egito e reconfigurou os termos do conflito. Israel, até então intransigente, viu-se compelido a negociar sob mediação estadunidense, abrindo caminho para os acordos de paz que se seguiram (Osman, 2011).

Contudo, no âmbito doméstico o regime de Sadat enfrentou uma onda de contestação crescente. Setores religiosos, em particular, manifestaram veemente oposição à normalização das relações com Israel, interpretando-a como uma concessão inaceitável e uma traição à causa palestina, o que contribuiu para intensificar a crise de legitimidade do governo perante importantes segmentos da sociedade egípcia.

2.2.1 A Abertura

A década de 1970 assistiu ao surgimento de um projeto de “reformas” econômicas de caráter liberal no Egito, cuja manifestação inicial mais significativa ocorreu no plano jurídico. Esse novo arcabouço legal visava reorientar a base econômica do país, privilegiando e incentivando o capital privado. A nova orientação materializou-se primeiro na Constituição de

1971, que, através dos seus Artigos 34º e 36º, consagrou garantias robustas e inviolabilidade aos direitos de propriedade privada. Alinhada com este compromisso constitucional, a Lei n.º 65, também de 1971, foi promulgada com o propósito explícito de atrair investimento estrangeiro direto, sinalizando uma ruptura clara com o modelo econômico estatizante de inspiração nasserista e inaugurando uma transição gradual para uma economia de mercado (Costa, 2020).

A economia na década de 1970 dependia dos fluxos de receita advindas da produção de bens ou serviços, provenientes das taxas do Canal de Suez, das exportações de petróleo, das remessas de trabalhadores egípcios expatriados e da ajuda externa. Os capitalistas egípcios “concentraram suas energias na especulação e no investimento em esquemas de lucro rápido, como importações de bens de consumo e construção imobiliária” (Soliman, 2011, p. 36).

A partir disso, a principal tendência do governo de Anwar Sadat foi divulgada e aprovada em plebiscito em 1974, e encontrou sua oficialização no Documento de Outubro de 1974. Referia-se a um modelo de estratégia econômica de liberalização conhecida como *al-Infithah al Intisadi*, em árabe. A premissa básica é resumida por Cooper (1982, p.90) como:

$$\textit{capital árabe} + \textit{tecnologia ocidental} + \textit{abundância de recursos egípcios} = \textit{desenvolvimento e progresso}.$$

A intenção era abrir o país para o investimento estrangeiro e à transferência de tecnologia, dando ênfase especial à atração de petrodólares árabes, com objetivo de rápido crescimento econômico, a partir do argumento de que as forças de mercado deveriam operar livremente e os recursos deveriam ser alocados de forma eficiente (Nagarajan, 2013).

Ao implementar a política de *Infithah*, o governo Sadat reverteu parte significativa das medidas de nacionalização em larga escala introduzidas sob Nasser. Se, durante o período nasserista, o Estado buscava consolidar-se como gestor central da economia, a abertura dos anos 1970 implicou à transferência gradual de ativos públicos para o setor privado e para investidores estrangeiros, enfraquecendo os pilares do projeto econômico anterior. A nova política elevou o estreitamento das relações Estados Unidos–Egito, marcada pela crescente alocação orçamentária de ajuda externa estadunidense. Porém, nesse contexto, o governo egípcio iniciaria uma acumulação generalizada por desapropriação, onde, nos termos de Harvey (2005a), a liberalização econômica operava mediante privatizações seletivas, transferência de ativos públicos para grupos restritos e captura de rendas pelo aparato estatal e por elites próximas ao poder. Os efeitos sociais e econômicos desse modelo foram consideráveis. A dívida externa cresceu e a corrupção tornou-se sistêmica: licenças, contratos

e terras eram distribuídos como moeda de troca política, com a nova burguesia enriquecendo não por produtividade, mas por comissões, conexões e especulação (Cooper, 1982, p. 106).

Cabe ressaltar que a política de *Infitah* também não conseguiu mobilizar de forma substancial o capital externo esperado dos países árabes, revelando contradições estruturais do projeto. Longe de modernizar a economia egípcia, a *Infitah* consolidou um padrão de acumulação dependente, no qual o Estado transferiu recursos públicos para uma nova elite empresarial sem gerar capacidade produtiva ou distribuir ganhos sociais. O resultado não foi a emancipação econômica prometida, mas a reconfiguração de velhas hierarquias de poder sob nova roupagem. Contudo, o seu legado mais duradouro foi a ressurgência de uma forma moderna do “colonialismo interno”, tal como conceitualizado décadas antes por Hassan al-Banna (líder da Irmandade Muçulmana). Se para ele, a elite colaboracionista era aquela que beneficiava da ocupação britânica, a sua contraparte moderna era a nova classe capitalista que surgiu como sócia do capital transnacional no processo de acumulação por desapropriação orquestrado pelo Estado.

2.2.2 Crise Política Interna

Paralelamente à abertura econômica, o Documento de 1974 também prometia liberalização política, com base na Constituição de 1971. Diretamente, a Constituição criou um sistema parlamentar com três poderes padrão: Executivo, Legislativo e Judiciário. Entretanto, a estrutura das instituições um fraco “sistema de freios e contrapesos”²⁶ e, o cargo de presidente foi dotado de poderes extraordinários, incluindo o poder de legislar por decreto e poderes de emergência (Cooper, 1982, p.1).

O percurso político de Anwar Sadat desenrolou-se precisamente neste cenário de transformação. Durante os trabalhos de formação de uma nova Assembleia Popular, o então presidente posicionou-se como um ator interveniente, atuando em momentos estratégicos com o objetivo de orientar e controlar o rumo das atividades políticas. As eleições legislativas de 1976 resultaram numa vitória expressiva do grupo designado como “centro”, que conquistou 280 dos 342 assentos parlamentares (Cooper, 1982). Contudo, embora o resultado eleitoral tenha sido favorável aos seus interesses, o próprio processo de campanha e disputa catalisou

²⁶ O Sistema de Freios e Contrapesos consiste no controle do poder pelo próprio poder, sendo que cada Poder teria autonomia para exercer sua função, mas seria controlado pelos outros poderes. Isso serviria para evitar que houvesse abusos no exercício do poder por qualquer dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Desta forma, embora cada poder seja independente e autônomo, deve trabalhar em harmonia com os demais Poderes (TJDFT, 2018).

uma maior conscientização política na sociedade egípcia, fomentando um intenso debate público sobre o futuro do país.

Longe de representar uma ruptura institucional, o caminho de Sadat foi pavimentado pela própria Constituição de 1971. Apesar de prometer liberalização política e criar uma estrutura estatal tripartite, a Carta Magna concedeu ao presidente poderes excepcionais, como a capacidade de legislar por decreto e declarar estado de emergência. Sadat não violou diretamente a lei; ele explorou suas brechas e instrumentos mais autoritários ao máximo, transformando-a no alicerce legal de seu regime personalista (Cooper, 1982).

Em paralelo, a crise financeira egípcia de meados da década de 1970 levou o governo de Sadat a recorrer ao Fundo Monetário Internacional, que em 1976 aprovou um crédito *stand-by* condicionado à implementação de medidas de austeridade, com cortes nos subsídios aos produtos básicos. A mais clara e dramática expressão do descontentamento popular com a agenda econômica imposta de fora ocorreu em 17 de janeiro de 1977, quando Sadat, por meio de um decreto administrativo que ignorou o legislativo, finalmente removeu os subsídios.

No dia seguinte, os egípcios acordaram e descobriram que seu poder de compra havia caído abruptamente em 15% (Cooper, 1982, p. 236). Revoltas eclodiram imediatamente em todo o país e, por dois dias, o Egito ficou em estado de caos total, num levante que ficou conhecido como a “Revolta do Pão”. O regime respondeu com repressão intensa, culminando na intervenção do exército e no restabelecimento temporário dos subsídios. Tal episódio consolidou uma guinada autoritária no governo, não porque Sadat tenha “escolhido a força em vez da negociação”, mas porque revelou a inexistência de mediações institucionais capazes de processar o conflito social por vias não coercitivas.

O legado da Revolta do Pão de 1977 estendeu-se por décadas, moldando profundamente o cálculo político dos regimes (Costa, 2020). O fenômeno, em parte, contribuiu para explicar a relutância de Hosni Mubarak em implementar condicionalidades do FMI que exigiam cortes de subsídios nos anos seguintes, preferindo um equilíbrio precário entre concessões econômicas mínimas como a manutenção seletiva de subsídios básicos, aumentos pontuais de salários no setor público e controle artificial de preços em momentos de crise, sem alterar o núcleo do modelo neoliberal. Essa mesma revolta que aterrorizou o regime também serviu como um farol para a oposição, demonstrando o poder disruptivo da mobilização de massa.

Diante dos problemas no cenário interno, Sadat voltou sua atenção para política externa, onde buscava alcançar resultados positivos. A esta altura, com a mediação do presidente estadunidense, Jimmy Carter, Sadat e o primeiro-ministro israelense, Menachem

Begin, assinaram o Acordo de Camp David em 17 de setembro de 1978²⁷. Embora ambos os líderes tenham sido aclamados internacionalmente, resultando inclusive em um Nobel da Paz, o tratado não foi bem recebido pelo resto do mundo árabe, uma vez que ignorou a questão palestina. Isso teve consequências financeiras imediatas para o Egito, com cortes de ajuda financeira de países do Golfo. Assim, o tratado de paz com Israel não trouxe dividendos econômicos, complicando uma situação econômica já difícil.

Ao marginalizar a causa palestina, Sadat não apenas isolou o Egito do resto do mundo árabe – resultando na sua suspensão da Liga Árabe em 1979 –, mas também desmobilizou o nacionalismo pan-árabe. Este movimento permitiu-lhe reorientar a economia egípcia para uma abertura neoliberal e consolidar o poder do Estado esvaziando a arena política de dissidências significativas. Assim, a paz com Israel revela-se um paradoxo: enquanto garantia a devolução do Sinai e abria um fluxo de ajuda militar e econômica estadunidense, sacrificou a liderança regional do Egito perante os países árabes e implicou um afastamento do projeto de libertação árabe por uma paz impopular.

O assassinato de Anwar Sadat em 6 de outubro de 1981, durante um desfile militar que celebrava a “vitória” de 1973, não foi um ato isolado de violência, mas o epílogo trágico e simbólico das profundas contradições do seu regime (Osman, 2011). Executado pela Jihad Islâmica – facção dissidente radicalizada que se descolou da Irmandade Muçulmana – o atentado foi a resposta extrema à sua guinada política (Cooper, 1982). Internamente, Sadat havia alienado a esquerda nasserista e os secularistas com a sua abertura econômica neoliberal que beneficiava uma elite restrita, ao tentar silenciar toda a oposição. Mas foi a paz com Israel que selou seu destino. Para a Jihad Islâmica, a normalização com o Estado judeu representava uma traição inaceitável aos princípios islâmicos (Jansen, 2013).

2.3 A CONSOLIDAÇÃO AUTORITÁRIA DE HOSNI MUBARAK (1981-2011)

Assim como Sadat era vice-presidente de Nasser, Hosni Mubarak era vice-presidente de seu antecessor (1975-1981), tornando-se presidente em 14 de outubro de 1981. Liberou milhares de presos políticos, a censura foi flexibilizada e muitas organizações da sociedade

²⁷ Os Acordos de Camp David foram uma série crucial de negociações realizadas em 1978, com o objetivo de estabelecer a paz entre Israel e o Egito em meio aos conflitos em curso no Oriente Médio. Os Acordos culminaram em uma estrutura que delineou o futuro da paz entre as duas nações, incluindo disposições para a devolução da Península do Sinai ao Egito e o estabelecimento de relações diplomáticas. Com o acordo, os Estados Unidos aprofundaram o financiamento de seu aliado, tanto no que se refere à exportação de alimentos, como em assistência econômica geral, alcançando entre os anos de 1975 e 1981 cerca de US\$ 5,4 bilhões (Crittenden, 1981).

civil foram autorizadas a funcionar. Dessa forma, inicialmente Mubarak se projetava com uma imagem de líder pragmático, interessado em resolver problemas (Nagarajan, 2013).

Ao assumir a presidência, Mubarak também consolidou seu poder por meio do Partido Nacional Democrático (PND), estrutura central do regime desde a sua criação por Sadat em 1978. Sob Mubarak, o PND tornou-se o principal instrumento de gestão política do Estado, articulando redes de cooperação, controlando o acesso à competição eleitoral e funcionando como eixo de coordenação entre elites burocráticas, empresariais e de segurança. Através do partido, o governo garantia apoio legislativo sistemático, administrando lealdades locais e mantendo um sistema político formalmente pluralista, porém rigidamente controlado.

O Egito, por sua vez, se encontrava em uma crise econômica, já que a estratégia *Infitah* não havia conseguido impulsionar a economia. Os problemas econômicos que marcaram a era Mubarak envolveram sobretudo o aumento do desemprego, a inflação persistente e os déficits orçamentários. Diante desse cenário, o Estado egípcio recorreu a organismos internacionais, acumulando dívidas crescentes, ao mesmo tempo em que adotou políticas de redução dos gastos públicos e ampliou o processo de privatizações.

Nesse contexto, Mubarak convocou uma conferência econômica a portas fechadas em 12 de fevereiro de 1982, convidando todos os economistas proeminentes para “avaliar a situação da economia com o objetivo de formular um plano de ação” (Soliman, 2011, p. 36). A reunião durou três dias, mas nenhum detalhe sobre as discussões foi divulgado. Em paralelo, houve debates abertos sobre a direção da política econômica, e economistas de esquerda apontaram as deficiências da *Infitah*, sob o argumento de que a política não gerou crescimento da industrialização, mas o incentivo do consumismo e das importações.

As críticas à *Infitah* não emergiram apenas tardiamente, com a crise da dívida no final dos anos 1970. Já em 1974, quando a política de abertura foi lançada, economistas vinculados ao antigo projeto nasserista e setores da esquerda denunciavam os riscos do novo modelo: desindustrialização, endividamento externo, concentração de renda e corrupção sistêmica (Nagarajan, 2013). Embora o regime de Mubarak tenha demonstrado ouvir todos os pontos de vista, ele estava claramente comprometido com o processo da *Infitah* e com as medidas de reforma econômica defendidas pelos economistas de livre mercado de direita e pela classe empresarial.

O governo de Hosni Mubarak herdou a Política de Portas Abertas (*Infitah*), mas a sua aplicação foi marcada por um dualismo característico: a retórica de liberalização convivía com a prática de um estatismo resiliente. Apesar do discurso oficial de abertura e modernização liberal, a estrutura econômica egípcia, especialmente nos primeiros anos de

governo, manteve sua dependência do setor público, que se conservou como o eixo central da economia. O setor privado, por sua vez, permaneceu frágil e com um papel limitado (Nagarajan, 2013). Essa ambiguidade não era acidental, mas sim o reflexo de uma reconfiguração pragmática da política herdada de Sadat, que conduziu a *Infitah* de maneira oscilante, equilibrando as pressões externas de credores e Instituições Financeiras Internacionais por reformas ortodoxas com as exigências domésticas de manutenção de um vasto aparelho estatal – instrumento crucial para o controle político e a distribuição de patronagem. Se Sadat havia sido o ideólogo da abertura, empenhado em justificá-la como projeto de modernização. Mubarak atuou como seu administrador, priorizando a sobrevivência do regime sobre a coerência do modelo.

Longe de ser um sinal de incompetência, esse dualismo econômico foi o ponto central de uma estratégia consciente de autoritarismo adaptativo (Albrecht e Schlumberger, 2004). O objetivo de Mubarak nunca foi construir um Estado neoliberal eficiente e impessoal, mas sim gerir um sistema de clientelismo e controle que garantisse a sua perpetuação no poder (Soliman, 2011). Dessa forma, a economia egípcia da era Mubarak não era disfuncional. Pelo contrário, ela funcionava para os seus verdadeiros objetivos políticos: manter o poder através de um equilíbrio calculado entre a concessão econômica a uma elite restrita; e garantir a adesão social para uma população mais ampla.

Esse equilíbrio instável materializou-se em políticas concretas. Em 1982, foi anunciado o Primeiro Plano Quinquenal (1982-1987), instrumento de planejamento estatal centralizado, sob o arcabouço do Ministério do Planejamento, focando na alocação de investimentos em grandes projetos de infraestrutura. Paralelamente, o governo adotou medidas para estimular a indústria nacional através de proteção tarifária, crédito subsidiado e benefícios fiscais (Soliman, 2011, p. 37). Tais medidas, que remetiam ao modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), beneficiavam tanto o setor público quanto o privado, permitindo um crescimento industrial relativo, mas também revelavam a natureza contraditória e pouco linear do projeto econômico de Mubarak, que buscava conciliar estímulos estatais com uma abertura econômica limitada.

Com isso, esse arranjo teve efeitos assimétricos: ao mesmo tempo em que reforçava a base produtiva, sobrecarregava os consumidores egípcios, obrigados a arcar com preços internos superiores aos praticados no mercado internacional (Soliman, 2011, p. 38). Assim, o plano de Mubarak ilustra uma tentativa de conciliar elementos do dirigismo econômico com a necessidade de adaptação gradual às pressões liberalizantes, revelando um frágil caráter híbrido de sua política econômica.

Dessa forma, o Egito caminhava para mais uma crise econômica na segunda metade da década de 1980. As contradições herdadas da política de *Infitah* tornaram-se ainda mais visíveis: apesar da retórica liberalizante, os gastos do setor público permaneceram elevados, em parte pela necessidade de manter subsídios alimentares após os protestos de 1977, cuja memória continuava a limitar a margem de ação do regime. Assim, o presidente optou por preservar um aparato estatal elevado como mecanismo de contenção social, ao mesmo tempo em que buscava projetar uma imagem de modernização econômica (Costa, 2020).

Esse equilíbrio frágil foi abalado no fim da década de 1980 pela queda abrupta dos preços do petróleo, que reduziu significativamente as receitas provenientes das taxas de trânsito do Canal de Suez. O resultado foi a ampliação da vulnerabilidade fiscal do Egito e a exposição de sua dependência estrutural frente às flutuações externas, elementos que marcariam a lógica econômica de todo o regime mubarakista (Soliman, 2012).

Essa combinação entre fragilidade econômica e necessidade de contenção social pode parecer, à primeira vista, uma fonte de instabilidade. No caso egípcio, contudo, ela operou como fortalecimento de uma resiliência autoritária, não porque a pobreza ou a crise fiscal fortaleceram o regime, mas porque a gestão política dessas fragilidades produziu assimetrias de poder que tornaram a sociedade dependente do Estado (Nagarajan, 2013). Os subsídios aos alimentos, o serviço público garantido e os contratos governamentais não foram meras concessões; funcionaram como mecanismos de disciplina e cooptação. Ao mesmo tempo em que amenizavam o descontentamento popular, criaram arranjos onde a sobrevivência econômica dependia da continuidade do regime. A dívida pública, por sua vez, longe de enfraquecer o Estado, transformou-se em instrumento de governança: credores internacionais e domésticos tinham interesse na estabilidade egípcia, o que conferiu ao governo Mubarak margem de barganha mesmo em momentos de crise fiscal (Soliman, 2011).

É nesse quadro que se deve compreender a reconfiguração autoritária promovida por Mubarak. Se a repressão atuava sobre cidadãos e comportamentos, a reconfiguração atuava sobre instituições e regras do jogo. Mubarak não apenas prendeu opositores; ele redesenhou o campo político para tornar a oposição irrelevante (Soliman, 2011). Reformas eleitorais foram feitas para fragmentar a oposição e garantir maiorias automáticas. A liberalização controlada da imprensa criou a ilusão de pluralismo enquanto o regime mantinha o controle dos grandes veículos. As eleições foram mantidas, mas esvaziadas de competição real. Como sintetizam Albrecht e Schlumberger (2004, p. 373), “os regimes autoritários do Oriente Médio têm demonstrado uma notável capacidade de adaptação institucional, ajustando-se a novas circunstâncias sem abandonar o seu núcleo autoritário”. A longevidade de Mubarak não

decorreu, portanto, de uma escolha entre repressão ou adaptação, mas da articulação sistemática entre ambas.

Nesse contexto, a religião desempenhou um papel central na sustentação inicial do regime: ao mesmo tempo em que reprimia violentamente grupos islamistas radicais, o governo incorporou de forma controlada elementos do Islã em suas estruturas institucionais, utilizando-o como ferramenta de legitimação perante setores conservadores da sociedade (Soliman, 2012). Essa dupla estratégia permitia ao regime justificar práticas autoritárias com base em argumentos de ordem religiosa, ao mesmo tempo que violava sistematicamente direitos fundamentais, incluindo a liberdade política e de expressão, e impunha barreiras significativas às lutas por igualdade de gênero e direitos das mulheres.

Entretanto, ao longo da década de 1990 o ex-presidente iniciou uma política de confrontação crescente com grupos religiosos radicais. Em 1992, a escalada de violência de grupos extremistas no Egito coincidiu com grandes eventos regionais²⁸. Esta convergência de eventos projetou uma sombra de instabilidade e ameaça transnacional, pressionando o regime egípcio a demonstrar firmeza. Segundo Esposito & Voll (1996, p. 178) diante de problemas do Estado, as organizações islâmicas se tornaram nos anos 1990 “os agentes efetivos de mudança social e política, desenvolvendo instituições socioeconômicas alternativas e participando do processo político, demonstrando sua força na construção de instituições e mobilização popular”.

A intensificação da violência extremista estava organicamente ligada à profunda frustração de setores da população perante a estagnação econômica, a corrupção e a repressão política. A resposta do Estado, no entanto, foi indiscriminada: em uma radicalização da sua postura securitária, o governo de Mubarak passou a tratar todo o espectro religioso como uma ameaça monolítica, deixando de distinguir entre radicais violentos e opositores moderados (Zahreddine *et al.*, 2013).

Sendo assim, entende-se de forma geral que a longevidade do regime de Mubarak não decorreu apenas da repressão pura ou da adaptação econômica, mas também de sua capacidade de instrumentalizar a religião para manter o controle social e político, ainda que às

²⁸ Aqui, cabe destacar o Golpe de Estado ocorrido na Argélia em 1992. Após a vitória da Frente Islâmica de Salvação (FIS) no primeiro turno das eleições parlamentares de 1991, o exército cancelou o processo eleitoral para impedir a formação de um Estado islâmico na Argélia. O exército forçou o presidente Chadli Bendjedid a renunciar e trouxe, do exílio no Marrocos, Mohamed Boudiaf, para servir como o novo presidente (assassinado meses depois). Os militares argumentaram que fizeram isso para “salvaguardar as instituições republicanas da Argélia de islâmicos políticos e radicais” e para evitar que a Argélia se transformasse num estado teocrático. O golpe levou ao início da Guerra Civil Argelina (Suer, 2013).

custas de profundas contradições e do agravamento das fissuras sociais que, mais tarde, culminaram na Revolução de 2011.

2.3.1 O papel das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)

Diante do agravamento da crise econômica, o Egito foi compelido a abrir negociações com as Instituições Financeiras Internacionais em torno de um Programa de Ajuste Estrutural, visando obter crédito e aliviar a pressão fiscal. Em maio de 1987, o governo comprometeu-se com um programa do FMI que previa a redução dos gastos públicos, a liberalização do setor privado e o aperfeiçoamento dos mercados financeiros. Em contrapartida, o Clube de Paris²⁹ aceitou reescalonar parte da dívida externa. Contudo, o acordo entrou em colapso ainda no final daquele ano, uma vez que o Egito não cumpriu as metas estabelecidas, levando à suspensão do programa após a liberação de apenas metade dos recursos previstos (Seddon, 1990, *apud*. Nagarajan, 2013, p. 30). Novas rodadas de negociação com o FMI foram abertas, mas não avançaram em grande medida devido ao receio persistente do regime de que a adoção de medidas de austeridade pudesse desestabilizar politicamente o país.

A estratégia egípcia de longas negociações mostrou-se progressivamente sem efeitos, diante disso, os credores iniciaram uma pressão coordenada para forçar um consenso junto ao governo. Tal esforço coletivo materializou-se através de instrumentos financeiros e diplomáticos: o Banco Mundial condicionou a liberação de empréstimos concessionais à implementação de cortes nos subsídios pelo governo egípcio, enquanto a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional atuou no sentido de assegurar a adesão do país ao programa preestabelecido com o Fundo Monetário Internacional.

O governo Reagan, que pensara seriamente em retirar o apoio ao FMI no primeiro ano de mandato, descobriu uma maneira de unir os poderes do Tesouro estadunidense, e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca reformas neoliberais. Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de “expurgo” de todas as influências keynesianas do FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o “ajuste estrutural” (Harvey, 2005a, p.38).

²⁹ O Clube de Paris é uma instituição informal que reúne um grupo de países credores, na maior parte das vezes da OCDE, com a finalidade de renegociar a dívida governamental de países com dificuldade financeira. Tradicionalmente as negociações são realizadas em Paris, patrocinadas pelo Tesouro Francês e presidida pelo diretor do mesmo. A mais importante condição para um país devedor pleitear negociações de dívida externa perante o clube é a adoção de um programa de estabilização aprovado pelo FMI. Com isso, os países credores livram-se dos encargos de supervisionar o desempenho econômico do país devedor, com o consequente ônus político (Banco Central do Brasil, 1992).

Em paralelo às intermináveis rodadas de negociação, manifestou-se uma significativa oposição doméstica ao programa de ajuste do FMI. Em resposta, o regime de Mubarak recorreu à legislação de emergência – originalmente promulgada em 1981 e que permaneceu em vigor ao longo de todo o seu governo – para suprimir os protestos através de prisões em massa e táticas de intimidação, práticas rotineiras na repressão à dissidência (Nagarajan, 2013). Todavia, se a agitação social pôde ser temporariamente contida pela força, a deterioração inexorável das condições fiscais da economia egípcia mostrou-se imparável.

À beira de uma possível falência do Estado egípcio em 1990, a conjuntura geopolítica alterou-se radicalmente com a invasão do Kuwait pelo Iraque e a subsequente intervenção militar liderada pelos EUA na Guerra do Golfo (1991). Aproveitando-se deste novo “poder de barganha” estratégico perante Washington, o Egito obteve expressiva assistência financeira e, crucialmente, negociou o perdão de metade de sua dívida externa com seus credores (Costa, 2020).

Contudo, tal concessão não foi garantida de forma incondicional; pelo contrário, estava intrinsicamente atrelada a exigências específicas. Como contrapartida, coube ao Egito formalizar e implementar um acordo de reformas estruturais negociado com o FMI. O compromisso materializou-se em maio de 1991, com a assinatura de acordos formais tanto com o Fundo Monetário Internacional quanto com o Banco Mundial. Diferente de tentativas anteriores, o governo egípcio empreendeu, a partir de então, um esforço substantivo para executar o Programa de Ajuste Estrutural³⁰, submetendo-se ao acompanhamento e à supervisão rigorosa das IFIs.

A este respeito, Subramanian (*apud* Nagarajan, 2013 p.31), em análise retrospectiva, corrobora esta perspectiva ao notar que a despesa social se manteve inalterada, tendo o governo optado por “reduzir projetos nos setores de eletricidade e turismo”. Paralelamente às medidas de política fiscal e cambial, o Egito prosseguiu com um programa mais amplo de reformas, que incluiu a redução de participações em empresas públicas, a promulgação de novas leis de investimento e a flexibilização de controles burocráticos.

Em cumprimento das condicionalidades estabelecidas pelas IFIs, o país empenhava-se, assim, em redefinir e reduzir o papel intervencionista do Estado na economia. A tendência de redução do papel econômico do Estado aumentou cada vez mais a partir da entrada egípcia na

³⁰ Segundo o Banco Mundial (2011), o Programa de Ajuste Estrutural buscou três objetivos amplos: estabilização; reforma estrutural visando o fortalecimento de uma economia de mercado para melhorar a alocação de recursos e restaurar o crescimento sustentável; e a construção de uma rede de segurança social mais adequada para mitigar os efeitos das reformas econômicas sobre os pobres. Além de apoiar um quadro macroeconômico e um plano de financiamento adequados a médio prazo, apoiou o início de reformas no setor público, incluindo a privatização.

Organização Mundial do Comércio em 1995, uma vez que a medida significou a redução do Estado no comércio internacional, com eliminação gradual de barreiras comerciais.

Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. Essa é a essência de tudo o que está no programa de ajuste estrutural administrado pelo FMI. Para as principais potências capitalistas, como os Estados Unidos, isso significa orquestrar esses processos em seu benefício específico, ao tempo em que proclamam seu papel como o de um líder nobre que organiza “resgates” a fim de manter a acumulação do capital global nos trilhos (Harvey, 2005b, p. 126).

Apesar de o Egito ter recebido elogios do FMI e de outros atores internacionais, a execução do Programa de Ajuste Estrutural, refletia um “sucesso” parcial e altamente desequilibrado. Na realidade, ao apresentar o Egito como vitrine das reformas neoliberais em MENA, as IFIs ocultaram que os ganhos se concentraram em setores restritos da economia, enquanto os custos sociais recaíam sobre a maioria da população. Mitchell (2002) demonstra que os parâmetros utilizados para medir o êxito das reformas eram insuficientes, pois ignoravam o aprofundamento da desigualdade, a precarização das condições de trabalho e a repressão sistemática ao movimento sindical. Assim, a experiência egípcia ilustra como a retórica da modernização econômica foi mobilizada para legitimar um processo de liberalização seletiva e excludente, que, longe de promover desenvolvimento amplo, reforçou a vulnerabilidade estrutural do país.

O programa do FMI priorizava a consecução de parâmetros fiscais de curto prazo e, uma vez atingidas essas metas, proclamou-o imediatamente como bem-sucedido. O Fundo havia negligenciado a análise dos impactos adversos decorrentes da implementação, uma vez que a avaliação da instituição restringiu-se a variáveis macroeconômicas predefinidas, e os avanços nestes indicadores foram considerados suficientes para proclamar o êxito da iniciativa.

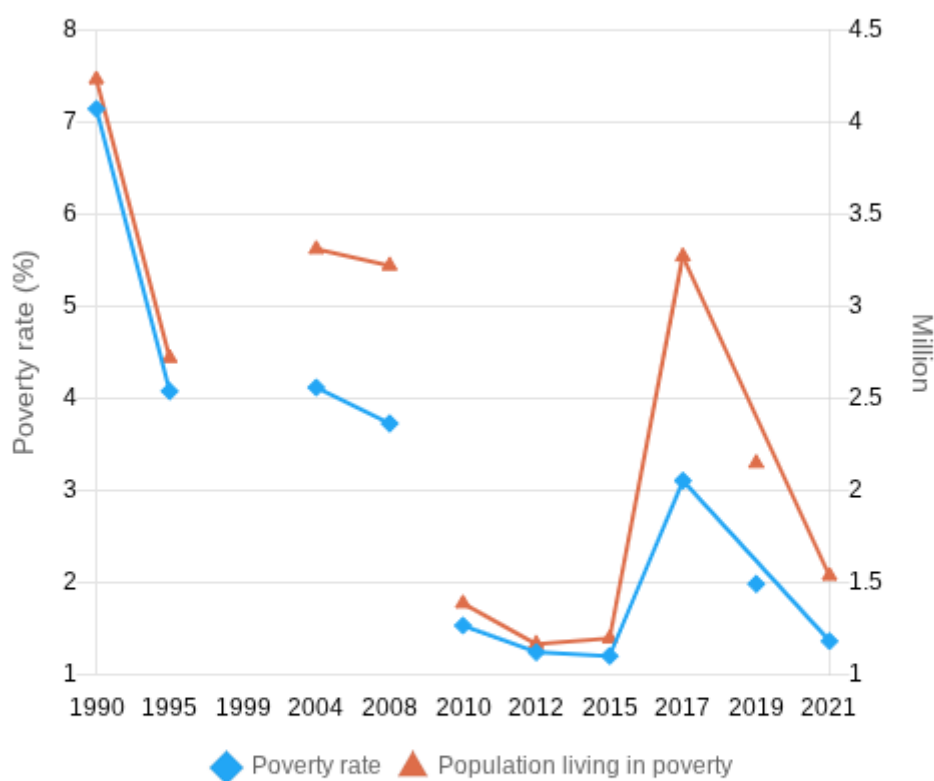
Contudo, a estratégia adotada pouco fez para estimular o crescimento da produtividade econômica ou para expandir a capacidade produtiva interna – elementos fundamentais para assegurar a prosperidade e o desenvolvimento sustentável do país no longo prazo.

O capital financeiro buscou crescentemente, no exterior, taxas de retorno mais elevadas. A desindustrialização doméstica e a tendência a levar a produção para o exterior tornaram-se muito mais comuns. O mercado, descrito ideologicamente como forma de promover a competição e a inovação, tornou-se veículo da consolidação do poder monopolista [...] E teve início assim a abissal mudança para uma desigualdade social cada vez maior e a restauração do poder econômico da classe alta (Harvey, 2005a, p. 35).

Além de um crescimento desequilibrado, a influência das IFIs trouxe graves consequências adversas do Programa de Ajuste Estrutural. Uma delas foi o aumento dos

níveis de pobreza, fenômeno crescente já com a política *Infitah*, iniciada em 1974. Em paralelo à atuação do Fundo Monetário Internacional na implementação do Programa, o Banco Mundial publicou, em 1991, um relatório que oferecia uma análise ampla da pobreza no país e propunha uma estratégia para seu enfrentamento (Banco Mundial, 1991). O documento estimava que entre 20% e 25% da população egípcia vivia em situação de pobreza, sendo que deste contingente, de 7% a 10% encontravam-se em condição de pobreza extrema. O relatório ainda salientava que a incidência do fenômeno era mais severa nas zonas rurais, regiões simultaneamente marcadas por uma cobertura deficiente de serviços essenciais, como saúde e educação.

GRÁFICO 1 - TAXA DE POBREZA ABAIXO DE US\$ 3/DIA (1990/2021)



Fonte: Banco Mundial, 2025a.

Os dados do Banco Mundial, contudo, contrapõem a narrativa oficial de sucesso e prosperidade. Como ilustra o gráfico acima, a taxa de pobreza extrema no Egito – medida pelo critério internacional de sobrevivência com menos de US\$3,00 por dia – permaneceu consideravelmente alta ao longo de toda a era Mubarak. Após uma ligeira melhora no início dos anos 1990, impulsionada pelo perdão da dívida pós-Guerra do Golfo, o indicador estagnou. Revelando o fracasso social do modelo econômico adotado, o crescimento

beneficiou uma parcela pequena da população, enquanto a maioria permaneceu presa na pobreza ou à beira dela, vulnerável a qualquer choque de preços ou demissão. Em 1990–2010, no entanto, a taxa de crescimento do Egito caiu para 2,7%, apesar do desempenho excepcional de 2006 a 2008. Durante os quarenta anos considerados, o PIB per capita do Egito exibiu uma tendência de declínio (Achcar, 2011, p.12).

Em síntese, a implementação das políticas neoliberais no Egito durante os anos 1990 resultou não na prometida economia competitiva e dinâmica, mas sim na acentuação de graves desequilíbrios socioeconômicos. Para além do aumento expressivo do desemprego e da ampliação dos níveis de pobreza, registrou-se a intensificação de um terceiro fenômeno: o crescimento da desigualdade. Esta, por sua vez, atuou como um mecanismo de retroalimentação que perpetuou e aprofundou as condições de vulnerabilidade social. No cenário específico do Egito, longe de criar um ambiente de mercado aberto, as reformas facilitaram a emergência e a consolidação de vastos conglomerados empresariais controlados por grupos familiares estreitamente vinculados ao aparelho de poder estatal, reproduzindo assim estruturas de privilégio e concentração de riqueza (Nagarajan, 2013).

2.3.2 A aliança com os Estados Unidos

Salienta-se que as relações entre Estados Unidos e Egito moldaram as contradições econômicas, sociais e políticas ao longo das décadas do governo Mubarak. Como visto, do ponto de vista econômico, os quase trinta anos de governo foram marcados pelo avanço de medidas fundamentalmente neoliberais ditadas por organismos financeiros internacionais, sob os quais os Estados Unidos tinham/têm papel primordial desde a II Guerra Mundial.

Ao assumir a presidência, Mubarak deu continuidade à linha política de Sadat, preservando o alinhamento estratégico com os Estados Unidos. Entre 1981 e 2011, esse vínculo consolidou o Egito como peça-chave da ordem regional patrocinada por Washington, embora com momentos de tensão e acomodação. A relação, estruturalmente assimétrica, refletia o padrão de dependência descrito por Samir Amin (1997), no qual países periféricos ocupam posição subordinada no sistema mundial, servindo como pontos de estabilidade regional em troca de apoio financeiro e militar. Essa assimetria era visível não apenas na dimensão política, mas também no plano econômico: os Estados Unidos constituíam (e ainda constituem) o maior parceiro comercial bilateral do Egito, demonstrando forte dependência.

De modo geral, a economia egípcia, e em especial as Forças Armadas, se consolidou com uma formação muito dependente do comércio internacional e do aporte econômico dos Estados Unidos. Segundo o governo estadunidense:

Desde 1946, os Estados Unidos forneceram ao Egito quase US\$ 90 bilhões em ajuda externa bilateral (calculada em dólares históricos — sem ajuste pela inflação), com a assistência militar e econômica aumentando significativamente após o tratado de paz egípcio-israelense de 1979, mediado pelos EUA. As medidas orçamentárias anuais incluíram diversas condições que regem a liberação desses fundos. Sucessivos governos americanos justificaram a ajuda ao Egito como um investimento na estabilidade regional, construído principalmente com base na cooperação de longa data com as forças armadas egípcias e na manutenção do tratado de 1979. Toda a ajuda militar dos EUA ao Egito financia a aquisição de sistemas e serviços de armas de empresas de defesa dos EUA (Congressional Research Service, 2025).

Dessa dinâmica, compreende-se que os principais beneficiários da aliança foram os Estados Unidos, que puderam contar com o apoio incondicional do Egito para legitimar e operacionalizar suas iniciativas hegemônicas na região de MENA (Costa, 2020), seja em empreitadas beligerantes – como as Guerras do Golfo e as invasões do Iraque – ou em tentativas de mediação diplomática, como os Acordos de Camp David. O governo Mubarak colocou a política externa egípcia a serviço da agenda estratégica estadunidense, muitas vezes em claro desacordo com o sentimento popular e os interesses nacionais egípcios, como mencionado.

Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento. No tocante a isso, naturalmente, a Guerra Fria proporcionou aos Estados Unidos uma gloriosa oportunidade. O país, dedicado ele mesmo à acumulação ilimitada do capital, estava preparado para acumular o poder político e militar capaz de defender e promover esse processo em todo o globo (Harvey, 2005b, p. 41).

Em contrapartida, Mubarak buscou, de forma limitada e calculada, diversificar parcerias junto a outras nações árabes e africanas. Sua participação em cúpulas da União Africana e atuação como mediador em conflitos periféricos – como entre Mauritânia e Senegal – representavam menos uma afirmação de autonomia e mais uma estratégia de sobrevivência política. Tais gestos, quase sempre protocolares e de baixo risco, eram seguros para Washington na medida em que não desafiavam a supremacia estadunidense; pelo contrário, reforçaram a imagem do Egito de mediador subalterno, cuja influência derivava não de um projeto próprio de liderança, como na era nasserista, mas precisamente de sua utilidade funcional ao poder hegemônico.

Este é o plano dos EUA, que não é ajudar o Egito a sair da crise, mas usá-la para destruí-la ainda mais. O Egito, considerado por eles um país perigoso, tem um longo passado, foi o primeiro país emergente desde o início do século XIX e um dos países emergentes mais importantes do Terceiro Mundo na época de Nasser e Bandung, em sintonia com a China, a União Soviética e outros países do Terceiro Mundo. Desempenhou um papel importante na libertação de toda a África. Um Egito independente, com um projeto soberano, popular e progressista, representaria um perigo para a influência dos EUA, não apenas no Egito, mas também no Oriente

Médio, nos países árabes e em toda a África. Limitará a expansão de Israel para a Palestina. Também por fim à influência dos países do Golfo (Amin, 2013).

A Guerra do Golfo de 1990/1991 consolidou Mubarak como um aliado subalterno da agenda imperial dos Estados Unidos na região. Ao oferecer apoio logístico-militar – incluindo a abertura do Canal de Suez, do espaço aéreo e da infraestrutura nacional às tropas estadunidenses, além do envio de 35 mil soldados egípcios –, o regime egípcio não apenas endossou a intervenção liderada pelos EUA, mas ativou-se como peça auxiliar na consolidação da hegemonia estadunidense na região (Bandeira, 2006 *apud*. Costa, 2020).

Com o fim da União Soviética e a transição da doutrina estratégica estadunidense para a “Guerra ao Terror”, Mubarak rapidamente reposicionou o Egito como base regional no combate ao “islamismo radical”³¹. Esse movimento era duplamente conveniente: internacionalmente, garantia ao Cairo continuidade no fluxo de ajuda financeira e militar estadunidense, reafirmando seu valor. Domesticamente, a retórica securitária servia como justificativa para a repressão generalizada já mencionada. Sob o pretexto de combater o extremismo, Mubarak criminalizou a Irmandade Muçulmana, e normalizou um Estado de Exceção permanente que suprimiu liberdades civis e violou sistematicamente direitos humanos.

Na entrada do século XXI, os atentados de 11 de Setembro de 2001 e a ascensão dos neoconservadores ao governo dos Estados Unidos sob George W. Bush (2001-2009) alteraram profundamente as orientações de política externa estadunidense. A chamada “*Freedom Agenda*”, que promovia a “democratização” como prioridade estratégica, colocou o regime autoritário de Hosni Mubarak em posição delicada. Apesar disso, o Egito manteve-se como peça fundamental para os interesses geopolíticos estadunidenses, ainda que seu perfil interno contradissesse a retórica democrática de Washington (Costa, 2020).

A relação Egito–EUA não deve ser lida como mera cooperação bilateral, mas como mecanismo estrutural que reforçou a estabilidade autocrática do país árabe. Essa postura de alinhamento incondicional aos EUA gerou, contudo, significativo desgaste interno para Mubarak. A maioria da população egípcia não apenas rejeitava a intervenção militar no Iraque

³¹ Durante a década de 1970, em um contexto em que a maioria das sociedades muçulmanas vivia sob regimes autoritários, os grupos islamistas tornaram-se o principal canal de expressão do descontentamento social e político. A repressão sistemática imposta por esses governos a qualquer forma de dissidência acabou por fortalecer correntes mais militantes dentro dos movimentos islâmicos, inaugurando um processo de radicalização que se tornaria mais intenso e violento ao longo das décadas de 1980 e 1990 (Pinto, 2010). Nesse último período, o ativismo islâmico passou por uma profunda reconfiguração, refletindo tanto o desgaste das ideologias seculares quanto as transformações políticas e econômicas da região. O esgotamento dos projetos nacionalistas e socialistas, somado à persistência de regimes autoritários e à exclusão social, levou amplos setores da população a buscar no Islã uma nova fonte de legitimidade moral e política.

(2003), como também manifestava forte simpatia com a Segunda Intifada Palestina (2000)³² (Shibley, 2003). A conjugação desses fatores catalisou o amplo movimento de protesto que tomou a Praça Tahrir em março de 2003, antecipando o clima de insatisfação que culminaria na Revolução de 2011.

2.3.3 A política mubarakista e as Forças Armadas

Politicamente, desde 1981, Mubarak manteve-se no poder por meio de sucessivos pleitos controlados, nos quais era praticamente o único candidato autorizado. Apenas em 2005 foi realizada uma eleição presidencial multipartidária, mas sua vitória permaneceu cercada de denúncias de fraude e manipulações jamais esclarecidas (Costa, 2020). Durante três décadas, a estabilidade do regime foi sustentada por um arranjo político com três bases: a manutenção de benefícios econômicos mínimos e estabilidade em troca de desmobilização política da população, a hegemonia de um aparato estatal burocrático-repressivo e um alicerce estratégico de apoio internacional, liderado pelos Estados Unidos.

Para construir um regime duradouro e repressivo, Mubarak alimentava fortes ligações com as Forças Armadas, com financiamento em larga escala pelos Estados Unidos, o que garantia a lealdade ao governo. Durante o regime, as Forças Armadas egípcias mantiveram sua posição histórica como ator econômico central, ainda que tenham sido parcialmente afetadas pelas reformas neoliberais implementadas pelo governo (Ketchley, 2017). A instituição militar continuou a acumular privilégios significativos, tanto financeiros quanto políticos, consolidando-se como um dos principais pilares de sustentação do regime. Entre seus benefícios econômicos, destacavam-se o acesso a insumos subsidiados (como combustível), o controle sobre imóveis de alto valor, acordos de venda de armas, e o acesso preferencial a contratos públicos (Ketchley, 2017).

Contudo, à medida que o Egito se abria progressivamente aos investidores privados e se submetia às condicionalidades de credores internacionais, as Forças Armadas viram reduzir sua margem de manobra para colocar membros de sua cúpula em posições de comando empresarial. Com o enfraquecimento do poder de Mubarak, as Forças Armadas Egípcias intensificaram seus esforços para consolidar alianças com empresas estrangeiras do setor de defesa, buscando ampliar sua autonomia institucional e garantir novas fontes de renda e

³² A segunda Intifada foi a revolta palestina contra a política administrativa e a ocupação Israelense na região da Palestina desde setembro de 2000. A primeira Intifada ocorreu em 1987. O movimento ocorreu em um contexto marcado pelo impasse no processo de paz entre árabes e israelenses, pela retirada israelense do sul do Líbano e pela oposição de parte da população israelense em relação às concessões feitas pelos acordos de Camp David. O conflito, que durou do final de 2000 até o começo de 2005 deixou centenas de mortos, principalmente palestinos.

influência. A celebração de acordos de coprodução passou a ser uma estratégia central: tais contratos não apenas ampliavam o potencial de exportações futuras, mas também asseguravam acesso a tecnologias avançadas e criavam oportunidades lucrativas para oficiais de alta patente.

Apesar disso, essa relativa contenção não foi suficiente para minar seu poder político perante o Estado. Pelo contrário, a adaptação das Forças Armadas ao novo contexto neoliberal – inclusive por meio da criação de suas próprias empresas e da diversificação de investimentos em parcerias com o capital privado – permitiu-lhes preservar e até mesmo ampliar sua influência, assegurando sua posição como ator indispensável na estrutura de poder egípcia, tanto durante quanto após a era Mubarak (Nagarajan, 2013).

Tal pacto operava em uma lógica de troca mútua: um Estado autoritário, que tendia a suprimir liberdades políticas e dissidências, oferecia em contrapartida seguranças assistenciais mínimas que funcionavam como controladores do descontentamento social gerado pelas reformas econômicas neoliberais. Essa dinâmica era gerida fundamentalmente pelas Forças Armadas, instituição que garantia a ordem interna e projetava poder regional.

Contudo, em um contexto marcado pela estagnação política, controle rígido do processo eleitoral e manutenção da Irmandade Muçulmana numa posição de ilegalidade permanente (Costa, 2020), a instituição militar começou a exhibir tensões críticas quando o próprio Mubarak tentou alterar suas regras não escritas com os militares, buscando ampliar a concentração de poder em si, ao tentar nomear seu filho Gamal Mubarak – um civil sem credenciais militares e associado à elite empresarial neoliberal – como seu sucessor. Ao contrariar frontalmente o pacto firmado desde a era de Nasser que reservava a presidência a figuras do alto comando das Forças Armadas, essa manobra não apenas quebrava um acordo histórico com a instituição, como também ameaçava diretamente os interesses corporativos e o poder de veto dos altos comandantes (Costa, 2020).

Assim, a relação de dependência com os EUA – materializada na aliança com Israel e no fluxo constante de ajuda militar –, combinada com o apoio incondicional das Forças Armadas e a manutenção de um sistema político fechado, conformaram os pilares essenciais do regime mubarakista. Essa arquitetura de poder, contudo, mostraria suas fissuras de forma evidente em 2005, quando o Egito foi palco de grandes manifestações contra o presidente. Os protestos foram organizados pelo *Kefaya* (Movimento Egípcio pela Mudança)³³ e a Irmandade

³³ Coligação de opositores secularistas e nacionalista. Era uma plataforma de protesto contra a presidência de Hosni Mubarak e a possibilidade de ele tentar transferir o poder diretamente para seu filho Gamal Mubarak; a corrupção e a estagnação política.

Muçulmana, que se tornava a força oposicionista mais relevante. O movimento *Kefaya* representou um desafio inédito ao regime, sendo um prenúncio claro da crise de legitimidade que culminaria na Revolução de 2011 (Costa, 2020).

Como desenvolvido, a combinação de disparidades sociais, concentração de riqueza, privatizações e falta de perspectivas para a juventude rompeu, finalmente, a passividade política da população egípcia. As manifestações de 25 de janeiro de 2011 na Praça Tahrir – precedidas pelas greves de 2007, revoltas da fome de 2008 e protestos contra a violência policial em 2010 – marcaram o ponto de ruptura definitivo do regime de Mubarak. O equilíbrio precário de três décadas ruiu, e novos atores políticos emergiram para disputar o futuro do país.

Em última análise, a economia política neoliberal implementada durante os anos de Mubarak foi progressivamente percebida pela população como incapaz de garantir a estabilidade que antes sustentava o pacto social, particularmente diante da perda de acesso a cargos públicos, à assistência estatal e às oportunidades mínimas de mobilidade socioeconômica. À medida que privatizações avançavam e o Estado se retraía de suas funções distributivas, o regime já não oferecia contrapartidas materiais capazes de legitimar sua permanência.

Assim, Mubarak tornou-se vítima das próprias bases de seu sistema: a estratégia de trocar desenvolvimento por clientelismo e soberania por assistência militar alcançou seus limites na segunda metade dos anos 2000. Quando o equilíbrio entre repressão, dependência externa e benefícios sociais colapsou, abriu-se espaço para a ruptura. A revolução de 2011, assim, não foi um evento abrupto, mas a expressão do esgotamento definitivo de um arranjo político que já não atendia às expectativas da sociedade egípcia.

2.4 IRMANDADE MUÇULMANA: PEÇA-CHAVE NO XADREZ POLÍTICO EGÍPCIO

De forma geral, a trajetória da Irmandade Muçulmana reflete tensões entre Estado e sociedade, religião e política, tradição e modernidade³⁴, que marcaram o processo de formação do Egito. Ao longo das décadas, a organização assumiu papéis distintos articulando uma linguagem religiosa capaz de traduzir as demandas populares por justiça social,

³⁴ Aqui, deve-se entender a modernidade não apenas como um processo que promove a diferenciação e a autonomia entre esferas sociais, políticas, religiosas e culturais. A proposta dos irmãos muçulmanos articula sociedade, Estado, cultura e religião como partes indissociáveis de um mesmo todo normativo, concebido como completo e coerente. A ordem social por eles imaginada pressupõe a eliminação de contradições internas e rejeita o pluralismo político moderno, pois os partidos seriam fontes de divisão dentro da comunidade de fiéis e, portanto, ameaças à sua unidade. Essa concepção permitiu ao movimento ganhar adesão justamente entre segmentos sociais politicamente descontentes e marginalizados, que viam na Irmandade uma alternativa ética e comunitária ao Estado liberal excludente.

identidade e participação, a partir da mobilização popular e discurso religioso em torno da reconstrução da ordem social segundo valores islâmicos. Mais do que uma reação moral aos regimes autoritários, o movimento constituiu uma força política organizada, capaz de articular reivindicações sociais, disputar espaços institucionais e influenciar o imaginário coletivo sobre o papel do Islã na vida pública. Compreender sua trajetória é, portanto, compreender parte essencial das dinâmicas de continuidade e ruptura que moldaram o Egito do século XX ao XXI.

2.4.1 Hassan al-Banna: o início de uma fraternidade islâmica

Com quase um século de existência, a Irmandade Muçulmana foi fundada em 1928, por Hassan al-Banna, jovem professor que rapidamente ganhou base de apoio por todo o Egito (Wickham, 2013a). Ainda sob domínio britânico, iniciado em 1882, o Egito daquele momento enfrentava um contexto sociopolítico profundamente conturbado. A capital egípcia caracterizava-se pela fragmentação e pela “desunião” entre as principais forças políticas, com um ambiente intensamente secularizado e com ideias contrárias à influência religiosa sendo propagadas ativamente no meio universitário e na imprensa (Mitchell, 1993).

A Irmandade Muçulmana, sob a liderança intelectual de al-Banna, defendia que o Islã constituiria um sistema de vida integral, abrangendo a totalidade das dimensões da existência humana e demandando um compromisso absoluto dos fiéis para a realização deste ideal (Lima, 2018). O ponto fundamental de seu projeto estava na implementação de uma reforma profunda nas esferas social, moral e religiosa, com o objetivo de transformação jurídica, participação popular e renovação educacional. Para al-Banna, a principal ameaça ao Egito — e ao mundo muçulmano em geral — não era meramente a dominação política estrangeira, mas sobretudo a influência cultural ocidental, que colocava em risco a identidade e a coesão da comunidade islâmica.

Semelhante a outros movimentos religiosos do seu tempo, a Irmandade surgiu como organização inicialmente apolítica, dedicada à reforma das práticas religiosas e à prestação de assistência social aos seus membros. Contudo, a sua atuação sofreu uma transformação decisiva no final da década de 1930, movimentando-se para um cenário político (Zahreddine *et al.*, 2016). O ponto que ocasionou a mudança foi a Revolta Árabe na Palestina em 1936, dirigida contra a crescente implantação do movimento sionista, que ganhou impulso significativo no início da década. A Irmandade não apenas apoiou ativamente os protestos, como também empenhou-se na mobilização da opinião pública egípcia em favor da causa palestina, canalizando o sentimento anti-colonial e religioso para a ação política.

Em frente a um sentimento de fracasso, de sufocamento ou/e de insatisfação consigo próprio e com o mundo ao seu redor em relação a proteção e preservação dos países contra o domínio político, econômico e a assimilação cultural ocidental começaram a surgir organizações políticas das diversas camadas da população com o desejo de mudança e de defender a autossuficiência islâmica contra a secularização e a ocidentalização cultural; as quais causavam seus efeitos em quase todas as partes do mundo árabe (Al Assar, 2010, p. 12).

De forma geral, nas primeiras décadas de sua existência, a Irmandade Muçulmana era uma organização de caráter transnacional, com engajamento voltado ao anticolonialismo e ao combate imperialista. Assim, pode-se analisar que a inserção da Irmandade Muçulmana no Oriente Médio foi construída através de dois eixos fundamentais: em primeiro lugar, a organização sempre destacou a concepção da *Umma*³⁵ (comunidade global de fiéis muçulmanos) como principal referência para a solidariedade coletiva, sendo os motivos religiosos o fundamento político do grupo. Em segundo lugar, ressaltou a importância de entender as realidades nacionais particulares, as quais a Irmandade aceita como variáveis condicionadas por contextos históricos e sociais específicos (El-Awaisi, 1998 *apud* Zahreddine *et al.*, 2016).

Segundo Hourani (2013), a relevância política da Irmandade Muçulmana residiu, desde o início, em sua capacidade de transcender as fronteiras egípcias, projetando sua influência sobre grande parte do mundo islâmico sunita. No plano interno, o movimento consolidou-se principalmente entre os setores médios urbanos – artesãos, comerciantes, professores e profissionais liberais – que se encontravam à margem da elite dominante. Esses grupos, formados em instituições de ensino que privilegiavam o árabe em detrimento do inglês e do francês, aderiram a uma leitura mais direta e literal das escrituras islâmicas, o que reforçou a identificação com o discurso moral e reformista da Irmandade (Santos, 2020).

A partir desta estrutura, Hassan al-Banna articulou a lealdade política da Irmandade em três dimensões relacionadas: a lealdade para com a nação egípcia, para com a identidade árabe e para com o Islã. Importante salientar que as esferas de lealdade não eram entendidas como contraditórias ou mutuamente excludentes, ao contrário, sua interação dinâmica conduziria naturalmente a uma convergência e reforço mútuo entre estes diferentes níveis de identidade e pertencimento.

Dessa forma, os irmãos muçulmanos defendiam a realização de uma revolução islâmica, a qual, contudo, deveria seguir um processo gradual de re-islamização, iniciada pela transformação individual, prosseguindo para a esfera familiar, social e, por fim, política.

³⁵ Cabe sinalizar que a *Umma* é mais do que a constituição de uma comunidade política, na tradição islâmica. Ela abrange elementos que se relacionam à fé e à relação do homem com seu Deus. Com isso, pode-se pensar na *Umma* como uma comunidade apenas religiosa, sem caráter político.

Para os Irmãos Muçulmanos, era de fundamental importância uma revolução islâmica, entretanto essa revolução deveria ser iniciada primeiramente por uma mudança individual (espírito humano), em seguida uma social e por último uma política – um processo de reislamização por etapas: o indivíduo muçulmano; a família muçulmana; a sociedade muçulmana, o Estado muçulmano, e por último a “Umma Muçulmana” (Nação islâmica). Estas eram condições básicas para se implantar um Estado islâmico que exigia em primeiro lugar uma reislamização consciente da sociedade tão influenciada pela cultura ocidental, restabelecendo o equilíbrio entre o Islam e o Ocidente (Al-Assar, 2010, p. 22).

Essa sequência representava as condições necessárias para o estabelecimento de um Estado genuinamente islâmico, exigindo uma reconversão consciente de uma sociedade profundamente influenciada pela cultura ocidental (Lima, 2018). A ideia de equilíbrio entre o Islã e o Ocidente era manifestada no desejo de modernização de seu país orientado por valores islâmicos, propondo assim, a criação de organizações e instituições modernas, especialmente nas áreas de serviço social e educação, acreditando na capacidade do Islã de responder aos desafios modernos através da aplicação dos seus valores tanto no espaço privado como no público.

A ampla dominação externa nos campos político, econômico e militar era questionada por diversos movimentos egípcios. Para a Irmandade Muçulmana, esses problemas eram resultado da propagação de valores e práticas seculares ocidentais. A análise de Hassan al-Banna estendia-se à dominação interna, interpretando a opressão perpetrada pela elite local através da lente anti-imperialista. Como abordado, ele conceitualizava um “colonialismo interno”, argumentando que as elites egípcias, ao colaborarem e beneficiarem da ocupação britânica, operavam em acordo com os interesses estrangeiros e partilhavam dos seus objetivos (Rutherford, 2008). Essa retórica fundia a luta contra o dominador externo com a denúncia de uma classe egípcia cúmplice, conferindo ao “antiocidentalismo” da Irmandade Muçulmana grande repercussão no Egito. Assim, o apelo da mensagem de al-Banna era amplificado pelo enquadramento duplo de libertação nacional e moral.

A Irmandade Muçulmana possuía uma rede tão extensa e profundamente enraizada na sociedade egípcia – mesmo após a morte de al-Banna em 1949³⁶ – que sua atuação foi crucial para o sucesso da Revolução dos Oficiais Livres, em julho de 1952. Segundo Mitchell (1993), militares treinavam irmãos muçulmanos em campos públicos, montados em universidades, escolas secundárias e também em locais privados. Possuindo importância histórica, a organização desempenhou um papel central, e não meramente periférico no triunfo do

³⁶ Al-Banna foi assassinado pelo serviço secreto egípcio, o que levou a Irmandade a viver na clandestinidade. Com a morte de Hassan al-Banna, Sayyid Qutb emergiu como a principal referência intelectual da Irmandade Muçulmana, conferindo ao movimento um corpo teórico mais sistematizado e um sentido político-ideológico mais definido.

movimento. Vários dos oficiais envolvidos no golpe eram membros da Irmandade – caso de Anwar Sadat –, e é plausível argumentar que, sem o apoio decisivo da Irmandade Muçulmana, a revolução poderia ter fracassado.

Os Irmãos Muçulmanos seguiram difundindo sua mensagem, centrada na reislamização da sociedade egípcia e, em sentido mais amplo, do mundo muçulmano. Gradualmente, a proposta moral e espiritual concebida por Hassan al-Banna expandiu-se para além do campo religioso, assumindo uma dimensão política e militante. Esse movimento marcou a transição da Irmandade de um projeto de reforma social para um ator político ativo, comprometido com a construção de uma ordem pública orientada pelos princípios islâmicos.

2.4.2 Sayyid Qutb: uma ideologia revolucionária

Quando Sayyid Qutb ingressou na Irmandade Muçulmana, em 1951, a organização ainda vivia o impacto do assassinato de seu fundador Hassan al-Banna em 1949. Nesse contexto de incerteza e busca por novas lideranças, Qutb utilizou suas relações prévias com as elites políticas e intelectuais do Egito para intermediar uma aproximação entre a Irmandade e o recém-formado regime dos Oficiais Livres, influenciados por Gamal Abdel Nasser. Acreditando que o novo governo representava a concretização de seus ideais de justiça social e renovação moral, a aliança inicial formada garantiu à Irmandade uma posição singular no cenário político: ao contrário dos partidos dissolvidos após a Revolução, o grupo foi reconhecido como uma organização de caráter social e religioso, o que lhe permitiu preservar sua estrutura e influência durante os primeiros anos do regime nasserista (Al-Assar, 2010).

Entretanto, com o passar do tempo as relações entre ambas as forças se deterioraram. Os membros do movimento viam o governo Nasser como uma continuação do autoritarismo monárquico laico, enquanto Nasser passou a considerá-los um obstáculo à consolidação do novo regime (Santos, 2020). A deterioração das relações culminou, em janeiro de 1954, na dissolução oficial da organização, decisão que levou a um ciclo de repressão e confronto. Em outubro do mesmo ano, uma tentativa de assassinato contra Nasser, atribuída à Irmandade – embora sem anuência da liderança –, serviu de pretexto para o endurecimento das medidas de controle estatal. O grupo foi declarado ilegal, suas sedes foram incendiadas e centenas de militantes foram presos. A partir desse episódio, a Irmandade passou a ser enquadrada como inimigo interno e principal ameaça à revolução, ao mesmo tempo em que o discurso nasserista a definia como força contrarrevolucionária e antinacional (Lima, 2018).

Mesmo sob repressão, a Irmandade reorganizou-se entre 1959 e 1960, em torno de um pequeno comitê que atuava clandestinamente (Al-Assar, 2010). Nesse contexto, os escritos de

Sayyid Qutb, redigidos durante sua prisão – após tentativa de assassinato de Nasser – começaram a circular secretamente e tornaram-se o novo eixo ideológico da organização. Suas reflexões, profundamente críticas ao Estado egípcio e à modernidade ocidental, ofereceram à Irmandade uma base teórica capaz de articular religiosidade e resistência política, moldando as gerações seguintes de militantes islâmicos.

Embora diversos grupos políticos tenham tentado conciliar nacionalismo e fé no Egito do pós-independência, nenhum o fez com a coerência doutrinária da Irmandade Muçulmana. A partir da ideologia de Qutb, o movimento transcenderia a noção de partido político, assumindo a missão de instaurar um modo de vida integralmente islâmico, em que a fé orientasse todas as dimensões da existência individual e coletiva. Seu afastamento do nacionalismo laico de Nasser marcou uma virada ideológica decisiva, conferindo à Irmandade um caráter mais militante e politicamente consciente. A partir desse ponto, o islamismo passou a ser concebido como um projeto civilizacional alternativo à modernidade ocidental e ao autoritarismo árabe, processo que seria posteriormente descrito como a “radicalização do Islã” (Al-Assar, 2010).

Em suas obras, Qutb construiu uma leitura profundamente crítica da sociedade egípcia e do mundo muçulmano, que, segundo ele, viviam sob uma nova *Jahiliya* – base do mundo ocidental, estado de ignorância espiritual e moral, em que a impiedade, materialismo, idolatria, tirania eram marcas de uma sociedade (Al Assar, 2010). Diante disso, reformulou o conceito de *Jihad*³⁷, transformando-o em um dever individual e revolucionário: cada muçulmano teria a responsabilidade de restaurar a soberania divina – *Hakimiyya* – e eliminar as estruturas políticas e sociais consideradas “não islâmicas” (Santos, 2020). Essa interpretação de *Jihad* extrapolou as fronteiras egípcias e influenciou amplamente os

³⁷ De forma geral *Jihad* pode ser entendida como esforço e empenho, porém o *Jihad* é um termo complexo, possuindo alguns significados e divisões. Dentre as divisões, as mais conhecidas são: *Jihad Maior* e o *Jihad Menor*; e dentro dessas duas categorias existem outras categorias inclusas. Segundo Seyyed Nasr (2015), *Jihad Maior* deve ser compreendida em sua pluralidade de significados, ultrapassando a dimensão militar frequentemente associada ao termo. Em sua concepção mais profunda, o termo representa o esforço contínuo do ser humano para harmonizar sua vida individual e social segundo os princípios divinos. Nesse sentido, o combate obrigatório é aquele travado contra o próprio ego e seus impulsos inferiores, pois é por meio dessa luta interior que o muçulmano se aproxima de Deus. O *Jihad Menor*, o qual possui uma categoria que poderia remeter a guerra, é a defesa da religião e da fé, e o direito de exercê-la. Dentro dessa categoria, possui um último item, que é a luta para sua legítima defesa – caso o muçulmano se sinta ameaçado e/ou desrespeitado (Santos, 2020, p. 51).

Ainda, segundo Hathout (2014, p. 121) “o termo tem sido usado pela imprensa ocidental, ao longo das últimas décadas, com o significado mais ou menos direto de “guerra santa”, de fato o termo “guerra santa” foi denominado na Europa, na época das cruzadas. Na realidade o termo “guerra santa” não tem correspondência no léxico islâmico, e com certeza *Jihad* não seria a sua tradução”.

movimentos islamistas nas décadas seguintes³⁸, reposicionando a Irmandade como o núcleo intelectual do islamismo político moderno.

Para Qutb (1992), o Islã constituía o princípio organizador da vida coletiva, ultrapassando o domínio religioso para assumir uma dimensão política e civilizacional. Em continuidade, mas também em ruptura com Hassan al-Banna, o envolvimento de Qutb na Irmandade Muçulmana deslocou a ênfase da comunhão espiritual para a reconstrução integral da sociedade sob a soberania divina. Rejeitou, assim, as formas de pertencimento herdadas do colonialismo – baseadas no território, na etnia ou no Estado-nação – e propôs uma ordem social fundada na lei de Deus. Segundo Hourani (2013, p. 521), “Qutb afirma que o homem só era livre se fosse libertado da sujeição de todos os poderes, exceto o de Deus”.

O comando da humanidade para o homem ocidental chegou a seu fim, não porque a civilização tenha falido no plano material ou haja perdido forças nos domínios econômicos e militares, mas sim porque o mundo ocidental cumpriu seu papel ao esgotar suas reservas de valores que lhe permitam assegurar a direção da humanidade (Qutb, 1992, p. 7).

Seu posicionamento redefiniu o ideal islâmico de comunidade, transformando-o em um projeto político universalista e anticolonial, que via na restauração da autoridade divina o caminho para libertar os povos muçulmanos da dominação externa e da decadência moral interna. Dessa forma, o pensamento de Qutb deu à Irmandade Muçulmana uma densidade ideológica inédita, deslocando-a de um movimento social reformista para uma vanguarda política com vocação revolucionária. O projeto proposto não se restringia à reforma institucional, mas visava à re-islamização integral da vida, iniciada na esfera individual e projetada sobre o corpo social. Um Estado islâmico, nesse sentido, não seria apenas uma meta política, mas a expressão natural de uma sociedade reconciliada com a soberania de Deus.

2.4.3 As idas e vindas da Irmandade Muçulmana

Ao longo dos anos seguintes, a Irmandade oscilou sempre entre períodos de clandestinidade e outros de aproximação ao poder, entre promessas de criação de um Estado islâmico e garantias de respeitar o jogo político. Os ciclos alternados de repressão e tolerância, ocorreram conforme a conveniência política dos sucessivos governos. Essa relação instrumental pautou as dinâmicas entre a organização e os regimes presidenciais de Gamal Abdel Nasser (1956-1970) – como já observado –, Anwar al-Sadat (1970-1981) e Hosni

³⁸ Movimentos como o Hamas (Palestina), a Jihad (Afeganistão) e os grupos inspirados por Mohamed al-Maqdisi e Osama bin Laden reinterpretaram o legado da Irmandade à luz de conjunturas geopolíticas distintas. Ainda que compartilhem uma matriz ideológica comum, tais movimentos desenvolveram projetos próprios, moldados por contextos de conflito e resistência específicos. Assim, a Irmandade deve ser compreendida dentro de sua temporalidade, como uma resposta particular às condições políticas e sociais do Egito de meados do século XX.

Mubarak (1981-2011), sendo sistematicamente manipulada conforme as necessidades de legitimação e controle de cada presidente.

Com o falecimento de Nasser (1970), a Irmandade Muçulmana iniciou um processo de reorganização, em grande parte facilitado pela sua proximidade histórica com Anwar al-Sadat. À medida que o Estado egípcio recuava na prestação de serviços essenciais e privatizava a educação, saúde e habitação, a Irmandade preencheu progressivamente este vazio através de uma extensa rede de atividades assistenciais e humanitárias. Tal atuação não apenas fortaleceu a sua base de apoio social, como cimentou definitivamente a sua reemergência no espaço público egípcio.

Isso incluía uma gama de provisões direcionadas aos pobres e necessitados: cuidados de saúde a preços acessíveis, centros “não-corruptos” de distribuição de comida em bairros pobres, assistência para encontrar empregos (direcionado especialmente a muçulmanos recém-formados), benefícios sociais, soluções inovadoras de transporte em alguns dos subúrbios mais populosos do Cairo e de Alexandria, acomodação para estudantes que estavam fora de suas cidades (além de resumos de aulas e grupos de estudo) e atividades humanitárias em algumas das áreas mais desprovidas do Egito (Osman, 2011, p. 93).

Sob o governo de Sadat, a Irmandade também buscou reassumir a sua condição de ator político relevante, processo que foi diretamente impulsionado pela estratégia presidencial de distanciamento do legado nasserista. Em um primeiro momento, Sadat endossava a construção de um Estado construído sob valores islâmicos, ainda que fosse um Estado tecnocrático no sentido estrito (Zahreddine *et al.*, 2016, p. 126).

Essa guinada em direção a uma valorização da identidade religiosa contribuiu decisivamente para fazer da década de 1970 um marco fundamental na história do Islã Político moderno. Do ponto de vista de classe, a expansão das diferentes correntes do Islã Político, incluindo a própria Irmandade Muçulmana, ocorreu sobre uma base social composta majoritariamente por segmentos empobrecidos da classe média urbana, enquanto suas lideranças estavam profundamente vinculadas às camadas proprietárias. Essa configuração híbrida, que articulava demandas populares a direções alinhadas às classes dominantes, explicita a natureza contraditória da guinada do Islã Político no Egito naquele período.

A politização do Islã durante esta década não se restringiu à Revolução Iraniana, apesar de ser este o caso mais dramático. Cinco anos antes, logo após a Guerra de Outubro de 1973, a consagração do poderio financeiro saudita havia permitido à corrente wahhabita-islâmica, puritana e socialmente conservadora, difundir-se amplamente e conquistar uma posição de destaque na expressão internacional do Islã. [...] essa corrente tomou a dianteira em relação ao nacionalismo progressista dos anos de 1960, reorganizou os quadros religiosos favorecendo as associações e os ulemás que lhe declaravam obediência, e ao injetar recursos financeiros consideráveis no movimento islâmico angariou muitos adeptos [...]. Não podemos reduzir o movimento do islamismo político dos anos 1970 a um movimento revolucionário ou antiimperialista (Kepel, 2003, p.90-91, *apud* Costa, 2020, p. 237).

A repressão imposta ao movimento durante o regime de Nasser havia enfraquecido profundamente a Irmandade Muçulmana, e, ainda que Sadat tenha libertado diversos de seus líderes e incentivado a retomada das atividades sociais do grupo, essas medidas não foram suficientes para restaurar sua força política. Diante disso, tornou-se necessário expandir sua base de apoio e atrair novos membros. A principal estratégia adotada foi o fortalecimento de vínculos com grupos estudantis, que começaram a se organizar de forma autônoma sob a égide de uma estrutura guarda-chuva conhecida como “Grupo Islâmico”. Essa nova formação ganhou visibilidade ao responder a “problemas reais de estudantes marginalizados, economicamente e socialmente conservadores, que enfrentavam dificuldades de adaptação ao ambiente universitário” (Wickham, 2013a, p. 35-36). Em pouco tempo, os integrantes do “Grupo Islâmico” passaram a conquistar espaço político nas universidades, vencendo eleições estudantis e consolidando-se, com a anuência de Sadat – que via neles um contrapeso aos estudantes nasseristas e de esquerda –, como a principal força dominante no meio acadêmico.

A aliança entre Sadat e a Irmandade Muçulmana, contudo, mostrou-se desde cedo limitada e instrumental. Para além das críticas dirigidas ao governo em razão da precária situação econômica, a Irmandade divergia radicalmente da orientação da política externa do presidente. Ao buscar uma aproximação estratégica com os Estados Unidos – país percebido como vetor de exportação de hábitos ocidentais para as elites muçulmanas – e ao perseguir um acordo de paz com Israel – então amplamente considerado como responsável pelo sofrimento palestino –, Sadat adotou uma direção que se revelou contraditória para o grupo. Em resposta, a Irmandade intensificou suas críticas públicas ao regime, centrando-se na questão palestina, tema focal da sua identidade ideológica. Percebendo a crescente erosão da aliança, Sadat recusou, em 1979, oficializar a legalização de um partido político vinculado ao movimento.

Nos anos que se seguiram, o presidente egípcio adotou um discurso francamente combativo contra o Islã político em geral e contra a Irmandade em particular, passando a advogar publicamente pela “separação total entre religião e política”. Segundo Wickham (2013a, p. 33), a intenção subjacente a este posicionamento era permitir que o próprio Estado continuasse “livre para manipular a religião para referendar suas políticas, ao mesmo tempo que bloqueava seu uso por seus oponentes”. O fim do governo Anwar al-Sadat, interrompido por seu assassinato em 1981, evidenciou os limites de uma estratégia baseada em alianças instrumentais com a Irmandade Muçulmana. A ruptura com o Islã político havia deixado marcas profundas na sociedade egípcia e ampliado o dilema do regime diante da crescente relevância religiosa na esfera pública (Lima, 2018).

Hosni Mubarak, ao assumir a presidência, herdou esse impasse e precisou redefinir os termos da relação entre Estado e islamistas. Seu governo manteve a lógica pendular de alternância entre cooptação e repressão, mas com maior pragmatismo, buscando evitar tanto a marginalização absoluta quanto a plena integração da Irmandade ao sistema político. Sua relação com a Irmandade pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, que vai de 1981 a 1990, é caracterizado com um período de acomodação e tolerância. O segundo momento, pós 1990, foi um período de crescente crise econômica e política, que desencadeou um aumento de confrontos e repressão. No fim dos anos 1980, a política flexível de Mubarak “falhou ao cooptar ou silenciar efetivamente a oposição islâmica, dando lugar a uma resposta mais agressiva ao desafio tanto dos extremistas religiosos [...] quanto dos moderados” (Esposito & Voll, 1996, p. 177).

Especialmente nos anos 1990, o Egito tornou-se palco de episódios recorrentes de violência vinculados às disputas internas no campo islamista. De um lado, a liderança oficial da Irmandade Muçulmana, representada por Hassan al-Hudeibi e Umar al-Tilmisani, defendia uma estratégia gradual e reformista de islamização, priorizando a participação institucional e a atuação parlamentar. De outro, correntes inspiradas em Sayyid Qutb sustentavam a confrontação direta e recorriam à violência contra o Estado (Costa, 2020).

Embora Mubarak contasse com amplo apoio para reprimir tais ações e responsabilizar seus perpetradores, sua resposta mostrou-se limitada no que diz respeito ao isolamento das correntes moderadas do Islã Político. Paralelamente, essas organizações de orientação moderada ampliavam sua presença entre as classes médias e baixas, impulsionadas pelo crescente descontentamento popular com a economia política conduzida pelo regime. Desse modo, consolidaram-se como atores percebidos por parcelas significativas da sociedade como “agentes efetivos de mudança social e política, desenvolvendo instituições socioeconômicas alternativas e participando do processo político, demonstrando sua força na construção de instituições e mobilização popular” (Esposito & Voll, 1996, p. 178).

Assim, a Irmandade Muçulmana buscou preservar sua reputação pública e se ausentou das plataformas políticas formais na década de 1990 e primeira metade de 2000. Dessa forma, direcionou seu ativismo, novamente, para os espaços sociais como sindicatos, escolas e universidades, que serviram como plataforma e alternativa ao sistema político desigual que ganhava força no Egito (Wickham, 2013a).

Buscando a legitimidade legal, representantes da Irmandade tentavam participar de eleições como políticos independentes, forjando alianças com outros partidos como o Partido Secular Liberal, ficando evidente o crescente pragmatismo da Irmandade Muçulmana, na

medida em que ela buscou articular alianças políticas com grupos de ideologias distintas. O conflito pelo espaço político formal, longe de ser um desvio, foi na verdade a expressão máxima de um processo mais profundo e de longo prazo: a “nacionalização” da organização (Zahreddine *et al.*, 2016).

A análise da trajetória histórica da Irmandade Muçulmana oferece um quadro elucidativo para a compreensão das orientações estratégicas adotadas pelo grupo em resposta a contextos nacionais e internacionais. Uma comparação entre as esferas doméstica e regional revela esse processo, que priorizou a transformação da sociedade egípcia em detrimento de projetos pan-islâmicos. Isto é, ao longo das décadas, os fatores internacionais gradualmente perderam protagonismo e as dinâmicas internas tornaram-se prioridades e ações do movimento.

No início do século XX, a presença colonial britânica e a expansão do projeto de Israel funcionaram como elementos importantes, reforçando simultaneamente a identidade coletiva e a razão de ser da Irmandade. Contudo, com o avanço das décadas, os pilares domésticos sobrepuseram-se às variáveis externas, levando a Irmandade Muçulmana egípcia a concentrar gradualmente a sua atuação dentro das fronteiras nacionais (Rodrigues, 2015). Consequentemente, se por um lado elementos de ordem cultural e identitária persistiram, por outro as formas e a intensidade da sua mobilização passaram a depender, em grande medida, dos processos de modernização política e das estruturas estatais que os enquadram.

A trajetória da Irmandade Muçulmana sob Mubarak ilustra com clareza o ápice deste processo duplo de moderação estratégica e “nacionalização” forçada. O regime, ao fechar os canais políticos formais, não extinguiu o grupo, mas sim o compeliu a buscar espaço através de um ativismo social intensificado e de alianças pragmáticas inéditas. Este movimento, por um lado, demonstrava a notável adaptação da Irmandade e seu desejo de integração. Por outro, revelava como sua margem de manobra era radicalmente delimitada pelo ambiente político hostil criado pelo Estado egípcio moderno. O principal conflito com o regime, portanto, não foi apenas ideológico, mas também concorrencial: uma disputa pela influência popular em um terreno que apenas o Estado detinha o monopólio da força e das regras do jogo (Zahreddine *et al.*, 2016).

Embora seja incontestável que o contexto doméstico egípcio – marcado pela repressão de Nasser, a abertura calculista de Sadat e o controle rígido de Mubarak – tenha interferido nas estratégias de ação da Irmandade Muçulmana, seria um erro analítico compreender a relação como um fenômeno de via única, onde o Estado é o único agente ativo e a Irmandade

Muçulmana uma mera organização passiva. Contudo, é possível identificar uma relação dialética de influência mútua.

Segundo Lima (2018), a estratégia de “nacionalização” e “moderação” pragmática da Irmandade não foi apenas uma reação de sobrevivência, mas uma estratégia de expansão que, por sua vez, moldou a própria natureza do autoritarismo egípcio. Ao construir uma base social massiva através de seus extensos serviços sociais – preenchendo o vazio deixado pelo Estado em retração neoliberal – a Irmandade Muçulmana tornou-se um ator sociopolítico impossível de ignorar.

Consequentemente, o Estado foi forçado a se adaptar, não podendo simplesmente acabar com a Irmandade. Tendo assim, que alternar entre repressão violenta e tolerância calculada, adaptando a retórica religiosa para legitimidade do governo, e permitindo a atuação religiosa no espaço social para manter um frágil equilíbrio e evitar uma ruptura total (Sadiki, 2014). Desta forma, a Irmandade Muçulmana, mesmo na condição de organização formalmente ilegal e perseguida, atuou como um espelho do Estado egípcio moderno, forçando-o a constantemente se redefinir e negociar os limites de sua autoridade.

A integração da Irmandade Muçulmana ao jogo político formal ocorreu paralelamente a um movimento mais amplo de abertura e democratização que marcou o final do século XX. Conforme observam Esposito e Voll (1996, p. 6), o processo de democratização e o ressurgimento religioso não eram fenômenos opostos, mas complementares: “a reafirmação da identidade e da herança islâmicas constituía também uma forma de contestação aos regimes autoritários e seculares então predominantes”.

Assim, a proposta de Comunidade Imaginada (Anderson, 2008) formulada pela Irmandade Muçulmana – ancorada na noção de um Estado islâmico regido pela lei divina – pode ser compreendida como um esforço de síntese entre tradição religiosa e modernidade política. No plano teórico, as formulações de Hassan al-Banna e Sayyid Qutb forneceram a base doutrinária para a emergência de múltiplas expressões do Islã político nas décadas seguintes.

A ideia de equilíbrio entre o Islã e o Ocidente era manifestada no desejo de modernização de seu país (e mundo muçulmano) orientado por valores islâmicos, propondo o estabelecimento de organizações e formas institucionais modernas, atuando em serviços sociais e educativos. A Irmandade utilizava-se de tecnologia e meios de comunicação modernos para difundir sua ideologia. Creia-se na abrangência do Islam em responder os questionamentos contemporâneos e propor um caminho para modernidade a partir da aplicação dos valores islâmicos no campo privado e coletivo (Al-Assar, 2010, p. 14).

Nessa perspectiva, conforme analisa Castells (2018), os movimentos de resistência surgem entre grupos marginalizados e/ou estigmatizados pela lógica da dominação, que

constroem espaços simbólicos e políticos de oposição à ordem vigente. O islamismo político, nessa lente, expressa simultaneamente um ato de contestação e uma estratégia de sobrevivência coletiva, projetando sobre o campo religioso uma gramática de emancipação frente à modernidade excludente e ao domínio ocidental.

Portanto, observou-se ao longo desse capítulo, um panorama geral de o Egito antes do mundo ser surpreendido pela explosão da Primavera Árabe. Em síntese, o percurso histórico aqui traçado evidencia que a transformação neoliberal do Egito não se limitou a um ajuste econômico, mas a um projeto político que reconfigurou profundamente o Estado e a sociedade. A combinação entre dependência externa, fragilidade estrutural e estratégias autoritárias produziu um modelo de modernização excludente, que ampliou desigualdades e minou a legitimidade do regime. Paralelamente, a instrumentalização da religião e a repressão sistemática da oposição alimentaram tensões que se acumularam. Dessa forma, a experiência egípcia do final do século XX mostra que a crise que explodiu em 2011 não foi algo pontual e conjuntural, mas sim o resultado de décadas de desequilíbrios sociais, econômicos e políticos.

3 PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO: TAHRIR ENTRE ESPERANÇA DEMOCRÁTICA E A CRISE DE TRANSIÇÃO

Para a compreensão da Primavera Árabe é necessária atenção simultânea às dinâmicas transnacionais que a atravessaram e às especificidades políticas, sociais e econômicas de cada país onde o levante tomou forma. A revolta egípcia de 2011, inspirada e influenciada pela Revolução de Jasmim na Tunísia, teve início com protestos antigovernamentais em 25 de janeiro de 2011 e se estendeu por 18 dias, culminando na queda do regime de Hosni Mubarak, na sexta-feira, 11 de fevereiro de 2011. Naquele momento, com cerca de 80 milhões de habitantes, estima-se que 18 milhões de egípcios participaram da revolução, que ocorreu em todas as 27 províncias do Egito (Saidin, 2018).

No caso egípcio, o movimento de 2011 destacou-se por apresentar a configuração mais próxima de um ensaio revolucionário no sentido clássico, ainda que seus desdobramentos tenham culminado em derrota e posterior restauração autocrática. Nesse sentido, a leitura de Samir Amin (2011) propõe que a revolta egípcia não deve ser tratada como um episódio isolado, mas como expressão de uma contestação estrutural ao modelo neoliberal implantado desde Sadat (1970-1981) e aprofundado sob Mubarak (1981-2011). Para Amin (2011), o caso egípcio anuncia o possível esgotamento de um sistema cuja legitimidade já vinha sendo corroída em suas dimensões econômica, social e política, condensando a insatisfação crescente por décadas e articulando atores que até então se encontravam fragmentados.

Compreender o significado do movimento no Egito exige o exame das contradições acumuladas desde o início do período republicano, o qual constituiu-se consolidando um declínio social e econômico contínuo, alimentado pela erosão das garantias estatais e pela crescente desigualdade. A leitura da economia política da era Mubarak revela que a implementação sistemática das reformas neoliberais produziu não apenas a retração do Estado social, mas também a formação de uma elite capitalista estreitamente vinculada ao aparato governamental e às Forças Armadas, resultando em uma ordem híbrida em que liberalização econômica e autoritarismo se reforçaram mutuamente.

Isto posto, este capítulo abordará o desenvolvimento da Primavera Árabe no Egito a partir do esgotamento político e econômico que marcou o fim da era Mubarak. A análise contempla não apenas o desencadeamento das revoltas, mas também os caminhos contraditórios da transição que se seguiu, destacando o papel assumido pelos principais atores coletivos – em especial as Forças Armadas e a Irmandade Muçulmana – na redefinição do campo político. Trata-se de um capítulo transitório à investigação empírica, que estabelece as bases necessárias para compreender como legado, estruturas socioeconômicas e disputas

identitárias conformaram os limites da mudança após 2011. Ao reconstruir esse processo, o capítulo contribui para os objetivos gerais da pesquisa, iluminando as tensões, continuidades e reconfigurações que permitiram a posterior consolidação de um novo arranjo autocrático no país.

Aqui, o principal argumento é que os Estados Unidos, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) e a Irmandade Muçulmana emergiram no Egito pós-Mubarak como bases que sufocaram, cada um à sua maneira, as aspirações revolucionárias emergentes para proteger seus interesses individuais, o que, por sua vez, levou à ascensão de uma nova forma de autoritarismo caracterizada por mudanças na estrutura do Estado, nas coalizões, nas políticas e na legitimação. Assim, as políticas de uma “contrarrevolução” foram implementadas em múltiplos níveis, desde o controle do poder e das instituições estatais, a repressão dos movimentos revolucionários e liberais, até a manutenção da doutrina econômica neoliberal do regime de Mubarak

3.1 O ESGOTAMENTO DE TRÊS DÉCADAS DE REGIME

O Egito que sucedeu o período nasserista tornou-se um dos casos mais emblemáticos da adoção de políticas neoliberais que, sobretudo após a crise do petróleo de 1973, passaram a reconfigurar a economia política internacional. Nesse cenário, o país destacou-se exemplo de reformas liberalizantes implementadas sob forte condicionamento externo, as quais resultaram na ampliação das desigualdades, da vulnerabilidade social e da dependência econômica.

Como pôde ser analisado, Hosni Mubarak consolidou um dos regimes autoritários mais duradouros do Oriente Médio contemporâneo, mantendo-se no poder por três décadas após assumir a presidência em 1981. Seu governo gradualmente adquiriu feições cada vez mais explícitas de autoritarismo, ancorado em estruturas que combinavam centralização decisória, redes clientelistas e controle rigoroso da participação política. O Executivo concentrava a quase totalidade do poder, enquanto o Partido Nacional Democrático funcionava essencialmente como instrumento de legitimação das diretrizes presidenciais, sem autonomia programática e/ou organizativa.

O regime mobilizou uma ampla combinação de mecanismos legais, administrativos e coercitivos para limitar a atuação dos partidos oposicionistas e restringir a competição política. A imprensa operou por muitos anos sob vigilância permanente: as empresas estatais responsáveis por impressão e distribuição garantiam ao governo capacidade de influência direta sobre o fluxo de informações, e críticas ao presidente ou ao núcleo do poder frequentemente resultavam em processos, detenções ou no fechamento de veículos (Tudoroiu,

2011). As liberdades de associação eram condicionadas à autorização do Ministério do Interior, quase sempre negadas, o que impedia a organização de manifestações independentes.

A permanência da Lei de Emergência³⁹ ao longo de todo o período reforçou o caráter excepcional do aparato estatal, autorizando práticas como detenções violentas e ampliando o escopo das competências policiais e militares. Nesse contexto, a tortura tornou-se elemento sistemático do funcionamento das instituições de segurança, refletindo uma lógica repressiva estrutural (Bakis & Karakoç, 2015). A partir da segunda metade da década de 1990, esse arranjo autoritário alcançou elevado grau de estabilidade, produzindo uma ordem política fechada, pouco permeável à contestação e sustentada por uma combinação de repressão, patronagem e centralização presidencial.

Esse conjunto de dispositivos repressivos, somado à rigidez institucional construída ao longo das décadas, gerou um quadro de estabilidade autoritária que, embora eficaz em neutralizar dissidências por longos períodos, também intensificou frustrações acumuladas dentro da sociedade egípcia. As limitações impostas à participação política, a ausência de mecanismos efetivos de contestação e o aprofundamento das desigualdades criaram um terreno propício para o surgimento de novas formas de mobilização. Assim, o fechamento do sistema político paradoxalmente preparou as condições para o ressurgimento de uma população mais articulada e capaz de desafiar os pilares do regime mubarakista.

A partir de meados dos anos 2000, pode-se observar o ressurgimento de uma oposição mais articulada e socialmente enraizada no Egito, configurando um ponto de inflexão no desgaste progressivo do regime de Mubarak. Diferentemente das mobilizações fragmentadas das décadas anteriores, o protagonismo dessa nova fase deslocou-se para setores da sociedade civil, que passaram a operar por fora dos canais institucionais estreitados pelo autoritarismo. Entre 2005 e 2006, o Estado assistiu à consolidação de uma ampla coalizão de ativistas com o objetivo explícito de impedir a reeleição de Hosni Mubarak e a possível sucessão hereditária por seu filho Gamal Mubarak. O Movimento *Kefaya* tornou-se a expressão mais visível desse ciclo, combinando manifestações públicas, discursos abertamente desafiadores ao presidente e a utilização estratégica de tecnologias digitais emergentes (Brown & El-Din Shahin, p. 207).

³⁹ Desde a consolidação do Estado egípcio, o *estado de emergência* tem funcionado como um instrumento central de manutenção do poder pelos governantes. Como trabalhado, antes da Revolução de janeiro de 2011, o *estado de emergência* estava em vigor desde 1981 e era renovado pelo presidente Mubarak a cada dois ou três anos. O uso mais controverso desse dispositivo ocorreu mediante a criação e o acionamento de tribunais especiais, como os Tribunais de Segurança do Estado, que funcionaram como mecanismos de repressão contra opositores islamistas, liberais ou ativistas independentes. O último decreto emitido foi a resolução nº 126/2010, que oficializou o *estado de emergência* até 31 de maio de 2012. A partir de 2011, a medida foi ampliada, passando a incluir uma gama muito mais ampla de condutas como perturbação do trânsito, bloqueio de vias, circulação de boatos, posse e comércio de armas e até “atentados à liberdade de trabalho”, conforme anunciaram as autoridades do governo provisório (Anistia Internacional, 2011).

A atuação dos jovens ativistas ligados ao *Kefaya* foi particularmente inovadora, sobretudo na forma como procuraram contornar a vigilância permanente do aparato de segurança. Suas ações baseavam-se em formas de mobilização informal em bairros operários do Cairo, articuladas por meio de mensagens de texto e plataformas online, o que permitia organizar protestos relâmpago e descentralizados. Nesse momento, houve a expansão do uso político de blogs, que se tornaram importantes instrumentos de denúncia, coordenação e debate tático, introduzindo uma nova dimensão no repertório de ação coletiva egípcio (El-Mahdi, 2009).

Ainda em 2006, o movimento pela independência do Judiciário marcou outra etapa importante desse ciclo contestatório. Quando essa mobilização perdeu força, emergiu uma nova onda de ativismo liderada por trabalhadores industriais e profissionais liberais (El-Mahdi, 2009), que passaram a contestar de forma aberta os efeitos das reformas neoliberais e o histórico econômico do governo. Longas greves, paralisações e protestos de larga escala tornaram-se cada vez mais frequentes (Brown & El-Din Shahin, 2010), evidenciando que, apesar da aparência de estabilidade, o regime acumulava tensões profundas e crescentes. Esse conjunto de mobilizações prenunciou a formação de um novo campo de oposição, contribuindo para o ambiente de instabilidade que antecedeu a eclosão da Primavera Árabe.

O mercado de trabalho refletia esse cenário contraditório. Às vésperas da Primavera Árabe, a taxa de desemprego alcançava 9,1%, afetando principalmente jovens com ensino superior. Estima-se que cerca de 2,5 milhões de egípcios estivessem desempregados, sobretudo na faixa etária entre 20 e 24 anos (Banco Mundial, 2025b), exatamente o grupo social que viria a constituir a linha de frente das mobilizações de 2011. Assim, mesmo diante de indicadores macroeconômicos positivos, a combinação entre desigualdade crescente, inflação elevada e falta de perspectivas para a juventude configurou um quadro de profunda insatisfação social, contribuindo para o ambiente de instabilidade que culminaria na ruptura política.

A deterioração das condições de vida, porém, não pode ser compreendida sem considerar a agenda de reformas liberalizantes implementada nos anos anteriores, cuja profundidade e velocidade reconfiguraram de modo radical o papel do Estado na economia:

Em meados dos anos 2000, a responsabilidade fiscal média das maiores e mais lucrativas empresas do Egito era de apenas 8%. As novas leis trabalhistas estabeleceram a contratação por tempo determinado como norma e permitiram aos empregadores renovar os contratos temporários de seus funcionários indefinidamente, sem lhes oferecer direitos trabalhistas de longo prazo; os trabalhadores também enfrentam novos limites ao seu direito de greve. Os

governantes do Egito ficaram tão entusiasmados com o ajuste estrutural que passaram mais e mais rápido de implementá-lo do que o próprio FMI esperava [...]. O governo prometeu aos tecnocratas que venderia “uma empresa por uma semana” e eles se tornariam bem sucedidos – até o final do reinado de Mubarak nada menos que 336 entidades públicas haviam sido privatizadas (Shenker, 2016, p.84).

Para Bakr (2012), a economia egípcia apresentava, às vésperas da revolução de 2011, indicadores macroeconômicos favoráveis: o PIB, que crescia pouco menos de 5% em meados da década de 1990, alcançou taxas próximas a 7% entre 2006 e 2008. No entanto, como observa Ali Sarihan (2012), esse desempenho não se refletiu em melhorias substanciais para grande parte da população, que continuava a viver em condições precárias. Em 2010, a inflação atingiu 10,1%, e quase 20% dos egípcios encontravam-se abaixo da linha da pobreza (Banco Mundial, 2025c). O crescimento econômico, embora significativo, foi marcado por forte concentração e beneficiando setores restritos, sobretudo elites próximas ao regime, enquanto regiões inteiras permaneceram à margem do desenvolvimento, aprofundando desigualdades e reforçando processos de exclusão social.

As mobilizações contra a fome de 2008, que assumiram grande amplitude no Egito, inauguraram uma nova fase do conflito social ao corroer gradualmente o pacto sociopolítico que sustentou, por décadas, uma estabilidade tão duradoura quanto frágil. A intensificação das reformas neoliberais com seus efeitos combinados de desregulação, retração estatal e privatizações, aprofundou de maneira significativa a precarização das condições de vida, ampliando o desemprego, a pobreza e a insegurança econômica. Esse processo tornou-se o catalisador de uma dinâmica de contestação que expôs a exaustão do modelo autoritário então vigente e evidenciou o esgotamento de seus mecanismos tradicionais de controle social.

Em 2010, a situação no Egito era de crise, mais uma vez. Seus índices econômicos indicavam um cenário de severa restrição de fluxo econômico e reforçavam a percepção amplamente difundida de deterioração das condições de vida. Houve o aumento da repressão policial e a taxa de desemprego oficial alcançava 8,8% (Banco Mundial, 2025b), número que desconsiderava o subemprego. Todos os anos, cerca de 700 mil novos graduados disputavam apenas 200 mil vagas, ampliando a frustração e a ausência de perspectivas entre os jovens (Bakr, 2012).

A taxa de crescimento econômico caíra de 4,6% para 2% em 2008. As oportunidades de trabalho há décadas não acompanhavam a taxa de crescimento da população que estava a alcançar em dezembro de 2010 cerca de 84,5 milhões de habitantes dos quais 43,4% viviam em áreas urbanizadas, cerca de 20% a 25% viviam abaixo do nível da pobreza, e o índice de desemprego, de uma força de trabalho de 26,1 milhões era bastante elevado [...]. A juventude estava seriamente afetada pelo desemprego. Cerca de 90% dos desempregados eram jovens de menos de 30 anos (Bandeira, 2015, p. 239).

Com isso, o apoio popular ao regime de Mubarak começou a diminuir, em meio à sua incapacidade de controlar o aumento da pobreza e do desemprego. O pacto social do governo, corroído por décadas de reformas neoliberais, já não oferecia estabilidade nem garantia de mobilidade social, especialmente após a deterioração acentuada das condições de vida. Assim, a busca por liberdades políticas não estava dissociada da necessidade de recompor bases econômicas mínimas para a sobrevivência da maioria.

Conforme Noha Bakr (2012), o ambiente político que antecedeu a revolta de 2011 era marcado por profundo cinismo e desgaste da legitimidade do regime. Após 30 anos de governo, Mubarak havia consolidado uma administração altamente centralizada, recorrendo repetidamente a emendas constitucionais que pareciam direcionadas a viabilizar a sucessão hereditária em favor de seu filho, Gamal Mubarak. Esse processo minou a confiança pública na possibilidade de competição política efetiva, especialmente diante das suspeitas de fraude nas eleições parlamentares de 2005 e, de forma ainda mais evidente, nas de 2010, quando o Partido Nacional Democrático obteve uma vitória considerada implausível por amplos setores da sociedade (BBC, 2010).

A perda de legitimidade do regime não se restringia ao terreno eleitoral. A sistemática violação de direitos humanos pelas forças de segurança, a corrupção disseminada e a manutenção ininterrupta do estado de emergência (The Nation, 2008) durante trinta anos alimentaram percepções generalizadas de injustiça e humilhação. Como observa Monem (2012), o prolongamento das leis de emergência ampliou de forma desmedida o poder policial, restringindo atividades políticas da oposição e normalizando práticas de abuso. Paralelamente, a oposição formal permaneceu enfraquecida devido a instrumentos repressivos, ao assédio constante, às limitações impostas à mídia e à recusa em legalizar partidos, além de sucessivas manipulações do processo eleitoral.

A mera conquista de direitos formais, sem alteração das estruturas socioeconômicas que reproduziam desigualdade e insegurança, dificilmente poderia evitar o colapso do regime. Em última instância, seria equivocado analisar as dimensões econômica e política como esferas separadas: a incorporação progressiva da estrutura neoliberal desde os anos 1970 esteve acompanhada do aparato coercitivo e pela consolidação de um arranjo autoritário, no qual abertura econômica e fechamento político foram processos mutuamente constitutivos conformando as condições que tornaram inevitável a explosão social de 2011.

Fatores sociodemográficos também desempenharam um papel decisivo na eclosão da Revolução de 2011, sobretudo no que diz respeito ao peso demográfico da juventude egípcia. Entre 1980 e 2010, o aumento significativo da expectativa de vida produziu um expressivo

crescimento populacional, resultando em uma estrutura etária profundamente jovem: mais de 54% da população tinha menos de 24 anos, e dois terços tinham menos de 30 (Saidin, 2018). Como observa Monem (2012), problemas como desigualdade no acesso à educação; falta de moradia e transporte; e exclusão política também caracterizavam o cotidiano dessa geração.

Vi a explosão não primariamente como resultado de uma crise política, como foi amplamente retratada, ou provocada por uma sede de liberdade política. Esta foi uma dimensão importante da revolta, com certeza. No entanto, as raízes mais profundas da explosão eram socioeconômicas, na minha opinião. Por várias décadas, o mundo árabe teve as taxas mais baixas de crescimento econômico de todas as regiões da Ásia e da África e as taxas mais altas de desemprego do mundo, especialmente o desemprego entre jovens e mulheres. Esses foram os ingredientes cruciais da grande explosão. E não são questões que podem ser resolvidas com uma nova constituição ou uma simples mudança de presidente. Eles só podem ser resolvidos através de uma mudança radical das estruturas sociais, políticas e econômicas. Eles pedem uma verdadeira revolução social, que não pode ser meramente política (Achcar, 2016).

A crescente percepção de que o sistema político era incapaz de representar a sociedade, aliado ao acúmulo de frustrações diante da corrupção e da repressão rotineira, intensificou o sentimento de ruptura iminente. Nesse contexto, o movimento de 25 de Janeiro emergiu como expressão direta da indignação popular diante de um regime mubarakista cuja autoridade havia se tornado, para muitos egípcios, política e moralmente insustentável. A participação massiva da juventude nos protestos evidenciou como a dinâmica demográfica influenciou diretamente o colapso da ordem política sob Mubarak.

3.1.1 O despertar de 2011: entre o social e o político

Como mencionado anteriormente, a eclosão da Primavera Árabe deve ser compreendida em um contexto de profundo declínio socioeconômico que atravessou diversos países árabes no final dos anos 2000, alimentada por frustrações acumuladas diante do autoritarismo, da precarização das condições de vida e da ausência de perspectivas políticas e econômicas. Esse cenário contribuiu para a formação de um ambiente propício à contestação aberta dos regimes vigentes, culminando em protestos massivos que rapidamente se disseminaram pela região.

De forma simplificada, o episódio que desencadeou o ciclo revolucionário ocorreu na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, quando Mohammed Bouazizi – *jovem* vendedor ambulante – ateou fogo ao próprio corpo após ter seus produtos confiscados e ser agredido por autoridades tunisianas sob a justificativa de operar sem licença. Seu gesto extremo produziu forte comoção nacional e transformou-se em um símbolo das injustiças sociais e políticas enfrentadas por amplos setores da população (Saidin & Storm, 2023). A partir desse

evento, mobilizações populares rapidamente ganharam intensidade e se espalharam pela região, inaugurando um dos ciclos de manifestação mais significativos do século XXI.

Os meios de comunicação desempenharam papel significativo na amplificação das mobilizações na Tunísia. A rede *Al-Jazeera*,⁴⁰ em particular, contribuiu para difundir nacional e internacionalmente imagens e informações sobre os protestos que rapidamente se espalhavam pelo país. Paralelamente, as redes sociais *Facebook*, *YouTube* e *Twitter (X)* foram utilizadas de forma estratégica pelos manifestantes para divulgar registros da repressão conduzida pelo regime de Zine El Abidine Ben Ali, expondo episódios de violência e hostilidade contra civis (Howard & Hussain, 2013). O início de 2011 marcou, um momento inédito de contestação popular em larga escala na Tunísia, rompendo com décadas de autoritarismo e inaugurando um ciclo de mobilização que não encontrava paralelo desde a independência tunisiana em 1956.

Logo, a notícia da queda do governo de Ben Ali se espalhou por todo o mundo árabe, e o sucesso na derrubada do regime tunisiano inspirou diferentes comunidades a construírem seus próprios movimentos de massa para lutar contra governos ditatoriais. E, como é de conhecimento, o Egito foi o primeiro país afetado. Antecedidas pelas greves têxteis de 2007, pelas revoltas da fome em 2008 e pelo movimento contra a violência policial em 2010, as manifestações de janeiro de 2011 na Praça Tahrir evidenciaram a ruptura de um equilíbrio já precário, e anunciaram a entrada de novos atores no cenário político egípcio.

Segundo Saidin (2018, p. 75), a revolução egípcia teve início oficialmente em 25 de janeiro de 2011, quando quase 10.000 manifestantes se reuniram no Cairo e milhares em outras grandes cidades do Egito. O movimento popular no país apresentou paralelos importantes com o caso tunisiano, sobretudo no papel desempenhado pelas redes sociais na difusão de informações e na mobilização inicial. O episódio que catalisou a indignação pública foi a morte de um *jovem* brutalmente torturado pelas autoridades egípcias (Saidin, 2018), cuja imagem tornou-se símbolo da violência utilizada pelo regime e desencadeou ampla comoção nacional. Temendo a escalada das mobilizações, o governo Mubarak, rapidamente, respondeu com medidas excepcionais, interrompendo o acesso à internet e às comunicações telefônicas em todo o país e ordenando a presença ostensiva do Exército nas ruas, em uma tentativa de impedir que os protestos previstos para 28 de janeiro adquirissem maior dimensão.

Em 25 de janeiro de 2011, a polícia egípcia atirou e matou Mustafa Ragab Mahmoud, um aluno de ensino médio de dezenove anos, no distrito de Arbayeen, no

⁴⁰ Maior canal de notícias do mundo árabe. Lançado em 1996, tem parte de seu financiamento feito pelo governo do Catar e possui sede em Doha.

Suez. Mahmoud, um dos vários milhares de manifestantes anti-Mubarak que tomaram as ruas naquele dia. Foi o primeiro mártir da Revolução de 25 de Janeiro. Na noite de 25 de janeiro e após violentos confrontos com a polícia, mais de 100 manifestantes morreram em Suez e mais de cem ficaram feridos. Em resposta aos assassinatos, os moradores locais e os parentes dos mártires sitiaram a delegacia do distrito de Arbayeen. Armados com coquetéis molotov e outras armas improvisadas, os manifestantes entraram em confronto com as unidades policiais, antes de atear fogo à delegacia e a vários veículos policiais (Ketckley, 2017, p. 18).

Três dias depois, em 28 de janeiro, o chamado "Dia da Fúria", o número de manifestantes havia aumentado dez vezes. Estima-se que 100.000 egípcios foram à Praça Tahrir. Foi nesse contexto que a Irmandade Muçulmana, até então reticente, aderiu formalmente ao levante, com apoio logístico às mobilizações. Em 30 de janeiro, o exército foi mobilizado nas ruas, o que gradualmente levou à imposição de um toque de recolher em todo o país. Apesar das tentativas do regime em conter os protestos, as manifestações se expandiram rapidamente por todo o Egito, alcançando uma escala inédita. Segundo Gonçalves (2016, p. 95), no dia 31 de janeiro as Forças Armadas divulgaram comunicado em que declaravam reconhecer a “legitimidade das reivindicações do povo” e se comprometiam a “não fazer uso da força”.

Em 1º de fevereiro, cerca de 250 mil pessoas ocuparam a Praça Tahrir em resposta ao discurso de Mubarak, no qual o então presidente anunciou que não buscaria a reeleição (Saidin, 2018). As ocupações da Praça Tahrir adquiriram um papel simbólico central durante a revolução ao produzir, ainda que temporariamente, uma forma inédita de unidade política entre diferentes segmentos da sociedade egípcia. A presença majoritária de muçulmanos e a dinâmica cotidiana de convivência (das orações coletivas à organização autônoma da segurança) remeteram a princípios constitutivos da *Umma*, entendida como comunidade ética fundada na solidariedade, na corresponsabilidade e na consciência de pertencimento comum. Nesse espaço, referências religiosas e práticas sociais se articularam à ação política, permitindo que grupos diversos reconhecessem entre si uma afinidade moral que ia além de projetos partidários. Assim, Tahrir operou como um locus de articulação coletiva em que a contestação ao autoritarismo ganhou densidade simbólica (El-Mahdi, 2024).

Nos dias seguintes, a violência se intensificou, sobretudo quando grupos pró-Mubarak confrontaram os manifestantes na Praça. Esse episódio, que ficou conhecido como a “Batalha dos Camelos”, envolveu ataques de homens montados a cavalo e camelos que tentaram romper as barreiras dos protestos. Após dias marcados por caos e confrontos, em 4 de fevereiro centenas de milhares de egípcios voltaram a ocupar a Praça Tahrir em uma grande demonstração de resistência e mobilização pacífica.

A ampliação do levante para amplos setores da sociedade egípcia revelou, desde o início, o caráter profundamente heterogêneo do movimento. Longe de constituir um bloco coeso, a população mobilizada era formada por segmentos sociais com experiências, demandas e capacidades organizativas distintas. A participação da classe trabalhadora teve peso decisivo, especialmente porque, desde 2007, greves sucessivas impulsionaram novas formas de organização e resultaram na criação de mais de cinquenta sindicatos independentes. Paralelamente, a resistência persistente de pequenos camponeses às expropriações decorrentes da reversão da reforma agrária evidenciava outro foco de contestação estrutural (Amin, 2011). Além destes, em geral uma vasta parcela da população pobre participou ativamente dos protestos, rearticulando sua presença política por meio de comissões populares formadas em bairros, que buscavam proteger e sustentar o processo revolucionário.

Essa diversidade interna demonstrava que a mobilização não expressava apenas um consenso momentâneo, mas a convergência de múltiplas lutas e frustrações acumuladas, cada qual contribuindo para a complexidade e a profundidade do processo revolucionário. Em paralelo à heterogeneidade das forças que impulsionaram o levante, também se consolidava um bloco reacionário articulado pela burguesia egípcia, cuja riqueza, derivada de formas de acumulação profundamente enraizada no aparato estatal, sustentava a defesa ativa da ordem autoritária e da inserção subordinada do país na economia global (Amin, 2011).

Diante da ampliação dos protestos, Mubarak tentou conter a mobilização anunciando que não concorreria a um novo mandato, que dissolveria seu governo e que promoveria mudanças em seu gabinete, além de propor emendas constitucionais – medidas que foram amplamente percebidas como concessões superficiais e insuficientes para atender às demandas por transformação real do regime. Sem sucesso, a reação de Hosni Mubarak consistiu em uma tentativa, ineficaz, de preservação do poder por meio da escalada repressiva: o regime intensificou a atuação policial, marcada por confrontos diretos e violência sistemática.

Em vez de abrandar, a insatisfação pública intensificou-se, aprofundando a crise de legitimidade do governo. Em 11 de fevereiro de 2011, a pressão popular forçou a renúncia de Mubarak, abrindo um novo e incerto momento de disputa sobre os rumos da transição e o reposicionamento dos principais atores coletivos no cenário pós-levante.

Segundo Monem (2012), durante os 18 dias da revolução, os egípcios demonstraram disposição em suportar custos humanos profundos para atingir um objetivo considerado inegociável: concretizar o lema que se tornou a expressão máxima da revolta: “o povo quer a queda do regime”. Entre 25 de janeiro e 16 de fevereiro de 2011, estima-se que 846

manifestantes foram mortos e 6.467 ficaram feridos em represália à agressão policial (Amin, 2013). A mobilização de dezenas de milhares de pessoas no Cairo expressou o acúmulo de tensões e frustrações socioeconômicas, evidenciando o impacto desproporcional da crise sobre a juventude, marcada pela precarização do trabalho, pelo encarecimento da vida e pelo progressivo desmonte dos serviços públicos. A emergência de uma nova geração contestatória reconfigurou o campo político ao desafiar abertamente a legitimidade do regime e ao sustentar a continuidade dos protestos diante das respostas insuficientes de Mubarak, incluindo sua proposta de uma transição controlada com novas eleições das quais ele próprio participaria. Com a intensificação das manifestações e o colapso da capacidade estatal de conter a mobilização, a crise de legitimidade tornou-se irreversível.

Revoluções acontecem por um motivo. No caso do Egito, são várias razões: mais de 30 anos de governo de único homem, Hosni Mubarak; os planos de Mubarak de passar a presidência para seu filho; corrupção generalizada, patronato e nepotismo; e a reforma econômica que não beneficiou a maioria dos egípcios, mas que, apesar disso, contrastou fortemente com a quase completa ausência de mudança política. O resultado final foi que muitos egípcios se sentiram não apenas alienados, mas também humilhados. A humilhação é um poderoso motivador. O Egito estava maduro para a revolução; mudança dramática teria chegado em algum momento nos próximos anos, mesmo sem a faísca da Tunísia ou a existência de mídias sociais (Hass, 2011, p.115 *apud*. Costa, 2020, p. 250).

Salienta-se que o ciclo de mobilizações que culminou na queda de Hosni Mubarak, teve na juventude urbana seu principal vetor de dinamização política. Repolitizados à margem dos canais institucionais tradicionais, esses jovens constituíram uma vanguarda capaz de articular repertórios organizativos marcados pela horizontalidade, pelo uso de tecnologias digitais e por uma crítica direta ao autoritarismo vigente. Embora internamente heterogêneo, esse segmento convergiu, em grande medida, em pautas associadas à esquerda progressista, expressas tanto na denúncia das desigualdades estruturais quanto na reivindicação de um projeto alternativo de desenvolvimento. Nesse sentido, a análise de Amin (2011, p. 4) é emblemática ao destacar que a articulação entre jovens ativistas e correntes da esquerda radical conformou uma plataforma política assentada na superação do regime militar-policial, na construção de um modelo econômico e social voltado às classes populares e na defesa de uma política externa independente frente à hegemonia estadunidense. Tratou-se, portanto, de uma revolta com conteúdo simultaneamente democrático, social e anti-imperialista.

Paralelamente a esse conteúdo político mais amplo, a própria dinâmica de organização do levante também assumiu novas formas. Embora plataformas como *Facebook*, *Twitter* (*X*) e blogs tenham desempenhado papel significativo na circulação de informações, na construção de redes horizontais de ativistas e na aceleração da mobilização coletiva, seu impacto deve ser compreendido como parte de um conjunto mais amplo de condições estruturais e

conjunturais. O aspecto mais significativo do uso das novas mídias sociais durante a revolta egípcia, como detalhado por Saidin (2018), foi sua capacidade de transformar profundamente a dinâmica da mobilização coletiva. Ao introduzirem velocidade, alcance e interatividade, essas plataformas superaram as limitações dos métodos tradicionais de organização que dependiam de circulação lenta e contatos presenciais.

Logo, cabe ressaltar que as mídias funcionaram como amplificadores das tensões sociais já existentes, permitindo que descontentamentos antes dispersos encontrassem formas mais ágeis de expressão e coordenação. Assim, este trabalho aponta que ao reduzir o levante de 2011 a um “protesto das redes sociais”, tende-se a ignorar os determinantes materiais. A centralidade atribuída às mídias sociais deve, portanto, ser interpretada à luz das trajetórias de ativismo pré-existentes, da emergência de novos atores coletivos e do acúmulo de greves, protestos e resistências cotidianas. Desse modo, ainda que tenham ampliado a capacidade de coordenação e visibilidade da mobilização, essas ferramentas não substituíram as condições sociais que a tornaram possível.

Por fim, cabe destacar que ao longo dos 18 dias de protestos, tornou-se evidente a diferença entre a postura das forças policiais e a dos militares. Enquanto a polícia assumia o papel de agente visível da repressão, o alto comando das Forças Armadas adotou uma estratégia de distanciamento calculado: evitou assumir a linha de frente da violência, preservando sua imagem perante a população e demarcando sua separação gradual de um governo politicamente esgotado. Esse reposicionamento institucional preparou o terreno para que os militares aparecessem, no momento da renúncia de Mubarak, não como pilares do regime, mas como árbitros da transição. Os levantes demonstraram o poder das manifestações em massa e dos protestos pacíficos. Contudo, apenas as manifestações e o afastamento de um autocrata do poder não pôde ser considerada suficiente para uma virada política imediata.

3.2 CONSTITUIÇÃO SOB DISPUTA: ENTENDENDO AS CARTAS DE 2011, 2012 E 2014⁴¹

Desde a queda da monarquia em 1952, o país experimentou sucessivos marcos legais que, a cada nova Carta, prometiam ampliar direitos e limitar o arbítrio do poder, mas que, na prática, reiteravam a autonomia das Forças Armadas como pilar intocável do Estado. Em pouco mais de três anos, o país esteve sob normas de três documentos fundamentais distintos: a Declaração Constitucional provisória de 2011, emitida unilateralmente pelo Conselho

⁴¹ Cabe ressaltar que a seção 3.2 desta dissertação é formulada como um marco cronológico do leitor. Durante os capítulos e seções seguintes alguns dados serão retomados para construção do argumento central.

Supremo das Forças Armadas; a Constituição de 2012, elaborada sob maioria islamista e aprovada durante o conturbado governo de Mohamed Morsi; e a Constituição de 2014, promulgada após o golpe militar que depôs Morsi, sob o controle do General Abdel Fattah al-Sisi. Em comum, todas as Cartas compartilhavam um elemento estruturante: a preservação do poder militar como instância superior não submetida ao controle democrático. As Forças Armadas, que já haviam consolidado sua autonomia política e econômica ao longo das décadas anteriores, em cada um desses novos processos, garantiram que seu orçamento, suas nomeações e sua jurisdição sobre civis permanecessem intocados, um legado que voltava à própria Constituição de 1971.

Remontando ao momento pré-Revolução, a Constituição de 1971, promulgada sob o governo de Anwar Sadat, estabeleceu as bases do regime político egípcio que perdurariam por quatro décadas. O documento consolidou um sistema fortemente centralizado, no qual o chefe de Estado concentrava poderes extensos, incluindo a capacidade de legislar por decreto e de declarar estado de emergência (art. 74º), dispositivo que seria utilizado para justificar a repressão política ininterrupta até 2012. O art. 77º permitia a reeleição presidencial por “outros mandatos sucessivos”, abrindo caminho para os trinta anos de governo de Hosni Mubarak e para a progressiva personalização do poder que caracterizaria o regime.

Em termos de identidade nacional, o art. 2º estabelecia o Islã como religião do Estado e os princípios da Lei Islâmica (*Sharia*) como a principal fonte da legislação. O art. 4º definia a economia como “sistema democrático socialista baseado na suficiência e na justiça”, refletindo o legado nasserista, embora na prática o país já iniciasse, sob Sadat, a transição para o neoliberalismo com a política de *Infitah* (Gonçalves, 2017). O texto constitucional previa, no art. 5º, um sistema multipartidário, mas na prática o Partido Nacional Democrático monopolizou a vida política até 2011, utilizando os aparatos do Estado para sufocar qualquer oposição organizada.

O capítulo dedicado às Forças Armadas (arts. 180º a 186º) definia as Forças Armadas como “propriedade do povo” (art. 180º) e estabelecia um Conselho de Defesa Nacional (art. 183º), mas não previa qualquer mecanismo de supervisão civil sobre o orçamento militar ou sobre a nomeação da cúpula das Forças Armadas, o que permitiria às FAE operarem como um Estado paralelo, com autonomia política e econômica (Sayigh, 2012). Como observa Marshall (2015), a ausência de controle parlamentar sobre os empreendimentos econômicos dos militares consolidou um “império empresarial” que tornaria as Forças Armadas não apenas guardiãs do regime, mas atores econômicos com interesses corporativos próprios, capazes de vetar qualquer processo de transformação que ameaçasse seus privilégios.

A Constituição de 1971, que vigorou formalmente até 2011, foi sucessivamente esvaziada por emendas que aprofundaram o autoritarismo. Suspensa em fevereiro de 2011 pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, a Carta de 1971 seria formalmente revogada com a aprovação da Constituição de 2012, mas o legado de presidencialismo hipertrofiado, a subordinação do Legislativo ao Executivo e, sobretudo, a autonomia militar como instância não submetida ao controle democrático sobreviveria às mudanças de regime, reaparecendo em cada um dos documentos constitucionais que se seguiram.

3.2.1 A Declaração Constitucional de 2011: transição sob tutela militar

A Declaração Constitucional de 2011 foi emitida pelo Conselho Supremo das Forças Armadas em 30 de março de 2011, onze dias após o referendo que aprovou emendas à suspensão da Constituição de 1971 (Gonçalves, 2017). Redigida unilateralmente pelos militares, sem participação dos movimentos que haviam protagonizado as mobilizações da Praça Tahrir, a Declaração estabeleceu as regras do jogo para todo o período de transição até a aprovação de uma nova Constituição, definindo os poderes do CSFA, o calendário eleitoral e os procedimentos para a formação da Assembleia Constituinte.

O documento apresentava uma gama de direitos que, no papel, representava avanços significativos. O art. 8º estabelecia a liberdade pessoal como “direito natural, salvaguardado e inviolável”. O art. 9º proibia a tortura, determinando que qualquer declaração obtida sob coação seria nula (SCAF, 2011). O art. 13º proibia a censura prévia à imprensa, ressalvadas situações excepcionais de guerra ou emergência nacional. O art. 16º assegurava o direito de reunião privada sem necessidade de aviso prévio. O art. 29º limitava o mandato presidencial a quatro anos, renovável uma única vez. O art. 59º estabelecia limites ao estado de emergência, que vigorava ininterruptamente por três décadas: sua declaração passaria a exigir aprovação parlamentar, teria duração máxima de seis meses e só poderia ser prorrogada mediante referendo popular (SCAF, 2011).

No entanto, o verdadeiro centro de poder da Declaração estava no art. 56º, que definia as atribuições do CSFA durante a transição. O Conselho assumia para si, diretamente e sem qualquer mediação, o poder de legislar (§1); definir a política pública e o orçamento do Estado (§2); nomear os membros indicados do Parlamento (§3); convocar e dissolver o Legislativo (§4); representar o Estado internacionalmente e assinar tratados (§6); e nomear e exonerar o chefe de gabinete e ministros (§7). A redação do artigo era deliberadamente ampla: o Conselho Supremo das Forças Armadas teria “outras autoridades e responsabilidades conforme determinadas pelo presidente da república nos termos das leis e regulamentos”. O

art. 61º complementava o dispositivo ao estabelecer que o CSFA exerceria essas funções até a eleição do novo parlamento e do novo presidente (SCAF, 2011). Os militares não apenas administrariam a transição; eles legislariam, governariam, controlariam o orçamento e decidiriam sobre a guerra e a paz, tudo sem qualquer supervisão ou prestação de contas à sociedade. Como observa Brown (2013), as Forças Armadas não eram um ator entre outros no processo de transição; elas eram o ator que definia os limites dentro dos quais todos os demais poderiam atuar.

O art. 53º, por sua vez, continuava a definir as Forças Armadas como “propriedade do povo” com a missão de “proteger o país e a segurança e integridade de suas terras” (SCAF, 2011), formulação que buscava apresentar os militares como instituição neutra acima dos conflitos políticos, ocultando seu vasto império econômico e sua atuação como ator central na reprodução do autoritarismo (Sayigh, 2012).

Já o art. 4º continha dispositivo especialmente controverso: garantia o direito de formar partidos, mas proibia a criação de agremiações “com base na religião, raça ou origem” (SCAF, 2011). A fórmula, aparentemente neutra, seria posteriormente utilizada como instrumento de perseguição à Irmandade Muçulmana (Brown, 2013a, p. 51). Forças políticas civis, incluindo movimentos jovens e partidos secularistas, manifestaram-se contra a concentração de poder nas mãos dos militares, denunciando a Declaração como uma tentativa de institucionalizar a tutela militar sobre o processo de transição (Gonçalves, 2017, p. 101). Suas críticas, no entanto, foram ignoradas pelo SCAF, que mantinha o controle efetivo do Estado.

A Declaração vigorou até a aprovação da Constituição de 2012, mas a preservação do poder militar como instância superior não submetida ao controle democrático sobreviveu ao documento. As emendas de junho de 2012, emitidas às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, aprofundaram ainda mais esse controle, estabelecendo mecanismos explícitos de veto militar sobre o futuro presidente e sobre o processo constituinte (Gonçalves, 2017). O que a Declaração de 2011 revela é que a transição egípcia jamais foi concebida pelos militares como um processo de transferência genuína de poder para instituições civis democraticamente eleitas. Desde o primeiro momento, o CSFA atuou para garantir que as estruturas fundamentais do poder permanecessem intocadas.

3.2.2 A Constituição de 2012: o projeto da Irmandade Muçulmana

O processo de elaboração da Constituição de 2012 foi marcado por disputas institucionais e políticas que prenunciavam as dificuldades de todo o período. A primeira

Assembleia Constituinte, formada em março daquele ano, teve seus trabalhos interrompidos apenas um mês depois, quando a Justiça Administrativa a dissolveu sob o argumento de que sua composição violava o decreto constitucional de março de 2011 (Gonçalves, 2017). O decreto estabelecia que, embora os parlamentares pudessem eleger os membros da Assembleia, não poderiam eleger a si próprios – o que havia ocorrido na prática, comprometendo a legitimidade do processo desde seu nascedouro.

Uma segunda Assembleia foi formada em junho de 2012, após um acordo que buscava maior equilíbrio entre islamistas e forças seculares. A trégua, no entanto, durou pouco. Ao longo do segundo semestre, dezenas de membros – incluindo representantes da Igreja Copta, intelectuais liberais e figuras proeminentes dos movimentos jovens que haviam protagonizado as mobilizações da Praça Tahrir – retiraram-se da Assembleia. A alegação era a mesma: a maioria islamista ignorava sistematicamente as demandas da oposição e buscava aprovar, sem consenso, um texto constitucional de viés exclusivamente religioso. O que deveria ser um espaço de construção coletiva transformou-se, assim, em palco de uma polarização que apenas se aprofundaria nos meses seguintes (ACE, 2012).

Buscando retomar a iniciativa política em meio à crescente oposição, Mohamed Morsi emitiu em novembro de 2012 uma declaração constitucional que retirava da revisão judicial questões relacionadas à Assembleia Constituinte. Na prática, isso representou a afirmação temporária de poderes presidenciais amplos, que deveriam expirar com a aprovação da nova Constituição (Brown, 2013a). O resultado imediato foi o desencadeamento de uma nova onda de protestos, desta vez direcionados à Irmandade Muçulmana e ao próprio presidente. Em meio a esse cenário de polarização crescente, a Assembleia Constituinte acelerou seus trabalhos e concluiu o texto constitucional em uma sessão que se estendeu pela madrugada, sem a presença da maioria dos representantes seculares e cristãos que haviam abandonado o processo.

A versão final da Constituição, aprovada em 29 de novembro de 2012 pela Assembleia Constituinte, protegeu alguns direitos, mas enfraqueceu outros (Human Rights Watch, 2012). Submetida a referendo popular entre 15 e 22 de dezembro de 2012, a Constituição foi aprovada por 63,8% dos votos, mas com participação de apenas 32,9% do eleitorado. A oposição, organizada na Frente de Salvação Nacional, denunciou irregularidades e convocou o boicote, o que contribuiu para a baixa adesão. A maioria da população das principais cidades, como Cairo e Alexandria, votou contra o texto, revelando as profundas divisões geográficas e sociais que marcavam o país (Brown, 2013a).

Com a nova Constituição, o estado de emergência, que expirou em maio de 2012, tornava-se aplicável por no máximo seis meses, renováveis por uma única vez e somente mediante referendo popular (art. 148º). A dissolução do Parlamento passou a exigir consulta popular; em caso de resultado desfavorável à dissolução, o chefe de Estado teria de renunciar ao cargo (art. 127º) – um avanço considerável diante da Constituição de 1971, que permitia ao presidente dissolver o Legislativo simplesmente “em caso de necessidade”. A aprovação parlamentar tornou-se igualmente necessária para a nomeação do chefe de governo indicado pelo presidente; se este não a obtivesse, caberia à Câmara Baixa do Parlamento, por maioria simples, indicar o primeiro-ministro, que deveria ser aceito pelo presidente (art. 139º).

No tocante às Forças Armadas, a Constituição de 2012 garantiu ao estamento militar aquilo que ele demandava desde o início da transição pós-Mubarak. A Assembleia Constituinte tomou cuidado para não confrontar a instituição militar, ciente de que qualquer tentativa de subordinar as FAE ao poder civil poderia inviabilizar todo o processo constituinte. O resultado foi a manutenção da autonomia militar como instância não submetida ao controle democrático.

O texto estabelecia que o ministro da Defesa seria obrigatoriamente um oficial das Forças Armadas (art. 195º); criava um Conselho de Defesa Nacional responsável pelo orçamento militar e pela análise obrigatória de projetos de lei referentes à instituição (art. 197º); e mantinha a possibilidade de julgamento de civis por tribunais militares (art. 198º). A versão preliminar deste artigo chegou a vedar o julgamento de civis por tribunal militar em qualquer circunstância, mas a objeção formal das Forças Armadas – somada ao boicote da bancada secular, que reduziu a margem de manobra da bancada islamista e do governo Morsi perante o estamento militar – resultou na manutenção da situação vigente (Crisis Group, 2012a).

Um dispositivo particularmente controverso cassava por dez anos os direitos políticos de ex-parlamentares do Partido Nacional Democrático (art. 232º). A medida representava uma tentativa de satisfazer a demanda dos movimentos revolucionários por exclusão das figuras ligadas ao antigo regime, mas na prática aprofundou as tensões políticas ao invés de resolvê-las. Ao impossibilitar qualquer reaproximação com políticos e empresários que houvessem exercido mandato legislativo pelo partido de Mubarak, o artigo alimentou a percepção, entre setores secularistas e liberais, de que a nova ordem não buscava justiça de transição, mas vingança política seletiva.

De um lado, setores secularistas recusaram-se a reconhecer a legitimidade das duas Assembleias Constituintes, da nova Constituição (mesmo após referendada) e do próprio

governo Morsi – uma postura que, na prática, negava as regras do jogo democrático que haviam permitido a vitória eleitoral dos islamistas. De outro, a Irmandade Muçulmana, ao utilizar a Declaração Constitucional de novembro de 2012 para blindar a Assembleia Constituinte de qualquer controle judicial e para ampliar temporariamente os poderes presidenciais, reforçou a suspeita de que seu compromisso com a democracia era meramente instrumental.

Como sintetizou Marina Ottaway (2012), diante daquele cenário, “a questão sobre quem escreveria a constituição podia ter que ser substituída pela questão sobre qual autoritarismo prevaleceria”. A Carta Magna de 2012 teve, no entanto, vida curta: vigorou por apenas seis meses. Em 3 de julho de 2013, após o golpe militar que depôs Morsi, a Constituição foi suspensa pelo general Abdel Fattah al-Sisi, que anunciou a formação de uma comissão para revisar o texto e preparar uma nova versão a ser submetida a novo referendo.

3.2.4 A Constituição de 2014: a restauração autoritária

Com a deposição de Mohamed Morsi, em 2013, a Constituição de 2012 foi suspensa. O novo regime militar, liderado pelo general Abdel Fattah al-Sisi, anunciou a formação de uma comissão para revisar o texto constitucional. Diferentemente do processo de 2012, marcado pelo protagonismo islamista e pelo boicote das forças seculares e militares, a nova Assembleia foi cuidadosamente selecionada para excluir a Irmandade Muçulmana e garantir a predominância de setores alinhados ao novo regime.

A Constituição foi submetida a referendo popular em 14 e 15 de janeiro de 2014, sendo aprovada com 98,1% de votos favoráveis, mas com participação de apenas 38,6% do eleitorado (Al Jazeera, 2014). O comparecimento reduzido, somado à exclusão da principal força política islamista do país, lançava dúvidas sobre a legitimidade substantiva do processo, ainda que o regime o apresentasse como uma expressão inequívoca da vontade popular.

A Constituição da República Árabe do Egito de 2014, representa o marco legal do regime instaurado após a deposição de Mohamed Morsi. Mais do que um simples documento jurídico, a Carta de 2014 consolida um projeto político que combina a retórica dos direitos com a manutenção das estruturas de poder que historicamente sustentaram o autoritarismo egípcio. O preâmbulo da Constituição revela a estratégia discursiva do novo regime. Ao longo de suas primeiras páginas, o texto evoca uma narrativa de continuidade histórica que conecta o Egito faraônico até as revoluções modernas, incluindo a de 25 de janeiro de 2011 e a de 30 de junho de 2013, tratadas como um único movimento revolucionário. Essa fusão simbólica

busca legitimizar o golpe militar como parte da trajetória natural da nação, apresentando as Forças Armadas como guardiãs permanentes da ordem e da identidade egípcia.

No plano dos princípios fundamentais, a Constituição mantém o art. 2º, que estabelece o Islã como religião do Estado e os “princípios da *Sharia*” como principal fonte da legislação, uma cláusula presente desde 1971. Inova, no entanto, ao incluir o art. 3º, que reconhece os princípios das leis cristãs e judaicas como fonte principal para o status pessoal dos seguidores dessas religiões. Trata-se de uma concessão simbólica às minorias religiosas, que não altera substancialmente a hegemonia islâmica no ordenamento jurídico, mas busca projetar uma imagem de pluralismo e tolerância.

No campo dos direitos e liberdades, a Constituição apresenta um catálogo amplo, que inclui a proibição da tortura (art. 52º), a igualdade perante a lei (art. 53º), a proteção da liberdade pessoal (art. 54º) e a inviolabilidade do domicílio (art. 58º). O artigo 73º garante o direito a reuniões públicas e manifestações pacíficas, desde que mediante notificação prévia – dispositivo que, na prática, seria utilizado para justificar a repressão a protestos. Mais significativo é o artigo 74º, que proíbe a formação de partidos políticos com base religiosa, fornecendo a base legal para o fechamento do Partido Liberdade e Justiça e para a pressão contínua sobre o Partido Nour.

A estrutura de governo estabelecida pela Constituição de 2014 é formalmente semipresidencialista, com um presidente eleito e um primeiro-ministro que depende da confiança do Parlamento. Na prática, no entanto, o texto concentra poderes significativos no Executivo presidencial. O art. 137º autoriza o presidente a dissolver o Parlamento “em caso de necessidade”, eliminando a exigência de referendo popular prevista na Constituição de 2012. O tratamento das Forças Armadas revela a continuidade do poder militar. O artigo 200º define as Forças Armadas como “propriedade do povo”, com a missão de “proteger o país e preservar sua segurança e a integridade de seu território”. O Conselho de Defesa Nacional, regulado pelo art. 203º, mantém sob controle militar o orçamento das Forças Armadas e a análise de projetos de lei referentes à instituição. Mais controverso é o artigo 204º, que permite o julgamento de civis por tribunais militares em crimes que constituam “ataque direto a instalações militares”, uma cláusula vaga que, na prática, permite a criminalização da dissidência sob justificativas securitárias.

No que diz respeito ao Poder Judiciário, a Constituição estabelece um regime de autonomia formal que, à luz da prática política, revela-se ambíguo. O art. 185º garante a cada órgão judicial um orçamento independente e imune à fiscalização parlamentar. O artigo 193º, por sua vez, estabelece um processo misto para a nomeação dos membros da Suprema Corte

Constitucional: a Assembleia Geral do Tribunal elege seus membros, mas a nomeação formal depende de decreto presidencial. Essa combinação entre autonomia financeira e controle político na nomeação cria uma tensão que o regime pode explorar para garantir o alinhamento do Judiciário. A Constituição também cria novas instituições de controle, como a Comissão Nacional de Eleições (art. 208º), o Conselho Supremo para a Regulação da Mídia (art. 211º) e as organizações nacionais de imprensa e mídia (arts. 212º-213º). Essas entidades, embora formalmente independentes, são estruturadas de modo a permitir a influência do Executivo, especialmente na nomeação de seus dirigentes.

Em síntese, a Constituição de 2014 representa um esforço deliberado de reconstruir a legitimidade do Estado egípcio sobre bases que combinam a retórica dos direitos com a preservação das estruturas de poder que historicamente sustentaram o autoritarismo. Seu texto reflete as contradições de um regime que busca projetar uma imagem de modernidade e respeito aos direitos humanos enquanto mantém intactos os mecanismos de controle militar e de subordinação da sociedade civil. A análise detalhada da implementação desses dispositivos será objeto do próximo capítulo.

3.3 FORÇAS ARMADAS: A BASE TRANSITÓRIA DO EGITO

Nos casos da Tunísia e, sobretudo, do Egito, a dinâmica da queda dos regimes autoritários esteve profundamente condicionada à postura das Forças Armadas, instituições que, embora distintas em estrutura e prerrogativas, constituíam pilares centrais dos antigos sistemas de poder. No Egito, em particular, o exército não apenas compunha o núcleo do arranjo político desde 1952, como também controlava parcelas estratégicas do Estado e da economia, o que lhe conferia capacidade singular de determinar o rumo em crises políticas.

Ao optar por não reprimir de forma decisiva as mobilizações de 2011 e, em seguida, assumir diretamente a administração da transição, os militares moldaram os limites da mudança possível e preservaram elementos essenciais do *status quo*. Paralelamente, setores civis associados ao regime de Mubarak continuaram a atuar nos primeiros momentos do processo transicional, influenciando decisões institucionais e garantindo a sobrevivência de interesses previamente consolidados. Desse modo, tanto os militares quanto segmentos civis alinhados ao antigo regime foram capazes de proteger partes significativas da ordem política anterior e condicionar os rumos da transformação, revelando a centralidade das estruturas autoritárias preexistentes na definição dos resultados das revoltas.

A Primavera Árabe no Egito foi marcada pela convergência inédita de diversas facções políticas e grupos comunitários na Praça Tahrir, unificados pela renúncia de Hosni Mubarak.

Contudo, o período que se seguiu evidenciou profundas divergências entre islamistas e secularistas, cujos projetos para o futuro do país eram incompatíveis. Embora ambos os lados concordassem quanto à necessidade de derrubar o regime, não houve consenso sobre o desenho institucional e o rumo político da transição.

Após a saída de Mubarak, o vazio político tornou-se claro: não havia oposição organizada, os partidos eram frágeis, inexistiam lideranças populares consolidadas e as instituições políticas estavam profundamente deslegitimadas pelo colapso do regime ao qual estavam vinculadas. Nesse cenário, era praticamente inevitável que a condução do Estado fosse assumida por uma instituição capaz de oferecer continuidade administrativa. As Forças Armadas, por sua estrutura hierárquica e forte enraizamento institucional, emergiram como o ator com “capacidade” imediata para ocupar esse espaço de poder. Dentro do estamento militar, a autoridade recaiu sobre Mohamed Tantawi, ministro de Defesa do governo Mubarak e figura central do alto comando, frequentemente identificado por observadores internacionais (Reuters, 2011) como o nome preferido de Washington para garantir a transição após Mubarak.

Assim, instaurou-se no Egito um governo provisório em 13 de fevereiro de 2011, chefiado pelas Forças Armadas cujas primeiras ações foram dissolver o parlamento eleito anteriormente e suspender a Constituição de 1971, sob a promessa de convocar uma revisão dos artigos para possibilitar eleições livres de um novo parlamento, elegendo igualmente um novo presidente (Costa, 2020). Durante esse processo, conduzido pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, sob a liderança de Mohamed Tantawi, o Supremo Tribunal também dissolveu o Partido Nacional Democrático, excluindo suas antigas lideranças da arena política. Com o tempo, o CSFA buscou aliados para elaborar um plano transitório, mesmo tomando precauções para que estes não questionassem seu papel como liderança.

De forma geral, ao longo do período de transição, o CSFA adotou uma postura que se distanciava das demandas apresentadas pelas forças democráticas. As principais conquistas do processo só avançaram mediante intensa pressão popular, especialmente dos manifestantes da Praça Tahrir, ou por decisões judiciais que constrangiam a inércia do Conselho. O primeiro embate significativo ocorreu quando o Conselho decidiu manter o governo do general Ahmed Shafiq, último primeiro-ministro nomeado por Mubarak, apesar da rejeição explícita dos movimentos revolucionários. A decisão desencadeou grandes manifestações em 18 de fevereiro de 2011, simultaneamente comemorando a queda de Mubarak e exigindo a substituição imediata do governo.

Diante da pressão persistente, o CSFA nomeou, em 3 de março, um novo gabinete chefiado por Essam Sharaf, ex-ministro dos Transportes no governo Mubarak e participante dos protestos na Praça Tahrir. Contudo, apesar da mudança, o Conselho restringiu severamente a capacidade de Sharaf de exercer autoridade real sobre instituições estatais estratégicas, impedindo-o de enfrentar os desafios centrais da democratização e da reconstrução administrativa. Assim, o governo provisório acabou reduzido a uma função meramente executiva subordinada, funcionando, na prática, como um secretariado do próprio CSFA.

Da mesma forma, o julgamento de Mubarak só foi iniciado após a intensa pressão popular, quando milhões de egípcios voltaram a ocupar a Praça Tahrir ao perceberem que o ex-presidente permanecia em liberdade em Sharm el-Sheikh. Em 1º de abril de 2011, manifestantes lançaram o dia “Salve a Revolução”, ocupando novamente a Praça e exigindo medidas para dismantelar os remanescentes do antigo regime. A mobilização se repetiu em 8 de abril, com críticas diretas ao CSFA por não atender às demandas revolucionárias. Somente sob esse acúmulo de pressões, Mubarak foi intimado, em 24 de maio de 2011, a responder judicialmente pela acusação de assassinato premeditado de manifestantes pacíficos durante a revolta de janeiro (Selim, 2015).

O governo provisório assumiu a responsabilidade pela condução da transição política após a queda do regime. Embora integrasse a velha estrutura estatal, Tantawi havia sido recebido com entusiasmo pelos manifestantes em 4 de fevereiro de 2011, quando declarou apoiar a saída de Mubarak. Sob sua chefia, o Conselho Supremo das Forças Armadas foi encarregado de estabelecer um cronograma para a realização de eleições livres, apresentando-se como o guardião institucional da transição pós-revolucionária. Interessava ao CSFA conduzir uma transição que preservasse a centralidade estrutural do estamento militar como chefe do sistema político, ainda que não mais na condição de protagonista direto.

Nesse cenário transitório, entre os atores civis presentes no pós-revolução, apenas a Irmandade Muçulmana reunia a base social, a disciplina organizacional desejada e a hierarquia interna necessárias para assumir um compromisso com os militares. Os demais partidos legalizados possuíam baixa inserção social – com exceção do PND, dissolvido judicialmente em abril de 2011 –, enquanto os movimentos juvenis mantinham uma postura de afastamento imediato das Forças Armadas, politicamente inviável naquele momento de transição.

Os passos dados pelo Conselho evidenciaram as tentativas de negociação com a Irmandade Muçulmana. Em 15 de fevereiro, um comitê de especialistas dirigido pelo jurista

Tarek Bishri, figura próxima à Irmandade Muçulmana e que já havia participado da formulação de sua plataforma política na década anterior, foi encarregado de revisar pontos centrais da Constituição suspensa pelo CSFA (Gonçalves, 2017). O CSFA se encarregou de reescrever seis artigos considerados estratégicos para o processo de transição, especialmente aqueles relativos às regras de elegibilidade de candidatos independentes à presidência, à limitação do número de mandatos, ao fortalecimento da averiguação judicial sobre as eleições e à prerrogativa presidencial de transferir civis para julgamentos em tribunais militares.

Tratava-se de uma intervenção constitucional orientada a produzir ajustes mínimos, mas politicamente significativos nos mecanismos de competição e controle institucional, delineando os contornos iniciais do arranjo pós-Mubarak. Em 19 de março houve a realização de um referendo sobre os artigos revisados, com apoio da Irmandade Muçulmana.

As emendas permitiram a supervisão judicial completa das eleições, limitaram o mandato presidencial a um máximo de dois mandatos de quatro anos e incumbiram o próximo parlamento eleito de selecionar uma assembleia de 100 membros encarregada de redigir uma nova constituição. Embora as várias facções políticas tenham acolhido a maioria das emendas, aquela que incumbiu o novo parlamento de redigir uma nova constituição recebeu reações mistas. Enquanto essa emenda foi apoiada pela Irmandade Muçulmana, que estava confiante de que sua influência organizacional nas ruas garantiria o controle do novo parlamento, o que, por sua vez, lhes daria o direito de redigir a nova constituição sozinhas, ela foi recebida com duras críticas pelas forças liberais e revolucionárias, que argumentavam que, a menos que uma nova constituição fosse redigida antes das eleições, os órgãos recém-eleitos poderiam abusar de seus poderes políticos. Mesmo assim, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) acelerou a votação das emendas para um referendo em 19 de março de 2011. Graças a uma intensa campanha de cunho religioso promovida pelos islamistas, as emendas foram aprovadas por uma maioria de 77% (Selim, 2015, p. 180).

Paralelamente, os principais grupos que haviam participado do levante organizaram-se na Coalizão da Juventude Revolucionária (CJR), posicionando-se contra as emendas constitucionais e defendendo a elaboração imediata de uma nova constituição por uma assembleia constituinte. A proposta rejeitava o processo conduzido pelo CSFA e reivindicava mecanismos alternativos para a seleção dos constituintes. Contudo, o resultado do referendo mostrou os limites da influência desses movimentos: com 77% dos votos favoráveis ao “sim” e participação inédita de 41%, o pleito sinalizou tanto um voto de confiança popular no processo conduzido pelos militares, cuja popularidade estava em alta desde que haviam se recusado a reprimir os protestos, quanto a expressiva capacidade de mobilização da Irmandade Muçulmana, que apoiaram ativamente as emendas (Wickham, 2013b).

A postura adotada pelos grupos que compunham a Coalizão da Juventude Revolucionária revelava que o projeto de transição esperado divergia profundamente da estratégia conduzida pelo CSFA. A defesa de uma nova constituição elaborada integralmente

por uma assembleia constituinte expressava sua aposta em uma ruptura institucional mais profunda, distante dos mecanismos herdados do antigo regime. Contudo, o referendo de março expôs os limites de sua capacidade de influência para além de Tahrir.

Antes do referendo, esperava-se que o CSFA restaurasse a Constituição de 1971 com as emendas recém-aprovadas. Contudo, após a consulta popular, o Conselho declarou que a Constituição de 1971 não seria adequada para conduzir o período de transição. Como trabalhado, em 30 de março de 2011, os militares surpreenderam grande parte da população ao promulgar, de forma unilateral, uma Declaração Constitucional Interina de 2011 que serviria como marco jurídico provisório até a elaboração de uma nova Constituição. O documento incorporou as emendas aprovadas e acrescentava outros artigos, totalizando 62, conferindo ao CSFA os poderes Legislativo e Executivo, que permaneceriam sob sua autoridade até a realização de eleições parlamentares e presidenciais. Assim, consolidava-se o controle militar sobre instituições centrais do Estado.

O teor da Declaração Constitucional demonstrava interpretar o estamento militar o resultado da consulta popular como mandato para emitir uma Constituição provisória com os dispositivos que considerasse apropriados. Criavam-se, desse modo, dois precedentes negativos na transição: o de que a Constituição (provisória ou definitiva) poderia ser redigida unicamente por aqueles que acreditavam deter mandato popular para fazê-lo; e o CSFA, ao atuar após o referendo de modo diverso da questão apresentada ao eleitorado, criou precedente para o lado perdedor nas urnas rejeitar o resultado e a legitimidade da votação (Gonçalves, 2017, p. 100).

A decisão não apenas consolidou o protagonismo dos militares na transição, como reforçou a ideia de que o respaldo eleitoral conferido pelo referendo legitimava uma interpretação bastante ampla de sua autoridade. Esse movimento inaugurou fragilidades institucionais que marcariam toda a fase pós-2011 ao naturalizar a possibilidade de que atores momentaneamente investidos de legitimidade popular redefinissem, de forma autônoma, os termos jurídicos e políticos do processo constituinte.

Pouco antes, em 28 de março de 2011, o CSFA havia alterado a Lei nº 40 de 1977 (Selim, 2015), referente aos partidos políticos. A nova redação estabelecia que um partido poderia ser formalmente constituído mediante simples notificação a uma comissão judicial composta por sete membros (a Comissão de Partidos Políticos). Caso não houvesse objeção no prazo de trinta dias, o partido estaria automaticamente autorizado a funcionar. Se objeções fossem apresentadas, estas deveriam ser encaminhadas ao Supremo Tribunal Administrativo, responsável por validá-las ou rejeitá-las. Embora a medida tenha sido recebida como um avanço em direção à liberalização partidária, na prática ela não removeu as barreiras estruturais que mais afetavam os movimentos jovens surgidos da revolução. Exigências como comprovação de endereço físico e formalização de estruturas hierárquicas conflitavam com a

natureza horizontal e fluida de grupos como o 6 de Abril e a Juventude da Revolução (The New Humanitarian, 2011).

Nesse contexto, em 25 de setembro de 2011, o Conselho Supremo das Forças Armadas aprofundou sua orientação contrária às reivindicações ao promulgar um novo sistema eleitoral para regulamentar as eleições parlamentares que se aproximavam. O modelo estabelecido previa que dois terços da Assembleia Popular (*Maglis al-Shab*) seriam escolhidos por meio de listas partidárias fechadas, enquanto o terço restante seria preenchido por candidatos independentes. Aparentemente equilibrado, o sistema reduziu drasticamente as chances das forças revolucionárias. De um lado, as listas partidárias favoreciam partidos com capacidade nacional, como o Partido Liberdade e Justiça (da Irmandade) e os salafistas do Partido Nour, que dispunham de estrutura para lançar candidaturas em todo o país (Trager, 2011a; Selim, 2015). Os movimentos jovens formaram coalizões frágeis como a Aliança A Revolução Continua, sem alcance para competir nacionalmente.

De outro, a permissão para que candidatos partidários também disputassem as vagas destinadas a "independentes" (ACE, 2012) fez com que os partidos grandes ocupassem os dois terços das listas e ainda concorressem ao terço restante, contra candidatos verdadeiramente avulsos. O resultado foi eloquente: apenas 15% das cadeiras individuais foram ocupadas por candidatos não filiados a partidos. As forças que haviam tomado as ruas em 2011 viram-se, assim, duplamente excluídas: fora das listas partidárias e incapazes de competir nas vagas individuais. O sistema foi considerado "inconstitucional"⁴² em 14 de junho de 2012, resultando na dissolução da Assembleia Popular – mas o estrago político já estava feito.

A consolidação da autoridade militar sobre o processo de transição tornou-se ainda mais explícita em 1º de novembro de 2011, quando o CSFA emitiu um comunicado supraconstitucional destinado a integrar e expandir as disposições de sua declaração constitucional anterior. O texto reafirmava o exército como “protetor da legitimidade constitucional” e estabelecia prerrogativas que blindavam o orçamento de defesa de verificação parlamentar, restringiam a legislação referente às Forças Armadas e concediam ao CSFA poder de veto sobre decisões críticas, como a declaração de guerra (Droz-Vincent, 2014). Além disso, apresentava diretrizes gerais para orientar a elaboração da nova constituição, autorizando o Conselho a anular qualquer dispositivo que julgasse contrário aos

⁴² Termo consta entre aspas devido à situação constitucional do país naquele momento. Ressalta-se aqui que a próxima Constituição promulgada foi em dezembro de 2012, sob o governo do presidente eleito Mohamed Morsi.

“princípios fundamentais do Estado e da sociedade egípcia” (Selim, 2015, p. 182). Ao fazê-lo, institucionalizava uma tutela militar direta sobre o processo constituinte, limitando substancialmente a autonomia dos atores civis na redefinição da ordem política pós-revolucionária.

Embora a maioria dos partidos tenha endossado o documento, ele foi veementemente rejeitado pelos islamistas e por alguns grupos não islamistas; os primeiros porque o documento minava o papel do parlamento na elaboração da constituição, os últimos porque ameaçava expandir o poder e a influência dos militares.

Por fim, cabe salientar que no âmbito social, assim como nos últimos anos do governo Mubarak, o CSFA manteve a política de repressão aos movimentos trabalhistas, preservando a prerrogativa de encaminhar civis a tribunais militares, que frequentemente produziam vereditos severos, com espaço limitado para defesa ou recurso. Segundo a *Human Rights Watch* (2011), o número de civis julgados por tribunais militares durante o período de transição superou o total registrado ao longo dos 30 anos de governo Mubarak. Além disso, o estado de emergência, vigente desde 1981, permaneceu inalterado, reforçando a continuidade dos mecanismos excepcionais que sustentavam a estrutura repressiva do regime. Da mesma forma, o Conselho reprimiu diversos grupos da sociedade civil e os declarou “ilegais” sob a alegação de receberem financiamento estrangeiro sem autorização do governo.

Para Abul-Magd (2012), essas medidas foram impostas como pilares centrais de um golpe bem-sucedido no Egito. Em sua análise, o processo conduzido pelo Conselho Supremo das Forças Armadas configurou-se como “um golpe disfarçado de democracia”: não se apoiou predominantemente na força direta mas na utilização de procedimentos e linguagens democráticas para legitimar a continuidade do controle militar. Essa dinâmica difere das formas tradicionais de tomada de poder, nas quais lideranças armadas assumiram a presidência até serem removidas por outro golpe. Para a autora egípcia (2012) o caso egípcio reflete um padrão mais amplo do período pós-Guerra Fria, no qual o declínio da disputa ideológica Ocidente-Oriente e a ascensão da democracia liberal restringiram a justificativa explícita de regimes não democráticos, levando golpes contemporâneos a se revestirem de mecanismos e retóricas que evocam a ordem democrática.

3.3.1 Entusiasmo político: a formação de novos partidos

O período entre o final de 2011 e o início de 2012 foi marcado pela emergência de novos partidos políticos, entre eles o Partido da Liberdade e da Justiça (PLJ), vinculado à Irmandade Muçulmana. Anunciado em 30 de abril de 2011 e oficialmente constituído em 6 de

junho, o PLJ rapidamente se projetou como ator central da cena política. Nesse contexto, a Irmandade iniciou um processo de distanciamento em relação ao Conselho Supremo das Forças Armadas ao rejeitar a continuidade da constituição de caráter laico, adotando uma postura que acentuou a desconfiança entre grupos secularistas. O programa do Partido inspirava-se na afirmação de que a *Sharia* poderia orientar diversos aspectos da vida social por meio de princípios gerais, deixando que os detalhes fossem interpretados de acordo com as circunstâncias históricas e necessidades de cada época. A plataforma defendia um sistema político de caráter parlamentarista, no qual os poderes presidenciais seriam progressivamente reduzidos à medida que o poder civil se consolidasse frente ao estamento militar. No campo econômico, o PLJ reiterava diretrizes já presentes no programa da Irmandade Muçulmana antes da queda de Mubarak, enfatizando a iniciativa privada como eixo central do crescimento econômico (Wickham, 2013b).

Em abril, também foram criados o Partido Social-Democrata Egípcio (PSDE) e o Partido dos Egípcios Livres, ambos de orientação secular, que formaram o chamado “Bloco Egípcio” para disputar as eleições parlamentares. Juntamente com o Wafd – partido tradicional de caráter nacionalista –, passaram a compor o núcleo dos principais partidos seculares do cenário político pós-revolução. O PSDE surgiu a partir de militantes oriundos do movimento *Kefaya*, com inspiração no Partido Social-Democrata alemão e vinculação à Internacional Socialista. Já o Partido dos Egípcios Livres foi fundado pelo empresário Naguib Sawiris e associou-se à Internacional Liberal (Steuer, 2015). Apesar da roupagem secular (BBC, 2011b), esses novos partidos apresentavam limitações programáticas, não defendendo uma legislação unificada sobre locais de culto nem demonstrando oposição clara ao artigo 2º da Constituição sobre princípios islâmicos como fontes legislativas.

Em maio, foi criado o Partido Nour, associado ao grupo Salafista⁴³ e com um teor nacionalista forte. Em junho, foi a vez do Partido da Construção e do Desenvolvimento, vinculado ao Grupo Islâmico, de formação autônoma durante o período Sadat, e que formou coalizão com o Nour para as eleições (Gonçalves, 2017, p. 101). Além destes, os

⁴³ De forma superficial, *Salafismo* refere-se a um movimento dentro do Islã sunita que busca retornar às práticas e crenças dos primeiros muçulmanos: os *salaf*. Pode-se entender grupos salafistas como possuidor de uma vertente ideológica inerentemente apolítica, que criticavam grupos políticos (como a Irmandade Muçulmana) por não se concentrarem o suficiente na “purificação” da fé. Assim, o Partido Nour diferenciava-se da Irmandade Muçulmana ao rejeitar o princípio da soberania popular em favor da soberania divina, defendendo que todo o ordenamento jurídico egípcio deveria submeter-se aos princípios da *Sharia*, tal como entendiam estar previstos na Constituição. Os salafistas decidiram participar do processo eleitoral por receio de que forças seculares, caso triunfassem, procurassem eliminar elementos confessionais presentes em diversas leis e alterassem o artigo citado.

remanescentes do PND, dissolvido em fevereiro, se uniram em partidos menores que conquistaram poucas cadeiras no processo eleitoral.

A dinâmica que marcou a emergência desses novos partidos no período pós-Primavera Árabe evidenciou a persistência de uma profunda desconfiança entre islamistas e secularistas. Esses dois campos, embora experientes na disputa política nacional, sempre se perceberam como potenciais ameaças estruturais um ao outro: os islamistas temiam que qualquer avanço secular implicasse sua marginalização institucional, enquanto os secularistas associavam os islamistas ao risco de captura do Estado e à imposição de um projeto político-religioso baseado na *Sharia*. Essa rivalidade mútua, ancorada em percepções históricas de vulnerabilidade e dominação, contribuiu significativamente para a instabilidade do período de transição, dificultando coalizões duradouras e alimentando estratégias de desconfiança recíproca. Ainda assim, o contexto extraordinário dos levantes de 2011 produziu, ainda que brevemente, uma convergência entre esses grupos: a oposição comum ao autoritarismo e o objetivo imediato de derrubar o regime criaram uma base provisória de cooperação. Essa unidade conjuntural, porém, não foi suficiente para dissolver as tensões estruturais subjacentes, que reapareceriam com intensidade no processo eleitoral subsequente.

3.3.2 As primeiras eleições pós-Mubarak e a disputa pela transição

As eleições parlamentares tiveram data prevista para 28 de novembro de 2011, e ocorreram sem problemas até seu turno final de 03 de janeiro de 2012. Pela primeira vez em décadas, as eleições foram livres e justas, não havendo fraude organizada centralmente⁴⁴. Tanto a Irmandade Muçulmana quanto os movimentos salafistas utilizaram suas redes vinculadas a organizações sociais islâmicas para ampliar seu alcance eleitoral. A Irmandade atuou por meio das instituições que administrava desde 1970, como: escolas, clínicas, centros comunitários, além de ONGs. Dinâmica semelhante podia ser observada em praticamente todas as mais de 100 mil mesquitas existentes no Egito, registradas ou não (Atia, 2013).

Segundo Gonçalves (2017), a disputa eleitoral efetiva ocorreu entre a Irmandade Muçulmana e os salafistas. Estes últimos obtiveram melhor desempenho em distritos que apresentavam candidatos mais próximos das camadas pobres e menos alfabetizadas do eleitorado, segmentos que, historicamente, não constituíam o foco principal da atuação da Irmandade Muçulmana. O Wafd, por sua vez, após uma breve coalizão com o Partido da

⁴⁴ É importante sinalizar que outras questões se aplicaram, desde irregularidades locais até a falta de igualdade de condições em que novos partidos formados após fevereiro de 2011 competiram com organizações de longa data.

Liberdade e da Justiça sob o lema “Aliança Democrática”, decidiu concorrer de forma independente em razão de desavenças relativas à distribuição de candidaturas.

O fim da eleição representou o triunfo para o PLJ e para o Partido Nour, ao mesmo tempo em que revelou o fraco desempenho das forças seculares. A Aliança Democrática liderada pelo PLJ obteve 37,5% dos votos válidos, conquistando 235 dos 508 assentos da Assembleia do Povo (dos quais 213 pertenciam ao PLJ). O Bloco Islâmico liderado pelo Nour alcançou 27,8% dos votos e assegurou 123 cadeiras (107 destinadas ao próprio Nour). O Wafd ficou em terceiro lugar, com 9,2% dos votos e 41 assentos. Já o Bloco Egípcio – composto pelo PSDE e pelos Egípcios Livres – ficou em quarto lugar, com 8,9% dos votos e 35 cadeiras. Por fim, sete partidos derivados do extinto PND somaram 9,6% dos votos e ocuparam 29 cadeiras (Gonçalves, 2017, p. 110).

O resultado eleitoral gerou surpresa para amplos segmentos da população de orientação secular, sobretudo entre os eleitores urbanos de classe média e média alta. Esses grupos haviam subestimado o potencial social do islamismo político. A presença de uma extensa infraestrutura social islâmica, construída ao longo dos governos Sadat e Mubarak, foi um fator decisivo no processo eleitoral. Muitos partidos seculares partiram do pressuposto de que herdariam os votos antes direcionados ao antigo PND, sem levar em conta que esse eleitorado era majoritariamente composto por setores pobres e rurais, contextos nos quais tanto os salafistas quanto a Irmandade Muçulmana estavam muito mais inseridos do que as forças secularistas.

As eleições seguintes ocorreram no final de 2011 e início de 2012, quando os egípcios votaram em várias rodadas, primeiro para uma câmara baixa do parlamento e depois para uma câmara alta. Essas eleições resultaram em uma expressiva maioria islamista, mas deixaram poucos satisfeitos. Os não-islamistas sentiram seus temores de um majoritarismo islamista se intensificarem; os islamistas descobriram que sua maioria parlamentar significava pouco, pois os militares haviam se certificado, na declaração constitucional, de que o novo parlamento não teria poder para supervisionar o gabinete ou aprovar leis sem a aprovação dos generais. Até mesmo os próprios militares perceberam repentinamente que haviam arquitetado um plano de transição que lhes conferia um papel de supervisão poderoso, porém apenas temporário. Uma vez que um novo presidente tomasse posse, os militares não teriam nenhum papel formal nem ferramentas claras para influenciar o resultado do processo constitucional (Brown, 2013b, p. 47).

A Assembleia eleita iniciou suas atividades em 23 de janeiro de 2012. Saad El-Katatni, que havia liderado a bancada parlamentar da Irmandade na legislatura de 2005-2010, foi eleito presidente do Parlamento com 399 votos entre 508 parlamentares (Gonçalves, 2017, p. 111). O resultado refletia não apenas a força eleitoral da Irmandade, mas também os termos do pacto instrumental que a organização havia firmado com as Forças Armadas desde os primeiros meses da transição. Esse entendimento baseava-se em uma troca: a Irmandade

apoiaria a declaração constitucional do Conselho Supremo das Forças Armadas e se absteria de participar dos protestos contra a tutela militar, isolando os revolucionários seculares; em contrapartida, o CSFA permitiria que o grupo disputasse eleições em condições favoráveis e libertasse líderes presos (Crisis Group, 2012b). No entanto, a aliança era essencialmente provisória e marcada por desconfiança recíproca: os militares viam a Irmandade com “respeito cauteloso”, mas nunca pretenderam compartilhar o poder efetivo; a Irmandade, por sua vez, buscava converter sua maioria parlamentar em controle do Executivo.

Foi nesse contexto que o Partido Liberdade e Justiça manifestou interesse em formar um novo governo por meio de uma aliança com o Wafd, ficando responsável pelas pastas econômicas, enquanto o Wafd assumiria o Ministério das Relações Exteriores. O CSFA, contudo, recusou-se a permitir a nomeação de um primeiro-ministro indicado pelo PLJ. Pela Declaração Constitucional de 2011, cabia ao CSFA designar tanto o chefe de governo quanto os demais ministros (SCAF, 2011). O episódio deixava claro que, apesar da maioria parlamentar, o poder real permanecia nas mãos dos militares.

A recusa do CSFA em aceitar um primeiro-ministro indicado pelo PLJ, amparada na Declaração Constitucional de 2011, já anunciava os limites do arranjo institucional então vigente. Mais do que uma disputa política pontual, o episódio revelava que o parlamento recém-eleito não teria poder para influenciar a composição do Executivo, prerrogativa que permanecia nas mãos dos militares. O sistema, assim, configurava uma arquitetura institucional que misturava formalidades democráticas com um poder tutelar não eleito, capaz de vetar decisões fundamentais do governo. A experiência egípcia pós-2011, ainda que marcada por eleições livres, estava longe de constituir uma democracia plena.

A iniciativa do PLJ de reivindicar a chefia do governo refletia sua expectativa de assumir parte do Executivo proporcional à sua força parlamentar e ao compromisso previamente anunciado de não disputar a Presidência. No entanto, qualquer rearranjo institucional dependia da anuência do Conselho Supremo das Forças Armadas, que detinha o controle efetivo da transição. Em meados de março de 2012, chegou a surgir a possibilidade de um acordo: o CSFA aceitaria a formação de um governo de coalizão liderado pelo PLJ, desde que pudesse indicar dez dos vinte e seis ministros (Al-Anani, 2015). As negociações, porém, não avançaram. A criação da Assembleia Constituinte, naquele mesmo mês, intensificou a polarização política e interrompeu qualquer tentativa de acomodação entre o PLJ e o CSFA.

De modo geral, as eleições parlamentares de 2011/2012 evidenciaram como a estrutura social construída ao longo das décadas anteriores condicionou profundamente a disputa

política no pós-Mubarak. A ampla vitória da Irmandade Muçulmana e do Partido Nour mostrou que a força organizacional do islamismo político permaneceu muito mais eficaz do que as expectativas dos setores seculares permitiam supor. A surpresa desses grupos urbanos e de classe média revelou a distância entre a dinâmica da Praça Tahrir e a realidade sociopolítica mais ampla do país. No Parlamento recém-eleito, essa nova configuração aprofundou tensões com o CSFA, cujo controle sobre os rumos da transição limitou qualquer tentativa da Irmandade de converter sua maioria legislativa em influência executiva. As breves negociações sobre a formação de um governo de coalizão deixaram claro que, apesar da legitimidade eleitoral dos islamistas, o Conselho Militar mantinha o poder de veto decisivo e tratava de preservar sua centralidade institucional. Nesse sentido, o desfecho das eleições não apenas reorganizou o equilíbrio entre as forças civis, mas também expôs os limites estruturais impostos por uma transição conduzida sob tutela militar.

3.3.3 A consolidação da Irmandade Muçulmana como principal força partidária

Durante os protestos de 2011 a atuação da Irmandade Muçulmana caracterizou-se por uma aproximação gradual e estrategicamente calculada. Embora reconhecesse a profundidade do descontentamento social e as possibilidades abertas pela mobilização popular, a organização optou por adotar, nos primeiros dias da revolta, uma postura neutra. Essa cautela refletia tanto seu histórico institucional de perseguição quanto, principalmente, a necessidade de preservar sua estrutura organizacional diante de um cenário político incerto. Nesse sentido, a Irmandade evitou assumir um papel de liderança direta nas fases iniciais do levante, limitando-se a observar o desenvolvimento dos acontecimentos e ajustar suas ações conforme a evolução da correlação de forças. Essa estratégia permitiu que, posteriormente, a organização se inserisse de forma mais assertiva no processo revolucionário, sem comprometer sua base social nem sua capacidade de negociação política.

Essa postura deve ser compreendida à luz do percurso histórico da Irmandade nas décadas anteriores. Às vésperas da Primavera Árabe, o grupo já se encontrava profundamente enraizado nas estruturas sociopolíticas egípcias, resultado dos governos de Sadat e Mubarak, que permitiam a atuação em setores estratégicos como educação, justiça e meios de comunicação. Esse espaço institucional ampliou significativamente sua base social e consolidou seu alcance organizacional. Entretanto, tal inserção não se traduziu em adesão a práticas democráticas: a Irmandade manteve uma estrutura interna fortemente hierárquica e disciplinada, firmada na autoridade central, com reduzidos mecanismos participativos e pouco espaço para contestações internas. Suas lideranças eram compostas por elites econômicas

apoiadas pelo financiamento dos países do Golfo (Amin, 2011), enquanto suas bases provinham majoritariamente de camadas populares integradas por redes de beneficência sustentadas por recursos externos.

Do ponto de vista econômico, a Irmandade Muçulmana manteve-se alinhada a uma agenda liberal-conservadora, compatível com o modelo neoliberal e com os padrões de acumulação vigentes no Egito das últimas décadas (Amin, 2011). Ao evitar formular um programa socioeconômico que confrontasse o neoliberalismo de Sadat e Mubarak, o grupo posicionou-se de maneira ambígua frente às greves operárias e às lutas camponesas, preservando, no entanto, uma capacidade de articulação com setores da burguesia. Essa convergência contribuiu para a imagem de “moderação” atribuída à Irmandade.

O principal problema da Irmandade com as políticas econômicas do ex-presidente Hosni Mubarak não era as políticas em si, mas a corrupção de empresários próximos ao regime. O período em que a Irmandade esteve no poder, entre 2012 e 2013, sob a presidência de Mohamed Morsi, confirmou a ortodoxia neoliberal de mercado. O neoliberalismo estava no cerne do programa econômico do grupo. De fato, a Irmandade Muçulmana havia adotado o neoliberalismo nas décadas anteriores a 2011, em consonância com a tendência neoliberal das elites governantes do Egito [...]. Os movimentos políticos islâmicos raramente foram anticapitalistas ou hostis à economia de mercado, mesmo em suas manifestações mais radicais. Por alegarem representar toda a sociedade, abstêm-se de abordagens que enfatizam diferenças de classe social ou conflitos sociais. Essa minimização dos antagonismos sociais permitiu historicamente à Irmandade Muçulmana atrair grupos com interesses contraditórios. Isso, por sua vez, possibilitou à organização atrair uma membros de caráter diversificado – com profissionais de classe média tendendo a dominar seus escalões superiores – enquanto sustentava uma visão econômica elusiva, alterando sua abordagem e retórica econômica conforme a necessidade (Gamal, 2019, sp).

No plano religioso, o campo islâmico egípcio encontrava-se fragmentado às vésperas da Primavera Árabe, resultado de disputas teológicas, transformações sociais e interferências estatais ao longo das décadas. Nesse contexto, a Irmandade ingressou nos levantes de 2011 como a única organização islâmica dotada simultaneamente de estrutura política robusta, base social consolidada e inserção duradoura nas redes de poder formadas pelos regimes anteriores. Contudo, carregava também um projeto político conservador, relações ambíguas com correntes salafistas e uma lógica organizacional altamente disciplinada, moldando seu comportamento durante o processo revolucionário, marcado pelo equilíbrio entre preservação dos espaços institucionais historicamente conquistados e atuação pragmática diante da conjuntura (Al-Anani, 2015).

Como discutido anteriormente, no período de transição, a Irmandade Muçulmana conseguiu consolidar seu capital político em dinâmica semelhante à observada na Tunísia com o Partido Ennahda⁴⁵. No Egito, sua atuação foi canalizada por meio do Partido da Liberdade e

⁴⁵ O Partido Ennahda, fundado na Tunísia em 1981 sob influência da Irmandade Muçulmana egípcia, representa um dos casos mais emblemáticos de islamismo político moderado no mundo árabe. Sua plataforma original

da Justiça, que emergiu como força majoritária após as eleições parlamentares de 2011/2012. Contudo, a relação entre a Irmandade Muçulmana e as Forças Armadas, que durante a transição se baseou em um pacto instrumental de conveniência mútua, começou a deteriorar-se rapidamente. Se, em 2011, os militares haviam tolerado, e em certa medida favorecido, a ascensão da Irmandade como forma de isolar os revolucionários seculares e dar aparência de legitimidade ao processo conduzido pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, a expressiva vitória parlamentar do Partido Liberdade e Justiça e a posterior chegada de Mohamed Morsi à presidência reconfiguraram os termos do jogo.

O que estava em jogo não era apenas uma disputa política entre dois atores, mas o retorno de um conflito histórico cujas raízes remontam à repressão dos anos 1950, quando Nasser dissolveu a Irmandade, prendeu e executou seus principais líderes. Para a cúpula militar, ver a organização que havia ajudado a dizimar décadas atrás agora ocupando o centro do poder representava uma ameaça existencial – não apenas simbólica, mas concreta, uma vez que a Irmandade passou a reivindicar controle sobre setores estratégicos do Estado e da economia que os militares consideravam sua reserva de poder.

Durante a campanha legislativa de 2011, a Irmandade Muçulmana buscou diferenciar-se das correntes salafistas adotando discurso mais conciliador, enquanto os salafistas defendiam abertamente a aplicação imediata da *Sharia* e a restauração do califado (Al-Anani, 2015). Contudo, esse movimento não foi suficiente para amenizar as desconfianças dos grupos seculares, que observaram tensões internas no PLJ como sinais de que a Irmandade buscava construir um domínio majoritário à revelia das normas democráticas. Nas urnas, a estratégia mostrou-se eficaz: o Partido Liberdade e Justiça conquistou 37,5% dos votos e, somado aos 27,8% do Partido Nour, os islamistas alcançaram uma expressiva maioria no parlamento: 62% das cadeiras (Gonçalves, 2017). Em termos estritamente eleitorais, essa maioria era mais do que suficiente para formar governo e aprovar legislação. Contudo, a legitimidade conferida pelas urnas não se traduziu em capacidade

combinava a defesa de uma distribuição mais justa dos recursos econômicos, o estabelecimento de uma democracia multipartidária e a incorporação de valores islâmicos na vida pública – o que lhe permitiu sobreviver à repressão do regime de Zine El Abidine Ben Ali (1987-2011) e emergir como principal força política após a queda do ditador em 2011. Legalizado ainda naquele ano, o Ennahda participou das eleições e integrou governos de coalizão, adotando uma postura conciliadora que contrastava com os temores de setores secularistas quanto a uma suposta “agenda de islamização”. Contudo, a partir de 2021, com a ascensão do presidente Kais Saied – eleito em 2019 com discurso anti-establishment –, o partido tornou-se alvo de uma ofensiva sistemática. Saied, que em julho daquele ano dissolveu o parlamento e passou a governar por decreto, excluiu o Ennahda e demais forças políticas do diálogo sobre a reforma constitucional (Wolf, 2017). A trajetória tunisiana, portanto, oferece um contraponto relevante ao caso egípcio: se no Egito o golpe de 2013 representou a restauração explícita do controle militar, na Tunísia o fechamento político processou-se por vias institucionais e legalistas, com um presidente civil usando os instrumentos da Constituição para dismantlar a democracia por dentro.

efetiva de governar, não porque a Irmandade tenha deixado de buscar coalizões, mas porque a oposição secularista recusou-se a aceitar o resultado das eleições e passou a atuar nos marcos do que Brown (2013a) descreve como uma estratégia de deslegitimação permanente. Enquanto isso, a Irmandade se viu diante de um aparelho burocrático resistente e de uma economia em crise, fatores que não dependiam de sua disposição para negociar. A instabilidade que se seguiu, portanto, não decorreu de uma suposta “falha” da Irmandade em construir consensos, mas sim da recusa das elites tradicionais e militares e dos remanescentes do Estado profundo em aceitar a alternância democrática.

As suspeitas em torno do projeto político da Irmandade foram intensificadas pela campanha presidencial de Mohamed Morsi. Além disso, a utilização de figuras salafistas em materiais de campanha e a afirmação de Morsi de que o Alcorão serviria como “constituição” reforçaram os receios secularistas. A vitória eleitoral de Morsi, em 24 de junho de 2012, com 51% dos votos, consolidou a ascensão política dos islamistas e abriu caminho para que buscassem implementar seu projeto político a partir do Executivo.

3.3.4 As eleições presidenciais

Quando as eleições presidenciais egípcias ocorreram em 2012, acreditava-se que elas representariam o desfecho político dos levantes da Primavera Árabe no país. No entanto, à medida que o processo avançava, o otimismo inicial cedeu espaço a novas inquietações. Longe de sinalizar o fim das tensões e da crise econômica, política e social que atravessavam o Egito, o pleito passou a indicar a possibilidade de confrontos ainda mais profundos. Na véspera da votação, o Supremo Tribunal Constitucional emitiu uma decisão declarando inconstitucional a lei que fundamentara a eleição do Parlamento, lei que havia vigorado durante todo processo eleitoral (Gonçalves, 2017). Ao invalidá-la depois de realizada a eleição, a Corte não apenas dissolveu a Câmara Baixa, mas violou um princípio elementar da democracia: o de que as regras do jogo não podem ser alteradas após a disputa, sob pena de tornar a eleição irrelevante como mecanismo de decisão política (Alvarez *et al.*, 1996). Paralelamente, no momento em que o processo de votação presidencial se iniciava, os militares anunciaram uma nova declaração constitucional que retirava da Presidência competências essenciais e atribuía às Forças Armadas um papel decisivo no processo de elaboração constitucional então em andamento⁴⁶.

⁴⁶ Uma vez eleito, Morsi tentou reverter essas medidas, reconvocando o parlamento antes de finalmente ceder aos tribunais e concordar com sua suspensão.

Em conjunto, os dois atos configuraram o que se pode caracterizar como um golpe institucional preventivo: antes mesmo que o novo presidente assumisse, já haviam sido construídos obstáculos intransponíveis ao exercício efetivo do poder, garantindo que a eleição, embora realizada, não fosse decisiva (O'Donnell, 2004). Assim, o Egito começou a experimentar uma mudança, mas não uma democratização: as estruturas autoritárias haviam se recomposto discretamente, absorvido a pressão popular e recomposto seu controle por meio de mecanismos institucionais e extrainstitucionais.

As eleições presidenciais de 2012 evidenciaram a polarização e a fragmentação que continuavam a atravessar o cenário político egípcio. No primeiro turno, Mohammed Morsi obteve 25,3% dos votos válidos, enquanto Ahmed Shafiq alcançou 23,7%, garantindo a ambos a passagem para o segundo turno, ainda que com margens estreitas em relação aos demais concorrentes. Hamdeen Sabbahi, de orientação nasserista e que buscou se apresentar como porta-voz das demandas originadas na Praça Tahrir, recebeu 21,6% dos votos; Abdel Moneim Aboul-Fotouh, ex-dirigente da Irmandade Muçulmana que havia adotado uma postura mais moderada e sido expulso da organização, obteve 17,9%; e Amr Moussa, ex-ministro de Mubarak e ex-secretário-geral da Liga Árabe, conquistou 11% dos votos. O comparecimento foi de 46% no primeiro turno e de 52% no segundo (Al Jazeera, 2012).

Em segundo turno, Morsi foi eleito o quinto presidente da história republicana do Egito com um total de 51,7% dos votos (13,2 milhões de votos de um total de pouco mais de 26 milhões) e tomou posse em 30 de junho de 2012, permanecendo no cargo por apenas um ano (Al Jazeera, 2012).

A proclamação da vitória de Mohamed Morsi ocorreu após um período prolongado de negociações entre a Irmandade Muçulmana e o Conselho Supremo das Forças Armadas. Embora a Irmandade tenha anunciado a vitória de seu candidato com base em apurações próprias logo após o segundo turno, o resultado oficial só foi divulgado dias depois pela comissão eleitoral, em um contexto marcado por intensa disputa institucional (Al Jazeera, 2012). Desse modo, a confirmação da vitória de Morsi refletiu não apenas a dinâmica eleitoral, mas também um processo negociado no qual a autoridade efetiva do presidente dependia de acordos estabelecidos com o aparato militar, que permanecia como ator central na arquitetura do poder pós-Mubarak.

Segundo Nathan Brown (2013a), para que o Egito avançasse em direção a um desenvolvimento democrático após 2011, dois elementos eram fundamentais: a construção de um acordo amplo entre as elites sobre as regras da transição e a definição de um procedimento político que permitisse à população expressar sua vontade desde o início, evitando que as

principais decisões fossem tomadas exclusivamente em negociações entre atores privilegiados. No entanto, o colapso da experiência egípcia não pode ser atribuído apenas à ausência desses elementos, mas sobretudo ao fato de que os militares nunca deixaram de controlar os centros efetivos de decisão, mesmo após eleições formalmente livres. O problema central não foi a falta de participação popular, que ocorreu, mas a manutenção de uma tutela militar que esvaziou qualquer resultado eleitoral de seu caráter substantivo. As Forças Armadas não atuaram como um ator entre outros no processo de transição; elas definiram unilateralmente os limites do jogo político, mantendo sob seu controle o orçamento, a nomeação da cúpula militar e a jurisdição sobre civis (Brown, 2013a).

Mesmo em condições favoráveis, combinar esses dois elementos já seria um desafio considerável. Como argumenta Chantal Mouffe (2005), a democracia não exige a eliminação do conflito, pelo contrário, o conflito é sua base. O que ela requer é que os diferentes grupos políticos reconheçam-se mutuamente como “adversários legítimos”, não como inimigos a serem eliminados, e que haja um consenso sobre os procedimentos (*conflictual consensus*) que permita que a disputa política ocorra dentro de regras minimamente estáveis. No caso egípcio, entretanto, as possibilidades de consenso nunca existiram, uma vez que as Forças Armadas assumiram o controle da transição e passaram a ditar unilateralmente suas regras.

Nesse contexto, em vez de mitigar tensões, os processos eleitorais tenderam a aprofundar as divergências existentes. A crise política resultante principalmente da interferência das FAE, se prolongou por quase dois anos e meio, culminando, em julho de 2013, em uma nova onda de mobilizações populares. Nessa conjuntura, milhões de manifestantes passaram a apoiar abertamente a intervenção dos militares, levando à deposição do presidente eleito apenas um ano antes e à suspensão da constituição aprovada seis meses antes.

3.4 MOHAMED MORSI E O FRACASSO DO EXPERIMENTO ISLAMISTA

Mohamed Morsi foi eleito o quinto presidente da história do Egito, o primeiro civil. Nascido na província de Al-Sharqiyyah, na margem leste do delta do Nilo, se tornou doutor em engenharia em 1982 nos Estados Unidos. Em 2000, foi eleito para a Assembleia Popular pela Irmandade Muçulmana e em 2006 e 2011 foi preso após participar de protestos. Depois de vencer as eleições e tomar posse em 30 de junho de 2012, seu mandato foi progressivamente marcado por um crescente clima de polarização política e por um processo de deterioração acelerada das relações entre a presidência e o alto comando das Forças Armadas. Morsi conseguiu se manter no cargo por apenas um ano.

Além das dificuldades inerentes ao início de seu governo, Morsi enfrentou desde o primeiro momento a resistência ativa do chamado “Estado profundo” egípcio, formado pelo CSFA, pelas forças de segurança, pelos serviços de inteligência, pela alta burocracia estatal e pelo Poder Judiciário. Esses atores, que haviam herdado e reproduzido a lógica de poder do regime de Mubarak, atuaram como tutores sistemáticos à autoridade presidencial, produzindo tensões institucionais que se intensificaram ao longo de seu mandato. Uma vez no cargo, Morsi tentou limitar a influência dos militares, promovendo mudanças no alto comando e anulando dispositivos constitucionais elaborados pelo Conselho Supremo das Forças Armadas durante a transição (BBC, 2012). No esforço de fortalecer sua autoridade, emitiu ainda um decreto presidencial que o tornava imune à supervisão judicial e dissolvia a jurisdição do tribunal responsável pelo monitoramento da Assembleia Legislativa (Saidin & Storm, 2024).

O conflito de interesses que se estabeleceu opunha dois projetos concorrentes de reorganização do Estado: de um lado, a proposta de teor islâmico moderado articulada pela Irmandade Muçulmana; de outro, a continuidade da base burocrático-militar defendida pelo CSFA e sustentada pelo Judiciário. O problema fundamental era o *locus* da disputa: ela não ocorria nos espaços institucionais próprios da democracia – eleições, parlamento, debate público –, mas sim nos bastidores do “Estado profundo”, onde as Forças Armadas, o judiciário e a burocracia do antigo regime exerciam seu poder de veto sobre qualquer decisão que ameaçasse seus interesses.

No Egito, as Forças Armadas jamais atuaram como um adversário dentro do jogo político. Os militares não disputavam eleições, não se submetiam ao escrutínio público e não reconheciam a legitimidade de um governo civil eleito. Eram, na verdade, quem definia as regras, as alteravam quando necessário e, no limite, simplesmente as suspendiam. A disputa, portanto, não se dava nas instituições democráticas, mas sobre elas, um confronto no qual um dos lados (o militar) detinha o poder de definir os termos da disputa enquanto o outro (o governo eleito) era forçado a jogar em um campo minado cujas regras mudavam constantemente. Nesse contexto assimétrico, a Irmandade Muçulmana jamais teve chance real de governar.

Essa disputa se manifestou de forma explícita em julho de 2012, quando Morsi tentou novamente convocar a Câmara Baixa, previamente dissolvida. A iniciativa foi imediatamente bloqueada pelo CSFA e, posteriormente, anulada pelo Judiciário, que declarou o decreto presidencial inválido sob a justificativa de que representaria uma tentativa de ampliar a presença de defensores da *sharia* no Parlamento (Wickham, 2013b). O episódio produziu um

recuo imposto ao presidente e simbolizou a correlação de forças desfavoráveis à Irmandade Muçulmana dentro da arquitetura estatal.

O Marechal Tantawi permaneceu inicialmente à frente da pasta da Defesa; entretanto, desde o início do mandato, a capacidade de Morsi de compor um governo amplo e funcional mostrou-se limitada. A recusa do Partido Nour em aceitar a pasta do Meio Ambiente (Costa, 2020) evidenciou as dificuldades em articular uma coalizão minimamente coesa, apesar da expressiva votação obtida nas urnas. Esse cenário de fragilidade política se tornou ainda mais visível após o ataque terrorista de 5 de agosto de 2012, que resultou na morte de 16 soldados egípcios (Al Jazeera, 2012b). O episódio expôs a vulnerabilidade dos aparatos de segurança e intensificou as tensões entre a Presidência e a cúpula militar. Diante da recusa de Mohamed Tantawi em afastar os comandantes responsabilizados pela falha operacional, Morsi utilizou a comoção pública para reorganizar a correlação de forças no interior do Estado: em 12 de agosto, demitiu Tantawi, promoveu mudanças significativas no alto comando e promulgou uma emenda constitucional que lhe conferia autoridade para assumir o posto de comandante-chefe, além de concentrar em suas mãos o Poder Legislativo (Costa, 2020).

Embora essas medidas buscassem consolidar sua autoridade institucional, elas ampliaram o conflito com o aparato burocrático-militar que estruturava o Estado egípcio e intensificaram seu isolamento político. Paralelamente, a impossibilidade do governo Morsi de construir um modelo político capaz de responder às crises econômicas e de segurança, devido à influência militar no controle do Estado, agravou a percepção pública de instabilidade. A continuidade de ataques terroristas e o fortalecimento do sentimento de insegurança passaram a ser instrumentalizados por partidos secularistas e setores civis que, cada vez mais, defendiam abertamente a intervenção militar como forma de restaurar a ordem.

Esse processo foi agravado pela presença estruturante das Forças Armadas na economia. O Exército mantinha ampla autonomia sobre o orçamento de defesa e controlava um extenso conjunto de empresas privadas, cujos lucros permaneciam desconhecidos em razão da ausência de mecanismos de transparência (Saidin & Storm, 2024). A instabilidade política pós-2011 ampliou ainda mais a capacidade de interferência dos militares nos rumos do Estado, restringiu a autoridade presidencial e inviabilizou iniciativas voltadas à reestruturação administrativa e econômica. Essa dinâmica fragilizou de maneira crescente o governo de Morsi e contribuiu para a deterioração ampla da economia ao longo de seu mandato.

Com isso, entende-se que a conjuntura pós-Primavera Árabe agravou de forma significativa as fragilidades estruturais da economia egípcia, intensificando a percepção de

insegurança socioeconômica entre a população. Naquele momento, o país enfrentava, novamente, inflação elevada, altos índices de desemprego e profundas desigualdades sociais (Saidin, 2018). O abismo socioeconômico tornara-se particularmente evidente: cerca de 45 milhões de egípcios sobreviviam com apenas US\$2 a US\$4 por dia (Henderson & Ganguly, 2015). Embora a economia já apresentasse sinais de estagnação no final do governo Mubarak, os efeitos da revolução de 2011 ampliaram a instabilidade, afetando setores estratégicos como o turismo, que sofreu forte retração após a deterioração da segurança interna. Durante o governo Morsi, a receita turística caiu aproximadamente 16%, refletindo a incapacidade do Estado de estabilizar o ambiente político (Saidin & Storm, 2024).

Diante desse cenário, a administração Morsi assumiu o desafio de controlar o déficit fiscal e conter a escalada inflacionária. Para isso, adotou medidas impopulares, incluindo a implementação de políticas fiscais mais rígidas. Em 2012, o governo optou por contrair empréstimos junto a instituições financeiras domésticas em vez de aceitar o financiamento oferecido pelo FMI, que embora contasse com taxas mais baixas, impunha condições como o aumento do imposto sobre vendas, a redução de subsídios e o enxugamento do setor público.

O recurso intensivo ao crédito doméstico ampliou as distorções financeiras. As altas taxas de juros impostas pelo Banco Central fortaleceram a capacidade dos bancos locais de conceder empréstimos ao governo, mas desestimularam o investimento estrangeiro, reduzindo a criação de empregos num contexto já marcado por elevado desemprego (Rivlin, 2011). Ao mesmo tempo, o déficit público aumentou em razão de medidas destinadas a ampliar o apoio popular, como o reajuste do salário mínimo e a abertura de milhares de vagas temporárias no setor público.

O poder de compra da população continuou a corroer-se diante do rápido aumento da inflação, particularmente dos produtos alimentares, enquanto a taxa de desemprego, segundo os números oficiais, subiu 4 pontos percentuais, de 9% em 2010 para 13% em 2012. O cenário socioeconômico assim descrito foi agravado por uma grave crise energética. A capacidade do país de gerar eletricidade e fornecer combustível para a população foi seriamente comprometida, resultando em apagões repetidos, longas filas nos postos de gasolina e crescente descontentamento poucas semanas após as revoltas. Embora a produção de petróleo e gás não pareça ter sofrido particularmente com a instabilidade política, o Egito não está mais em condições de satisfazer a crescente necessidade de energia do país (Paciello, 2013, p.3).

Deve-se notar que um dos pontos mais importantes para a crise econômica pós Primavera Árabe foi a continuidade de uma política econômica neoliberal adaptada às imposições das IFI's dos anos de Mubarak adotada por Morsi. Segundo Costa (2020), ainda que o presidente da Irmandade Muçulmana tenha no início do seu governo resistido à

contração de uma nova dívida, no dia 22 de agosto de 2012 o Egito pediu US\$ 4,8 bilhões ao FMI, que exigia, em contraparte, o corte dos subsídios alimentares:

A forte continuidade entre o regime de Hosni Mubarak e as figuras que lideraram o país depois de sua deposição aparece claramente no campo da política fiscal e dos subsídios estatais. O pós-Mubarak os governos não têm a vontade de reformar seriamente o sistema tributário, de modo a redistribuir a riqueza de maneira mais equitativa e para conter o déficit orçamentário. Por exemplo, a proposta de tributar propriedades imobiliárias e transações do mercado de ações, uma proposta que já estava incluída na primeira lei de finanças (2011/2012) após as revoltas, foi arquivada repetidamente pelos governos. O sistema fiscal egípcio continua fortemente inclinado a impostos regressivos, como impostos sobre vendas, que o então presidente Mohamed Morsi e o governo de Hesham Qandil, sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), tentaram até aumentar, embora sem sucesso (Paciello, 2013, p.4) .

A postura da nova liderança diante das reformas econômicas após 2011 marcou um afastamento significativo das posições anteriores da Irmandade Muçulmana. Se, antes da revolta, a privatização era denunciada como uma agenda imposta por organismos financeiros internacionais e contrária aos interesses do país, o governo pós-Mubarak acabou incorporando elementos centrais da base neoliberal. As políticas adotadas passaram a priorizar o crescimento econômico, a redução da dívida pública e a retomada das negociações com as IFIs. Esse realinhamento também se expressou na revisão da postura diante de acordos comerciais estratégicos: arranjos que haviam sido criticados como ameaças à soberania econômica e à segurança nacional passaram a ser renegociados com vistas à sua expansão e adaptação (Gamal, 2019).

Além disso, difundiu-se de forma crescente a percepção de que Morsi reproduzia padrões de favorecimento típicos do antigo regime, protegendo empresários envolvidos em escândalos de responsabilização judicial e criando novas instâncias estatais destinadas a ampliar sua interlocução com setores econômicos específicos. Essa combinação de práticas reforçou o descontentamento popular e intensificou a mobilização contra o governo, levando as sedes do Partido Justiça e Liberdade a se tornarem alvo de manifestações e ataques. Schenker (2016), aponta que Morsi era um “líder encarregado de manter a revolução contida, e os velhos guardiões do Estado o toleravam apenas enquanto cumprisse seu papel profilático de maneira eficaz”.

Em meio ao caos político e econômico, o processo constitucional também se tornou uma crise para o governo Morsi. Outros atores políticos acompanharam as manobras de Morsi, mas prevalecia o temor de que a presidência estivesse atuando sem controles efetivos. Em novembro de 2012, com a aproximação do prazo para a conclusão da proposta constitucional, tanto Morsi quanto seus opositores demonstraram sinais de inquietação. O

presidente acusou setores da oposição, membros do antigo regime e juízes de conspirarem para dissolver a Assembleia Constituinte, reverter suas medidas de controle sobre os militares e até dissolver a câmara alta do parlamento. Segundo ele, tais ações configurariam uma contrarrevolução que deixaria apenas uma aparência de presidência enquanto restabeleceria a tutela militar.

Os otimistas ficariam amargamente desapontados. Uma vez que ele tinha as ferramentas do Estado autoritário à sua disposição, Morsi voltou-se contra a revolução: quebrando greves, espancando manifestantes, censurando artistas, defendendo o aparato de segurança contra as demandas populares por reforma e resistindo a qualquer movimento em direção à justiça transicional. Longe de romper o antigo regime, Morsi estava decidido a coabitá-lo. Mohamed Ibrahim, um veterano do aparato de segurança mubarakista, foi nomeado ministro do Interior e acusado de reprimir manifestações. Para codificar o acordo que garantiu seu poder, Morsi retirou parte da velha guarda militar e promoveu uma nova geração de líderes do exército, incluindo um novo ministro da Defesa: Abdel Fattah el-Sisi. Concedeu bastiões de influência aos militares - incluindo um direito institucionalizado de generais levarem civis a tribunais militares - para usarem contra a oposição popular, na constituição do Egito (Shenker, 2016, p. 364).

Como visto anteriormente, o processo de aprovação da nova Constituição egípcia, longe de estabelecer fundamentos consensuais para um regime político pós-2011, intensificou ainda mais a polarização e aprofundou as cisões entre os principais atores sociais e suas organizações. A Irmandade Muçulmana, ao concentrar em si a condução do processo constituinte reforçou a percepção de poder institucional e de exclusão deliberada de outros grupos do processo político. Simultaneamente aumentava-se também o cerco à imprensa e o controle dos canais estatais de televisão.

De acordo com a Constituição de 2012, os egípcios ainda precisariam eleger uma nova Câmara Baixa antes do final de fevereiro de 2013, substituindo aquela dissolvida em junho de 2012. Uma decisão posterior do Supremo Tribunal Constitucional estabeleceu que essa eleição acarretaria também a dissolução da Câmara Alta, com novos pleitos a serem convocados quando a Câmara Baixa fosse instalada. Contudo, tais eleições nunca ocorreram. A Constituição determinava que a Câmara Alta deveria submeter um projeto de lei eleitoral ao Supremo Tribunal Constitucional antes da marcação das eleições, mas o Tribunal rejeitou as duas primeiras versões identificando falhas constitucionais. No final de junho de 2013, a Câmara Alta apresentou uma terceira versão, mas o Tribunal não chegou a analisá-la antes que uma crise política derrubasse todo o sistema.

Essas medidas foram amplamente interpretadas pelos grupos secularistas como sinais de uma guinada autocrática, intensificando as acusações de que Morsi estaria concentrando poder de maneira ilegítima. A insatisfação popular também se ampliou à medida que persistentemente se atribuía à Irmandade Muçulmana a responsabilidade pelo agravamento de

desafios socioeconômicos, como o aumento do desemprego e da inflação. Aproveitando-se desse clima de instabilidade, setores secularistas mobilizaram protestos em massa exigindo a renúncia do presidente. Simultaneamente, grupos islamistas também ocuparam as ruas para demonstrar apoio ao governo, aprofundando a polarização política.

Em 30 de junho de 2013, milhões de egípcios foram às ruas exigindo o fim imediato da presidência de Morsi, indicando que não estavam dispostos a aguardar novas eleições para substituí-lo. Em 3 de julho, os militares depuseram Morsi, prenderam-no juntamente com seus principais assessores, fecharam emissoras islâmicas e adotaram diversas medidas contra a liderança da Irmandade Muçulmana. Após o golpe, porém, os líderes militares anunciaram que o processo eleitoral continuaria. A Constituição de 2012 foi suspensa, mas duas comissões, uma jurídica e outra política, seriam responsáveis por sua revisão, que seria posteriormente submetida à aprovação popular (Gonçalves, 2017). A Câmara Alta do parlamento foi dissolvida e o Supremo Tribunal Constitucional foi instado a acelerar a revisão da lei eleitoral, de modo a permitir a convocação de eleições parlamentares. Após a instalação de um novo parlamento, seria então eleito um novo presidente.

Esse impasse serviu de justificativa para a intervenção militar liderada pelo General Abdel Fattah Al-Sisi, que alegou que Morsi havia perdido a capacidade de manter a ordem. Em 3 de julho de 2013, o Exército depôs o presidente e nomeou Adly Mansour como líder interino. Um ano depois, Al-Sisi foi eleito presidente com 97% dos votos, em um pleito amplamente criticado por irregularidades, manipulações e baixa participação, que não ultrapassou 47% do eleitorado (Saidin & Storm, 2024).

3.5 DA REVOLUÇÃO À RESTAURAÇÃO

A produção de consenso que sustenta uma ordem política não depende apenas da coerção, mas também da capacidade do Estado de penetrar, cooptar ou neutralizar os espaços da sociedade civil, transformando arenas potencialmente autônomas em extensões do aparato estatal. Quanto mais essas formas de direção ideológica se naturalizam no cotidiano, menor se torna a necessidade de recorrer à força direta para manter a estabilidade do regime (Gramsci, 1999). É precisamente essa dinâmica que ajuda a compreender como o Egito, após a tentativa de abertura de 2011, assistiu à progressiva reocupação dos espaços sociais e políticos pelo Estado autoritário, em um movimento que levou da efervescência revolucionária da Praça Tahrir à restauração explícita do controle militar.

Essa leitura dialoga diretamente com a interpretação apresentada por Sadiki (2014), para quem a consolidação, ou o bloqueio, de processos democratizantes no mundo árabe

depende da disputa por esses mesmos espaços de sociabilidade e produção de sentido. Em sua análise, o autor argumenta que o autoritarismo na região não se perpetuou apenas pela repressão, mas por estratégias de captura, cooptação ou neutralização de arenas da sociedade civil, convertendo-as em extensões do próprio aparato estatal. Dessa forma, a disputa política se desloca para além das instituições formais, alcançando dimensões mais amplas da vida social.

É precisamente nesse ponto que o caso egípcio oferece um exemplo ilustrativo. O conceito permite compreender por que a Irmandade Muçulmana emergiu como força eleitoral dominante no pós-2011. Ao longo de décadas, a organização consolidou uma presença profunda em redes comunitárias. Essa inserção enraizada produziu formas de legitimidade social que, no contexto da primeira eleição pós-Mubarak, se converteram em vantagem política significativa.

Dito isso, pode-se concluir que a falta de consolidação democrática no Egito não decorreu da inexistência de processos eleitorais. Ter isto em mente faz com que fique clara a insuficiência de uma concepção minimalista de democracia, ainda presente em parte da literatura clássica, que tende a equiparar democracia à ocorrência regular de eleições competitivas. O caso egípcio demonstra que eleições, embora necessárias, não são suficientes para produzir regimes democráticos e consistentes quando não estão inseridas em um arcabouço social e institucional capaz de garantir os limites ao poder, o pluralismo político, o respeito às minorias, a independência judicial e os mecanismos efetivos de responsabilização.

A questão fundamental neste momento de transição foi a manutenção do controle político nas mãos do comando militar. Isso se deu não por incapacidade dos grupos civis de apresentarem “alternativas viáveis” ao protagonismo militar. A questão é que, em um contexto no qual as Forças Armadas controlavam os meios de coerção, a comunicação, setores estratégicos da economia e o próprio arcabouço jurídico-institucional, não havia espaço real para que qualquer alternativa civil pudesse ser minimamente viável. Os militares não atuavam como um ator político entre outros, disputando espaço em condições de igualdade; eles constituíam a própria estrutura sobre a qual o jogo político se desenrolava, definindo seus limites, ritmos e possibilidades. Ao reivindicar para si o controle da transição, o Conselho Supremo das Forças Armadas não fez mais do que reproduzir o padrão de dominação que exercia desde 1952. A diferença é que, desta vez, essa dominação foi revestida de uma retórica de “transição” e “estabilização” que lhe conferiu, aos olhos de parte da população e da comunidade internacional, uma aparência de legitimidade. Assim, os militares ficaram livres para ditar e controlar os próximos passos, assim como fizeram por 60 anos.

Cabe destacar que a Declaração Constitucional de 2011 incorporou seletivamente dispositivos da Constituição de 1971, então suspensa, sem que as Forças Armadas fornecessem qualquer justificativa para os critérios adotados nessa transposição normativa. Mais grave do que a ausência de transparência, porém, era o próprio fato de que a engenharia constitucional, que deveria pertencer a representantes civis legitimamente eleitos, estava sendo conduzida unilateralmente por uma instituição não eleita e não subordinada a qualquer mecanismo de *accountability*: as Forças Armadas. O que ficava claro, assim, não era apenas a opacidade do processo, mas a continuidade do controle militar sobre os rumos da transição. A questão, portanto, não era que os generais tivessem falhado em conduzir consultas inclusivas – eles jamais deveriam ter estado na posição de conduzi-las.

As décadas de regime autoritário deixaram um cenário político desequilibrado no Egito. A infraestrutura autoritária do Estado manteve-se praticamente inalterada. Embora o estado de emergência tenha, desde 1981⁴⁷, sido formalmente encerrado em 2012, os dispositivos legais, institucionais e culturais que sustentavam práticas autoritárias continuaram profundamente enraizados. Na ausência de reformas estruturais, os diferentes atores políticos passaram a recorrer aos mesmos instrumentos repressivos que haviam sido utilizados contra eles no passado, evidenciando a resiliência das lógicas de coerção.

Promotores públicos concentravam poder significativo e podiam ser acionados para instaurar processos criminais motivados por disputas políticas; tribunais militares e cortes de segurança do Estado continuaram a julgar civis sob justificativa de Lei de Emergência (Trager, 2011b); e a imprensa estatal seguia atuando como aparato de legitimação, propagando narrativas favoráveis aos grupos dominantes com tom pouco crítico. Dessa forma, apesar da queda de Mubarak, os mecanismos centrais do autoritarismo permaneceram operantes, limitando severamente as possibilidades de uma transição democrática substantiva.

A revolução egípcia de janeiro de 2011 inicialmente gerou expectativas de que um processo genuíno de democratização do Egito se iniciaria e que, por meio dessa legitimidade popular, o país restauraria sua tradicional liderança no sistema regional árabe. Contudo, à medida que o processo se desenrolava, tornou-se evidente que os militares nunca haviam deixado de controlar os centros efetivos de decisão. Se diferentes forças políticas disputavam os espaços institucionais formalmente abertos, essa disputa ocorria dentro de limites rigidamente definidos pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, que tutelou a transição, impôs as regras do jogo e vetou qualquer iniciativa que ameaçasse seus interesses corporativos. Por um lado, as antigas elites permaneceram firmemente colocadas nas

⁴⁷ Como visto anteriormente, o estado de emergência no governo Mubarak era renovado a cada dois ou três anos.

estruturas de poder econômico e político. Por outro lado, os revolucionários que iniciaram o levante popular foram ativamente excluídos dos espaços de decisão e construção de um novo regime democrático. Ironicamente, os próprios militares em aliança com forças anti-revolucionárias, assumiram o controle do processo de “reforma”, enquanto os revolucionários foram marginalizados e até mesmo sofreram uma campanha de difamação por parte das novas elites governantes.

Quando a mobilização popular de 30 de junho de 2013 culminou no golpe militar de 3 de julho, o Egito aparentou repetir os equívocos de 2011: interpretar a crise nacional como resultado da atuação de poucos indivíduos, confundir a remoção de pessoas com reformas institucionais, acelerar indevidamente a transição, falhar na construção de uma Constituição consensual, proteger determinados interesses institucionais do debate público e restringir a participação social. Esse desfecho, longe de ser surpreendente, inscreve-se em um padrão mais amplo identificado pela literatura comparada.

Como demonstra Cheibub (2007) em sua análise estatística sobre democracias ao redor do mundo, um dos fatores decisivos para a sobrevivência de regimes democráticos não é sua forma de governo, mas sim o legado militar deixado pelo regime autoritário que os precedeu. Tentativas democráticas que emergem de ditaduras militares carregam uma herança estrutural que as torna significativamente mais vulneráveis ao colapso. A razão é simples: nos países onde os militares permaneceram fortes ao longo do século XX, eles constituíram-se como um poder autônomo, não subordinado a qualquer autoridade civil e capaz de vetar decisões políticas que ameaçassem seus interesses corporativos.

A presença constante dos militares como poder tutelar coloca em questão o próprio caráter do regime que se desenhou no Egito pós-2011. Embora tenham ocorrido eleições e alternância na Presidência, o poder efetivo – a capacidade de decidir sobre questões fundamentais como orçamento, defesa, política externa e os rumos da transição – permaneceu concentrado em uma instituição não eleita, não subordinada ao controle civil e alheia a qualquer mecanismo de accountability. O parlamento, embora formalmente soberano, viu-se esvaziado de poder real; o presidente, embora eleito, governou sob constante ameaça de veto; a Constituição, embora promulgada, foi moldada para garantir a autonomia militar. Em diferentes momentos, os militares atuaram não como um ator político entre outros, mas como a estrutura sobre a qual o jogo político se desenrolava, definindo seus limites, ritmos e possibilidades. Essa arquitetura institucional lança dúvidas sobre a possibilidade de se classificar a experiência egípcia como uma democracia, ainda que em transição.

Com o tempo, o caso egípcio demonstrou como a política autoritária – especialmente aquela submetida por décadas, marcada por eleições simbólicas e procedimentos apenas formalmente democráticos – constitui uma formação profundamente limitada para a prática democrática. Ao deslegitimar as promessas de participação, gerar desconfiança contínua sobre as regras e a condução dos pleitos, enfraquecer organizações sociais e políticas e cultivar estratégias de divisão para governar, o autoritarismo deixa, mesmo após sua queda, um legado que compromete a construção de instituições democráticas. Tal cenário refletia o preço de décadas sob governantes que recorriam ao vocabulário democrático apenas como fachada, ocultando práticas essencialmente autoritárias.

3.6 INTERFERÊNCIA EXTERNA: O INTERESSE ESTADUNIDENSE ALÉM DO DISCURSO DEMOCRÁTICO

Além dos impasses entre islamistas e secularistas, da atuação direta dos militares e das dinâmicas de fragmentação interna no período pós-Primavera Árabe, a presença de atores estrangeiros desempenhou papel significativo no bloqueio de um processo consistente de democratização no Egito. Entre esses atores, destacam-se os Estados Unidos, cuja atuação baseou-se na difusão de uma agenda “democrática” no mundo árabe por meio de financiamento político, programas de assistência e apoio a organizações da sociedade civil, iniciativas já examinadas anteriormente neste trabalho.

A “promoção da democracia” pelos EUA, embora apresentada pelo país norte-americano como um instrumento para melhorar as condições sociais e institucionais, era amplamente percebida pelos egípcios como subordinada à proteção de seus interesses estratégicos, sobretudo no que diz respeito à segurança de Israel. Essa assimetria tornava explícito que o compromisso estadunidense com a democratização no Egito não era universal, mas seletivo, reforçando percepções de ingerência e alimentando resistências internas ao processo democrático.

Paralelamente a essa “disseminação democrática”, os EUA mantinham relações estreitas com regimes autocráticos árabes, como Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos, revelando um duplo padrão. Essa postura ficou ainda mais evidente durante os eventos de 2011: enquanto possuíam um discurso de “defesa” da democratização na Tunísia, Líbia e Egito, mostravam-se dispostos a frear processos semelhantes em países que houvessem uma abertura política poderia comprometer sua hegemonia regional (Saidin & Storm, 2024).

A eclosão dos levantes da Primavera Árabe gerou imediata apreensão nos Estados Unidos, sobretudo diante dos possíveis impactos sobre seus interesses estratégicos na região.

O receio central derivava da eventual perda de regimes aliados que, ao longo de décadas, haviam sido incorporados a um arranjo político destinado a proteger prioridades estadunidenses. No caso egípcio, essa preocupação assumiu proporções ainda maiores, uma vez que o governo de Hosni Mubarak figurava entre os parceiros mais importantes de Washington. A sua política externa alinhava-se sistematicamente às diretrizes estadunidenses e israelenses, manifestando-se no apoio à invasão do Iraque, na adesão ao isolamento do Irã e na cooperação estreita com Israel, que incluía tanto a participação no cerco à Faixa de Gaza quanto a venda de gás natural a preços significativamente reduzidos (Selim, 2015). Esses elementos ajudam a compreender por que, diante da escalada dos protestos, os EUA inicialmente sustentaram o regime egípcio e buscaram garantir sua continuidade, mesmo frente ao crescente descontentamento doméstico.

A renúncia de Mubarak ocorreu, portanto, em um momento em que os Estados Unidos também enfrentavam novos desafios à sua capacidade de dominação imperialista no cenário internacional. Pouco antes de os protestos tomarem as ruas do Cairo e de Alexandria, a própria equipe de Mubarak acreditava que o governo de Barack Obama (2009-2017), especialmente após o primeiro discurso internacional do presidente estadunidense proferido no Cairo⁴⁸, mostrava-se mais disposto a manter uma relação cooperativa com o regime do que as administrações republicanas anteriores.

No Egito, a disposição do governo Obama em romper com a ordem vigente e abraçar sua transformação radical mostrou-se, no mínimo, ambígua. O governo tentou realizar um malabarismo delicado entre posicionar-se “do lado certo da história” [...] O equilíbrio que o governo Obama buscava em relação à abordagem a ser adotada contra o regime de Mubarak tornou-se angustiante de se observar, enquanto tentava conciliar orientações conflitantes. Como resultado, a mensagem frequentemente soava confusa, como se tivesse sido escrita em um roteiro improvisado (Pinto, 2012, sp).

Na realidade, a inquietação do governo estadunidense diante da revolta em curso ficou clara no discurso da Secretária de Estado Hillary Clinton, proferido em 13 de janeiro de 2011 durante a conferência Fórum para o Futuro, em Doha (Clinton, 2011)⁴⁹. Suas declarações

⁴⁸ O discurso de Barack Obama na Universidade do Cairo, em 4 junho de 2009, buscou inaugurar um “novo começo” nas relações entre os Estados Unidos e o mundo muçulmano, combinando reconhecimento histórico, apelo ao respeito mútuo e promessas de cooperação política e socioeconômica. Embora tenha sinalizado disposição de diálogo e admissão de erros passados, o discurso rapidamente foi percebido como mais simbólico que transformador, pois não questionava os pilares estruturais da política estadunidense no Oriente Médio, inclusive o apoio a regimes autoritários do Golfo considerados aliados estratégicos. Assim, ainda que tenha elevado expectativas quanto à possibilidade de uma relação mais equilibrada, o pronunciamento revelou os limites de uma diplomacia assentada em retórica conciliadora, cujos efeitos práticos seriam posteriormente confrontados pelos eventos da Primavera Árabe e pelas contradições da atuação dos próprios EUA na região.

⁴⁹ Os temores expressos por Clinton naquele momento diziam respeito, sobretudo, à percepção de que a Irmandade Muçulmana era a única força política suficientemente organizada para assumir o governo caso eleições fossem realizadas. Para Washington, isso não implicaria uma transição rumo a uma democracia liberal, mas sim a um arranjo político islâmico cujas consequências eram incertas.

representaram uma inflexão significativa em relação ao posicionamento que o governo Obama vinha adotando até então. Washington havia sido criticado por ativistas pró-democracia por evitar pressões mais contundentes sobre líderes árabes e muçulmanos no sentido de promover abertura política. Nesse contexto, a declaração de Clinton de que os “governos árabes corriam o risco de “afundar na areia” caso não respondessem às demandas de seus povos por democratização e desenvolvimento” revelou sobretudo a lógica instrumental por trás dessa preocupação: a instabilidade árabe era vista como um entrave à manutenção de regimes alinhados à agenda de segurança dos EUA na chamada “guerra ao terror”.

Nos primeiros dias de revolução, a maioria política de Washington acreditava na resiliência do governo. À medida que a revolução se intensificou e a permanência de Mubarak se tornou insustentável, Washington readequou rapidamente sua posição, passando a apoiar abertamente a mudança de governo (Pinto, 2012). A avaliação predominante era de que sacrificar o presidente e algumas figuras centrais do regime constituía a única estratégia capaz de preservar a estrutura estatal egípcia. A partir desse cálculo, os Estados Unidos buscaram conter o ímpeto transformador da revolta e moldar os rumos do Egito pós-Mubarak de acordo com seus interesses estratégicos. O objetivo era favorecer a formação de um novo governo aliado que neutralizasse as forças políticas e sociais emergentes, contornasse possíveis desdobramentos revolucionários e garantisse a continuidade fundamental do sistema anterior, ainda que sob uma nova configuração institucional.

Depois de se apoiar com relutância nas revoluções populares na Tunísia e no Egito contra regimes pró-americanos, Obama teria voltado ao antigo padrão duplo de Washington de proteger regimes autoritários amigáveis no mundo muçulmano. Obama parece ter adotado o mesmo cálculo estratégico de administrações anteriores: onde interesses econômicos, energéticos ou de segurança estão em jogo, regimes autocráticos não podem ser examinados por sua democracia e seus direitos humanos. A resposta cautelosa do governo às revoltas populares no Oriente Médio e Norte da África é o reflexo de uma política realista impulsionada por interesses estratégicos, como a segurança do petróleo, o combate ao terrorismo, a ascensão do Irã na região e, igualmente importante, a realização dos limites do poder americano e sua capacidade de moldar eventos. (Pinto, 2012, sp)

Os cálculos estratégicos que orientaram as mudanças de posição do governo estadunidense são evidentes: o Egito ocupa uma posição estrutural no arranjo de segurança que os Estados Unidos mantêm no “Grande Oriente Médio”. Como país árabe mais populoso e ator regional de grande peso político e militar, o Egito é peça-chave para diversos objetivos centrais da política externa de Washington. A estabilidade egípcia também sustenta a normalização das relações árabes com Israel, e, durante décadas, o regime de Mubarak contribuiu diretamente para garantir os interesses israelenses, incluindo a manutenção da

fronteira de Gaza sob controle. Desde a reaproximação promovida por Anwar Sadat, todos os governos estadunidenses investiram de modo consistente na preservação dessa ordem regional (Pinto, 2012).

Contudo, com a disseminação das revoltas pelo mundo árabe, tornou-se politicamente insustentável que os EUA mantivessem uma postura de defesa irrestrita do *status quo*. À medida que o cenário regional se transformava rapidamente, o governo Obama ajustou seu discurso e buscou reposicionar-se de forma a aparentar alinhamento aos princípios democráticos, sem abrir mão, contudo, das prioridades estruturais que moldaram historicamente sua relação com o Egito.

A dinâmica pós-revolucionária tornou-se mais nítida nos acontecimentos que se seguiram à queda do regime em fevereiro. A estratégia estadunidense passou a operar por meio de um arranjo triangular que articulava, de forma implícita, dois diferentes atores interessados na preservação do antigo equilíbrio de poder. De um lado, os militares, a base da aliança estratégica com os Estados Unidos, assumiram a condução formal da transição. Possuíam vínculos estreitos com Mubarak, posições privilegiadas na estrutura estatal e extensos interesses econômicos. De outro, a Irmandade Muçulmana buscava acomodar-se ao aparato estatal como forma de viabilizar sua inserção institucional e sua ascensão política. Nesse contexto, a intervenção estadunidense articulou-se com ambos os atores, convergindo para um processo de transição que restringiu o alcance das demandas populares e canalizou a reorganização política para um modelo que assegurasse a continuidade das estruturas fundamentais de poder no Egito.

No caso egípcio, os Estados Unidos estavam totalmente decididos a “promover a democracia”. Isso não se deveu a uma devoção sublime a princípios - ignora os soberbamente quando eles contradizem seus interesses relacionados ao petróleo nas monarquias absolutas do GCC - mas, sim, porque teme que uma explosão coloque em risco esses interesses, dado o peso do Egito e o papel regional essencial. Longe de desejar a explosão, os dois governos norte-americanos anteriores não pouparam esforços para evitá-la, dentro dos limites ditados pelo fato de não poderem ir longe demais na direção de forçar a mão de Mubarak sem correr o risco de acelerar a explosão que temiam e desestabilizando as monarquias em questão. Esse foi o dilema dos Estados Unidos (Achcar, 2013, p. 191).

Após a renúncia de Mubarak, os Estados Unidos rapidamente direcionaram seu apoio ao Conselho Supremo das Forças Armadas, atuando de forma coordenada para assegurar que a transição preservasse o alinhamento histórico do Egito aos interesses estratégicos estadunidenses. Nesse movimento, Washington mobilizou os vínculos financeiros, militares e técnicos acumulados desde o tratado de paz egípcio-israelense de 1979, que havia consolidado uma relação de dependência estrutural entre as Forças Armadas egípcias e os EUA. Assim, mesmo diante das dificuldades fiscais internas, o governo Obama demonstrou empenho em

manter os níveis de assistência militar anual ao Egito no período pós-Mubarak, sinalizando que, para Washington, a continuidade da parceria com o aparato militar era fundamental para moldar os rumos da transição e conter possíveis rupturas políticas que ameaçassem a ordem previamente estabelecida (Sharp, 2013).

Apesar dos sinais iniciais de que Morsi buscava preservar aspectos centrais dos interesses estratégicos dos Estados Unidos na região, o governo egípcio rapidamente deixou de ser percebido como um aliado confiável. Essa mudança de percepção não se explicava apenas por sua vinculação política e religiosa, mas também por sua hesitação em implementar integralmente o conjunto de políticas econômicas neoliberais que haviam sustentado o regime de Mubarak. Nesse sentido, Morsi passou a representar, para Washington, uma liderança cuja previsibilidade e alinhamento não estavam assegurados, ampliando as incertezas sobre o futuro das relações bilaterais.

Em paralelo, internamente as mobilizações contra o governo de Morsi cresciam de forma contínua, evidenciando que sua paralisia política e uma possível deposição tornavam-se cenários cada vez mais plausíveis. No intervalo entre o início da Primavera Árabe em 2011 e meados de 2013, os Estados Unidos concentraram parte significativa de seus esforços diplomáticos e militares em outras frentes regionais, particularmente na Síria e na fronteira iraquiana, onde o Estado Islâmico havia consolidado um território próprio. Esse contexto obrigou Washington a redirecionar novamente sua atenção ao Egito, diante do risco de um colapso político em um país considerado estratégico para seus interesses regionais.

O golpe que depôs o primeiro presidente eleito após a queda de Hosni Mubarak evidenciou que a situação política egípcia permanecia profundamente instável. Diante desse cenário, Obama declarou que os Estados Unidos não apoiavam qualquer partido específico, mas sim o “processo democrático”. Ainda assim, Washington evitou condenar explicitamente a deposição de Morsi (Costa, 2020), e a legislação estadunidense que determina a suspensão da ajuda financeira a governos que ascendem por meio de golpes mostrou-se, mais uma vez, subordinada aos critérios de conveniência estratégica.

[...] remover Morsi traria tanto dinheiro do Golfo Pérsico, rico em petróleo, que o Egito não precisaria mais de um empréstimo de US \$ 4,8 bilhões do FMI. Sua previsão foi bem informada: a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait deram imediatamente ao Egito um total de US \$ 12 bilhões - três vezes mais do que o empréstimo proposto pelo FMI e oito vezes a ajuda anual americana. Sisi “conseguiu salvar o Egito”, declarou o rei Abdullah, da Arábia Saudita, em comunicado divulgado dentro de duas horas do golpe. (O Catar, o único estado do Golfo que apoiou a Irmandade, não participou das doações.) “Isso nos levará doze meses sem nenhum problema”, Sawiris me disse. De fato, a Arábia Saudita e os monarcas do Golfo Pérsico deram ao governo pós-Morsi mais de US \$ 2 bilhões por mês por mais de dois anos. Em 20 de junho de 2014, quase um ano após a aquisição, o rei Abdullah pousou seu jumbo executivo no aeroporto do Cairo por tempo

suficiente para Sisi, o único adido militar de Riad, chegar a bordo e prestar homenagem em uma reunião de meia hora (Kirkpatrick, 2018, p.350).

Pode-se concluir que a atuação estadunidense no período pós-Primavera Árabe revelou que o país, e a maioria dos países ocidentais, priorizavam seus próprios interesses em detrimento do fomento eficaz da democratização e da transformação econômica. O bloco ocidental demonstrou defender a mudança de regime apenas de forma instrumental e seletiva, visando proteger seus interesses nacionais e sua estratégia de política externa. Isso porque as grandes nações ocidentais tendiam a financiar movimentos democráticos em países autocráticos sempre que isso servia para desestabilizar adversários ou ampliar sua influência, mas nunca se dispuseram a arcar com os custos políticos de uma transição que pudesse desalinhar aliados estratégicos ou abrir espaço para forças consideradas hostis à sua agenda regional. A defesa da democracia, nesses termos, revelou-se menos um princípio universal do que um recurso retórico mobilizado conforme a conveniência. Assim, entende-se que a intervenção estrangeira na política egípcia teve um impacto indireto nas percepções sobre legitimidade democrática que persiste até hoje.

4 VELHAS ESTRUTURAS, NOVOS CONTEXTOS: O APROFUNDAMENTO DO AUTORITARISMO NO EGITO

De forma geral, as revoltas de 2011 não resultaram em processos estáveis de abertura política, mas, em grande parte, desencadearam respostas estatais orientadas à adaptação e ao fortalecimento dos mecanismos repressivos. Justificativas para isso podem advir de parte da literatura sobre autoritarismo, as quais demonstram que as amplas mobilizações sociais costumam intensificar a percepção de ameaça entre as elites no poder (Gerschewski, 2013). Assim, a resposta frequente é a ampliação do uso da coerção, convertida em estratégia central para a sobrevivência política do regime (Josua & Edel, 2021). Nesse sentido, a Primavera Árabe não apenas produziu ciclos imediatos de repressão, mas reconfigurou as formas pelas quais os regimes passaram a administrar o descontentamento social e neutralizar ameaças à ordem estabelecida.

Longe de representar uma ruptura estrutural com a ordem política anterior, a ascensão de Abdel Fattah al-Sisi consolidou no Egito uma dinâmica de fortalecimento estratégico das Forças Armadas e de sua centralidade política e institucional. Seu governo não significou um simples retorno às estratégias do regime de Hosni Mubarak, mas constituiu uma adaptação e um aprofundamento das estruturas autoritárias sob novas condições políticas, sociais e geopolíticas. A repressão intensificada, a restrição sistemática das liberdades civis e a marginalização de qualquer oposição organizada começaram a coexistir com a manutenção de mecanismos eleitorais controlados, configurando uma forma de autocracia eleitoral⁵⁰ voltada à produção de legitimidade formal.

O aprofundamento do autoritarismo nesse novo momento pode ser atribuído a duas questões centrais: primeiro, às divisões profundas entre a oposição secular e a islâmica, que enfraqueceram a capacidade de articulação de um bloco civil coeso contra a intervenção militar (Rutherford, 2013b). Em segundo lugar deve-se olhar para a elevada coesão organizacional das Forças Armadas, combinada a um contexto de aceitação difusa do grupo militar como garantia de ordem (Hoyle, 2019). Além destas, se aplica ao momento às questões econômicas que “justificaram” o golpe de 2013 em meio à crise fiscal e financeira do Estado egípcio, uma vez que a consolidação autoritária foi apresentada como resposta

⁵⁰ Autocracias eleitorais são consideradas regimes híbridos que mantêm eleições “multipartidárias”, mas as manipulam sistematicamente para perpetuar o poder. Trata-se de uma autocracia que instrumentaliza as eleições como mecanismo de legitimação, gerindo o conflito político e monitorando o apoio social. A competição ocorre em um “campo de jogo desigual”, onde o grupo dominante usa o Estado para marginalizar a oposição (Schedler, 2015; Magaloni, 2008). Embora a alternância seja improvável, a mera existência de eleições gera pressão por desempenho governamental, forçando os envolvidos a buscarem legitimidade.

necessária à instabilidade econômica e à necessidade de “recuperação e disciplinamento” social (Adly, 2021).

Este enquadramento doméstico, contudo, não esgota a análise. Para compreender a profundidade da recomposição autoritária no Egito, é preciso situá-la em um quadro mais amplo de economia política internacional, envolvendo formas estruturais de exploração vinculadas à expansão do neoliberalismo. O movimento neoliberal, revestido pela retórica do desenvolvimento, da modernização e da estabilidade macroeconômica (Macheda, 2021), se manifestou, mais uma vez, sob uma política (neo)imperialista, onde um conjunto de práticas e discursos legitimam a integração subordinada do Sul Global à lógica de valorização do capital (Amin, 2013). Nesse sentido, a dependência não aparece como uma disfunção a ser superada, mas como um elemento constitutivo da ordem internacional contemporânea, reproduzida por meio de condicionalidades financeiras, disciplinamento fiscal e abertura seletiva aos fluxos de capital (Harvey, 2005a).

A articulação entre neoliberalismo e militarismo intensificaram essas dinâmicas, uma vez que recursos públicos e privados foram sistematicamente redirecionados para infraestruturas securitárias, aparatos de vigilância e projetos de alto custo e baixo retorno social, em detrimento de investimentos produtivos e políticas redistributivas (Capasso & Kadri, 2023). Tal dinâmica se expressa na proliferação de “zonas de sacrifício” (Klein, 2016), em que comunidades egípcias foram e são removidas, gentrificadas ou securitizadas em nome de projetos urbanos e infraestruturais conduzidos ou controlados pelas Forças Armadas. Assim, a restauração autoritária no Egito não é apenas um resultado de falhas internas da transição ou de escolhas estratégicas dos militares, mas faz parte de uma configuração mais ampla, na qual (neo)imperialismo, neoliberalismo e militarização operam de forma articulada para reorganizar a economia, o espaço urbano e o contrato social sob bases profundamente excludentes (Harvey, 2005a).

[...] poder político é sempre constituído por alguma combinação instável de coerções, emulações e exercício da liderança mediante o desenvolvimento do consentimento. Esses são os meios. Mas que dizer das formas de poder que devem ser reunidas no âmbito da lógica territorial a fim de garantir sua capacidade de atender a seus interesses? Ativos intangíveis como prestígio, status, deferência, autoridade e influência diplomática têm de ter alguma base material em que se fundar. O dinheiro, a capacidade produtiva e a força militar são os três pilares em que se apóia a hegemonia no âmbito do capitalismo. Mas também aqui estamos diante de configurações mutáveis e instáveis (Harvey, 2005a, p. 43).

Assim, este capítulo analisa como esse novo arranjo autoritário se estruturou no Egito pós-2013, examinando os mecanismos que permitiram ao regime de al-Sisi consolidar seu poder. Para tanto, a análise se concentra em três dimensões centrais: a economia política

autoritária, marcada pela expansão do papel das Forças Armadas em setores estratégicos; a repressão política e institucional, voltada à neutralização de espaços de dissidência; e a legitimação internacional do regime, sustentada pelo apoio de atores externos.

4.1 (RE)ORDENANDO O BLOCO DE PODER

Desde a eclosão das revoltas de janeiro de 2011, o Egito foi atravessado por intensas mudanças e mobilizações que colocaram em xeque as bases políticas construídas em todo período republicano. As demandas por liberdade política, justiça social e responsabilização do poder estatal abriram um ciclo de contestação que, contudo, não se desenvolveu de forma linear. Paralelamente ao ímpeto revolucionário que ainda era visto nas ruas egípcias durante 2012 e 2013, consolidou-se uma resposta contrarrevolucionária orientada à preservação das estruturas centrais do antigo regime, ainda que sob novas formas e lideranças. Como trabalhado no capítulo passado, a queda de Hosni Mubarak não significou a dissolução do aparato estatal autoritário, mas sua reacomodação, preservando o papel central das Forças Armadas, de uma polícia sem qualquer reestruturação e de instituições de segurança historicamente avessas à abertura política.

O golpe de 3 de julho de 2013⁵¹ constituiu o ponto de inflexão desse processo. Embora aceito por amplos setores da sociedade sob o discurso da restauração da ordem e da estabilidade, o evento marcou a reconstituição explícita da centralidade militar na condução da política egípcia. A transformação fundamental observada a partir desse momento não reside na mera substituição de lideranças, mas na concentração efetiva do poder nas mãos do aparato militar, personificado na figura de Abdel Fattah al-Sisi. Independentemente de sua formalização ou não como presidente à época, al-Sisi passou a exercer a autoridade substantiva do Estado, enquanto as instituições civis assumiram um papel secundário e funcional.

4.1.1 Da derrubada da Irmandade Muçulmana à consolidação do golpe

A deposição do Presidente eleito, Mohamed Morsi, em 3 de julho de 2013, marcou o início de uma disputa pela definição dos limites do poder político no Egito. As autoridades justificaram o golpe pela retórica de que seria necessário restaurar a estabilidade e proteger as “conquistas” de 2011, apropriando-se simbolicamente do repertório revolucionário para

⁵¹ Mesmo havendo manifestações a favor do fim do governo de Mohamed Morsi, não houve um processo legal para o impeachment ou renúncia oficial do então presidente, havendo apenas uma deposição imposta pelo grupo militar do Egito. Assim, este trabalho tratará os acontecimentos de 2013 como uma consolidação de Golpe de Estado.

legitimar a intervenção militar. Entretanto, o ambiente político que se seguiu revelou rapidamente que o objetivo não era preservar o legado de Tahrir/2011, mas conter qualquer força que pudesse disputar o monopólio do Estado sobre a representação política.

A partir desse momento, o confronto entre a Irmandade Muçulmana e o novo regime militar deixou de ser apenas uma controvérsia retórica e institucional e assumiu contornos de uma disputa existencial. Institucionalmente, em 4 de julho de 2013, o presidente da Suprema Corte Constitucional, Adly Mansour, assumiu o posto de presidente interino do Egito (Morsy, 2013). Ao tomar posse, comprometeu-se a organizar novas eleições presidenciais e parlamentares, além de afirmar que a Irmandade Muçulmana poderia participar da vida política, contanto que aceitasse a nova ordem institucional instaurada após a derrubada de Morsi. A Irmandade, contudo, recusou qualquer acomodação governamental, mantendo a posição de que somente a reinstalação de Mohamed Morsi na presidência seria aceitável, uma vez que ceder significaria reconhecer um papel marginal no arranjo político pós-golpe (Gonçalves, 2017).

O novo marco jurídico da transição foi estabelecido em 8 de julho de 2013, por meio de uma Declaração Constitucional que conferiu a Mansour poderes executivos e legislativos (Presidency of the Arab Republic of Egypt, 2025d). Pouco depois, o presidente interino nomeou Hazem el-Beblawi⁵² – ministro das Finanças no governo militar de Tantawi em 2011 – como chefe de gabinete, tornando-se primeiro-ministro interino⁵³ com apoio do Partido

⁵² Após apenas poucos meses no cargo, el-Beblawi renunciou em dezembro de 2011 em protesto contra o massacre de Maspero, no qual até 28 manifestantes coptas foram mortos pelas forças militares. Falando apenas dois dias após o massacre, Beblawi disse que “o governo falhou em sua principal responsabilidade, que é garantir a segurança, e deveria ao menos reconhecer sua falha em dedicar o esforço necessário a essa questão e pedir desculpas”. Sua primeira renúncia foi rejeitada pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) em outubro, mas ele renunciou novamente em dezembro, encerrando seu mandato como ministro das Finanças (Mikhail, 2013).

⁵³ As Constituições de 2012 e 2014 estabeleceram oficialmente o sistema de governo semipresidencialista, no qual o poder Executivo é compartilhado entre um presidente da República eleito por voto popular e um primeiro-ministro que depende da confiança do Parlamento. Neste modelo, é inerente a existência de uma certa assimetria entre os dois polos do Executivo, que pode pender para o lado presidencial ou parlamentar a depender da correlação de forças políticas. No Egito pós-2013, contudo, essa assimetria não é apenas uma variação conjuntural, mas converteu-se em desequilíbrio estrutural permanente: o Parlamento foi esvaziado de suas funções fiscalizadoras, o primeiro-ministro exerce funções meramente administrativas e subordinadas, e o conjunto do sistema político submete-se ao núcleo de poder presidencial-militar. Desde 2018, Mostafa Madbouly ocupa o cargo de premiê, tendo sido nomeado por al-Sisi em 7 de junho daquele ano, dias após a posse do presidente para seu segundo mandato.

Nour⁵⁴. Para o principal representante da oposição a Morsi, Mohamed el-Baradei, foi criado o cargo de vice-presidente para as Relações Exteriores.

O Conselho Supremo das Forças Armadas, por sua vez, promoveu Abdel Fattah al-Sisi à patente de Marechal de Campo e ao cargo de vice-primeiro-ministro, formalizando a centralidade de sua figura dentro da recomposição do poder. Tais movimentações não apenas sinalizaram o fim do ciclo político inaugurado em 2011, mas revelaram a ascensão de uma nova elite militar que pretendia ocupar diretamente o comando do Estado. Esse processo culminaria, de maneira previsível, na eleição de al-Sisi à presidência, consolidando a transição de um golpe institucional para um regime fortemente personalista.

A reação dos defensores de Mohamed Morsi e de setores que haviam participado ativamente das mobilizações de 2011 – incluindo grupos islamistas e movimentos seculares como o 6 de Abril – expôs a fragilidade dessa narrativa oficial. A resposta do Estado foi a escalada imediata de repressão, culminando na decretação de um novo Estado de Emergência e na ampliação da arquitetura coercitiva do regime (Gonçalves, 2017).

A tensão política após a saída de Morsi foi cada vez mais intensificada, culminando em confrontos entre governo interino e manifestantes. Nesse contexto, em 8 de julho de 2013, 61 manifestantes ligados à Irmandade Muçulmana foram mortos pelas forças de segurança. A imprensa local passou a adotar um discurso abertamente hostil contra apoiadores do presidente deposto, classificando-os como “fanáticos”, “terroristas” ou *fellahin* (camponeses), além de outras expressões depreciativas (Fahim & El-Sheikh, 2013).

No dia 23 de julho, Abdel Fattah al-Sisi assumiu, pela primeira vez, o papel explícito de liderança política no cenário pós-Morsi. Em pronunciamento público, convocou a população a ocupar as ruas, para lhe conceder um “mandato contra o terrorismo e a violência” no país (Gonçalves, 2017). Al-sisi endossou oficialmente o chamado e centenas de milhares de pessoas atenderam à convocação no Cairo, episódio que ficou conhecido como o “Dia do Mandato”. Essa mobilização marcou o início do enfraquecimento político do vice-presidente

⁵⁴ O Partido Nour, legenda salafista que se tornara a segunda maior força islamista do país após as eleições de 2011-2012, adotou uma postura pragmática diante do golpe de 2013. Embora inicialmente apoiasse Mohamed Morsi nas eleições presidenciais de 2012 e mantivesse seu apoio após o decreto constitucional em novembro, o Partido começou a se distanciar da Irmandade Muçulmana imediatamente após a aprovação da Constituição de 2012, quando passou a ser sistematicamente excluído das decisões do governo e a constatar que suas demandas eram ignoradas. Às vésperas da deposição de Morsi, o Partido Nour posicionou-se como o único representante islâmico disposto a negociar com os militares, na expectativa de garantir ganhos políticos específicos, especialmente a manutenção do artigo 219º da Constituição suspensa, que detalhava as fontes da *Sharia* conforme a jurisprudência sunita. Contudo, o Partido foi obrigado a fazer concessões consideráveis: o artigo 219º foi suprimido, e a interpretação dos princípios da *Sharia* retornou à alçada da Suprema Corte Constitucional. Cabe apontar que decisão de apoiar o golpe também foi influenciada por seus patrocinadores do Golfo, especialmente a Arábia Saudita, que via a Irmandade Muçulmana como uma ameaça à sua estabilidade e acolheu com entusiasmo a deposição de Morsi (Al Jazeera Centre for Studies, 2014).

(civil) Mohamed el-Baradei e consolidou a ascensão da ala militar linha-dura. Entre seus representantes destacava-se o general Mohamed Farid El-Tohamy, recém-nomeado diretor da Inteligência egípcia (EGID)⁵⁵ e figura próxima a al-Sisi, que simbolizava a visão contrária da Irmandade Muçulmana e dos setores islamistas (Kirkpatrick, 2013b).

Em paralelo ao avanço militar, a Irmandade Muçulmana mostrava-se preocupada com dois objetivos: criar um movimento anti-golpe que pudesse mudar o *status quo* a seu favor; e manter a coesão e a solidariedade entre seus membros. A Irmandade Muçulmana criou a “Aliança Nacional em Apoio à Legitimidade”, uma coalizão de partidos e grupos islâmicos que rejeitaram a deposição de Morsi e exigiram sua reintegração. Entre os partidos da Aliança estavam o Partido da Liberdade e Justiça (PLJ) da Irmandade Muçulmana, o Partido Al-Wasat, o Partido da Construção e Desenvolvimento da al-Gamaa Al-Islamiyya e o Partido Salafista Al-Watan (al-Anani, 2019). O Partido Nour, principal legenda salafista do país, optou por um caminho distinto: embora também islamista, alinhou-se aos militares e apoiou o golpe, como discutido em nota específica.

A violenta dispersão dos acampamentos nas praças Rabaa al-Adawiya e al-Nahda⁵⁶, em 14 de agosto de 2013, representou ostensivamente o ponto de contrarrevolução egípcio. A operação não foi apenas um episódio de repressão desproporcional, mas a afirmação explícita de um novo paradigma autoritário. Ao enquadrar a Irmandade Muçulmana como um “corpo estrangeiro”, o Ministério do Interior procurou redefinir quem seria reconhecido como parte legítima da comunidade política, justificando a violência como proteção do “verdadeiro” povo egípcio. Esse discurso, apoiado pela Frente de Salvação Nacional e pelo partido Nour, conferiu ao aparato militar a legitimidade simbólica necessária para eliminar um adversário político inteiro sob a retórica da segurança nacional (Gonçalves, 2017).

A repressão também redefiniu o lugar das forças civis dentro do novo arranjo de poder. Mohamed el-Baradei, que buscara inicialmente apresentar-se como ponte liberal para o regime pós-Morsi, tornou-se rapidamente um elemento indesejado. Seu apelo por um processo inclusivo, após ter endossado a ruptura institucional, revelou tanto a fragilidade quanto a inconsistência de seu papel político. Sua renúncia, apresentada no dia do massacre em Rabaa, escancarou a incapacidade das figuras civis de influenciar a direção do regime; o poder real estava concentrado nas mãos dos militares e das agências de segurança. Ao

⁵⁵ Direção Geral Egípcia de Inteligência.

⁵⁶ Milhares de apoiadores de Mohamed Morsi e membros da Irmandade Muçulmana acamparam na área por 47 dias. A operação foi conduzida por forças especiais de franco-atiradores do Ministério do Interior do Egito, com acompanhamento das Forças Armadas. Houve 904 mortes registradas. O massacre abriu caminho para a escalada de eventos que culminaram na proibição de atividades controladas pela Irmandade Muçulmana dentro do Egito.

abandonar o país dias depois, el-Baradei simbolicamente encerrava o breve experimento de participação liberal na transição, deixando para trás um regime mais autoritário do que aquele que ajudou a derrubar (el-Adawy, 2013).

Um processo jurídico iniciado em setembro de 2013 forneceu ao regime o arcabouço necessário para redefinir a Irmandade Muçulmana como inimigo interno. Por meio da decisão, o Tribunal de Assuntos Urgentes do Cairo qualificou a organização como “entidade terrorista”, criando simultaneamente uma comissão judicial encarregada de identificar e confiscar seus bens. A medida não se limitou a criminalizar a atuação política da Irmandade: inaugurou um mecanismo institucional voltado a deslegitimar sua presença histórica no tecido social egípcio (Brooke, 2015). Assim, a repressão à Irmandade Muçulmana deixou de ser uma resposta pontual e tornou-se um projeto político abrangente.

O objetivo central do regime interino passou a ser não apenas neutralizar lideranças, mas dismantelar as estruturas sociais, econômicas e organizacionais que sustentavam o grupo. Esse processo combinou instrumentalização do aparato judicial, medidas administrativas e enquadramentos securitários que permitiram ao Estado reconfigurar legalmente o espaço associativo e restringir qualquer presença institucional da Irmandade (Brooke, 2015). A classificação da Irmandade como “organização terrorista”, portanto, não foi resultado de uma mudança em seu comportamento, mas sim de um esforço deliberado do regime para reorganizar o campo político. Ao rotular a Irmandade Muçulmana como ameaça à segurança nacional, o Estado justificou tanto a eliminação de sua infraestrutura social quanto a exclusão de seus membros do espaço público (al-Anani, 2019).

Em dezembro daquele ano, a comissão designada pelo Tribunal de Assuntos Urgentes do Cairo apresentou seu primeiro levantamento patrimonial do grupo islamista, que rapidamente foi vazado à imprensa. A lista composta por 1.142 entidades distribuídas pelas 27 províncias do país revelava a base da operação: incluía desde instituições claramente vinculadas à Irmandade até organizações formalmente independentes, mas que, na interpretação das autoridades, estariam sob sua “influência” (Gonçalves, 2017). Esse enquadramento permitiu ao Estado expandir indefinidamente o alcance da repressão, dissolvendo a fronteira entre atividade associativa legal e apoio político à Irmandade.

Buscando se manter forte, a Irmandade Muçulmana passou por um processo contínuo de reconfiguração organizacional, mobilizando um repertório adaptativo que constituiu uma de suas principais características. Diante da repressão e da prisão de parcela significativa de sua liderança sênior, a organização foi compelida a redefinir suas estruturas internas e suas estratégias de atuação no ambiente pós-golpe. A repressão estatal, portanto, não apenas

marginalizou a organização no plano institucional, mas alterou seu horizonte de ação política (Fahmi, 2015). A reestruturação organizacional teve como consequência o surgimento de uma nova geração de liderança, predominantemente jovem, que passou a operar com relativa autonomia em relação aos dirigentes históricos do movimento (al-Anani, 2019). Tradicionalmente marginalizados nos processos decisórios, dado o caráter cauteloso do grupo, os jovens passaram a ocupar posições centrais após o colapso da antiga liderança.

Esse reposicionamento culminou, em fevereiro de 2014, na formação de um novo órgão dirigente: o Comitê Administrativo Supremo, liderado por Mohamed Kamal (Al-Jazeera, 2016) e composto por membros jovens e intermediários que permaneciam em liberdade. A criação desse órgão desencadeou uma cisão inédita no interior da organização, prontamente rejeitada pela antiga liderança, que o classificou como ilegítimo. Ainda assim, o Comitê avançou em reformas internas significativas, como a separação entre funções executivas e deliberativas, até então concentradas no Escritório de Orientação da Irmandade Muçulmana, e o fortalecimento do Conselho da Shura⁵⁷. A morte de Mohamed Kamal (2016) em operação das forças de segurança marcou o enfraquecimento definitivo dessa tentativa de renovação interna. Embora as divisões tenham persistido, a antiga liderança conseguiu manter o controle da organização, evidenciando os limites da adaptação da Irmandade em um contexto de repressão total e fragmentação interna (al-Anani, 2019).

4.1.2 A nova Constituição e as eleições de 2014

Em setembro de 2013, tiveram início os trabalhos da terceira Assembleia Constituinte Egípcia em um intervalo de apenas dois anos. Conhecida por “*Grupo dos 50*”, em referência ao número de integrantes nomeados pelo presidente interino Adly Mansour, a formação da Assembleia foi precedida pela atuação de um comitê restrito de dez juristas, criado em julho daquele ano, encarregado de revisar preliminarmente a Constituição de 2012 e de indicar, em parecer encaminhado à Presidência no final de agosto, os dispositivos a serem suprimidos ou reformulados (Gonçalves, 2017).

Embora formalmente plural, a composição da Assembleia sofria com um problema estrutural de origem: a seleção indireta de seus membros, feita pelo presidente interino, refletia a correlação de forças que sustentou a deposição de Mohamed Morsi. Dezesseis representantes estavam ligados à Frente de Salvação Nacional (FSN), enquanto apenas dois islamistas integraram o processo: um do Partido Nour e um, ex-integrante da Irmandade Muçulmana. Amr Moussa foi eleito presidente da Assembleia, que também contava com a

⁵⁷ Órgão consultivo que supervisiona as atividades do Movimento.

presença expressiva de associações profissionais e de segmentos da burocracia estatal (el-Sadany, 2013).

Os trabalhos se estenderam por aproximadamente três meses e ocorreram sem qualquer apuração pública. As sessões foram realizadas a portas fechadas, com comunicações semanais controladas por um porta-voz oficial. Em 1º de dezembro de 2013, as deliberações foram encerradas, e a versão final da Constituição foi encaminhada ao presidente interino, que convocou referendo para 15 de janeiro de 2014. A campanha pela aprovação do texto contou com intensa mobilização do aparato estatal, associando explicitamente a imagem de Abdel Fattah al-Sisi ao voto favorável à nova Constituição (Gonçalves, 2017).

O referendo, primeiro teste eleitoral pós-Morsi, reproduziu padrões observados em consultas anteriores ao ciclo revolucionário de 2011: o texto foi aprovado por 98,1% dos votos, com participação de 38,6% do eleitorado, índice limitado, mas superior ao registrado no referendo constitucional de dezembro de 2012 (Al Jazeera, 2014). Assim, a nova Constituição foi promulgada em 18 de janeiro de 2014. Em termos comparativos, a Constituição de 2014 diferenciou-se do texto de 2012 em alguns pontos centrais: (a) ampliou os poderes do Executivo em detrimento do Legislativo, especialmente ao facilitar a dissolução do Parlamento (art. 137º), conceder ao presidente poder direto sobre a nomeação dos ministros da Defesa, Interior, Relações Exteriores e Justiça (art. 146º), autorizar a legislação por decreto em períodos de recesso parlamentar (art. 156º) e manter o orçamento militar imune à supervisão legislativa efetiva (art. 203º); (b) suprimiu dispositivos de caráter explicitamente religioso, com exceção dos já consagrados desde a Constituição de 1971; (c) reforçou a autonomia institucional do poder Judiciário; e (d) introduziu novas restrições ao direito de livre associação e à liberdade de expressão.

No campo religioso, foram preservados os artigos que definem os princípios da *Sharia*⁵⁸ como principal fonte de legislação. Contudo, a Constituição de 2014 proibiu a formação de partidos políticos com base religiosa (art. 74º), fornecendo base legal para o fechamento do Partido Liberdade e Justiça e criando um instrumento permanente de pressão e perseguição sobre o Partido Nour (al-Ali, 2013). O poder Judiciário emergiu do processo com

⁵⁸ Como trabalhado anteriormente, os princípios da *Sharia* sempre foram mantidos nas Cartas Constitucionais do Egito. Mesmo com um governo militar-secular, a base islâmica é levada em consideração. O ponto-chave é que remover os princípios islâmicos da Constituição de 2014 seria uma ruptura muito violenta com a identidade religiosa do Estado, algo que o regime militar de al-Sisi não está disposto a fazer. A manutenção do artigo 2º é uma concessão simbólica à religiosidade da sociedade. Como observa Lombardi (2013), na prática o alcance da *Sharia* é restrito: a Suprema Corte Constitucional, que desde os anos 1990 interpreta os “princípios da *Sharia*” de forma restritiva e modernizante, recuperou com a Constituição de 2014 o monopólio dessa interpretação, especialmente após a supressão do artigo 219º. Assim, o dispositivo funciona mais como legitimação simbólica do que como instrumento efetivo de islamização do direito.

grau elevado de autonomia institucional. A composição e presidência da Suprema Corte Constitucional passaram a ser definidas por um processo misto: a Assembleia Geral do Tribunal elege seus membros, mas a nomeação formal é feita por decreto do presidente da República (art. 193º), a nomeação do Procurador-Geral deixou de ser prerrogativa presidencial (art. 189º) e o orçamento do Judiciário tornou-se imune à fiscalização parlamentar (art. 185º), em moldes semelhantes aos das Forças Armadas.

No que se refere ao setor militar, a Constituição de 2014 manteve intactos os dispositivos centrais do texto de 2012: a exigência de que o ministro da Defesa seja um oficial das Forças Armadas, o controle do orçamento militar pelo Conselho de Defesa Nacional e a possibilidade de julgamento de civis por tribunais militares. Tais cláusulas consolidaram a autonomia política e institucional do aparato militar no interior do Estado. Embora tenha preservado a maior parte dos direitos individuais da Constituição de 2012, o novo texto introduziu restrições relevantes.

Em síntese, a Constituição de 2014 não representou uma inflexão democratizante em relação à Carta de 2012. Ao contrário, aprofundou a concentração de poder no Executivo, reforçou o afastamento de instituições-chave como o Parlamento (que teve a possibilidade de dissolução facilitada), os partidos políticos (com a proibição de agremiações religiosas), a sociedade civil (com restrições à atuação de ONGs) e a imprensa (subordinada a critérios vagos de “segurança nacional”) e consolidou a centralidade política das Forças Armadas, convertendo o processo constitucional em um instrumento de estabilização autoritária do regime pós-golpe.

Essa arquitetura, no entanto, contém uma ambiguidade fundamental: o Judiciário ganhou poderes significativos como autonomia financeira (art. 185º) e participação ativa na escolha de seus membros (art. 193º), o que, em tese, lhe conferiria meios substantivos para constranger o Executivo e até mesmo para arbitrar conflitos institucionais. Diferentemente do que ocorria em constituições anteriores, a Carta de 2014 dotou o Judiciário de instrumentos reais de poder: um orçamento imune à fiscalização parlamentar e a prerrogativa de eleger internamente seus quadros, ainda que a nomeação formal dependa do presidente. Na prática, porém, esse poder formal é exercido dentro de limites cuidadosamente definidos. Todo o sistema político opera sob a tutela implícita das Forças Armadas, que atuam como última instância de veto sempre que os interesses corporativos do estamento militar são ameaçados. Assim, a aparente independência judicial revela-se parte de um arranjo mais amplo no qual todos os poderes, inclusive o Executivo, operam dentro de fronteiras cuidadosamente

delimitadas pelo estamento militar. O Judiciário é, ao mesmo tempo, mais forte do que antes e tão subordinado quanto sempre foi.

Pouco após a promulgação da Constituição, o presidente interino, Adly Mansour, anunciou que as eleições presidenciais antecederiam as parlamentares. A decisão refletia um consenso entre as forças políticas beneficiadas pela deposição de Mohamed Morsi, que convergiam na avaliação de que a estabilização do país exigia o posicionamento de um novo líder forte e com amplo apelo popular. Na leitura desses atores, a Presidência deveria funcionar como eixo ordenador do sistema político, capaz de restaurar a ordem social, conter a conflitividade e inaugurar as reformas econômicas consideradas necessárias para a retomada do crescimento (Gonçalves, 2017).

Nesse contexto, Abdel Fattah al-Sisi confirmou sua candidatura à presidência em 26 de março de 2014, após ser promovido a Marechal e transferido formalmente para a reserva (Gonçalves, 2017). As eleições ocorreram nos dias 26 e 27 de maio, mas o baixo comparecimento às urnas levou à extensão inédita do pleito por um terceiro dia, acompanhada da decretação de ponto facultativo no setor público e da gratuidade do transporte coletivo. Ainda assim, a participação eleitoral atingiu apenas 47,5%, abaixo dos 52% registrados na eleição de Morsi em 2012. Al-Sisi foi declarado vencedor com 96,9% dos votos válidos, contra 3,1% de Hamdeen Sabahi (Gonçalves, 2017).

A ênfase da mídia local recaiu sobre o volume absoluto de votos obtidos por al-Sisi (23,8 milhões) em comparação aos 13,2 milhões de Morsi em 2012 e aos 6,3 milhões de Mubarak em 2005. Sabahi, que dois anos antes havia sido o candidato mais votado no Cairo e em Alexandria, obteve desempenho significativamente inferior às expectativas, incapaz de converter sua participação em capital político duradouro. Sua candidatura passou a ser interpretada como funcional à produção de uma aparência mínima de competição em um pleito cujo desfecho estava previamente definido (Fahim, 2014).

Al-Sisi tomou posse em 8 de junho de 2014, amparado pelo apoio explícito das estruturas centrais do Estado e de setores do empresariado estreitamente vinculados a ele (Goldberg, 2014). A presença de Hamdeen Sabahi como único adversário relevante foi conveniente ao estamento militar, uma vez que uma eleição de candidato único entraria em contradição direta com a narrativa de restauração democrática. A disputa eleitoral de 2014 caracterizou-se como um contraste à pluralidade programática observada em 2012.

QUADRO 2 - ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2012 vs 2014

	Eleição Presidencial 2012	Eleição Presidencial 2014
Número de Candidatos	13 candidatos	2 candidatos
Principais Forças	Irmandade Muçulmana (Partido Liberdade e Justiça) e salafistas, remanescentes do antigo regime, esquerda nasserista, liberais, demais islamistas, além de candidatos independentes	Abdel Fattah al-Sisi (estamento militar) Hamdeen Sabahi (Corrente Popular Egípcia, de orientação nasserista) * A maioria dos potenciais candidatos retiraram suas candidaturas meses antes das eleições.
Participação	46% (1º turno), 52% (2º turno)	47,5% (extensão de 3 dias)
Resultado	Morsi 51,7%, Shafiq 48,3%	Al-Sisi 96,9%, Sabahi 3,1%
Controle militar	O Conselho Supremo das Forças Armadas comandou o processo eleitoral, sem candidato próprio, resultando em negociações no segundo turno	Abdel Fattah al-Sisi, candidato, era chefe do Conselho Supremo das Forças Armadas, que organizou a eleição pós-golpe

Elaboração própria com base na triangulação de dados trabalhados nesta dissertação.

4.1.3 Emergência de Abdel Fattah al-Sisi

A campanha presidencial de Abdel Fattah al-Sisi em 2014 operou como o ato inaugural de uma estratégia deliberada de despolitização, transcendendo a mera apresentação de propostas de governo. Sob o argumento de “novos moldes governistas” como solução para crises acumuladas, al-Sisi promoveu uma narrativa que obteve aceitação eleitoral (Bower, 2023). Sua retórica, embora permeada por um tom anti-islamista, não se alinhava a um projeto secular. A indefinição programática contrastava, contudo, com a clara centralização de poder na figura presidencial, exemplificada em declarações como “o presidente é responsável por tudo dentro de um país, inclusive pela situação da religião” (El-Sherif, 2014)⁵⁹.

⁵⁹ Essa concentração de poder na figura presidencial e a estratégia de despolitização encontram respaldo no conceito de *bonapartismo*, formulado por Karl Marx em 1852 para designar lideranças que, apoiadas nas Forças Armadas, se colocam aparentemente acima dos conflitos sociais enquanto preservam os interesses da classe proprietária. O Bonapartismo é uma estrutura política caracterizada por um executivo poderoso e carismático, que legitima seu poder através do apoio das massas e que se torna o intérprete da nação – ou seja, o poder é personalizado. Para encobrir as lutas internas entre as classes econômicas dentro de uma nação, o conflito é externalizado, e o líder bonapartista é investido de um mandato para proteger (e expandir) os nobres ideais da nação. O bonapartismo moderado é capaz de transitar entre estados de exceção e estados de normalidade, e parte de sua estabilidade provém da capacidade de substituir chefes de Estado quando o líder bonapartista em

Ao mesmo tempo, apropriou-se seletivamente do imaginário nacionalista e pan-arabista de Gamal Abdel Nasser, reinscrevendo-se na linhagem de líderes militares como protetores da soberania, atuando com um papel paternalista. Neste enquadramento, enquanto a Irmandade Muçulmana foi transformada em uma ameaça transnacional, o golpe de 2013 foi reconfigurado discursivamente como um ato patriótico de restauração da ordem (Dunne, 2015). Diferentemente de Mubarak, al-Sisi incorporou uma dimensão religiosa disciplinadora ao seu nacionalismo⁶⁰, posicionando o Estado como árbitro legítimo de uma ortodoxia sunita moderada, estratégia que serviu tanto para marginalizar adversários quanto para moldar subjetividades alinhadas ao projeto autoritário (Caridi, 2015).

4.2 A BASE DO REGIME: MILITARIZAÇÃO, REPRESSÃO E INSTITUIÇÕES ELEITORAIS

A consolidação do regime liderado por Abdel Fattah al-Sisi resultou em uma reconfiguração dos mecanismos de dominação política no Egito. Embora preserve elementos do período mubarakista, como protagonismo militar e controle eleitoral, o novo regime se distingue pela escala e intensidade com que opera. Não se limitando à restauração de práticas autoritárias preexistentes, o processo de consolidação do novo governo envolveu a construção de uma base de poder estruturalmente distinta, caracterizada pelo protagonismo das Forças Armadas. Os militares deixaram de atuar nos bastidores para assumir o controle direto e ostensivo de setores estratégicos da economia; a repressão, antes seletiva, tornou-se sistemática e preventiva, visando eliminar qualquer forma de dissidência organizada; e as instituições eleitorais foram reduzidas a meras confirmações eleitorais, sem qualquer espaço real para competição. Em paralelo, com a instrumentalização do Islã político como recurso de empoderamento, seu regime buscou sistematicamente monopolizar a narrativa religiosa legítima por meio de órgãos estatais, cooptando e neutralizando espaços autônomos de interpretação islâmica e reconfigurando o campo religioso como extensão do poder estatal (Gonçalves, 2017).

exercício não consegue mais demonstrar apoio popular. Isso é conseguido por meio de eleições competitivas entre múltiplas facções de um mesmo partido. (Losurdo, 2024).

⁶⁰ Benedict Anderson definiu o nacionalismo através do seu conceito de “comunidade imaginada”, argumentando que as nações são realidades socialmente construídas onde as pessoas sentem uma profunda conexão, fomentada pelo capitalismo da imprensa que cria narrativas compartilhadas, línguas padronizadas e um senso de tempo e espaço comuns (2008). Assim, pode-se relacionar a teoria de Anderson (2008) com o nacionalismo de al-Sisi que combina e dissemina um patriotismo tradicional centrado no Estado, força militar e glória histórica voltada às eras faraônica e nasserista. Ele se apresenta como uma figura paterna, que protegerá Egito de ameaças externas e do islamismo político, enquanto promove austeridade econômica sob a narrativa de “sacrifício pela nação”. Isso cria uma identidade centrada na lealdade e no progresso liderado pelo Estado.

Essa arquitetura de poder foi moldada por uma leitura específica, compartilhada pela cúpula militar, acerca das causas da crise do regime anterior. Na percepção das Forças Armadas, o esgotamento do arranjo mubarakista não decorreu apenas de fatores socioeconômicos ou de pressões populares excepcionais, mas sobretudo de um grau excessivo de abertura política e pluralização social que teria corroído os mecanismos tradicionais de controle autoritário. A combinação entre liberalização econômica seletiva, fortalecimento de atores civis autônomos e expansão limitada da competição política passou a ser interpretada como uma ameaça existencial à posição histórica dos militares como núcleo do poder estatal.

A resposta a esse diagnóstico não foi a simples restauração do *status quo* anterior, mas a formulação de um modelo autoritário mais fechado, preventivo e centralizado. Nesse novo arranjo, a política deixa de ser concebida como espaço de mediação e conflito regulado, passando a ser tratada como um domínio a ser rigidamente administrado em nome da ordem, da estabilidade e da segurança nacional. A eliminação de atores concorrentes, o esvaziamento do espaço cívico e a subordinação das elites econômicas e políticas civis tornam-se, assim, componentes estruturais do regime, e não medidas excepcionais.

Esse processo resultou na emergência de um autoritarismo que combina coerção aberta, controle institucional e produção ativa de legitimidade simbólica. Como observa Sayigh (2025), trata-se de um “autoritarismo ressurgente” que se codifica como modo de governo e de vida política, sustentado por uma dependência crescente de instrumentos repressivos e burocráticos. É nesse contexto que a militarização do Estado, a generalização da repressão e a institucionalização de práticas eleitorais não competitivas devem ser compreendidas como pilares interdependentes de um mesmo projeto de poder.

4.2.1 A centralidade das Forças Armadas na arquitetura do poder

Desde 2013, as Forças Armadas Egípcias (FAE) alcançaram um grau de autonomia institucional sem precedentes, sustentada por uma definição mais clara e coerente de seus interesses corporativos. Esse quadro contrasta fortemente com a posição ocupada pelas FAE no momento da deposição de Hosni Mubarak, em 2011, quando, privadas de seu principal apoiador político, foram compelidas a assumir responsabilidades diretas na gestão de uma transição marcada por profundas crises sociais, econômicas e políticas. O processo subsequente não apenas restaurou sua centralidade, como redefiniu estruturalmente seu papel no sistema político egípcio.

Por sua vez, a deposição de Mohamed Morsi marcou não apenas o colapso da breve experiência de governo civil eleito no Egito, mas a reconfiguração explícita da relação entre

poder político e autoridade militar. O governo interino que se seguiu, sob tutela das Forças Armadas, não operou como uma instância neutra de transição, mas como um mecanismo de reorganização do regime. O papel das Forças Armadas na vida cotidiana egípcia expandiu-se em níveis de institucionalização e escala (Abul-Magd, 2015), extrapolando a esfera da segurança e reestruturando de forma significativa a economia política do país. Sob o governo de Abdel Fattah al-Sisi, os militares passaram a atuar de maneira direta em setores civis estratégicos, como transporte, telecomunicações e mídia, frequentemente em detrimento do setor privado e à margem de mecanismos regulares de concorrência⁶¹. As empresas controladas pelos militares começaram a operar, em grande medida, fora de regimes efetivos de supervisão civil, reforçando não apenas a autonomia institucional das Forças Armadas, com o aprofunda assimetrias estruturais na economia egípcia.

A crescente penetração das Forças Armadas na esfera civil também favoreceu a consolidação de extensas redes clientelistas e práticas de nepotismo. A lealdade institucional passou a constituir critério central de acesso a cargos estratégicos, contratos públicos e oportunidades econômicas, enquanto críticos foram progressivamente marginalizados, silenciados ou excluídos desses circuitos. Ao diminuir a importância do Ministério do Interior e restaurar o protagonismo militar como base do regime, al-Sisi reconfigurou as relações internas do bloco de poder. Por meio de acomodação seletiva, construiu um pacto mais coeso com diferentes frações do alto oficialato do que qualquer presidente anterior (Sayigh, 2023). A expansão acelerada da economia militar, viabilizada por marcos legais pós-2013, rompeu os limites tradicionais do enclave econômico das FAE, tornando sua trajetória expansionista estruturalmente difícil de reverter mesmo frente à crise da dívida⁶².

Para legitimar essa ascensão política, o regime empreendeu um duplo movimento. De um lado, utilizou a Constituição de 2014 e suas emendas posteriores para garantir às Forças Armadas prerrogativas que as colocam acima do controle civil. O art. 203º, por exemplo, atribuiu ao Conselho de Defesa Nacional a responsabilidade de supervisionar temas relativos

⁶¹ Projetos emblemáticos, como a construção da Nova Capital Administrativa, ilustram esse padrão: a execução ficou a cargo de empresas de propriedade ou coparticipação do Ministério da Defesa, em associação com autoridades econômicas vinculadas ao Ministério da Habitação, Serviços Públicos e Comunidades Urbanas, consolidando um modelo de desenvolvimento fortemente militarizado. Diferentemente das privatizações da era Mubarak, que transferiram ativos públicos ao setor privado, o governo al-Sisi reverteu parcialmente esse processo, mas não para revitalizar o setor público civil e sim para criar um novo setor público paralelo, controlado pelas Forças Armadas. O resultado é um híbrido contraditório: o Estado retoma seu papel econômico, mas o faz sob comando militar, subordinando o capital privado (Sayigh, 2022).

⁶² A dívida externa egípcia atingiu 168 bilhões de dólares no final de 2023, um recorde histórico, e mantém-se em patamares elevados (163,7 bilhões no terceiro trimestre de 2025). O crescimento do endividamento, a dívida saltou de 26 bilhões em 2001 para mais de 160 bilhões em 2025 (CEIC Data, 2025), reflete décadas de políticas de ajuste estrutural e, mais recentemente, a necessidade do regime de financiar megaprojetos e manter a estabilidade macroeconômica em meio à crise cambial e à retração do investimento estrangeiro.

à “preservação da segurança e da integridade do país” (Rutherford, 2018, p. 189), uma formulação ampla que, na prática, submete à tutela militar questões de segurança interna. O art. 204º, por sua vez, revitalizou os tribunais militares, autorizando o julgamento de civis sempre que os crimes fossem classificados como “atentados às Forças Armadas”, ampliando o alcance da justiça militar sobre a população civil. De outro lado, o regime investiu na gestão ativa de sua imagem pública, associando a figura de al-Sisi aos megaprojetos de infraestrutura, à retórica de estabilidade e ao combate ao terrorismo, uma estratégia que visa compensar a ausência de respaldo democrático.

Paralelamente, a liderança militar passou a administrar de forma mais ativa sua imagem, inclusive com a divulgação seletiva de informações financeiras antes tratadas como segredo de Estado. No plano material, al-Sisi atendeu simultaneamente às demandas dos setores burocráticos e aos interesses econômicos das Forças Armadas. A modernização acelerada dos arsenais e da infraestrutura militar, aliada a uma política externa que combinou autonomia relativa com a preservação da assistência militar estadunidense, reforçou o prestígio profissional das Forças Armadas (Sayigh, 2023).

O direcionamento das Forças Armadas no arranjo político instaurado após 2013 articula-se, ainda, a um conjunto coerente de pressupostos ideológicos que estruturam a ação do regime. Como observa Mandour (2024, sp):

O modelo do regime baseia-se em dois pilares ideológicos: uma firme crença na supremacia dos militares sobre os civis e uma visão fortemente paternalista – quase colonial – das massas, especialmente dos pobres, consideradas preguiçosas e ineptas. Isso se refletiu nas declarações e políticas de al-Sisi (...). Essa crença se refletiu na forma como os militares lideraram megaprojetos, seja por meio de implementação direta ou subcontratação. Mais preocupante, porém, é que os generais agora ocupam posições vitais em diversos setores econômicos e participam, às vezes exclusivamente, de discussões cruciais com o presidente para definir a política econômica. A narrativa da supremacia militar estendeu-se além da eficiência econômica, incluindo a crença em sua supremacia moral e incorruptibilidade. Essa perspectiva justificou a proteção das forças armadas contra qualquer forma de supervisão civil, criando um cenário em que os militares não apenas detêm um poder sem precedentes, mas também podem direcionar políticas para acumular riqueza por meio de uma intrincada série de leis obscuras (como isenções fiscais) e um sistema de licitação não competitivo que permite aos militares atribuir contratos com transparência limitada e sem possibilidade de recurso legal por parte dos concorrentes. Essencialmente, uma terra sem lei para a corrupção.

Essa construção ideológica sustenta uma concepção hierárquica e disciplinar de cidadania, na qual amplos segmentos da população são retratados como incapazes de autodeterminação política e econômica. Não se restringindo ao plano retórico, essas representações operam como fundamento normativo para políticas de austeridade, retração do gasto social e desresponsabilização do Estado. Ao mesmo tempo, legitimam a expansão do

poder militar e a blindagem institucional das FAE frente a mecanismos de supervisão civil, fiscal e parlamentar.

Hoje, não há nada de discreto no caráter militar do regime. Al-Sisi deve sua posição aos militares; as duas eleições subsequentes, de fato incontestadas, que confirmaram sua presidência foram mera fachada. Caso os militares se voltem contra al-Sisi, seu status de eleito não o protegerá. Portanto, ele precisa manter os militares satisfeitos. A modernização do armamento, o papel preponderante dos militares na economia e a nomeação de oficiais da reserva para cargos na administração fazem parte do mecanismo de apoio mútuo entre os militares e o presidente. É praticamente impossível para um observador externo saber o que realmente acontece dentro das Forças Armadas, se al-Sisi tem rivais creíveis ou se há oficiais descontentes aspirando a substituí-lo escondidos em algum lugar (Marshall, 2022).

A relação entre al-Sisi e as Forças Armadas deve, portanto, ser compreendida como um arranjo de sustentação mútua, no qual a concentração formal de poder no Executivo convive com a centralidade estrutural da instituição militar. A modernização acelerada do arsenal, a ampliação do papel das FAE na economia nacional e a nomeação sistemática de oficiais da ativa e da reserva para posições estratégicas na administração civil compõem um mecanismo de reprodução e estabilidade do regime. Ainda que a dinâmica interna das Forças Armadas permaneça vaga para observadores externos, o padrão geral é inequívoco: um presidente oriundo da instituição militar governa por meio de sua contínua cooperação com a instituição⁶³.

Essa centralidade não se explica apenas por cálculos estratégicos ou institucionais, mas também por uma concepção específica do Estado egípcio como entidade excepcional, dotada de uma missão histórica singular e cuja preservação se sobrepõe às demandas sociais e às escolhas políticas contingentes (Sayigh, 2025). Ao definir a maximização do poder estatal como prioridade absoluta, o regime constrói uma lógica na qual o fortalecimento militar não aparece como uma opção política entre outras, mas como uma exigência existencial. Nesse enquadramento, ameaças à ordem são concebidas de forma ampla e difusa, justificando a centralidade permanente das instituições coercitivas.

Essa relação de interdependência foi formalizada no plano constitucional. As emendas aprovadas em 2019⁶⁴ consolidaram um estatuto político excepcional para as FAE, em especial por meio do art. 200º, que lhes atribuiu o dever de intervir para “proteger a Constituição, a democracia e os fundamentos do Estado civil”, sem subordinar tal prerrogativa a qualquer autoridade civil, inclusive o presidente. Ao mesmo tempo, o art. 234º tornou permanente a exigência de aprovação do Conselho Supremo das Forças Armadas para a nomeação do ministro da Defesa, aprofundando o poder institucional do estamento militar. Esses

⁶³ Ressalta-se que de forma geral, esse é o padrão de governança do Estado egípcio moderno.

⁶⁴ Tratadas a posteriori.

dispositivos elevaram as FAE a um patamar de autonomia formalmente consagrado, sugerindo a existência de um acordo político no qual o apoio militar à continuidade de al-Sisi no poder foi condicionado à ampliação de suas prerrogativas institucionais.

4.2.1.1 O Núcleo do Regime

Nesse contexto, al-Sisi situa-se no meio de um núcleo decisório altamente concentrado e organizado em camadas hierárquicas distintas. Conforme análise de Sayigh, 2025a, no centro desse arranjo encontra-se um círculo restrito, frequentemente descrito como uma “célula de ação”, que opera em torno do presidente e combina consultas informais com uma dinâmica de poder profundamente personalista. Um segundo grupo é composto por oficiais superiores e altos funcionários civis responsáveis por transmitir as diretrizes presidenciais aos diferentes níveis da administração, bem como por reportar ao núcleo central sobre a implementação das decisões e as demandas emergentes do aparelho estatal.

Um terceiro escalão é formado sobretudo por militares e agentes de segurança veteranos e por funcionários públicos leais. Esses atores são frequentemente nomeados para dirigir agências estratégicas e conselhos nacionais, sendo rotacionados entre cargos como forma de reforçar o controle político e para evitar a consolidação de bases autônomas de poder, prática que reduz custos de monitoramento. Por fim, um quarto nível reúne oficiais da ativa e burocratas em ascensão, cuja progressão na carreira está condicionada à execução eficaz das orientações presidenciais em seus respectivos domínios institucionais (Sayigh, 2025a).

Além do próprio Abdel Fattah al-Sisi, a “célula de ação” inclui figuras-chave de sua confiança pessoal e política. Entre elas destacam-se seu filho, Mahmoud al-Sisi – promovido rapidamente ao posto de Major-General em 2020 e posteriormente nomeado vice-chefe da Diretoria Geral de Inteligência, se tornando chefe do gabinete presidencial; o conselheiro presidencial para assuntos financeiros – General reformado Mohamed Amin Nasr; e o primeiro-ministro Mostafa Madbouly (2018-presente) – de formação civil mas oriundo de uma família com fortes vínculos militares (Middle East Monitor, 2018).

Externamente, o núcleo do regime é composto por membros do Conselho Supremo das Forças Armadas Egípcias, dirigentes das principais agências militares, além de ministros estratégicos do gabinete e do presidente do Banco Central (Ottaway, 2022). Esse círculo desempenha também a função de principal interface do regime com atores sociais relevantes e com agentes externos, como as Instituições Financeiras Internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional. Sayigh (2025) aponta que mesmo que a participação nesses círculos

não seja formalizada, sua interação constante conforma um verdadeiro “ecossistema” de atores-chave, cujas relações frequentes garantem ao regime um elevado grau de coordenação interna, continuidade decisória e coerência política.

O traço mais distinto dessa arquitetura de poder é sua notável estabilidade. Nesse aspecto, al-Sisi alcançou um êxito que seus antecessores não conseguiram: a contenção sistemática do surgimento de centros autônomos de poder fora de seu entorno imediato. Ainda que o presidente dependa da cooptação contínua das instituições estatais que sustentam o regime, concedendo-lhes margens de autonomia administrativa e acesso seletivo a oportunidades econômicas, sua capacidade de arbitrar disputas internas, equilibrar facções no interior das Forças Armadas e das agências de segurança, promover substituições regulares nos postos de comando e administrar a ascensão da geração seguinte de oficiais, formam um elemento central da resiliência do sistema.

4.2.2 A institucionalização de um autoritarismo eleitoral

Diferentemente dos padrões clássicos de ruptura autoritária, os regimes autoritários contemporâneos têm se consolidado, também, por vias institucionais e eleitorais, e não por meio de rupturas abertas ou intervenções militares explícitas (Gerschewski, 2013; Reis, 2015). Nesse sentido, assim como no período Mubarak, as eleições formalmente competitivas desempenham um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que preservam a aparência democrática, eliminam qualquer perspectiva de mudança, uma vez que como observa O'Donnell (2000), quando as Forças Armadas mantêm “domínios reservados” que atuam a autoridade eleita, as eleições deixam de ser “decisivas”. O caráter desleal desse processo reside no fato de que ele se ancora no discurso da maioria eleitoral, ainda que essa maioria seja produzida e sustentada por estratégias de desinformação, repressão seletiva e ataques sistemáticos ao contraditório.

A hostilidade de Abdel Fattah al-Sisi a qualquer forma de organização política autônoma traduziu-se em uma estratégia de despolitização integral do espaço público, constituída por três frentes principais. Segundo Yezid Sayigh (2025), são elas: a neutralização da política partidária, mantendo apenas a aparência procedimental de um sistema democrático por meio de eleições periódicas; um parlamento ativo apenas formalmente e uma retórica institucionalista, com discurso que exalta as instituições como forma de legitimar-se. Na prática, o regime esvaziou os partidos de qualquer capacidade de articulação ou competição, transformando o campo político em um tabuleiro decorativo.

Em essência, essa lógica de caráter bonapartista desorganiza a sociedade civil, enfraquece as instâncias que poderiam politizar o debate – como partidos e sindicatos – e esvazia as instituições representativas (Losurdo, 2024). Este é o bonapartismo moderno, um autoritarismo brando no qual a popularidade, fomentada por uma mídia dominada pelos interesses dos ricos, substitui a verdadeira expressão democrática. À medida que alternativas a esse sistema surgem no horizonte, o bonapartismo está destinado a se tornar o regime político dominante de nossa era. Compreender a história do seu desenvolvimento e as forças contraditórias por trás dele pode nos permitir avançar rumo a uma verdadeira democracia (Losurdo, 2024). Com isso, o regime coloca a figura do presidente como a única capaz de se comunicar diretamente com a população, estando acima das disputas partidárias e apresentando-se como voz do interesse nacional. A despolitização da sociedade e o esvaziamento do debate público tornam-se, assim, condições para a centralização do poder na figura do líder.

Esse processo produz aquilo que essencialmente Chantal Mouffe (2005) e a posteriori de maneira regional, Marina Ottaway (2021), denominam de “morte da política”: a erosão da política enquanto disputa entre forças organizadas capazes de representar interesses sociais distintos. No Egito de al-Sisi, os partidos foram reduzidos a estruturas frágeis, cooptadas ou administrativamente fracas, tornando-se incapazes de funcionar como pontes de mediação entre sociedade e Estado. Essa dinâmica se alinha ao padrão típico de autocracias eleitorais, nas quais eleições e instituições representativas são mantidas não para permitir competição, mas para legitimar a concentração de poder, produzir uma aparência de normalidade institucional e disciplinar o campo político mediante controle institucional e coerção regulatória (Schedler, 2015).

Segundo dados da Freedom House (2025), no Egito “os partidos políticos têm permissão legal para se formar e funcionar, mas, na prática, ativistas, partidos de oposição e movimentos políticos que criticam o regime enfrentam prisões, penas de prisão severas, sentenças de morte, violência extrajudicial e outras formas de pressão”. Consequentemente, o pluralismo formal permanece como fachada, enquanto a possibilidade de contestação real é eliminada de maneira sistemática.

Assim, desde a primeira eleição em 2014, as instituições eleitorais funcionam sobretudo como um instrumento de legitimação, permitindo ao regime projetar uma aparência de normalidade democrática enquanto preserva um campo político rigidamente controlado (Ghotme & Sicard, 2016). Em vez de assegurar competição real, o sistema eleitoral começou a operar como mecanismo de exclusão: movimentos opositores que não são de interesse do

regime permanecem estruturalmente impedidos de obter representação. Parte da oposição secular, incluindo partidos como Wafd e Kefaya, acabou aceitando as regras desse jogo restrito, participando das eleições principalmente para garantir sua própria sobrevivência política.

Simultaneamente, o regime recorreu sistematicamente à retórica de criminalização de adversários para sustentar sua hegemonia. Utilizando, novamente, o argumento da “ameaça à segurança nacional”, as autoridades tornaram alguns partidos ilegais e prenderam ativistas vinculados à esquerda radical e aos movimentos juvenis e trabalhistas que haviam desempenhado papel central nos protestos de 2011 (Sayigh, 2025a). A mesma lógica se aplicou a partidos islâmicos moderados, como Watan e Wasat, e especialmente à Irmandade Muçulmana, como já visto. Amparado por uma nova legislação antiterrorista de contornos amplos, o regime ampliou sua capacidade de repressão sem depender do Estado de Emergência, redefinindo opositores civis como inimigos internos.

A maioria dos partidos atualmente alinhados ao regime surgiu após o golpe de 2013, beneficiando-se diretamente de incentivos estatais, redes clientelistas e acesso privilegiado a recursos políticos. Esse processo contribuiu para o declínio acelerado dos partidos historicamente enraizados, cuja capacidade de atuação foi gradualmente corroída.

Os partidos políticos no Egito emergiram da turbulência dos últimos dez anos enfraquecidos a ponto de se tornarem irrelevantes. A maioria abdicou do papel e da responsabilidade de representar as demandas e aspirações de seus eleitores. Em vez disso, contentaram-se em manter uma presença marginal em um processo dominado pelo establishment militar e pelo Partido Futuro da Nação, o partido governista de fato. Embora alguns partidos políticos ainda tentem desempenhar um papel honesto na representação dos interesses e demandas de seus eleitores, são poucos demais para serem contabilizados. A maioria dos partidos egípcios vê seu destino dependente não de suas relações com os eleitores, mas com o governo (...) A neutralização dos partidos políticos é um elemento importante na consolidação deste Estado militar semi-autoritário, e é improvável que o país possa avançar rumo à democracia a menos que partidos independentes voltem a surgir. No curto prazo – digamos, no horizonte temporal dos próximos dois ciclos eleitorais – o surgimento de tais partidos parece improvável, devido à manipulação governamental não só de qualquer organização que possa constituir uma ameaça ou mesmo um desafio, mas também devido à história e às características dos partidos políticos egípcios (Ottaway, 2021, sp).

A despolitização promovida pelo regime também se construiu com base no esvaziamento deliberado da Assembleia Popular, tradicionalmente encarregada de supervisionar e contestar, ao menos formalmente, as políticas e legislações do governo. Embora o Parlamento egípcio nunca tenha sido uma instituição plenamente autônoma, sua já limitada função de mediação política foi drasticamente reduzida desde que al-Sisi assumiu a Presidência, principalmente pelas mudanças constitucionais. Transformado em um órgão simbólico, o Parlamento passou a desempenhar um papel quase exclusivo de ratificação

automática de decretos presidenciais e de projetos de lei elaborados pelo Executivo. Ao neutralizar a Assembleia Popular, o regime eliminou um dos poucos canais formais de contestação, reforçando a verticalização decisória e a dependência das estruturas estatais ao núcleo presidencial (Sayigh, 2025a).

Nos últimos anos, as agências de segurança, em especial de inteligência militar (Köhler, 2020), têm desempenhado um papel central na arquitetura do sistema partidário, impondo regras de competição política (Köhler, 2020), intervendo de forma sistemática na seleção de candidatos, na composição de listas eleitorais e até na formação de blocos parlamentares⁶⁵. O impacto político desse arranjo é evidente: o sistema partidário sob al-Sisi funciona como uma engenharia autoritária de pluralismo controlado, no qual partidos formalmente distintos desempenham papéis coreografados para reforçar a legitimidade do regime, enquanto a competição real e a representação substantiva são eliminadas do processo político.

4.2.3 A repressão como pilar estrutural

A literatura contemporânea sobre autoritarismo tem destacado que a repressão não apenas constitui um instrumento reativo de contenção da dissidência, mas desempenha um papel estrutural na sustentação de regimes autoritários estáveis. Como argumenta Gerschewski (2013), a resiliência desses regimes repousa na articulação dinâmica entre três pilares fundamentais: legitimação, repressão e mecanismos de integração subordinada de elites e grupos estratégicos. Nesse arranjo, a repressão não opera isoladamente, mas em interação constante com estratégias simbólicas e institucionais que buscam produzir conformidade política.

Lachapelle (2022) demonstra que, em contextos altamente polarizados, a repressão direcionada contra grupos percebidos como ameaças tende a gerar apoio entre setores da população não diretamente atingidos. Ao se apresentar como garantidor da ordem e da segurança, o regime transforma a violência estatal em sinal de compromisso com a proteção dos “cidadãos respeitáveis”, reforçando sua autoridade junto a públicos estratégicos. Esse efeito é particularmente pronunciado em regimes resultantes de golpes militares, nos quais déficits iniciais de legitimidade são compensados por narrativas securitárias.

No Egito pós-2013, a repressão contra a Irmandade Muçulmana exemplifica esse padrão. A violência extrema empregada contra protestos pró-Morsi, culminando no massacre

⁶⁵ Grau de controle que possivelmente ultrapassa inclusive os padrões observados sob Mubarak, tradicionalmente marcado por manipulação eleitoral.

nas praças Rabaa al-Adawiya e al-Nahda, não apenas eliminou um adversário central, como também consolidou o apoio de setores seculares e liberais que percebiam o grupo como uma ameaça existencial à ordem política (Lachapelle, 2022).

Além disso, a repressão assume formas diferenciadas, cujos efeitos políticos variam conforme seu grau de seletividade. Nugent (2018) argumenta que a repressão direcionada tende a intensificar a polarização ao reforçar identidades de grupo e antagonismos políticos, enquanto a repressão generalizada pode, paradoxalmente, estimular solidariedades transversais entre atores opositoristas. No caso egípcio, a repressão seletiva historicamente aplicada à Irmandade Muçulmana contribuiu para aprofundar rugas entre islamistas e forças seculares, dificultando a formação de coalizões amplas de oposição, um padrão que o regime de al-Sisi explorou de forma sistemática (Darwisheh, 2025).

O enquadramento discursivo da repressão constitui outro elemento central desse processo. Josua & Edel (2018) demonstram que regimes autoritários frequentemente apresentam a violência estatal como resposta defensiva a ameaças existenciais, associando opositores a terrorismo, caos e ingerência externa. Esse enquadramento permite não apenas legitimar a repressão no plano doméstico, mas também neutralizar críticas internacionais ao invocar soberania e segurança nacional. No Egito, esse discurso tornou-se um eixo central da narrativa oficial, redefinindo o dissenso político como forma de traição.

A partir disso, observa-se que o regime sob liderança de Abdel Fattah al-Sisi, desde o início, se caracterizou pela centralidade da capacidade estatal de exercer violência como eixo estruturante do controle político. Esse padrão manifesta-se na institucionalização e normalização de práticas como desaparecimento forçado, tortura, execuções extrajudiciais, encarceramento em massa e vigilância digital extensiva contra indivíduos ou grupos que expressem oposição pública às políticas governamentais. Mais do que instrumentos repressivos pontuais, essas práticas foram progressivamente legalizadas e incorporadas ao funcionamento rotineiro do aparato de segurança, conferindo-lhes aparência de normalidade jurídica (Human Rights Watch, 2022).

A associação entre dissidência política e terrorismo tornou-se um recurso central para justificar a repressão e garantir a impunidade das forças de segurança (Springborg, 2015). A ampla margem de imunidade legal concedida a esses órgãos ampliou sua capacidade de empregar detenções arbitrárias e força excessiva, enquanto a coalizão governante permitiu que diferentes agências atuassem de forma relativamente autônoma. A repressão, assim, assumiu um caráter descentralizado: escalões inferiores do aparato coercitivo podem agir sem

coordenação direta com a Presidência, inclusive de maneiras que, por vezes, contradizem objetivos políticos mais amplos do governo.

As autoridades continuaram a reprimir as críticas, sufocar a sociedade civil e restringir os protestos de rua. Realizaram prisões em massa para impedir protestos antigovernamentais planejados e dispersaram à força os poucos protestos pacíficos que ocorreram. Libertaram presos detidos por motivos políticos, mas prenderam outros. Entre os alvos estão jornalistas, advogados, manifestantes, dissidentes, políticos da oposição e críticos do histórico do governo em matéria de direitos humanos e da gestão da crise econômica. Dezenas de pessoas são submetidas a desaparecimento forçado. A tortura e outros maus-tratos permaneceram rotineiros [...] As autoridades continuaram a criminalizar formas dissidentes de expressão e de reunião pacífica, visando jornalistas, advogados, manifestantes, dissidentes, políticos da oposição e aqueles que criticavam o histórico do governo em matéria de direitos humanos e a gestão da crise econômica (Anistia Internacional, 2025, sp).

Contudo, a forma específica pela qual o regime de al-Sisi vem remodelando o autoritarismo egípcio revela tensões e contradições internas que limitam sua pretensão de alcançar controle político pleno ou hegemonia duradoura. Considerado em sua totalidade, o governo egípcio optou deliberadamente por não criar um veículo de mobilização política de massas, construindo sua autoridade predominantemente de cima para baixo. Como consequência, a administração al-Sisi tornou-se excessivamente dependente do aparato militar e de ajuda econômica externa, o que fragiliza a sustentabilidade de um modelo autoritário que reivindica legitimidade a partir da promessa de crescimento econômico.

No plano jurídico-institucional, o governo de al-Sisi acompanhou uma tendência global de expansão de leis antiterrorismo que ampliam significativamente os poderes do Executivo. A Lei de Entidades Terroristas nº 8 de 2015, a Lei Antiterrorismo nº 94 do mesmo ano e suas emendas posteriores adotam definições deliberadamente vagas de terrorismo, permitindo a criminalização de práticas associadas à liberdade de expressão, à organização política e ao protesto. Essas legislações também têm sido utilizadas de forma sistemática para neutralizar organizações da sociedade civil, sindicatos, empresas e movimentos políticos, por meio do congelamento preventivo de bens e recursos, frequentemente antes mesmo de qualquer julgamento. Ademais, acusações de terrorismo e disseminação de informações falsas foram estendidas a dissidentes no exílio, acompanhadas de vigilância transnacional, confisco de ativos e intimidação de familiares no território egípcio.

Defensores dos direitos humanos têm sido alvo de ataques por parte do governo egípcio, como parte de sua repressão sistemática ao Estado de Direito e aos direitos humanos desde 2013. Em particular, têm sido alvo de uma campanha de segurança contínua, caracterizada por prisões e detenções arbitrárias e processos criminais politizados relacionados, baseados em acusações forjadas de “terrorismo”. A Lei Antiterrorismo e a Lei de Entidades Terroristas no Egito utilizam uma linguagem vaga e excessivamente abrangente em suas definições de “grupo terrorista”, “crime terrorista” e “ato terrorista”. As emendas de março de 2020 a essas leis ampliaram, entre outras coisas, a definição de “entidade terrorista” e o crime de “financiamento do terrorismo”, bem como os efeitos das decisões de incluir indivíduos na “lista de

terroristas”. Esse arcabouço legal e as práticas correlatas criminalizaram o exercício legítimo e legal de direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito à liberdade de expressão e de associação. O governo egípcio, na prática, classificou e passou a tratar atividades legítimas e independentes de defesa dos direitos humanos como uma forma de terrorismo (Cairo Institute for Human Rights Studies, 2021).

A combinação desses mecanismos permitiu ao governo avançar para um nível de erradicação da dissidência significativamente mais profundo do que aquele observado sob Hosni Mubarak, cujo autoritarismo focava sobretudo a “gerenciar” a oposição. O autoritarismo contemporâneo egípcio, ao contrário, opera por meio da supressão preventiva e abrangente de qualquer forma de contestação organizada, consolidando um modelo de dominação baseado menos no consenso e mais na coerção institucionalizada.

Após o golpe de 2013, uma parcela significativa da oposição política egípcia – incluindo ativistas, defensores de direitos humanos e jornalistas – foi forçada ao exílio, estabelecendo-se sobretudo na Europa e em outros países da região. Contudo, o exílio tornou-se uma extensão do campo de ação do aparato de segurança do regime. As autoridades egípcias passaram a empregar uma combinação de estratégias transnacionais de controle político, incluindo a fabricação de acusações criminais, especialmente sob as rubricas de “terrorismo”, o congelamento de bens, a intimidação de familiares que permaneceram no país e a construção discursiva dos dissidentes como integrantes de uma suposta “quinta coluna” hostil ao Estado (Al-Anani, 2022)⁶⁶.

Deste modo, ao longo dos anos, o regime mobilizou instrumentos administrativos e diplomáticos como formas adicionais de coerção. Representações consulares egípcias têm sido utilizadas para restringir direitos civis básicos de opositores no exterior, por meio da recusa na emissão ou renovação de documentos oficiais, incluindo passaportes, criando situações de vulnerabilidade jurídica prolongada. Essas práticas configuram um uso seletivo da burocracia estatal como ferramenta de repressão política extraterritorial.

Paralelamente, o governo al-Sisi tem explorado o peso geopolítico do Egito para reduzir custos internacionais associados à repressão. Ao tentar se posicionar como ator indispensável em agendas centrais para potências ocidentais – como mediação de conflitos regionais, controle migratório e segurança – o regime obtém margem de tolerância externa

⁶⁶ O Fórum Egípcio de Direitos Humanos, em relatório, destaca uma tendência crescente de países aliados ao Cairo prenderem ou deportarem ativistas egípcios, mesmo sabendo que estes podem sofrer perseguição. O Fórum nomeou o Bahrein, o Kuwait, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos entre os principais Estados que cooperam com o Egito nesses casos. Ainda segundo o relatório, a repressão é realizada por diversos órgãos estatais egípcios, principalmente a Agência de Segurança e a Direção Geral de Inteligência, que, de acordo com o documento, trabalham em estreita colaboração com o Ministério das Relações Exteriores para “explorar missões diplomáticas como ferramentas de pressão contra egípcios no exterior” (Egyptian Human Rights Forum, 2026 *apud* The New Arab, 2026).

diante de suas violações sistemáticas de direitos humanos. Esse cálculo estratégico contribui para neutralizar pressões diplomáticas e reforça a sustentabilidade internacional do autoritarismo egípcio, mesmo diante da intensificação da repressão interna e transnacional.

Esse conjunto de práticas evidencia que o autoritarismo de al-Sisi combina cooptação seletiva (Darwisheh, 2025), criminalização estratégica e repressão ampliada, produzindo um legislação eleitoral apenas nominalmente pluralista, cujo objetivo principal é neutralizar qualquer alternativa política real e impedir a reconstrução dos laços sociais e organizacionais que sustentaram a mobilização de 2011. Assim, argumenta-se que a intensificação repressiva funcionou não apenas como controle, mas como mecanismo ativo de legitimação junto a setores secularizados (Adly & Ramadan, 2015).

4.2.4 A dominação do discurso político e ideológico

Desde o início, Abdel Fattah al-Sisi tem empreendido um esforço sistemático para colonizar o espaço público e discursivo, com o objetivo de produzir e difundir uma representação hegemônica do Presidente e das Forças Armadas Egípcias como pilares incontestáveis da ordem política e do progresso nacional. Essa estratégia discursiva sustenta-se na promoção contínua de uma narrativa de (auto)celebração das realizações do regime, sobretudo nos domínios econômico e infraestrutural, apresentada como evidência de competência técnica e capacidade estatal (Sayigh, 2025a). Para viabilizar tal controle simbólico, o Estado ampliou sua interferência direta nos meios de comunicação, assumindo o comando de emissoras, produtoras e conglomerados midiáticos, impondo diretrizes editoriais centralizadas e eliminando sistematicamente figuras dissidentes por meio de censura, proibições administrativas e repressão judicial (Freedom House, 2025). Na ausência de pesquisas de opinião confiáveis, permanece incerto o grau de eficácia dessa tentativa de reduzir o discurso público a uma narrativa única, sancionada pelo regime, no que diz respeito à lealdade política e à adesão social.

A materialização mais evidente dessa política foi a incorporação de importantes empresas privadas de mídia por *holdings* e fundos de investimento vinculados à Diretoria Geral de Inteligência e à Inteligência Militar. Essas agências passaram a exercer controle direto sobre setores estratégicos da indústria cultural e informacional, seja por meio de aquisições forçadas, seja pela exclusão de concorrentes e pelo redirecionamento seletivo de contratos de produção e transmissão (Human Rights Watch, 2025). No início da década de 2020, o governo controlava – direta ou indiretamente – dezenas de empresas, abrangendo redes de televisão por satélite, emissoras de rádio, jornais impressos e digitais, agências de

publicidade, empresas de eventos e os principais polos de produção audiovisual do país. Paralelamente, a presidência passou a intervir diretamente na definição da agenda midiática cotidiana, por meio de canais informais de comunicação que transmitem orientações editoriais diárias a jornalistas e apresentadores, reforçando a centralização do discurso público (Media Ownership Monitor, 2025).

Embora o segmento de notícias digitais aparente maior diversidade, os portais mais acessados pertencem majoritariamente a grupos já consolidados, reforçando sua influência. Nesse cenário, a sobreposição entre Estado regulador e proprietário, somada à crescente atuação dos serviços de inteligência, produz um ambiente midiático altamente enviesado, no qual o pluralismo é progressivamente substituído por um sistema centralizado e alinhado às prioridades do regime.

Tal controle discursivo é sustentado por um arcabouço jurídico repressivo. A legislação sobre crimes cibernéticos autoriza o bloqueio de plataformas digitais classificadas como ameaça à segurança nacional ou à economia, sendo utilizada para silenciar jornalistas, restringir a cobertura de processos eleitorais e impedir a divulgação de informações sobre a oposição (Sayigh, 2025a). No plano ideológico, a mídia alinhada ao Estado desempenha papel central na construção de uma narrativa que combina exaltação militar, nacionalismo defensivo e legitimação moral da obediência política.

Produções culturais patrocinadas pelas Forças Armadas retratam al-Sisi como figura heróica e apresentam a submissão ao governante como dever religioso e patriótico (Brown, 2023), recorrendo seletivamente a tradições do pensamento islâmico para justificar a autoridade política. Iniciativas culturais e educacionais promovidas em parceria com instituições militares reforçam esse enquadramento, integrando festivais, competições e programas pedagógicos organizados em escolas e universidades sob supervisão direta de órgãos estatais.

Tal como outros regimes autoritários contemporâneos, o governo al-Sisi reconheceu a necessidade de articular um discurso ideológico que simultaneamente legitime seu domínio e projete uma imagem de eficácia governamental. As profundas desigualdades socioeconômicas, combinadas à recusa do regime em estabelecer alianças sociais inclusivas, limitaram a possibilidade de construção de uma ideologia agregadora. Em seu lugar, o Estado recorre à glorificação permanente de suas realizações, à difusão de teorias conspiratórias e à militarização progressiva da educação e do funcionalismo público.

4.3 NEOLIBERALISMO E AUTORITARISMO: A ECONOMIA POLÍTICA DO REGIME AL-SISI

Desde sua ascensão ao poder, Abdel Fattah al-Sisi tem conduzido uma transformação do papel do Estado na economia, caracterizado pela expansão seletiva da intervenção estatal direta e pela centralização do controle político sobre investimentos, infraestrutura e setores definidos como estratégicos. O arranjo político continuou atuando sob uma lógica marcada por austeridade neoliberal, monetização de ativos públicos, aumento de tarifas de serviços essenciais e expansão acentuada das desigualdades. Com adaptações, o Estado assumiu funções centrais na economia, buscando reforçar mecanismos de controle político, utilizando sua presença econômica como instrumento de poder.

Segundo Sayigh (2025a, p. 10), esse movimento expressa uma “economia política de dominação”: uma configuração em que práticas econômicas são moldadas por lógicas coercitivas e imperativos de lealdade política, e não por critérios técnicos ou por uma estratégia de desenvolvimento articulada, implicando na reorganização do Estado como agente econômico central sob bases autoritárias. Existe uma ausência de um quadro coerente para harmonizar objetivos econômicos, produzindo decisões fragmentadas e desarticuladas, que raramente incorporam preocupações com rentabilidade social ou bem-estar coletivo (Springborg, 2017). Em paralelo, a centralização de poder reconfigura redes de clientelismo, redistribui privilégios entre conglomerados militares e empresários alinhados ao regime e aprofunda práticas de apadrinhamento, transformando a economia em extensão dos mecanismos de dominação política.

Ademais, ao cercear a expansão do setor privado doméstico e restringir a capacidade de geração interna de poupança e investimento, o regime passa a depender crescentemente de apoio externo – principalmente das Instituições Financeiras Internacionais e dos países do Golfo – substituindo a burguesia egípcia como base estrutural de sustentação econômica e política. Essa estratégia evidencia que al-Sisi não representa uma revitalização da política de Nasser, mas sim uma atualização do neoliberalismo inaugurado por Mubarak, ainda que buscando uma retórica nacionalista e salvacionista. Trata-se de uma das expressões centrais do *neo-mubarakismo*, que persiste em bloquear as demandas por transformação estrutural feitas desde 2011, reafirmando a resiliência do autoritarismo egípcio.

4.3.1 Neoliberalismo sob o arranjo militar

Os desenvolvimentos observados na economia militar egípcia desde 2013 sinalizam uma transformação em termos de escala, escopo e centralidade política. Antes desse ponto, a

presença econômica das Forças Armadas integrava um sistema mais amplo de repartição autoritária de recursos, no qual diferentes atores civis detinham parcelas substanciais do controle sobre ativos produtivos, terras e instrumentos regulatórios. Nesse contexto, a economia militar coexistia com outras frações dominantes sem alterar de maneira decisiva o equilíbrio geral do regime.

Com isso, ao longo da história republicana o peso relativo da economia militar sofreu oscilações importantes em momentos críticos como a liberalização econômica iniciada em meados da década de 1970, o ajuste fiscal dos anos 1980, a primeira onda de privatizações em 1991 e sua intensificação no início dos anos 2000. Apesar disso, essas mudanças não resultaram em uma transformação estrutural do papel econômico das Forças Armadas. Até 2011, não se observava uma expansão significativa nem da diversidade de suas atividades, nem de sua rentabilidade líquida (Sayigh, 2019) tampouco de seus efeitos sistêmicos sobre outros atores econômicos ou sobre a formulação de políticas públicas. Como observa W. J. Dorman (2013), tratava-se sobretudo de uma estratégia de “enclavização autoengrandecedora”.

A Revolução de 2011 e, sobretudo, o golpe de 2013 alteraram decisivamente esse quadro. A crise econômica egípcia, combinada à ascensão de Abdel Fattah al-Sisi à presidência em 2014, criou as condições para uma mutação qualitativa no papel econômico das Forças Armadas. Sob ordens diretas do novo presidente, o aparato militar foi projetado para uma posição central na gestão econômica do Estado. Esse reposicionamento não representou uma ruptura com a lógica neoliberal adotada desde os anos 1990, mas sua reconfiguração e engrandecimento sob bases autoritárias. O regime de Abdel Fattah al-Sisi combinou políticas de austeridade, retração do gasto social e liberalização seletiva com a expansão direta de conglomerados estatais militarizados, produzindo um modelo de neoliberalismo, o qual a disciplina de mercado convive com profundas assimetrias regulatórias e com a centralização coercitiva do poder econômico.

Desde então, estimativas sugerem que o aparato militar passou a administrar aproximadamente $\frac{1}{4}$ do gasto público total em um programa acelerado de obras de infraestrutura e habitação, além de intervir diretamente em mercados civis para mitigar escassez de alimentos e insumos médicos, ingressar em setores produtivos classificados como

estratégicos com o argumento de estabilizar preços e, de maneira mais ampla, assumir a função de geração receitas para o Tesouro em um contexto de crise fiscal (Ottaway, 2022)⁶⁷.

Segundo Sayigh (2019), dois pressupostos centrais distinguem a presidência de al-Sisi de seus antecessores: o desprezo explícito pela capacidade técnica e pela integridade das agências civis do Estado; e a convicção declarada de que apenas os militares são capazes de contornar a ineficiência burocrática e “fazer as coisas acontecerem”. A partir destas premissas, a economia militar contemporânea estrutura-se com interação entre três esferas principais que revestem práticas de negociações na alocação de contrato e na utilização de fundos especiais das Forças Armadas, além de favorecer parcerias privilegiadas.

A primeira esfera corresponde à indústria de defesa, fundada nos anos 1950, e às suas ramificações posteriores, que incluem empresas militares formalmente registradas e orientadas à produção comercial, estabelecidas sobretudo a partir de meados da década de 1970. A segunda compreende os órgãos do Ministério da Defesa encarregados de assegurar a autossuficiência das Forças Armadas em bens de consumo não combatentes, de prestar serviços remunerados a civis e, de forma crescentemente relevante, de executar grandes obras públicas sob contrato com ministérios e autoridades civis (SIPRI, 2020). Juntas, essas duas esferas compõem o setor formal da economia militar. A terceira, refere-se às extensas redes informais de militares que permeiam a burocracia civil, empresas estatais e entidades públicas envolvidas em infraestrutura, serviços, gestão de recursos naturais e manufatura comercial (Sayigh, 2019).

Assim, as Forças Armadas absorvem uma parcela desproporcional de receitas públicas e recursos produtivos, redirecionando investimentos e contratos estatais que, em um ambiente concorrencial, seriam alocados a outras agências civis ou ao setor privado. Esse padrão manifesta-se tanto nas redes informais de oficiais, quanto na execução de megaprojetos de alto custo e baixo retorno social, como a construção de cidades planejadas no deserto. Para tanto, as agências econômicas militares investem na construção de uma imagem pública que enfatiza sua contribuição ao desenvolvimento nacional, à provisão de bens a preços subsidiados e à gestão de crises de abastecimento, reforçando sua legitimidade simbólica em um contexto de retração do Estado social (Sayigh, 2019).

Atualmente, os militares egípcios não apenas preservaram, mas aprofundaram uma ofensiva neoliberal já em curso (Smet, 2016, p. 219). Nesse arranjo, o neoliberalismo operou

⁶⁷ Nos últimos anos, esse grau de dependência do Estado em relação às Forças Armadas para o suporte de bens públicos, execução de políticas de desenvolvimento e contenção de tensões sociais é sem precedentes, mesmo quando comparado, proporcionalmente, ao período nasserista (período que deu início à economia militar).

como um mecanismo de restauração do poder de classe, cuja fração dominante passou a ser composta pelos próprios oficiais. O capital privado local foi incorporado como parceiro subordinado em um modelo econômico centrado em megaprojetos de infraestrutura financiados por dívida, os quais as Forças Armadas assumiram posição hegemônica (Sayigh, 2019). Embora apresentado como uma estratégia de atração de investimento estrangeiro, esse modelo mostrou-se incapaz de gerar influxos sustentáveis de capital produtivo, ao mesmo tempo em que aprofundou a dependência financeira do Egito em relação a credores externos, reforçando alinhamentos estratégicos compatíveis com as aspirações (neo)imperialistas dos Estados Unidos, incluindo a intensificação da cooperação econômica com Israel.

Dessa forma, deve-se entender que a presença das Forças Armadas Egípcias na economia civil constitui um elemento estrutural da economia política do país e não pode ser compreendida apenas como herança histórica ou resposta conjuntural a crises. Ao longo do tempo, entidades militares passaram a atuar em setores amplos e heterogêneos, da produção de alimentos, água mineral e combustíveis à construção civil, hotelaria, infraestrutura urbana e materiais básicos como cimento e aço. Embora frequentemente justificadas pelo discurso da eficiência, da segurança nacional ou da estabilidade social, essas intervenções ampliaram a centralidade econômica do aparato militar em um ambiente caracterizado por assimetrias regulatórias, isenções fiscais, acesso privilegiado a crédito e contratos públicos e ausência de mecanismos efetivos de supervisão civil.

4.3.2 Ajuste fiscal, FMI e governança da austeridade

Após a queda de alguns autocratas árabes, no início de 2011, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial anunciaram a intenção de ampliar seu apoio às transições políticas dos países de MENA. No caso egípcio, entretanto, as negociações iniciais com o FMI enfrentaram forte contestação interna, o que acabou por inviabilizar qualquer acordo (Abdalla *et al*, 2025). Mesmo assim, a ajuda financeira externa de aliados políticos cobriu as lacunas orçamentárias no decorrer o período: durante a presidência de Mohamed Morsi, o Catar forneceu assistência financeira de cerca de US\$10 bilhões; e após sua deposição em julho de 2013, a ajuda financeira veio principalmente da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos e do Kuwait.

Quando assumiu a presidência, Abdel Fattah al-Sisi apresentou propostas iniciais que incluíam a expansão de subsídios a alimentos e energia, a redução dos preços de bens básicos e o combate ao desemprego – iniciativas que buscavam sinalizar sensibilidade social enquanto reforçavam sua imagem de líder paternalista (Springborg, 2017). Entretanto, tais promessas se

revelaram rapidamente incompatíveis com o projeto econômico efetivamente implementado. Nos primeiros meses de governo, o presidente promoveu cortes expressivos nos subsídios aos combustíveis, elevou em até 80% as tarifas domésticas de eletricidade e não conteve o aumento do custo de vida das camadas populares. O discurso de proteção social, portanto, convivia com a continuidade da agenda neoliberal iniciada nas décadas anteriores (Ghotme & Sicard, 2016).

Desde 2016, após longas negociações e inúmeras rejeições por parte da população, o governo egípcio finalmente firmou um acordo com o FMI, aderindo desde então a quatro programas sucessivos de financiamento do Fundo Monetário Internacional⁶⁸, que passaram a estruturar um regime prolongado de austeridade econômica. As estruturas impostas ao primeiro auxílio incluíram a liberalização cambial, a redução de subsídios a alimentos e energia e a contenção do gasto público. Naquele momento, o Conselho Executivo do FMI aprovou, por três anos⁶⁹, o programa em âmbito do Mecanismo de Financiamento Ampliado (EFF, sigla em inglês), totalizando US\$12 bilhões em empréstimos para o Egito no dia 11 de novembro de 2016 (FMI, 2016). Mais do que um conjunto de políticas econômicas, tal acordo marcou a consolidação de um regime de governança da austeridade, no qual decisões distributivas fundamentais passaram a ser enquadradas como imperativos técnicos, deslocando o conflito social do campo político para o domínio da expertise econômica.

Segundo o Fundo (2016), os desequilíbrios estruturais da economia egípcia incluíam uma taxa de câmbio sobrevalorizada, déficits fiscais elevados, crescimento acelerado da dívida pública e um quadro persistente de baixo crescimento econômico combinado a altas taxas de desemprego. Nesse diagnóstico, o programa de reformas foi estruturado em três eixos centrais: o primeiro consistia na adoção de um regime cambial flexível, acompanhado de uma política monetária restritiva orientada para o controle da inflação. O segundo, correspondia à chamada consolidação fiscal, baseada no aumento da arrecadação por meio da introdução do imposto sobre valor agregado e na redução dos gastos públicos, sobretudo via cortes em subsídios energéticos. Por fim, o terceiro eixo envolvia um conjunto de “reformas estruturais abrangentes”, incluindo a simplificação do licenciamento industrial, a ampliação do acesso ao crédito para pequenas e médias empresas e a criação de novos marcos regulatórios para falência.

⁶⁸ Incluindo um em 2024, que não será abordado neste estudo.

⁶⁹ Essa era uma exigência do FMI para que o Egito aplicasse consistentemente as políticas estabelecidas, uma prática comum em empréstimos do FMI.

Em conjunto, esses eixos não configuram apenas um programa de estabilização, mas um enquadramento institucional que redefine a política econômica como um campo técnico, restringindo o espaço para disputas distributivas e escolhas democráticas. Por conseguinte, após cinco revisões do programa, o FMI reconheceu a existência de “diversos marcos estruturais não atingidos” e ressaltou a necessidade de uma “implementação sustentada das reformas” (FMI, 2019). Ainda assim, a avaliação global da instituição foi favorável às mudanças no Estado árabe.

Embora o crescimento econômico do Egito fosse visto como um sucesso do programa do FMI, essa visão contrastava com a opinião pública egípcia, que culpava o programa pelo aumento dos custos e pelas dificuldades enfrentadas pelos cidadãos. Segundo o Fundo (2019), o Egito concluiu com êxito o acordo de três anos, alcançando seus objetivos centrais, e apresentou uma melhora significativa nos indicadores macroeconômicos desde 2016, atribuída ao forte compromisso das autoridades com o programa de reformas e à adoção de medidas de política econômica consideradas decisivas e proativas.

Entretanto, ao analisar o acordo a partir da perspectiva de Amin (2013b), os programas de ajuste estrutural implementados no Egito reforçaram um padrão de desenvolvimento dependente, no qual a economia nacional se orienta prioritariamente para a estabilização macroeconômica estruturada por credores externos, em detrimento da construção de uma base produtiva autocentrada. Historicamente, a dependência não é um fracasso do projeto econômico, mas um de seus pilares políticos, pois permite ao regime estabilizar-se sem responder às demandas sociais internas. O ajuste não promoveu a transformação estrutural da economia, mas aprofundou sua subordinação às dinâmicas do capitalismo global, reproduzindo um modelo de crescimento incapaz de gerar emprego, reduzir desigualdades ou sustentar a soberania econômica.

Os custos sociais da neoliberalização associada ao acordo foram distribuídos de forma profundamente desigual. O aumento dos preços dos combustíveis e os cortes nos subsídios afetaram de maneira desproporcional as camadas de baixa e média renda, enquanto as classes superiores e os grandes conglomerados econômicos permaneceram relativamente protegidos. A partir do trabalho de Brown (2015), pode-se compreender que a estrutura neoliberal recriada por al-Sisi não teve como cerne apenas um conjunto de políticas econômicas, mas uma racionalidade política que reconfigura o próprio exercício da soberania. No caso egípcio, os programas de austeridade e ajuste estrutural operaram como imperativos técnicos apresentados como inevitáveis. Essa economização da decisão pública contribuiu para esvaziar o conflito político e legitimar a centralização autoritária do poder, deslocando a

responsabilidade das escolhas econômicas para instâncias tecnocráticas externas ou supostamente neutras.

Embora a estabilização macroeconômica tenha sido apresentada como condição necessária para atrair investimentos e promover o crescimento, a estratégia adotada negligenciou sistematicamente seus impactos sociais (Momani 2018). Logo, o acordo de 2016 consolidou a estabilidade macroeconômica como um fim em si mesmo, sem promover a transformação econômica prometida nem mitigar as desigualdades sociais subjacentes

Após a conclusão do acordo em 2019, a dívida pública e as necessidades de financiamento permaneceram elevadas, e a agenda de reformas estruturais permaneceu permitindo que o Egito obtivesse mais fundos. Já o acordo de empréstimo de US\$3 bilhões firmado entre o Egito e o FMI em 2023 representara, em grande medida, a continuidade da orientação econômica adotada desde 2016, marcada por austeridade fiscal e monetização de ativos estatais (FMI, 2023).

Apesar de ajustes marginais no discurso e na arquitetura institucional do programa, o acordo de 2023 reafirmou um modelo de estabilização macroeconômica dissociado de compromissos substantivos com justiça social, transparência econômica e desenvolvimento inclusivo. Diferentemente de uma ruptura com o neoliberalismo do período Mubarak, o regime de al-Sisi radicaliza seus mecanismos centrais ao combiná-los com uma centralização inédita do poder político. A persistência desse arranjo reforça a centralidade de uma economia política orientada pela disciplina fiscal e pela concentração do poder, na qual a proteção dos direitos econômicos permanece subordinada aos imperativos de credibilidade financeira e controle político.

A partir da leitura de Harvey (2005b), esse processo pode ser interpretado como uma forma de acumulação por espoliação, na qual a austeridade fiscal, a privatização de ativos estatais e a compressão do gasto social operam como mecanismos de transferência de riqueza. No caso egípcio, tais mecanismos não visaram apenas restaurar a rentabilidade do capital, mas também reconfigurar alianças políticas, reforçando a centralização autoritária e a dependência financeira externa.

Assim, os acordos com o FMI não operaram como uma limitação externa ao regime, mas como um recurso político mobilizado para legitimar a centralização do poder e a imposição de custos sociais elevados sob o discurso da inevitabilidade técnica. Ao mesmo tempo, a concentração de renda e riqueza se intensificou, consolidando um padrão de crescimento regressivo. Nesse período, as camadas superiores da sociedade ampliaram seu

controle sobre a renda nacional, ao passo que a metade mais pobre permaneceu marginalizada dos ganhos econômicos.

Nesse contexto, a chamada “Narrativa Nacional” formulada pelo governo deslocou-se de uma retórica de bem-estar social e empregos decentes para um discurso nacionalista compatível com a austeridade (Hussein, 2025). A política econômica é, assim, concebida como um exercício tecnocrático de gestão de déficits, superávits e indicadores macroeconômicos, em detrimento da avaliação de seus impactos sobre as condições de vida da população. Nesse arranjo, a política econômica não é orientada prioritariamente por uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, mas por imperativos de lealdade política e controle social. A economia passa a operar como extensão dos mecanismos de dominação autoritária, na qual decisões distributivas fundamentais são tomadas de forma centralizada e dissociada de qualquer forma de responsabilização democrática (Sayigh, 2025b). Esse padrão produz uma economia política de dominação, em que a coerção substitui o consenso e a disciplina econômica se torna instrumento de governo.

Os programas de ajuste associados ao FMI desempenharam um papel central nesse processo ao reformular escolhas políticas como imperativos técnicos inevitáveis. A austeridade, a liberalização cambial e os cortes nos subsídios foram apresentados como exigências neutras da estabilização macroeconômica, deslocando o conflito distributivo do campo da política para o domínio da expertise econômica. Essa economização da decisão pública contribuiu para esvaziar o debate democrático e legitimar a centralização autoritária do poder, ao mesmo tempo em que transferiu a responsabilidade social dos resultados econômicos para indivíduos e famílias.

4.3.3 O novo contrato social

A redefinição do contrato social no Egito constituiu um objetivo deliberado do presidente Abdel Fattah al-Sisi, e não um simples efeito de políticas econômicas ou uma imposição direta de credores internacionais. Desde sua eleição, o presidente e seus ministros passaram a sustentar publicamente a necessidade de substituir o pacto social herdado por um novo arranjo fundamentado na lógica da responsabilização individual, sintetizado na ideia de que “ninguém recebe nada de graça” (Sayigh, 2015).

Os efeitos dessa orientação tornaram-se rapidamente visíveis. Como abordado, desde 2013 observou-se uma intensificação da pobreza, o enfraquecimento acelerado da classe média e a consolidação de uma elite economicamente concentrada e socialmente dissociada do restante da população. Cortes profundos nos subsídios a alimentos e energia,

acompanhados por aumentos expressivos nos preços de bens básicos e tarifas de serviços essenciais, ocorreram em uma escala e velocidade inéditas na história recente do país (Rutherford, 2023). Diferentemente dos governos anteriores, o regime de al-Sisi foi capaz de implementar essas medidas sem enfrentar mobilizações sociais significativas, resultado tanto da repressão quanto da renovação do papel político das Forças Armadas.

Essa mudança é particularmente relevante quando comparada à postura do Conselho Supremo das Forças Armadas no final do governo Hosni Mubarak. À época, a estrutura militar percebia o avanço das privatizações como uma ameaça à estabilidade social e política, o que contribuiu para sua disposição em facilitar a queda do presidente em 2011. Sob al-Sisi, contudo, essa preocupação foi abandonada. As Forças Armadas passaram a operar como garantidoras da nova agenda econômica, tolerando e/ou promovendo o desmonte de mecanismos tradicionais de proteção social.

Cabe ressaltar que essa inflexão na postura das Forças Armadas frente à agenda econômica só foi possível graças a uma reconfiguração do alto comando militar promovida por al-Sisi entre 2014 e 2018. Ao anunciar sua candidatura à presidência em março de 2014, al-Sisi renunciou ao cargo de ministro da Defesa e indicou sucessores alinhados: Sedki Sobhi foi promovido a chefe do Estado-Maior e depois a ministro da Defesa, enquanto Mahmoud Hegazy tornou-se chefe do Estado-Maior (BBC, 2014). Em 2018, al-Sisi deu um passo ainda mais significativo ao substituir Sobhi por Muhammad Ahmed Zaki. Ao eliminar centros de poder autônomos dentro da instituição e consolidar uma rede de aliados pessoais nos postos-chave, al-Sisi buscou garantir que as Forças Armadas atuassem como extensão direta de seu projeto político, condição indispensável para que passassem a operar como garantidoras da nova agenda econômica.

O resultado foi um processo de declínio socioeconômico, marcado pela expansão do contingente de famílias pobres ou vulneráveis e pela perda de poder aquisitivo da classe média, especialmente daquela historicamente vinculada ao setor público. Este segmento, que havia constituído a principal base sociopolítica dos regimes egípcios desde 1952, foi particularmente afetado pela estagnação salarial, pelas sucessivas desvalorizações da moeda e pela inflação elevada. Segundo Sayigh (2025), a redução contínua dos gastos públicos em saúde e educação, para patamares inferiores aos previstos constitucionalmente, aprofundou ainda mais as desigualdades de acesso e oportunidades⁷⁰.

⁷⁰ Cabe pontuar, que nos governos anteriores a Irmandade Muçulmana trabalhava nas frentes sociais que o Estado neoliberal não chegava. Com a proibição da atuação do grupo, a situação da população pobre se encontra pior.

A combinação entre retração dos gastos sociais, austeridade fiscal e expansão dos privilégios corporativos das Forças Armadas aprofundou padrões estruturais de desigualdade. Embora dados precisos sobre a concentração de riqueza no Egito sejam escassos, indicadores indiretos revelam o alargamento acelerado do problema social. O crescimento vertiginoso do mercado imobiliário de luxo, mesmo em meio a uma crise econômica severa e à elevação abrupta do custo de bens essenciais, evidencia a coexistência de dinâmicas de empobrecimento generalizado com a acumulação extraordinária de capital em segmentos altamente restritos da sociedade.

4.3.4 Megaprojetos e legitimação econômica

Especialmente nos últimos anos, o Egito tem enfrentado um quadro de inflação persistentemente elevada, agravado pela forte desvalorização da libra egípcia. Desde que o dólar passou a se aproximar de 50 libras egípcias, os preços dos bens de consumo aumentaram de forma expressiva. A acumulação contínua de dezenas de bilhões de dólares em dívida externa tem aprofundado esse quadro de fragilidade econômica (Abdelhalim, 2025). Uma das causas centrais dessa deterioração reside no padrão de investimentos adotado pelo Estado desde 2014. Os grandes projetos de desenvolvimento implementados nesse período cumpriram sobretudo uma função simbólica e política: reforçar a imagem do regime e produzir uma narrativa de legitimidade associada à excepcionalidade nacional. Novas cidades e megaprojetos urbanos foram construídos no Cairo e em outras regiões estratégicas, mas sua propriedade e gestão ficaram concentradas em órgãos vinculados às Forças Armadas egípcias.

A ausência de transparência e de mecanismos efetivos de prestação de contas ao parlamento egípcio, especialmente no que se refere aos orçamentos desses empreendimentos e à supervisão de fundos públicos, aprofundou esse problema. Além disso, a concentração de responsabilidades em aliados políticos do regime, em detrimento de critérios técnicos e de expertise, contribuiu para a má gestão e para o desperdício de bilhões de dólares em recursos públicos.

Assim, os megaprojetos urbanos promovidos pelo regime assumem um papel político central. Apresentados como iniciativas de modernização, racionalização urbana e desenvolvimento nacional, esses empreendimentos operam, na prática, como instrumentos de reorganização espacial autoritária (Mandour, 2024). Projetos como a Nova Capital Administrativa⁷¹ simbolizam a convergência entre poder militar, capital imobiliário e controle

⁷¹ A nova cidade constitui o maior empreendimento de uma série de megaprojetos promovidos pelo governo egípcio, apresentados como indispensáveis ao desenvolvimento econômico. Contudo, tais empreendimentos tendem a desviar recursos públicos e a aprofundar o endividamento do Estado egípcio. Construída em área até

social. Planejada como um espaço altamente securitizado, tecnologicamente monitorado e economicamente inacessível à maioria da população, a nova capital institucionaliza uma forma de segregação urbana que afasta o centro decisório do Estado das massas urbanas empobrecidas. O projeto de expansão do Canal de Suez⁷² reforçou essa tendência, sendo disputado e finalmente controlado pelos militares, ainda que com participação de capital internacional (Marshall, 2015). Essa reorganização econômica não apenas consolidou o papel dos militares como agentes centrais da economia política, mas também estreitou os laços entre o Estado e conglomerados privados aliados.

Processos semelhantes de “renovação urbana” em áreas centrais, como no caso do Triângulo de Maspero, resultaram na remoção em larga escala de populações de baixa renda, substituídas por empreendimentos voltados às classes mais abastadas (Taweel, 2023). Essas intervenções não apenas redefinem a paisagem urbana, mas também reconfiguram relações sociais, deslocando os pobres para periferias cada vez mais distantes e precarizadas, enquanto consolidam enclaves de riqueza, segurança e poder. Como sugere Harvey (2005b), a urbanização torna-se um dos principais canais de absorção de excedentes de capital, ainda que à custa da intensificação da desigualdade e da espoliação social.

Assim, o legado mais duradouro do regime al-Sisi tende a ser a consolidação de uma ordem marcada por pobreza estrutural, superacumulação de capital em setores improdutivos e polarização social profunda. Paradoxalmente, essa dinâmica pode contribuir, no curto e médio prazo, para a estabilidade autoritária do regime. Ao explorar o medo da marginalidade social e da desordem, o governo militar consegue mobilizar o apoio de setores da classe média, mesmo quando estes são diretamente afetados pelas políticas de austeridade. Contudo, essa estratégia apresenta limites evidentes. A exclusão persistente das maiorias sociais e a intensificação da segregação urbana tendem a produzir tensões cumulativas que escapam ao controle puramente coercitivo, colocando em xeque a sustentabilidade política do modelo no longo prazo.

então não urbanizada e de deserto, a cidade foi concebida como um modelo urbano de alta tecnologia, projetado para simbolizar o futuro do país e para se distanciar da densidade, da informalidade e da desordem associadas ao Cairo. Segundo o discurso oficial, o projeto também busca redistribuir parte da população, que cresce a uma taxa aproximada de 1,6% ao ano (VOA, 2024).

⁷² O projeto de expansão do Canal de Suez lançado em 2014, incluiu a abertura de um canal paralelo de 35 km, o aprofundamento e alargamento de trechos existentes e a criação de uma zona de segurança de 15 km em cada margem, além da construção de oito túneis subterrâneos destinados a atender necessidades estratégicas das Forças Armadas. Com essas intervenções, o novo traçado passou a totalizar cerca de 72 km entre os quilômetros 50 e 122 do canal original (Hamdy Abd Elazeem, 2014). O custo total do novo projeto do Canal de Suez está estimado em cerca de US\$ 8,2 bilhões, o equivalente a 60 bilhões de libras egípcias. É importante salientar que O novo projeto do Canal de Suez e o desenvolvimento da sua área circundante são considerados um ponto de partida para o motor de desenvolvimento no qual o Egito aposta para sair da atual crise econômica.

Historicamente, esse padrão de autoritarismo desenvolvimentista tem se mostrado incapaz de concretizar projetos que promovam transformações socioeconômicas sustentáveis. Seja na construção de uma narrativa identitária para a sociedade egípcia, seja na formulação de um projeto de desenvolvimento capaz de melhorar concretamente o acesso a consumo, cultura, educação, saúde e transporte, esse modelo tem produzido sobretudo uma lógica de excepcionalismo político, baseada na neutralização de qualquer forma de contestação. A repressão associada a esse arranjo gerou um ambiente marcado por medo, frustração, precarização e aumento da emigração entre amplos setores da sociedade egípcia. Trata-se de uma dinâmica que tende a se intensificar ao longo do tempo, sem, contudo, produzir um fortalecimento duradouro da política do regime.

4.4 LEGITIMAÇÃO EXTERNA E O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS

A derrubada de Mohamed Morsi em 2013 não pode ser compreendida exclusivamente a partir das dinâmicas internas. Embora conflitos domésticos tenham sido centrais, o golpe inscreveu-se em um campo mais amplo de condicionamentos externos que moldaram seus limites e possibilidades. A reação – ou a ausência dela – por parte das potências internacionais, especialmente dos Estados Unidos, foi decisiva para definir os custos políticos da ruptura e sinalizar quais trajetórias seriam toleradas no período pós-Mubarak.

Argumenta-se nesta dissertação que apoio de Washington ao golpe não foi uma reação circunstancial, mas uma autorização tácita do processo contrarrevolucionário, contrastando com interpretações que enfatizam a “relutância” ou a “neutralidade” estadunidense, já que os EUA teriam preferido uma solução negociada. Como demonstram Kirkpatrick (2015) e Aziz (2013), a decisão de não caracterizar a deposição como golpe – evitando assim a suspensão automática da ajuda militar – foi um ato político decisivo que sinalizou anuência tácita. Essa arquitetura, fundada na combinação entre neoliberalismo autoritário, estabilidade securitária e preservação de alianças estratégicas, via na emergência de uma política competitiva e responsiva a demandas populares um risco direto aos interesses econômicos e arranjos geopolíticos do neoimperialismo liderado por Washington no Oriente Médio (Compasso & Kadri, 2023).

Embora os EUA não tenham atuado como agentes diretos da deposição, a Casa Branca acompanhou e tolerou a articulação conduzida pela coalizão entre militares egípcios, elites econômicas locais e aliados do Golfo (com exceção do Catar). Essa coalizão financiou e legitimou a *Campanha Tamarod*, que mobilizou protestos de massa favoráveis à intervenção militar (Kirkpatrick, 2015).

[...] remover Morsi traria tanto dinheiro do Golfo Pérsico, rico em petróleo, que o Egito não precisaria mais de um empréstimo de US\$4,8 bilhões do FMI. Sua previsão foi bem informada: a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait deram imediatamente ao Egito um total de US\$12 bilhões - três vezes mais do que o empréstimo proposto pelo FMI e oito vezes a ajuda anual americana. Sisi “conseguiu salvar o Egito”, declarou o rei Abdullah, da Arábia Saudita, em comunicado divulgado dentro de duas horas do golpe. De fato, a Arábia Saudita e os monarcas do Golfo Pérsico deram ao governo pós-Morsi mais de US\$2 bilhões por mês por mais de dois anos. Em 20 de junho de 2014, quase um ano após a aquisição, o rei Abdullah pousou seu jumbo executivo no aeroporto do Cairo por tempo suficiente para Sisi, o único adido militar de Riad, chegar a bordo e prestar homenagem em uma reunião de meia hora (Kirkpatrick, 2018, p.350).

Para as monarquias do Golfo, a Irmandade Muçulmana representava uma ameaça à estabilidade de regimes dinásticos; para os militares egípcios, o governo Morsi colocava em risco seus interesses corporativos e institucionais. A convergência desses interesses encontrou ressonância em Washington, que optou por não qualificar a deposição como golpe, evitando assim a ativação das restrições legais da Lei de Assistência Externa dos Estados Unidos (1961)⁷³ que exigiriam a suspensão da ajuda (Aziz, 2013). Essa decisão evidenciou a primazia dos interesses estratégicos dos EUA sobre seus compromissos normativos com a democracia, revelando o uso instrumental do arcabouço jurídico para legitimar regimes aliados autoritários.

A posição oficial do governo estadunidense reforçou essa leitura. O então Secretário de Estado, John Kerry, chegou a afirmar que os militares egípcios estariam “restaurando a democracia”, sinalizando apoio político explícito (2013, *apud*. Khattab & Guiguer, 2025). Materialmente, essa anuência se traduziu na continuidade da assistência militar e econômica, tanto dos EUA quanto dos países do Golfo, e na manutenção do fluxo de empréstimos das Instituições Financeiras Internacionais. A própria legislação estadunidense mostrou-se submetida à “lei da conveniência”: quando o senador Rand Paul propôs cortar a ajuda militar ao Egito, o poderoso *lobby* pró-Israel o pressionou contra o projeto, argumentando que isso elevaria a instabilidade e prejudicaria interesses estratégicos estadunidenses e israelenses, que explicitamente apoiavam Sisi. O Senado votou 86/13 pela manutenção da ajuda (Costa, 2020, p. 314).

Além disso, documentos revelados pelo canal Al Jazeera, em 2013, com base em investigação da Universidade de Berkeley, indicavam que a iniciativa estadunidense de “Assistência à Democracia” havia financiado grupos e atores envolvidos na mobilização contra Morsi. O programa integrava uma estratégia da administração Obama para reforçar

⁷³ Prevê a suspensão de ajuda a governos que cheguem ao poder por meio de golpes militares, como forma de incentivar a restauração rápida da ordem democrática. Em particular, a Seção 508 da FAA proíbe a continuidade da assistência financeira quando um chefe de governo eleito é deposto por intervenção militar.

atores seculares alinhados a Washington, diante do avanço da Primavera Árabe e da visibilidade de movimentos islâmicos. Entre os beneficiários estavam setores das forças policiais e políticos abertamente anti-islamistas, alguns dos quais defendiam o fechamento de mesquitas e a detenção de líderes religiosos (Costa, 2020). Esse respaldo contribuiu decisivamente para a consolidação de um neoliberalismo autoritário ancorado no poder militar, conferindo legitimidade internacional a um processo de securitização generalizada. Sob o enquadramento discursivo da “guerra ao terror”, o novo regime obteve sinal verde para criminalizar movimentos sociais, sindicais e trabalhistas, apresentados como ameaças à segurança do Estado.

A magnitude da repressão que se seguiu – com a prisão de milhares de pessoas entre agosto de 2013 e março de 2014, condenações em massa à pena de morte e a exclusão sistemática da Irmandade Muçulmana – não alterou a posição internacional. A administração Obama limitou-se a declarar que as sentenças violavam princípios da justiça, sem adotar medidas concretas que implicassem custos políticos ao regime. Na prática, o fluxo de assistência foi preservado: para o ano fiscal de 2014, o Congresso dos EUA aprovou cerca de US\$1,3 bilhão em ajuda militar e US\$250 milhões em apoio econômico (Costa, 2020; Sharp, 2014).

Desse modo, os Estados Unidos contribuíram tanto para a estabilização financeira do regime pós-golpe quanto para a consolidação de uma ordem autoritária renovada, priorizando a previsibilidade estratégica e a contenção de alternativas políticas percebidas como disruptivas, mesmo à custa do esvaziamento democrático iniciado em 2011. A política estadunidense em relação ao Egito pós-2013 pode, assim, ser analisada como uma forma informal de imperialismo, na qual a dominação se exerceu não por ocupação direta, mas por meio da combinação entre alianças militares, disciplina financeira e enquadramentos discursivos legitimadores.

Essa forma de apoio externo operou também no plano discursivo, ao enquadrar escolhas profundamente políticas como imperativos técnicos ou securitários. A partir da leitura de Brown (2015), pode-se concluir que a política externa estadunidense contribuiu para a economização e securitização da decisão política no Egito, deslocando o debate sobre repressão, desigualdade e direitos sociais para o registro da “estabilidade”, da “segurança” e da “luta contra o terrorismo”. Ao legitimar o regime de al-Sisi como parceiro técnico indispensável para a ordem regional, Washington colaborou para esvaziar o conflito político interno, transformando demandas sociais em ameaças à segurança nacional e naturalizando a exclusão de amplos setores da sociedade egípcia do espaço legítimo de deliberação.

Embora formalmente condicionada à preservação da parceria estratégica com Washington e à realização de eleições, a liberação desses recursos previa ampla margem de flexibilização. A legislação dos EUA autorizava a concessão da ajuda mesmo sem certificação plena do Departamento de Estado, desde que os recursos não fossem direcionados a programas de transferência de renda ou apoio orçamentário direto que contrariasse as diretrizes de estabilização econômica e reformas neoliberais defendidas pelo governo dos Estados Unidos e pelo FMI (Sharp, 2015). Essas condicionalidades revelam que a principal preocupação de Washington não residia na erosão das liberdades civis ou na repressão em larga escala, mas na manutenção de um ambiente político e econômico compatível com seus interesses estratégicos e com a agenda neoliberal.

Como argumenta Samir Amin (2013b), esse tipo de inserção periférica não constitui uma falha do sistema, mas um de seus mecanismos centrais: a estabilidade política dos regimes aliados é garantida desde que estes assegurem a reprodução de uma ordem econômica compatível com os interesses do capital global e das potências centrais. No caso egípcio, a tolerância ativa dos Estados Unidos diante da repressão política não representou uma contradição com seus princípios declarados, mas uma expressão coerente de uma estratégia que prioriza previsibilidade geopolítica, abertura econômica e alinhamento securitário em detrimento de processos democráticos substantivos.

Considerações geopolíticas também desempenharam papel central nessa decisão. A continuidade da assistência foi vista como instrumento para impedir que a Rússia ampliasse sua influência no Egito, em um contexto de crescente protagonismo de Moscou no Oriente Médio após o início da Guerra Civil Síria (2011-2024). Ao mesmo tempo, os Estados Unidos preservaram as Forças Armadas como seu principal interlocutor no país, reforçando uma arquitetura de poder que viabilizou a consolidação de um “mubarakismo sem Mubarak”: um regime ainda centralizador, sustentado pela repressão política e pela reprodução de desigualdades socioeconômicas estruturais.

Apesar das restrições formais impostas pela Lei de Assistência Externa, a administração Obama, em 2015, retomou oficialmente as exportações de armamentos ao governo de Abdel Fattah al-Sisi, totalizando cerca de US\$3,2 bilhões, um patamar que seria ampliado nos anos seguintes sob as administrações Trump (US\$5,3 bilhões) e Biden (US\$6,1 bilhões) (Hoffman, 2023). Tais processos foram enquadrados discursivamente como medidas necessárias para enfrentar a ameaça do “terrorismo”, permitindo ao regime transformar demandas sociais e econômicas em questões de segurança nacional (Rutherford, 2018). No discurso oficial, Barack Obama justificou essa decisão com base na necessidade de resguardar

a “segurança nacional” dos Estados Unidos e de apoiar o combate ao terrorismo na Península do Sinai (Kirkpatrick, 2018).

Sob essa arquitetura internacional permissiva, o regime de al-Sisi pôde aprofundar um modelo de neoliberalismo autoritário de base militar, no qual a repressão política e a reestruturação econômica se reforçam mutuamente. Na prática, por exemplo, o patrocínio estadunidense à campanha militar no Sinai cumpriu funções políticas mais amplas. Ao fortalecer decisivamente o aparato repressivo do regime egípcio, essa estratégia contribuiu para a consolidação do poder militar interno e para o aprofundamento da cooperação securitária regional. Em particular, fomentou uma aliança estreita entre Egito e Israel, ancorada em interesses comuns de segurança e no enquadramento da região sob a lógica da “guerra ao terror” (Kirkpatrick, 2018).

Desse modo, a política externa não deve ser entendida apenas como um fator exógeno de apoio material ao regime egípcio, mas como um componente constitutivo de sua estabilidade autoritária. O alinhamento estratégico com os Estados Unidos e seus aliados funcionou como um verdadeiro seguro político, permitindo ao governo al-Sisi impor custos sociais elevados, restringir liberdades civis e reconfigurar o contrato social sem enfrentar sanções significativas no plano internacional. Ao longo das administrações Barack Obama (2009-2017), Donald Trump (2017-2021) e Joe Biden (2021-2025), a continuidade da assistência militar e da cooperação securitária sinalizou que a preservação da ordem regional e da governança neoliberal prevaleceu sistematicamente sobre considerações democráticas, consolidando um regime autoritário funcional à economia política do neoliberalismo global.

Esse padrão de apoio permitiu que o Egito permanecesse firmemente inserido na esfera de influência dos Estados Unidos, mesmo diante da crescente presença chinesa e russa no país e da virada estadunidense à Ásia. A subordinação estratégica do regime de al-Sisi ao (neo)imperialismo liderado Washington foi posteriormente recompensada pela decisão da administração Biden de liberar integralmente a ajuda militar estadunidense, apesar das persistentes violações de direitos humanos. Independente de tensões pontuais no plano retórico, a relação entre os Estados Unidos e o Egito manteve-se estruturalmente estável ao longo das três administrações. Mesmo diante de mudanças significativas na política externa estadunidense – com o foco na Ásia, especialmente na China – e de cortes expressivos em outros programas de ajuda externa, o Egito continuou a receber aproximadamente US\$1,3 bilhão anuais em assistência militar (Dunne, 2025).

Essa continuidade foi acompanhada pela aprovação recorrente de vendas de armamentos estratégicos, incluindo sistemas de defesa antiaérea avaliados em bilhões de

dólares, reafirmando a centralidade do Egito na arquitetura de segurança regional patrocinada por Washington. Ao longo desse período, as sucessivas administrações estadunidenses reiteraram a existência de “objetivos compartilhados” relacionados à promoção da paz, da segurança e da estabilidade no Oriente Médio (Dunne, 2025). Essa retórica de convergência estratégica constitui um elemento duradouro do discurso dos Estados Unidos sobre o Egito, funcionando como base política para a manutenção do apoio militar independentemente das transformações internas do regime egípcio.

4.5 10 ANOS DE GOLPE: O NEOFARAONISMO E AS ELEIÇÕES DE 2023

Passada uma década desde a ascensão de Abdel Fattah al-Sisi à presidência do Egito, seu governo consolidou um modelo de autoritarismo personalista profundamente ancorado na centralização decisória, na expansão do papel político-econômico das Forças Armadas e na repressão sistemática da dissidência. Ao longo desses (mais de) dez anos, a governança de al-Sisi caracterizou-se menos pela construção de instituições duráveis e mais por uma condução pragmática do poder, na qual decisões estratégicas foram frequentemente moldadas por cálculos imediatos de controle político e sobrevivência do regime, em detrimento das necessidades sociais mais amplas da população egípcia. Esse arranjo contribuiu para a formação de uma autocracia economicamente vulnerável, sustentada por coerção interna e respaldo externo, cujos custos sociais recaíram de maneira desproporcional sobre as classes média e trabalhadora, intensificando a pobreza, a precarização e o descontentamento social.

4.5.1 Constituição 2019 e a consolidação da repressão

Após pouco mais de um mês de debates parlamentares, o Legislativo egípcio aprovou, em 16 de abril de 2019, o pacote de emendas constitucionais que redefiniu o arranjo institucional do país. A votação foi amplamente favorável às mudanças, refletindo a correlação de forças vigente no parlamento, fortemente alinhado ao Executivo. Na sequência, a Autoridade Nacional Eleitoral convocou um referendo constitucional realizado entre 20 e 22 de abril de 2019, cujo resultado confirmou a aprovação das emendas, ainda que com participação eleitoral relativamente limitada.

Embora o regime tenha apresentado o referendo como expressão de vontade popular, o processo evidenciou a fragilidade do pluralismo político no Egito pós-2013. O apoio às emendas concentrou-se em partidos pró-governo, enquanto setores oposicionistas manifestaram-se majoritariamente contra as alterações. Nesse contexto, o referendo funcionou

menos como um mecanismo de deliberação democrática e mais como instrumento de legitimação plebiscitária de decisões previamente definidas pelo núcleo do poder executivo.

Do ponto de vista institucional, as emendas de 2019 aprofundaram a verticalização do poder político. Destaca-se, em primeiro lugar, a extensão do mandato presidencial de quatro para seis anos, acompanhada da inclusão de um dispositivo transitório que permitiu a Abdel Fattah al-Sisi concorrer a um novo mandato em 2024 (Egypt's Constitution of 2014 with Amendments through, 2019). Essa alteração enfraqueceu os mecanismos de alternância no poder e ampliou o horizonte temporal de permanência do presidente no cargo. Paralelamente, foi restabelecido o cargo de vice-presidente sob termos estritamente subordinados, sem prerrogativas para disputar a presidência ou exercer funções autônomas, reforçando a centralização decisória no Executivo.

As reformas também ampliaram significativamente o controle presidencial sobre o Judiciário. O presidente passou a deter poderes diretos de nomeação sobre os chefes dos principais órgãos judiciais, incluindo o Procurador-Geral e o presidente da Suprema Corte Constitucional, comprometendo a autonomia institucional e aprofundando a subordinação do sistema judicial ao Executivo. No âmbito Legislativo, a reintrodução de um parlamento bicameral, com a criação de um Senado dotado de funções majoritariamente consultivas (Egypt's Constitution of 2014 with Amendments through, 2019), não resultou em maior equilíbrio institucional, mas contribuiu para fragmentar responsabilidades políticas e diluir mecanismos de controle sobre o governo.

Esse redesenho institucional ocorreu em um contexto marcado por restrições severas às liberdades civis e políticas, como a limitação da liberdade de expressão, de associação e de reunião, bem como pela fragilização dos mecanismos de participação política. Nessas condições, a reforma constitucional operou como um mecanismo de consolidação do poder Executivo, comprometendo as bases mínimas de competição e *accountability* necessárias à realização de consultas populares efetivamente livres e justas.

As emendas constitucionais aprovadas sob o governo de al-Sisi não devem ser compreendidas como ajustes institucionais pontuais, mas como parte de uma estratégia deliberada de reestruturação autoritária do ordenamento político egípcio. Ao ampliar os limites de mandato presidencial, reforçar o controle do Executivo sobre o Judiciário e institucionalizar o papel político das Forças Armadas, essas reformas aprofundam uma lógica já identificada por Brown (2002): a de constituições que operam em contextos não constitucionais, nas quais o texto jurídico não funciona como instrumento de limitação do poder, mas como meio de sua legitimação e concentração.

Nesse sentido, o processo constitucional pós-2013 confirma a leitura de Brown (2013) sobre o fracasso da transição egípcia, marcada não pela ausência de normas formais, mas pela incapacidade dessas normas de limitar os centros reais de poder. As emendas não emergem de um pacto político inclusivo nem de um debate público livre, mas de um ambiente caracterizado pela supressão das liberdades civis, pela criminalização da dissidência e pela neutralização preventiva de qualquer forma de oposição organizada. A própria gestão do processo evidencia que a reforma constitucional funcionou como um mecanismo de fechamento do regime, e não como um instrumento de reorganização democrática.

A centralidade do Executivo nas novas disposições legais reforça a simbiose entre a presidência e um conjunto de instituições, práticas e redes informais – particularmente no interior das Forças Armadas – que operam com relativa autonomia em relação à *accountability* democrática. Ao conferir ao presidente amplos poderes sobre a nomeação e a disciplina de juízes, procuradores e altos cargos judiciais, as emendas constitucionalizam essa relação, transformando a captura institucional em norma jurídica. Como já argumentava Brown (2002), em contextos como o egípcio, a legalidade não se opõe ao autoritarismo; ela o organiza.

A ampliação da jurisdição dos tribunais militares sobre civis e a atribuição explícita às Forças Armadas da função de “proteger a Constituição e a democracia” representam, nesse quadro, um deslocamento significativo do princípio da soberania civil. (Human Rights Watch, 2019). Não estabelecendo garantias institucionais, essas disposições consolidam a posição dos militares como árbitros últimos da ordem política, legitimando intervenções futuras sob o pretexto da defesa do Estado. Trata-se de um movimento coerente com a trajetória histórica do Estado egípcio, no qual o aparato coercitivo não apenas sustenta o regime, mas define os limites do político.

A revisão constitucional de 2019 também tornou explícito que a consolidação do regime exigia um acordo político entre al-Sisi e as Forças Armadas. Em troca do apoio às emendas que estenderam o segundo mandato presidencial e abriram caminho para um terceiro mandato de seis anos, as FAE obtiveram o reconhecimento constitucional de seu direito de intervir, a seu próprio critério, para preservar a ordem política, independentemente da autorização de outras instâncias estatais, inclusive da presidência. Esse acordo com as Forças Armadas, no entanto, não significou que al-Sisi tenha se tornado refém da instituição. Conforme detalhado anteriormente, o presidente tratou de reconfigurar sistematicamente o alto comando militar, promovendo aliados, inserindo familiares em postos estratégicos e promovendo rotações constantes, para garantir que as FAE atuassem como extensão de seu

poder, e não como um contrapeso autônomo. Entretanto, as recorrentes intervenções de al-Sisi nas cadeias de comando militar e nos serviços de inteligência refletem a preocupação em impedir a formação de centros de poder alternativos e em antecipar conflitos intra-elites.

Essas alterações contribuíram para legitimar e normalizar o uso crescente de tribunais militares no julgamento de civis, inclusive em casos que não envolvem diretamente pessoal ou instalações das Forças Armadas. Sob esse enquadramento, passaram a ser considerados passíveis de jurisdição militar crimes vagamente definidos como atentatórios às “necessidades básicas da sociedade”, incluindo infrações relacionadas a alimentos, bens essenciais e combustíveis. Esse escopo foi progressivamente ampliado por decretos presidenciais sucessivos desde 2014, que atribuíram às FAE a responsabilidade pela proteção de instalações e infraestruturas públicas e concederam a seus integrantes poderes de polícia judiciária.

4.5.2 A política “neofaraonista” de Abdel Fattah al-Sisi

Ao invés de adotar modelos universais de organização política, o governo do Egito construiu uma narrativa de legitimidade fundada na defesa da fé, da tradição e do patrimônio nacional como pilares da ordem estatal. Essa orientação aproxima o Egito de uma lógica presente em diversos Estados, nos quais o poder político se apresenta como guardião de uma identidade coletiva concebida como singular e irredutível a padrões externos, e a preservação de valores culturais é elevada a princípio central de soberania (Coker, 2019).

A Constituição de 2014 institucionalizou essa orientação ao atribuir ao Estado a responsabilidade de proteger o “patrimônio civilizacional e cultural, material e moral” do Egito (Egypt's Constitution of 2014). Essa formulação abrange explicitamente as eras faraônica, copta, islâmica e moderna, elevando elementos do Antigo Egito ao estatuto de fundamentos constitutivos da identidade nacional, em pé de igualdade com tradições posteriores. Tal disposição constitucional refletiu uma estratégia deliberada do governo al-Sisi de ancorar a legitimação do regime em uma noção de continuidade civilizacional e grandeza atemporal, em um contexto marcado por estagnação econômica persistente (el-Hamalawy, 2024).

Como desdobramento desse processo, a imagem de al-Sisi tornou-se onipresente no espaço público, estampando outdoors e sendo reiteradamente celebrada nos meios de comunicação. A mídia e produtos culturais passaram a difundir representações simbólicas que o associavam a uma figura paternal e protetora, frequentemente exaltando sua relação com a nação em termos afetivos e familiares, como evidenciado por canções e discursos que o figuravam como o “noivo” do Egito e os cidadãos como seus “filhos” (Naguib, 2020). À

exceção de Gamal Abdel Nasser – ainda o mais aclamado –, nenhum líder egípcio alcançou grau semelhante de reconhecimento público moldado por uma lógica patriarcal, na qual autoridade política e carisma pessoal se entrelaçam como fontes centrais de legitimidade.

A partir desse modelo, o avanço do regime al-Sisi incorporou sistematicamente referências à herança faraônica como elemento central de uma estratégia simbólica de legitimação do poder. Mais do que uma política de preservação cultural, o investimento estatal na valorização do Egito Antigo começou a operar como um recurso político destinado a produzir uma narrativa de continuidade histórica, grandeza civilizacional e centralidade do Estado na condução do destino nacional. Com isso, o que se convencionou chamar de *neofaraonismo* pode ser compreendido como uma reatualização seletiva da memória faraônica, mobilizada para reforçar uma identidade nacional despolitizada, hierárquica e fortemente centralizada, em consonância com a lógica autoritária do regime.

Em virtude do fato de o nacionalismo contemporâneo ser mais reativo do que ativo, tende a ser mais cultural do que político e, portanto, mais dirigido à defesa de uma cultura já institucionalizada do que à construção ou defesa de um Estado. Quando novas instituições políticas são criadas, ou recriadas, constituem trincheiras defensivas de identidade, e não plataformas de lançamento de soberania política (Castells, 2018, p. 80).

No caso egípcio, o *neofaraonismo* não emerge como expressão espontânea, em termos de coesão simbólica, mas procura deslocar o eixo da identidade coletiva para raízes étnico-civilizacionais pré-religiosas, apresentadas como fundamento comum a diferentes grupos sociais. Sob o governo al-Sisi, programas culturais e educacionais conduzidos pelo Estado reforçaram essa narrativa, promovendo gradualmente a primazia da identidade “egípcia” em detrimento do enquadramento árabe-islâmico tradicional. Ainda que tal deslocamento busque transcender divisões sectárias, ele também evidencia o caráter instrumental da política identitária do regime, concebida menos como projeto inclusivo e mais como mecanismo de legitimação autoritária em um contexto de fechamento político e restrição do pluralismo (Anderson, 2021).

Esse deslocamento da legitimação política para o campo da identidade pode ser interpretado à luz da compreensão de Manuel Castells (2018) acerca da construção social das identidades em contextos marcados por relações assimétricas de poder. No caso egípcio, o *neofaraonismo* não emerge como expressão espontânea de pertencimento coletivo, mas como uma identidade produzida a partir do Estado, orientada à recomposição da autoridade política após a ruptura de 2011. Ao mobilizar seletivamente o legado faraônico como fundamento da nação, o regime transformou a identidade em recurso de legitimação, capaz de naturalizar a

centralização do poder e de deslocar o conflito político para fora do campo da deliberação legítima.

Esse enquadramento identitário opera, simultaneamente, pela neutralização de formas concorrentes de pertencimento – associadas tanto às mobilizações revolucionárias quanto ao islamismo político – e pelo bloqueio de projetos alternativos de reorganização social, convertendo a identidade nacional em mecanismo de estabilização autoritária. Dessa forma, mais do que promover coesão inclusiva, o *neofaraonismo* funciona como estratégia de poder simbólico, ao redefinir os limites do político e apresentar a dominação como expressão necessária de uma continuidade civilizacional incontestável (Castells, 2018).

A apropriação contemporânea do repertório faraônico não se limita ao campo cultural, mas integra um projeto mais amplo de construção de hegemonia simbólica. Ao enfatizar realizações monumentais, científicas e civilizacionais do passado antigo, o Estado desloca o eixo da identidade nacional para uma temporalidade anterior ao islamismo político, às disputas ideológicas contemporâneas e às clivagens sociais recentes. Essa operação simbólica permite ao regime apresentar-se como herdeiro legítimo de uma civilização milenar, naturalizando a autoridade, a centralização do poder e a figura do governante como guardião da ordem e da continuidade histórica (Gershoni & Jankowski, 2004).

Os grandes eventos públicos organizados a partir de 2021 devem ser interpretados à luz dessa lógica. Cerimônias como a transferência das múmias reais⁷⁴, a realocização de artefatos faraônicos emblemáticos e a reencenação de rituais inspirados no Egito Antigo funcionaram como performances estatais coreografadas, nas quais o passado foi instrumentalizado para reforçar a legitimidade do presente. A presença direta do Presidente nessas encenações evidencia o esforço de associar a figura de al-Sisi à ideia de liderança histórica, estabilidade e renascimento nacional, estabelecendo paralelos implícitos entre o poder contemporâneo e a autoridade faraônica. Mais do que um evento cultural, o desfile operou como ferramenta de encenação política para a ressignificação de espaços associados à mobilização revolucionária e para a consolidação de uma narrativa estatal centrada na autoridade, na continuidade histórica e na soberania.

Em conjunto, a política neofaraonista do regime al-Sisi revela-se menos como uma celebração do passado e mais como um dispositivo contemporâneo de legitimação. Ao

⁷⁴ O Desfile Dourado dos Faraós, realizado em abril de 2021, pode ser interpretado como um marco simbólico da reconfiguração do nacionalismo promovido pelo governo de Abdel Fattah al-Sisi. A transferência de vinte e duas múmias reais da Praça Tahrir para o Museu Nacional da Civilização Egípcia, em Fustat, foi acompanhada por um espetáculo amplamente televisionado, no qual o Presidente ocupou posição central (Ministry of Tourism and Antiquities, 2021).

ancorar a soberania na defesa de uma identidade civilizacional, o Estado tem deslocado as questões políticas do presente para uma temporalidade histórica monumental, reduzindo o espaço da deliberação e naturalizando a centralização do poder. Nesse arranjo, a identidade não opera como fundamento de inclusão democrática, mas como mecanismo de estabilização simbólica em um contexto de fechamento institucional, repressão seletiva e fragilidade do contrato social. Sintetizando a lógica mais ampla do regime pós-2013: a substituição da política por pertencimento, da soberania popular por tutela histórica e do pluralismo por uma narrativa de continuidade civilizacional apresentada como incontestável.

4.5.3 As eleições de 2023 e a consolidação do regime

As eleições presidenciais egípcias de dezembro de 2023 ocorreram em um contexto marcado, novamente, pela supressão da competição política e pelo fechamento do espaço cívico. De acordo com a Human Rights Watch (2023a), a reeleição de Abdel Fattah al-Sisi para um terceiro mandato, agora oficialmente de seis anos, foi precedida por uma campanha coordenada de prisões arbitrárias, intimidação e imposição de requisitos administrativos deliberadamente onerosos, que impediram, na prática, a existência de qualquer disputa eleitoral significativa. O resultado oficial – 89,6% dos votos – não refletiu um processo competitivo. Ao longo dos meses que antecederam o pleito, forças de segurança reprimiram protestos pacíficos, detiveram jornalistas, ativistas e opositores políticos, e ampliaram o uso de dispositivos legais repressivos para criminalizar a dissidência sob acusações vagas de terrorismo e disseminação de fake news.

A eliminação de potenciais adversários presidenciais constituiu um elemento central desse processo. Ainda segundo a Human Rights Watch (2023a), as autoridades egípcias visaram de maneira particular Ahmed Tantawy, ex-parlamentar e principal opositor declarado de al-Sisi, bem como sua família, equipe de campanha e apoiadores. Apesar de mobilizar apoio popular visível, Tantawy foi impedido de reunir as assinaturas exigidas para o registro oficial de sua candidatura. Paralelamente, dezenas de voluntários e apoiadores foram presos preventivamente, muitos deles acusados de crimes relacionados ao terrorismo unicamente por atividades pacíficas de campanha ou manifestações de apoio nas redes sociais. Segundo a Iniciativa Egípcia para os Direitos da Pessoa (2023)⁷⁵, o número de detidos ligados à campanha de Tantawy ultrapassou uma centena antes mesmo do início oficial da votação, ilustrando o uso da repressão seletiva como mecanismo para influenciar eleições.

⁷⁵ Importante organização independente de direitos humanos do Egito.

Nesse sentido, as eleições de 2023 não podem ser compreendidas apenas como um evento político isolado ou como mais um episódio de autoritarismo eleitoral, mas como parte de um processo de uma nova reorganização do regime egípcio sob Abdel Fattah al-Sisi. Para dar conta dessa transformação de longo alcance, Yezid Sayigh (2025) propõe a noção de “Nova República”, entendida como um projeto político deliberado de reconstrução autoritária do Estado, de suas instituições e de suas bases de legitimidade.

Segundo Sayigh (2025a, p. 14) tornam-se evidentes nos quatro pilares que sustentam essa o atual Estado Egípcio: recurso sistemático à repressão severa e à violência rotinizada; controle quase absoluto dos meios de comunicação e do discurso público; promoção de um hipernacionalismo ancorado em narrativas conspiratórias; e formação de um corpo de jovens líderes e burocratas politicamente desmobilizados, porém leais ao regime.

De forma ampla, o novo mandato de al-Sisi possui objetivos estratégicos atravessados por tensões internas profundas: busca-se um aparelho estatal leal, porém apolítico; desejo de atrair capital privado, mas sob rígido controle estatal e com predomínio militar sobre setores-chave do mercado; tenta-se institucionalizar mecanismos anticorrupção direcionados a opositores e setores não alinhados, enquanto se preserva um sistema clientelista; pretende-se um governo burocraticamente rotineiro, mas centrado numa liderança hiperpersonalista; almeja-se uma presidência com autonomia decisória quase ilimitada, embora dependente de interesses poderosos dentro da própria coalizão estatal. Essas contradições estruturais não apenas moldam a própria natureza do governo em construção, como também colocam em risco sua capacidade de sustentação no longo prazo.

O que torna al-Sisi uma figura distinta não é a ruptura com o passado, mas a capacidade de adaptar o autoritarismo egípcio às novas realidades pós-revolução. Ele não só reinstituiu o domínio militar sobre a política e a economia, mas também reincorporou elementos de neoliberalismo, com uma forte centralização do poder e o uso de dispositivos econômicos e midiáticos para solidificar sua posição. O regime de al-Sisi, portanto, é uma síntese das velhas estruturas de poder, combinada com novas estratégias autoritárias, que o tornam não apenas o continuador do regime Mubarak, mas também o protagonista de um novo ciclo de autoritarismo adaptativo.

As eleições presidenciais de 2023, portanto, não inauguram uma nova etapa política no Egito, mas selam a consolidação de um regime plenamente institucionalizado. Ao converter o processo eleitoral em um evento esvaziado de competição e dissenso, o governo al-Sisi transforma a exceção repressiva em norma política e a coerção em mecanismo regular de governança. Assim, o caso egípcio pós-2013 oferece um modelo analítico importante para

compreender as trajetórias do autoritarismo contemporâneo. Diferente da autocracia competitiva da Turquia⁷⁶ ou do autoritarismo sancionista da Argélia⁷⁷, o Egito sob al-Sisi exemplifica uma recomposição autoritária militar-neoliberal, na qual as Forças Armadas atuam não apenas como guardiãs do regime, mas como agentes econômicos hegemônicos e engenheiras de um novo contrato social excludente. A sustentabilidade deste modelo, contudo, permanece amarrada a tensões profundas: a dependência de financiamento externo, a erosão acelerada da base social, a potencial vulnerabilidade presidencial perante o Judiciário e a incapacidade de silenciar completamente a memória política de 2011 sugerem que a “Nova República” pode estar construindo sua própria erosão a longo prazo, mesmo enquanto parece inexpugnável no curto prazo.

⁷⁶A Turquia contemporânea é um caso emblemático de “autoritarismo competitivo”, regime no qual eleições continuam sendo realizadas, mas o governo utiliza o controle sobre o Estado para manipular o processo político e garantir sua permanência no poder (Akkoyunlu, 2017). Diferentemente do Egito, onde as Forças Armadas são o centro do poder, na Turquia os militares foram progressivamente subordinados ao poder civil, e o autoritarismo deslocou-se para a figura presidencial e seu partido, o AKP. O episódio crítico que revela essa dinâmica foi as eleições de 2015: diante de um resultado desfavorável (a perda da maioria parlamentar em junho), o governo não recorreu a fraudes ostensivas, mas sim à manipulação estratégica do processo eleitoral – convocando novas eleições e alterando as condições políticas para reverter o resultado em novembro do mesmo ano. Este evento demonstrou que, embora as eleições mantenham sua função procedimental, a vontade popular pode ser ignorada quando contraria os interesses do governo.

⁷⁷ O regime argelino, por sua vez, é caracterizado por um “autoritarismo sancionista” ou “regime de poder sancionado”, no qual o poder efetivo não é a partir das urnas, mas de um pacto informal entre as Forças Armadas, os serviços de inteligência e elites civis aliadas, o chamado *le pouvoir* (o poder). Este modelo consolidou-se após o golpe de 1992, que anulou a vitória eleitoral da Frente Islâmica de Salvação (FIS) e levou o país a uma guerra civil. Hoje, as eleições são realizadas periodicamente, mas seus resultados são previamente sancionados pelos militares, e a oposição relevante é mantida à margem do processo decisório. Mesmo as massivas manifestações do movimento Hirak (2019), que forçaram a renúncia do presidente Abdelaziz Bouteflika, resultaram apenas em uma recomposição do *le pouvoir*. Como observa Yerkes (2023), o definhamento da estrutura de poder de Bouteflika não significou o colapso do sistema político argelino ou a decomposição de sua característica central: os militares como a principal fonte de poder político. As eleições controladas que se seguiram levaram à vitória de Abdelmadjid Tebboune, ex-primeiro-ministro de Bouteflika e membro do establishment militar, evidenciando a continuidade das estruturas de poder.

5 CONCLUSÃO

Os levantes de 2010-2011 no mundo árabe foram interpretados, em seu momento de eclosão, como a abertura de uma janela histórica capaz de redefinir as estruturas políticas de uma região marcada por décadas de autoritarismo. No Egito, a queda de Hosni Mubarak em fevereiro de 2011 parecia confirmar essa expectativa: um regime de trinta anos caía sob a pressão de mobilizações populares massivas, e a perspectiva de uma transição democrática tornava-se, pela primeira vez, um horizonte concreto. O que se seguiu, no entanto, foi uma trajetória com altos e baixos, e um resultado oposto ao esperado. O esgotamento de uma liderança autoritária não implicou a desarticulação das bases estruturais que sustentavam o autoritarismo egípcio. Pelo contrário, o período pós-2011 testemunhou a notável capacidade de adaptação e rearticulação dessas estruturas, culminando na emergência de um regime ainda mais repressivo e centralizado sob a liderança de Abdel Fattah al-Sisi.

Esta dissertação dedicou-se a compreender esse processo, partindo de uma pergunta central: como as estruturas de poder herdadas do regime pré-2011 condicionaram as transições políticas egípcias e contribuíram para a consolidação do regime autoritário de al-Sisi? A hipótese que orientou a pesquisa era a de que as mobilizações de 2011 não representaram uma ruptura democrática, mas sim uma reconfiguração do poder por parte de elites políticas e militares que atuaram estrategicamente para canalizar e neutralizar as pressões populares, preservando a lógica autoritária do Estado com suporte internacional. O percurso analítico realizado nos três capítulos confirmou essa hipótese, demonstrando que a queda de Mubarak, longe de dismantelar as estruturas autoritárias, criou as condições para que elas se rearticulassem sob novas formas, levando ao extremo tendências já presentes nas décadas anteriores.

Dessa forma, o que a trajetória egípcia revela em primeiro lugar é a notável capacidade de adaptação do autoritarismo, fenômeno que Albrecht e Schlumberger (2004) conceituaram como *authoritarian resilience*. Para os autores, a durabilidade das autocracias não pode ser explicada apenas pela repressão direta, mas sobretudo pela capacidade adaptativa das elites, que implementam reformas seletivas, rearranjos institucionais e estratégias de cooptação a fim de neutralizar pressões por mudança. O caso egípcio confirma essa tese com impressionante precisão: de Nasser a Sadat, de Mubarak a al-Sisi, o Estado egípcio foi moldado por sucessivas recomposições que, embora alterassem a correlação de forças entre os atores dominantes, jamais romperam com o núcleo militar-burocrático que constituía sua base estrutural. Nasser combinou reformas sociais progressistas com a supressão de mediações civis autônomas; Sadat promoveu uma abertura neoliberal que aprofundou a dependência

externa; Mubarak administrou esse legado com pragmatismo, equilibrando pressões externas com a manutenção de redes clientelistas. E a queda de Mubarak em 2011 não interrompeu esse padrão, ao contrário, criou as condições para que ele se manifestasse de forma ainda mais explícita.

Neste movimento, este trabalho chega a um ponto-chave sobre a estrutura egípcia: a democracia nunca, de fato, existiu no Egito. Nem antes, nem durante, nem depois da Primavera Árabe. O que houve em 2011 foi a abertura de uma janela de oportunidade para que setores organizados da sociedade pudessem disputar o poder, mas essa disputa ocorreu em um campo minado cujas regras foram definidas pelos militares. As eleições de 2011-2012, embora formalmente livres, não foram “decisivas” no sentido que O'Donnell (2004) atribui ao termo: os vencedores não puderam exercer o poder efetivo porque as Forças Armadas mantiveram sob seu controle o orçamento militar, a nomeação da cúpula das FAE, a jurisdição sobre civis e o processo constituinte. Pode-se entender que o período entre 2011 e 2013 não foi uma transição interrompida, mas uma ilusão de abertura que, ao se chocar com as estruturas reais de poder, revelou-se insustentável desde o início.

O governo de Mohamed Morsi não representa, portanto, uma “experiência democrática fracassada”, mas o momento em que a Irmandade Muçulmana tentou medir forças com o “Estado profundo” e perdeu. Morsi tentou afirmar a autoridade do cargo contra os militares, contra o judiciário e contra a burocracia do antigo regime – e, ao fazê-lo, desafiou estruturas de poder que jamais haviam sido desmanteladas. Incapaz de construir coalizões amplas e de romper com a herança neoliberal que havia criticado, viu sua base de apoio popular deteriorar-se rapidamente. Suas tentativas de afirmar autoridade foram interpretadas como desvio autoritário, alimentando a polarização e preparando o terreno para a intervenção militar. Dessa forma, o golpe de 3 de julho de 2013 explicitou o que já era verdade desde 2011: os militares continuavam sendo os árbitros do jogo político.

É nesse ponto que a análise do governo de Abdel Fattah al-Sisi se torna crucial para compreender não apenas o desfecho do processo iniciado em 2011, mas a própria natureza do autoritarismo egípcio contemporâneo. O regime de al-Sisi não representa uma simples restauração do *status quo* anterior, mas a emergência de uma nova configuração autoritária que leva ao extremo tendências já presentes nas décadas anteriores. Três pilares fundamentais sustentam essa configuração, operando de forma integrada e reforçando-se mutuamente.

O primeiro pilar é a recomposição militar do Estado. Desde 2013, as Forças Armadas expandiram seu controle sobre setores estratégicos da economia. Como discutido, as empresas controladas pelos militares passaram a atuar em áreas que vão da construção civil à produção

de alimentos, da gestão de infraestruturas à indústria de comunicação, frequentemente à margem de mecanismos regulares de supervisão. A economia militar, que antes operava como enclave relativamente discreto, tornou-se motor da acumulação e instrumento de controle político, absorvendo parcela desproporcional dos recursos públicos e atuando em parceria subordinada com o capital privado. Sayigh (2012; 2019; 2025) foi a referência central para compreender essa dinâmica no Egito, que ele denomina como “capitalismo de Estado militarizado”: uma configuração na qual o Estado mantém o controle sobre setores estratégicos, mas o exerce por meio das Forças Armadas, não da burocracia civil. Esta expansão foi constitucionalmente sancionada através das emendas de 2019, que atribuíram às Forças Armadas o dever de intervir para “proteger a Constituição, a democracia e os fundamentos do Estado civil”, sem subordinação a qualquer autoridade civil.

O segundo pilar é o neoliberalismo autoritário, que instrumentaliza políticas econômicas para fins de controle político (assim como no período Mubarak). A crítica de David Harvey (2005) ao neoliberalismo forneceu a chave para compreender a base material do regime de al-Sisi. Os acordos com o Fundo Monetário Internacional não operaram como limitações externas, mas como recursos políticos mobilizados para legitimar a centralização do poder. A austeridade fiscal, a privatização de ativos estatais e a compressão do gasto social foram apresentadas como imperativos técnicos inevitáveis, deslocando o conflito distributivo do campo da política para o domínio econômico. Trata-se, na formulação de Harvey, de um processo de acumulação por espoliação: a transferência de riqueza das classes populares para a elite militar-empresarial, operada por meio de condicionalidades financeiras, disciplinamento fiscal e abertura seletiva aos fluxos de capital. Samir Amin (2011) oferece o complemento necessário a essa análise ao situar o caso egípcio no quadro mais amplo da dependência estrutural. Para Amin, as reformas neoliberais no mundo árabe não foram uma opção de política econômica, mas um mecanismo de integração subordinada das economias periféricas ao capitalismo global.

A dívida externa, longe de ser uma disfunção a ser superada, tornou-se um instrumento de disciplina política: ao endividar o Estado, as Instituições Financeiras Internacionais garantem que ele permaneça refém de suas condicionalidades. Wendy Brown (2015) permite compreender a dimensão subjetiva desse processo: o neoliberalismo não tornou-se apenas um conjunto de políticas, mas uma racionalidade política que reconfigurou o exercício da soberania. Ao transformar decisões políticas em imperativos técnicos, o neoliberalismo ajudou a esvaziar o debate democrático egípcio e a legitimar a centralização autoritária do poder. Essa lógica manifesta-se na forma como o regime apresenta a austeridade como

inevitabilidade, a repressão como necessidade securitária e a concentração de poder como garantia de estabilidade.

O terceiro pilar envolve uma narrativa nacionalista ancorada em um *neofaraonismo* que busca produzir consentimento além da coerção. Para isso, o conceito de bonapartismo, formulado por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852)*, mostrou-se particularmente adequado para analisar a posição de al-Sisi no sistema político egípcio. Diante de um equilíbrio instável entre classes sociais antagônicas – a elite militar-empresarial, a burguesia remanescente do período Mubarak, os setores populares desmobilizados –, emerge uma liderança que se coloca aparentemente acima dos conflitos, governando em nome da ordem e da estabilidade enquanto preserva seus interesses fundamentais, e apoiada nas Forças Armadas, na burocracia estatal e em governos internacionais. O bonapartismo de al-Sisi, contudo, tem uma especificidade: o atual regime combina a retórica de salvação nacional com a repressão sistemática, a concentração de poder no Executivo e a subordinação dos demais poderes, tudo em nome da “estabilidade” necessária para atrair investimentos e garantir a reprodução do capital associado ao estamento militar.

Chantal Mouffe (2005) oferece uma chave complementar para compreender esse fenômeno. O que o regime de al-Sisi promove, ao contrário do que a autora aponta como necessário para constituição democrática, é uma despolitização integral do espaço público: partidos são esvaziados, sindicatos neutralizados, a sociedade civil controlada. O presidente se apresenta como a única voz autorizada a interpretar a vontade popular, pairando acima das disputas partidárias e encarnando o interesse nacional. Trata-se, na formulação de Mouffe, da negação da política, em favor de uma lógica bonapartista que concentra poder na figura do líder.

Como ponto focal dessa agenda personalista, Abdel Fattah al-Sisi utiliza de uma política *neofaraônica*, a qual não pode ser considerada mera propaganda, mas sim, um dispositivo de legitimação que mobiliza seletivamente o legado do Egito Antigo para construir uma identidade nacional despolitizada, hierárquica e centralizada. Ao ancorar a soberania na defesa de uma civilização milenar, o regime naturaliza a dominação e apresenta a figura do governante como guardião de uma ordem incontestável. Trata-se, nos termos de Castells (2018), de uma identidade legitimadora produzida pelo Estado para racionalizar sua dominação, através de uma “modernização sem modernidade”, na qual a adoção de megaprojetos e discursos de eficiência convive com a negação sistemática da autonomia individual e da participação política.

A repressão, cooptação e legitimação operaram, assim, de forma articulada (Darwisheh, 2025): a expansão militar forneceu os recursos para sustentar o aparato repressivo e cooptar elites; a austeridade neoliberal foi apresentada como sacrifício necessário à grandeza nacional; e o controle discursivo garantiu que nenhuma narrativa alternativa pudesse disputar o espaço público. O resultado é um autoritarismo adaptativo que, ao mesmo tempo em que parece inabalável em sua capacidade repressiva, carrega contradições estruturais – dependência externa, erosão da base social, vulnerabilidades institucionais – que podem, a longo prazo, reabrir as fissuras que o regime se esforça por selar.

O destino da Irmandade Muçulmana no Egito pós-2014 simboliza, em escala ampliada, o destino de toda e qualquer oposição organizada sob o regime de al-Sisi. Proscrita em 2013 e oficialmente declarada “organização terrorista” em 2014, a Irmandade foi submetida a uma campanha de erradicação sistemática: milhares de seus membros foram presos, centenas condenados à morte em julgamentos coletivos, e sua extensa infraestrutura social, construída ao longo de décadas, foi desmantelada pelo Estado. No plano externo, a perseguição adquiriu contornos transnacionais. Seus membros, forçados ao exílio, estabeleceram-se inicialmente na Turquia, no Catar e em países europeus. Contudo, a pressão internacional intensificou-se progressivamente. Fragmentada, com suas lideranças encarceradas ou dispersas e sem território seguro, a Irmandade Muçulmana sobrevive hoje como uma sombra do que já foi. Um lembrete de que, na “Nova República” de al-Sisi, não há espaço sequer para a memória organizada da oposição.

A essas dimensões domésticas, somou-se um alicerce internacional decisivo. A pesquisa demonstrou que o apoio dos Estados Unidos não foi um mero pano de fundo, mas uma condição estruturante da reconfiguração autoritária. Como argumenta Kirkpatrick (2015), a decisão de não caracterizar a deposição de Morsi como golpe representou uma “autorização tácita do processo contrarrevolucionário”, refletindo a primazia dos interesses estratégicos estadunidenses sobre seus compromissos normativos com a democracia.

Isto posto, a trajetória egípcia pós-2011 pode ser lida como um processo de autocratização no qual diferentes atores contribuíram, cada um a seu modo, para o desfecho autoritário. As Forças Armadas, que atuaram como instância principal de veto definindo unilateralmente as regras do jogo; preservando seus privilégios e; quando necessário, intervindo diretamente para garantir a continuidade do núcleo militar do poder, foram as grandes vencedoras do processo. As elites civis do antigo regime (judiciário, burocracia, empresários ligados ao PND) recusaram-se a aceitar a legitimidade do governo Morsi e atuaram nos bastidores para desestabilizá-lo, contando com o apoio dos militares e da mídia.

A Irmandade Muçulmana, embora vitoriosa nas urnas, mostrou-se incapaz de construir coalizões amplas, de romper com a herança neoliberal e de subordinar o aparato militar ao poder civil. Os movimentos jovens e revolucionários, que protagonizaram as mobilizações de 2011, foram sistematicamente excluídos dos espaços de decisão, seja pelos militares, que desenharam um processo eleitoral que os marginalizava, seja pela Irmandade, que não lhes ofereceu espaço em seu projeto de poder. Os Estados Unidos e as monarquias do Golfo forneceram o oxigênio financeiro e diplomático que permitiu ao regime pós-golpe estabilizar-se. As Instituições Financeiras Internacionais atuaram como fiadoras externas de um modelo de exclusão política e concentração de poder.

Contudo, essa arquitetura de poder contém contradições profundas que limitam sua sustentabilidade de longo prazo. Economicamente, o modelo aprofunda a dependência externa e a concentração de renda, minando suas próprias bases de sustentação (Hassan, 2025). A dívida externa, que saltou para patamares insustentáveis, exerce pressões crescentes sobre a economia egípcia (CEIC Data, 2025). Os megaprojetos apresentados como símbolos do renascimento nacional consomem recursos públicos em escala bilionária sem gerar os retornos prometidos, funcionando mais como instrumentos simbólicos do que como vetores de desenvolvimento sustentável. A pobreza, que nunca foi efetivamente enfrentada, aprofundou-se com as políticas de austeridade e a retração do gasto social. Politicamente, a excessiva personalização do poder e a ausência de canais institucionais de mediação tornam o regime vulnerável a crises de sucessão e a tensões internas à própria coalizão governante (Hassan, 2025). A “Nova República” egípcia revela-se, assim, uma construção paradoxal: aparentemente sólida em sua capacidade repressiva, mas estruturalmente frágil em suas bases econômicas e sociais.

Assim, o caso egípcio oferece lições que transcendem suas fronteiras. Ele demonstra que o autoritarismo não é apenas um resquício do passado, mas uma construção ativa do presente, capaz de se adaptar e se fortalecer mesmo diante de mobilizações populares massivas. A resiliência do regime não decorre de um suposto “excepcionalismo árabe” ou de déficits culturais, mas de configurações muito concretas de poder estatal, inserção internacional e disputa política. Ele revela que a dependência externa e o alinhamento geopolítico não são meros contextos, mas condições estruturantes da reprodução autoritária: sem o apoio dos Estados Unidos, das monarquias do Golfo e das IFIs, dificilmente o regime de al-Sisi teria conseguido impor os custos sociais de sua política econômica e sustentar a repressão necessária para mantê-la. Ele mostra, por fim, que a democracia não se reduz a eleições: sem o dismantelamento das estruturas herdadas e sem a construção de mediações

institucionais sólidas, o voto pode tornar-se apenas mais um instrumento de legitimação de velhas dominações.

Por fim, este trabalho conclui que: se a Primavera Árabe ensinou que ditaduras podem cair, a contrarrevolução egípcia ensina que elas também podem se recompor, e que compreender essa recomposição é condição necessária para qualquer projeto de transformação democrática substantiva. O Egito de al-Sisi não é, portanto, um ponto de chegada, mas um capítulo em aberto na história das lutas por liberdade e justiça social no mundo árabe. As estruturas que sustentam o regime – a economia militar, o neoliberalismo autoritário, o controle simbólico, o apoio internacional – são poderosas, mas podem não ser eternas. As contradições que elas geram podem, em algum momento, convergir para uma nova crise. Quando isso ocorrer, a memória de 2011, que o regime se esforça por apagar, poderá ressurgir como horizonte de possibilidade. Que esta dissertação possa contribuir, ainda que modestamente, para iluminar os contornos deste possível capítulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABD E. H. **Importance of The New Suez Canal**. Studies and research, 2014.

ABDELHALIM, A. **Sisi's Egypt Leans on Pharaohs and Megaprojects But Legitimacy Slips Away**. Dawn MENA, 2025.

ABUL-MAGD, Z. **Understanding SCAF**. The Cairo Review of Global Affairs, 2012.

_____. **Egypt's Military Business: The Need for Change**. Middle East Institute, 2015.

_____. **Militarizing the Nation: The Army, Business, and Revolution in Egypt**. Columbia University Press, 2017.

ACE. **Egypt: Parliamentary Elections and the Judiciary**. 2012.

ACHCAR, G. **The People Want: A Radical Exploration of the Arab Uprising**. University of California Press, 2013.

ADLY, A. **Authoritarian Restitution in Bad Economic Times: Egypt and the Crisis of Global Neoliberalism**. Geoforum, 2023.

ADLY, A.; RAMADAN, F. **The Egyptian Armed Forces and the Remaking of an Economic Empire**. Carnegie Endowment for International Peace, 2015.

AFRICAN BUSINESS. **Can Egypt's New Administrative Capital Defy the Sceptics?**. 2025. Disponível em: <https://african.business/2025/07/trade-investment/can-egypts-new-administrative-capital-defy-the-sceptics>

ALBRECHT, H.; SCHLUMBERGER, O. **'Waiting for Godot': Regime Change without Democratization in the Middle East**. International Political Science Review / Revue Internationale de Science Politique, vol. 25, no. 4, 2004.

AL-ALI, Z. **Egypt's Third Constitution in Three Years: A Critical Analysis**. Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2013.

AL-ANANI, K. **Upended Path: The Rise and Fall of Egypt's Muslim Brotherhood**. The Middle East Journal, 2015.

_____. **Rethinking the Repression-dissent Nexus: Assessing Egypt's Muslim Brotherhood's Response to Repression Since the Coup of 2013**, Democratization, 2019.

_____. **Sisi's Transnational Repression: Silencing Political Dissidents in Exile**. Arab Center Washington DC, 2022.

AL-ASSAR, R. S. **A Irmandade Muçulmana: Nação Sob o Cosmo Islâmico**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2010.

AL-JABRI, M. A. **Introdução à Crítica da Razão Árabe**. São Paulo. Editora: UNESP. 1999

_____. **Democracy, Human Rights and Law in Islamic Thought**. Londres: I. B. Tauris, 2008.

AL-JAZEERA. **Gulf States Must Repay Egypt Favour**. 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2011/2/17/gulf-states-must-repay-egypt-favour>.

_____. **Celebration in Egypt as Morsi Declared Winner**. 2012a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2012/6/24/celebration-in-egypt-as-morsi-declared-winner>.

_____. **Egypt Border Guards Killed in Sinai Attack**. 2012b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2012/8/5/egypt-border-guards-killed-in-sinai-attack>.

_____. **Egypt Constitution Approved by 98.1%**. 2014. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2014/1/24/egypt-constitution-approved-by-98-1-percent>.

_____. **Senior Muslim Brotherhood Leader Killed in Egypt**. 2016. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2016/10/4/senior-muslim-brotherhood-leader-killed-in-egypt>

AL JAZEERA CENTRE FOR STUDIES. **Mursi: Gains and Losses of the Battle over the Constitution**. Doha, 2012. Disponível em: <https://studies.aljazeera.net/en/positionpapers/2012/12/201212166202252244.html>.

_____. **Egypt's Salafi Nour Party: In Pursuit of Power or Religious Legitimacy?** Doha, 2014. Disponível em: <https://studies.aljazeera.net/en/reports/2014/03/20143261283362726.html>.

ALLISON, J. **Class Forces, Transition and the Arab Uprisings: Comparison of Tunisia, Egypt and Syria**. Democratization 22, 294–314. 2015.

ALVARES, M.; *et al.* **Classifying Political Regimes**. Studies in Comparative International Development, 1996.

AKKOYUNLU, K. **Electoral Integrity in Turkey: From Tutelary Democracy to Competitive Authoritarianism**. In: BAŞER, Bahar; ÖZTÜRK, Ahmet Erdi (eds.). *Authoritarian Politics in Turkey: Elections, Resistance and the AKP*. London: 2017.

AMIN, S. **Capitalism in the Age of Globalization: The Management of Contemporary Society**. Zed Book, London. 1997.

_____. **The US Imperialism and the Middle East**. The Politics of Imperialism and Counterstrategies, p. 154–196. Delhi: Aakar Books. 2004.

_____. **2011: A Primavera Árabe?** Monthly Review An Independent Socialist Magazine, v. 63, n. 5. 2011.

_____. **Samir Amin Reflects on Egypt**. Pambazuka News: Voices for Freedom and Justice, 2013a. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/samir-amin-reflects-egypt>.

_____. **The Implosion of Contemporary Capitalism.** NYU Press, 2013b.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, K. **How Egypt's Grandiose neo-Pharaonism Lends Legitimacy to its Strongman.** The New Arab, 2021.

ANDERSON, R. **Egypt Bids U.N. Debate MidEast.** The New York Times, 1971. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/1971/11/14/archives/egypt-bids-un-debate-mideast-cairo-will-ask-i-n-assembly-for-israeli.html>.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Egypt: Emergency Law Biggest Threat to Rights Since “25 January revolution.** 2011.

_____. **Human Rights in Egypt.** 2024.

ARAB CENTER WASHINGTON DC. **The US-Egypt Relationship Might Face a Reckoning.** 2023. Disponível em:

<https://arabcenterdc.org/resource/the-us-egypt-relationship-might-face-a-reckoning/>.

ARAB REPUBLIC OF EGYPT. **Anti-Terrorism Law.** 2015. Disponível em:

https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2015/09/Egypt_Anti-Terror_Law_Translation.pdf.

AUF, Y. **The state of emergency in Egypt: An exception or rule?.** Atlantic Council, 2018.

ATIA, M. **Building a house in heaven: pious neoliberalism and Islamic charity in Egypt.** University of Minnesota Press, 2013.

AZIZ, S. **U.S. Foreign Aid and Morsi's Ouster.** Middle East Institute, 2013.

BAKIS, K. J.; KARAKOÇ, J. **Authoritarianism in the Middle East: Before and After the Arab Uprisings.** Springer, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Negociações com o Clube de Paris.** 1999. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/dividarevisada/negociacoes_clube_de_paris.pdf.

BANCO MUNDIAL. **Egypt - Structural Adjustment Loan Project.** 1991..

_____. **Poverty and Inequality Platform - Egypt, Arab Rep.** 2025a.

_____. **Unemployment, total (% of total labor force) - Egypt, Arab Rep.** 2025b.

_____. **Inflation, GDP deflator (annual %) - Egypt, Arab Rep.** 2025c.

BANDEIRA, L. A. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** Civilização Brasileira, 2015.

BAKR, N. **The Egyptian Revolution**. In book: Change & Opportunities in the Emerging Mediterranean Publisher: Mediterranean Academy of Diplomatic Studies, 2012.

BBC. **Egypt Vote in Run-Off Election Amid Fraud Row**. BBC News, 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-11920528>.

_____. **Egypt Referendum Strongly Backs Constitution Changes**. BBC News, 2011a. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-12801125>.

_____. **Egypt's Free Egyptians Party**. BBC News, 2011b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-15899997>.

_____. **Egypt Leader Mursi Orders Army Chief Tantawi to Resign**. BBC News, 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-19234763>.

_____. **Sedki Sobhi Sworn in as Egypt's New Military Chief**. BBC News, 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-26774458>.

BERMEO, Nancy. **On Democratic Backsliding**. Journal of Democracy, Baltimore, v. 27, n. 1, p. 5–19, jan. 2016.

BOWER, E. **As Hunger Bites, is Egypt Ready to Turn its Back on its President?**. The Guardian, 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2023/oct/06/as-hunger-bites-is-egypt-ready-to-turn-its-back-on-its-president>.

BROOKE, S. **The Muslim Brotherhood's Social Outreach After the Egyptian Coup**. The Brookings Institution, 2015.

BROWN, N. J. **Constitutions in a Nonconstitutional World: Arab Basic Laws and the Prospects for Accountable Government**. 2002.

_____. **The Muslim Brotherhood's (and Egypt's) Qutb Conundrum**. Foreign Policy, 2010.

_____. **Egypt's Failed Transition**. Journal of Democracy, 2013a.

_____. **Egypt's Daring Constitutional Gang of 50**, Foreign Policy, 2013b.

_____. **Egypt Is in a State of Emergency. Here's What That Means for its Government**. Washington Post, 2017.

_____. **Views: Who Speaks for the Egyptian Soul? The Tension between Rulers and al-Azhar**, Rowaq Arabi 2023.

BROWN, N. J.; HATAB, S.; ADLY, A. **Lumbering State, Restless Society: Egypt in the Modern Era**. Columbia University Press, 2021.

BROWN, N. J.; EL-DIN SHAHIN, E. **Egypt**. Politics & society in the contemporary Middle East, Edited by: Angrist, 2010.

BROWN, W. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora XYZ, 2019.

_____. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.

CAIRO INSTITUTE FOR HUMAN RIGHTS STUDIES. **Egypt: Weaponizing Counter Terrorism Laws to Silence Human Rights Defenders**. 2021. Disponível em: <https://cihrs.org/egypt-weaponizing-counter-terrorism-laws-to-silence-human-rights-defenders/?lang=en>.

CAMPANINI, M. **Historia de Oriente Medio: De 1798 a Nuestros Días**: Lisboa: Editorial Teorema, 2007.

CAPASSO, M; KADRI, A. **The Imperialist Question: A Sociological Approach**. Middle East Critique, 2023.

CAREY, J; REYNOLDS, A. **Comparing the Arab Revolts: The Impact of Election Systems**. Journal of Democracy. vol. 22, 2011.

CARIDI, P. **Consensus-building in Al-Sisi's Egypt**. Istituto Affari Internazionali, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, ed. 9, v. 2, 2018.

CEIC Data. **Egypt External Debt, 1997 – 2025**. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/pt/indicator/egypt/external-debt>.

CHEIBUB, J. **Presidentialism, Parliamentarism, and the Survival of Democracy**. Yale University, 2006.

COKER, C. **The Rise of the Civilizational State**. Cambridge: Polity, 2019.

CONSTITUTION OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT 1971. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/3ae6b5368.html>. 22 set. 1971.

CONSTITUTION OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT 2012. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/Egypt/2012.pdf>. 26 dez. 2012.

CONSTITUTION OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT 2013. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/EgyptConstitution_Dec.pdf. 08 jul. 2013.

CONSTITUTION OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT 2014. Disponível em: https://adsdatabase.ohchr.org/Constitution_EN.pdf. 18 jan. 2014.

CONSTITUTION OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT 2014 WITH AMENDMENTS TROUGHT 2019. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/egy127542e.pdf>. 22 abr. 2019.b

COOPER, M. **The Transformation of Egypt**. London: Croom Helm. 1982.

COSTA, S. **A Geopolítica da Crise: Uma Análise da Política Estadunidense para a Primavera Árabe no Egito**. 2020

COX, E. **Neoliberalism and Revolution in Egypt**. E-international Relations, 2015.

CRISIS GROUP. **A Way Out of Egypt's Transitional Quicksand**. 2012a. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/ar/node/189>.

_____. **Lost in Transition: The World According to Egypt's SCAF**. 2012b. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/rpt/middle-east-north-africa/egypt/121-lost-transition-world-according-egypts-scaf>.

DAHER, J. **Understanding Capitalism in the MENA and the Process of Neoliberal Reform**. American University of Beirut. 2022.

DAHL, R. **Poliarquia. Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P; GUÉGUEN, H; LAVAL, C; SAUVÊTRE, P. **A Escolha da Guerra Civil: Uma outra História do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DARWISHEH, H. **Repression, Co-optation, and Legitimation: Authoritarian Resilience and Youth Movement Fragmentation in Sisi's Egypt**. Institute Developing Economies, 20025.

DORMAN W. J. **Exclusion and Informality: The Praetorian Politics of Land Management in Cairo (Egypt)**. International Journal of Urban and Regional Research, 2013.

DROZ-VINCENT, P. **Civilianizing the State: Reflections on the Egyptian Conundrum**. Middle East Institute, 2014.

DTIC. **Strategic Analysis Anwar Sadat and the 1973 October War**. Defense Technical Information Center, 2001.

DUNNE, M. **Egypt's Nationalists Dominate in a Politics-Free Zone**. Carnegie Endowment for International Peace, 2015.

EL-ADAWY, A. **Egypt's Crackdown and ElBaradei's Resignation**. The Washington Institute, 2013.

EL-MAHDI, R. **The Democracy Movement: Cycles of Protest**. In Egypt: the moment of change, Edited by: El-Mahdi, R. and Marfleet, P.87–102. London and New York: Zed Books, 2009.

_____. **Tahrir Square: The Complexity of an Assembly.** The Oxford Handbook of Peaceful Assembly, Oxford Handbooks, 2025.

EL-SADANY, M. **Highlights from Egypt's Draft Constitution.** Atlantic Council, 2013.

EL-SHAARAWY, B.; ABDEL-LATIF, M.; SALHEEN, M. **Understanding the Implications of Successive Waves of Currency Devaluation and Associated Government Reforms for Real Estate Market.** HBRC Journal, 2024.

EL-SHEIKH, M.; FAHIM, K. **Crackdown in Egypt Kills Islamists as They Protest.** The New York Times, 2013.

EL-SHERIF, N. **Sisi's Religious Conquest.** Open Democracy, 2014.

ESPOSITO, J. **El Desafío Islámico.** Madrid:Acento Editorial, 1996.

ESPOSITO, J; VOLL, J. **Islam and Democracy.** Oxford University Press, 1996.

FAHIM, K. **Candidate for President in Egypt Tempers His Expectations.** The New York Times, 2014.

FAHMI, G. **The Struggle for the Leadership of Egypt's Muslim Brotherhood.** Carnegie Endowment for International Peace, 2015.

FELDMAN, N. **Review: Constitutions in a Nonconstitutional World: Arab Basic Laws and the Prospects for Accountable Government.** International Journal of Constitutional Law, v. 1, 2003.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **The Egyptian Stabilization Experience: An Analytical Retrospective.** 1997.

_____. **IMF Executive Board Approves US\$12 billion Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility for Egypt.** 2016.

_____. **Arab Republic of Egypt: Request for Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility-Press Release; and Staff Report.** 2023.

_____. **Arab Republic of Egypt: 2025 Article IV Consultation, Fourth Review Under the Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility, Requests for Waivers of Nonobservance and Modification of Performance Criteria and Request for an Arrangement Under the Resilience and Sustainability Facility-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Egypt.** 2025

FRAIHAT, I.; YASEEN, T. **Evolving Trends in the Post-Arab Spring Era: Implications for Peace and Stability in the MENA Region.** Journal of Peacebuilding & Development, 2020.

FREEDOM HOUSE. **Egypt.** Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/egypt/freedom-world/2025>. 2025.

GAMAL, W. **Lost Capital: The Egyptian Muslim Brotherhood's Neoliberal Transformation.** Carnegie Middle East Center, 2019.

GEORGE, A. L.; Bennett, A. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences.** Harvard University, Cambridge, 2005.

GERSCHEWSKI, J. **The Three Pillars of Stability: Legitimation, Repression, and Co-optation in Autocratic Regimes.** 2013.

GERSHONI, I.; JAMKOWSKI, J. **Commemorating the Nation: Collective Memory, Public Commemoration, and National Identity in Twentieth-Century Egypt.** Chicago: Middle East Documentation Center, 2004.

GHOTME, R.; SICARD, N. **Neomubarakismo: al-Sisi y la Nueva Cara del Autoritarismo en Egipto.** Colombia International, 2016.

GILL, S. **Introduction: Global Crises and the Crisis of Global Leadership,** in *Global Crises and the Crisis of Global Leadership.* Cambridge University Press, 2011.

GLOBAL FIREPOWER. **Countries Ranking – 2025.** Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>.

GOLDBERG, E. **A New Political Dilemma for Egypt's Ruling Military.** The Washington Post, 2014.

GONÇALVES, L. E. F. **Egipto: Revolução e Contrarrevolução (2011-2015).** FUNAG, 2017.

GORDON, Joel. **Nasser's Blessed Movement: Egypt's Free Officers and the July Revolution.** New York / Oxford: Oxford University Press, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRESH, A. **O Egito entre a Revolução e a Contrarrevolução.** Le Monde Diplomatique, 2012.

HAMID, S. **Lessons for the Next Arab Spring.** Foreign Policy, 2023.

HARVEY, David. **Uma Breve História do Neoliberalismo.** Oxford: Oxford University Press. 2005a.

_____. **O Novo Imperialismo.** Loyola, ed. 2, 2005b.

HASSAN, M. **Doze Anos Levando os Egípcios à Pobreza.** Monitor do Oriente, ed. em português, 2025. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20250708-doze-anos-levando-os-egipcios-a-pobreza/>.

HATHOUT, H. **Viagem pela mente de um muçulmano.** Espanha: American trust publications, 2014.

HENDERSON, K.; GANGULY, R. **Mubarak's Fall in Egypt: How and why did it happen?** Strategic Analysis, 2015.

HOFFMAN, J. **Ten Years After Coup, the U.S. Still Supports Tyranny in Egypt.** Cato Institute, 2023.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOWARD, P. N.; HUSSAIN, M. M. **Democracy's fourth wave? Digital media and the Arab Spring.** Oxford University Press, 2013.

HOYLE, J. **To Govern, or Not to Govern? Opportunity and Post-Coup Military Behaviour in Egypt 2011–2014.** Democratization, 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Egypt: Repression, Rising Poverty in Sisi's Second Decade.** 2025.

_____. **Egypt: Retry or Free 12,000 After Unfair Military Trials.** 2011.

_____. **Egypt: New Constitution Mixed on Support of Rights.** 2012.

_____. **Egypt: Constitutional Amendments Entrench Repression.** 2019.

_____. **Egypt: No End to Systematic Repression.** 2022.

_____. **Egypt: Violations, Repression Upstage Presidential Vote.** 2023a.

_____. **Egypt: IMF Bailout Highlights Risks of Austerity, Corruption.** 2023b.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: Democratização no final do século XX.** 1991.

IEMED. **The economic impacts of the new Suez Canal.** IEMed Policy Studies. Barcelona, 2021.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **A Difficult Way Forward for Egypt.** Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/egypt/difficult-way-forward-egypt>.

JANSEN, J. **The Neglected Duty: The Creed of Sadat's Assassins.** RVP Press, 2013.

JOSUA, M.; EDEL, M. **How Authoritarian Rulers Seek to Legitimize Repression: Framing Mass Killings in Egypt and Uzbekistan.** Democratization, 2018.

_____. **The Arab Uprisings and the Return of Repression.** Mediterranean Politics, 2021.

KANDIL, H. **Soldiers, Spies, and Statesmen: Egypt's Road to Revolt.** Verso Books, 2012.

KENTEKLEY, N. **Egypt in a Time of Revolution: Contentious Politics and the Arab Spring.** Cambridge University Press, London, 2017.

KHATAB, K. **The Arab Spring: Where is Egypt now?** Significance, 2012.

KIRKPATRICK, D. **Morsi Defies Egypt's Ultimatum to Bend to Protest.** The New York Times, 2013a.

_____. **Ousted General in Egypt is Back, as Islamists' Foe.** The New York Times, 2013b.

_____. **Recordings Suggest Emirates and Egyptian Military Pushed Ousting of Morsi.** The New York Times, 2015.

KLEIN, N. **Let Them Drown: The Violence of Othering in a Warming World.** London Review of Books, 2016.

KOŞAK, Ç. **How Does the Military Dominate Politics in Egypt?.** School of Social Sciences, Istanbul Şehir University, Istanbul, 2016.

KOHLER, K. **Factionalism in the Security Sector: The Dawn of a New Order?.** Italian Institute for International Political Studies, 2020.

KUIMOVA, A. **Understanding Egyptian Military Expenditure.** Stockholm International Peace Research Institute, 2020.

LACHAPELLE, J. **Repression Reconsidered: Bystander Effects and Legitimation in Authoritarian Regimes.** Comparative Politics, 2022.

LIMA, J.G.V. **Irmandade Muçulmana: da fundação à derrubada de Mubarak.** Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 14, n. 27. 2018.

LOMBARDI, C. B. **Constitutional Provisions Making Sharia 'A' or 'The' Main Source of Legislation: Where Did They Come from? What Do They Mean? Do They Matter?** In: Constitutionalism in Islamic Countries: Between Upheaval and Continuity. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LOSURDO, D. **Democracy or Bonapartism: Two Centuries of War on Democracy.** London: Verso Books, 2024.

LÖWY, M. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado.** Actuel Marx, 18, 1995.

MACHEDA, F. **Neoliberal Economics and Imperialist Ideology.** The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism, 2021.

MAGALONI, B. **Credible Power-Sharing and the Longevity of Authoritarian Rule.** Comparative Political Studies, 2008.

MANDOUR, M. **El-Sisi's Silent Revolution: How Militarized State Capitalism is Widening the Class Divide in Egypt.** Middle East Democracy Center, 2024.

MANSOUR, T. **Egypt's 1952 Revolution: Seven Decades on, Military Autocracy Endures.** The New Arab, 2022. Disponível em: <https://www.newarab.com/analysis/egypts-1952-revolution-seven-decades-military-rule>.

MARSHALL, S. **The Egyptian Armed Forces and the Remaking of an Economic Empire.** Carnegie Endowment for International Peace, 2015.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

METZGER, F. **Egito e Turquia no século XXI: das ilusões democráticas às autocracias reais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

MIDDLE EAST COUNCIL ON GLOBAL AFFAIRS (MEC). **Egypt's new development plan perpetuates IMF policies.** 2024. Disponível em: https://mecouncil.org/blog_posts/egypts-new-development-plan-perpetuates-imf-policies/.

MIDDLE EAST MONITOR. **Sisi Appoints Sons in Key Roles to 'Protect his Throne'.** 2018. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20180723-sisi-appoints-sons-in-key-roles-to-protect-his-throne/>.

MIDDLE EAST EYE. **Egypt: How Sisi's Repression and Stagnation Will Continue in 2025.** 2025. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/egypt-sisi-repression-stagnation-continue-2025>.

MIKHAIL, A. **Hazem el-Beblawi, Egypt's Interim Prime Minister.** Atlantic Council, 2013.

MITCHELL, R. P. **The Society of Muslim Brothers.** New York: Oxford University Press, 1993.

MITCHELL, T. **Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity.** Berkeley: University of California Press, 2002.

MOMANU, B. **Egypt's IMF Program: Assessing the political economy challenges.** Brookings Doha Center Publications, 2018.

MONEM, A. S. **State and Revolution in Egypt: The Paradox of Change and Politics.** Massachusetts: Crown Center for Middle East Studies, Brandies University, 2012.

MONSON, C. **Infitah and the Modernization of Egypt.** Sigma: Journal of Political and International Studies: V. 2. 1984.

MORSY, A. **Transitional Justice: Egypt's Way Forward.** Middle East Institute, 2013.

MOUFFE, C. **Por um Modelo Agonístico de Democracia.** Rev. Sociol. Polít., v. 25, 2005.

NAGARAJAN, K.V. **Egypt's Political Economy and the Downfall of the Mubarak Regime.** International Journal of Humanities and Social Science, v. 3 n. 10. 2013.

NAGUIB, R. **The Leader as Groom, the Nation as Bride: Patriarchal Nationalism under Nasser and Sisi**. Middle East – Topics and Argument, 2020.

NASR, S. H. **The Study Quran**. San Francisco, California: Harper One, 2015.

NASSER, G. A. **The Philosophy of the Revolution**. Buffalo: Smith, Keynes & Marshall. 1959.

NON-ALIGNED MOVEMENT. **History**. 2025. Disponível em: <https://nam.go.ug/history>.

NORMAN, J. **Neoliberal Globalisation and the “Arab Spring”; One Facet of a Global Movement?**. E-International Relations, 2014.

NUGENT, E. **The Psychology of Repression and Polarization in Authoritarian Regimes**. Middle East Initiative, 2018.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C. **Transition from Authoritarian Rule: Tension about Uncertain Democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press. 1986.

O'DONNELL, G. **Democracy, Law, and Comparative Politics**. Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, 2000.

_____. **Human Development, Human Rights, and Democracy**. In: O'DONNELL, Guillermo; VARGAS CULLELL, Jorge; IAZZETTA, Osvaldo M. (eds.). *The Quality of Democracy: Theory and Applications*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

OSMAN, T. **Egypt on the Brink: From the Rise of Nasser to the Fall of Mubarak**. New Haven and London: Yale University Press, 2011.

OTTAWAY, M. **Abdicating Responsibility: Political Parties in Egypt**. Wilson Center, 2021.

_____. **Egypt and the Allure of Military Power**. Wilson Center, 2022.

PACIELLO, M. C. **Economic and Social Policies in Post-Mubarak Egypt**. 2013.

PILLAY, N. **The Rule of Law and the New Egyptian Constitution**. *Liverpool Law Rev.* 135–155, 2014.

PINTO, M. **Mapping the Obama Administration's Response to the Arab Spring**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2012.

PINTO, P. G. Hilu da Rocha. **Islã: religião e Civilização: Uma Abordagem Antropológica**. Aparecida, SP: Editora Santuário. 2010.

PRESIDENCY OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT. **King Farouk**. 2025a. Disponível em: www.presidency.eg/en.

PRESIDENCY OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT. **Mohamed Naguib**. 2025b. Disponível em: www.presidency.eg/en.

PRESIDENCY OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT. **Mohamed Morsi**. 2025c. Disponível em: www.presidency.eg/en/.

PRESIDENCY OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT. **Aldy Mansour**. 2025d. Disponível em: www.presidency.eg/en/.

PRESIDENCY OF THE ARAB REPUBLIC OF EGYPT. **Abdel Fattah al-Sisi**. 2025e. Disponível em: www.presidency.eg/en/.

QUTB, S. **The America That I Have Seen**. In Kamal Abdel-Malek (org.), *America in an Arab Mirror. Images of America in Arabic Travel Literature: An Anthology, 1895-1995*.

_____. **Normas no Caminho do Islã**. São Paulo: Movimento da juventude islâmica Abu BakrAssidik, 1992.

REIS, G. S. **Como Morre a Democracia**. Breviário de Filosofia Pública, n. 140, p. 97-104, 2015.

_____. **Introdução: Democracia e Instituições Políticas Contemporâneas**. In: LOUREIRO, Gustavo do Amaral et al. (Orgs.). *Como chegamos ao contexto atual: Dilemas e perspectivas sobre Ciência Política e Relações Internacionais*. Belo Horizonte: Initia Via, p. 154-173. 2019.

RESTA, V. **The Effect of Electoral Autocracy in Egypt's Failed Transition: a Party Politics Perspective**. Italian Political Science Review/Rivista Italiana Di Scienza Politica. 2019.

REUTERS. **U.S. Sees Egypt's Tantawi as Resistant to Change**. 2011. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-egypt-military-idUSTRE71A5KH20110211/>.

RIVLIN, P. **Egypt's Economy After the Elections**. Middle East Economy, 2011.

RODRIGUES, J. M. **Ascensão e Queda da Irmandade Muçulmana no Egito**. Lusíada. Política Internacional e Segurança, n 12, 2015.

ROLL, S. **A Missed Opportunity: Germany and the IMF Agreement with Egypt**. In: *The Impact and Influence of International Financial Institutions on the Economies of the Middle East and North Africa*. Tunis: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

_____. **Managing Change: How Egypt's Military Leadership Shaped the Transformation**. Mediterranean Politics, 2016.

RUTHERFORD, B. K. **Egypt after Mubarak: Liberalism, Islam, and Democracy in the Arab World**. Princeton, Princeton University Press, 2013.

_____. **Egypt's New Authoritarianism Under Sisi**. The Middle East Journal 72 (2): 185–208, 2018.

_____. **Understanding Change in Egypt's Social Contract Since 2011**. Mediterranean Politics, 2023.

SADIKI, L. **Routledge Handbook of the Arab Spring: Rethinking Democratization**. London: Routledge, 2014.

SAID, E. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAIDIN, M. **Rethinking the ‘Arab Spring’: The Root Causes of the Tunisian Jasmine Revolution and Egyptian January 25 Revolution**. *International Journal of Islamic Thought*, 13, 69-79, 2018.

SAIDIN, M.; STORM, L. **The Challenges of Regime Change and Political Transition in Egypt and Libya after the Arab Uprisings: Critical Reviews of Factors and Implications**. *Cogent Arts & Humanities*, v. 11, n. 1, 2024.

SALAH, A. **Egypt's History of Erasing Presidents from Mohamed Naguib to Mohamed Morsi**. *The New Arab*, 2019.

SÁNCHEZ, J. **Money and Banking in the United Arab Republic**. IMF eLibrary, 1965.

SANTOS, K. **Islã e Modernidade: As Reformas de Sayyid Qutb e o ideal de jihad**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

SARIHAN, A. **Is the Arab Spring in the Third Wave of Democratization? The Case of Syria and Egypt**. *Turkish Journal of Politics*, 2012.

SARTORI, G. **A Teoria da Democracia Revisitada: O Debate Contemporâneo**. São Paulo, Editora Ática, 1994.

SAYIGH, Y. **Above the State: The Officers' Republic in Egypt**. Carnegie Middle East Center, 2012.

_____. **Owners of the Republic: An Anatomy of Egypt's Military Economy**. Carnegie Endowment for International Peace, 2019.

_____. **Retain, Restructure, or Divest? Policy Options for Egypt's Military Economy**. Carnegie Endowment for International Peace, 2022.

_____. **The Changing Role of the Egyptian Military Under el-Sisi**. Italian Institute for International Political Studies, 2023.

_____. **The Second Republic: The Remaking of Egypt Under Abdel-Fattah el-Sisi**. Carnegie Endowment for International Peace, 2025a.

_____. **Aiding and Abetting Egypt's Behavior**. Carnegie Endowment for International Peace, 2025b.

SCAF. **English Version of the 2011 Interim Constitution of the Arab Republic of Egypt**, 2011. Disponível em: https://constitutionnet.org/sites/default/files/2011_-egypt_interim_constitution_english_.pdf.

SCHEDLER, A. **Electoral Authoritarianism**. Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences, 2015.

SEDGWICK, Mark. **Traditionalism: The Radical Project for Restoring Sacred Order**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

SELIM, G. **Egypt Under SCAF and the Muslim Brotherhood: The Triangle of Counter-Revolution**. Arab Studies Quarterly , v. 37, n. 2, 2015.

SHARP, J. **Egypt: Background and U.S. Relations**. United States Congressional Research Service, 2015.

SHENKER, J. **The Egyptians: A Radical Story Of Egyptians Unfinished Revolution**. London, The New Press, 2016.

SHERIF, S. **The Era of Nasser Between Unity and Arab Cold Wars**. Dipartimento di Studi Umanistici, Università per Stranieri di Siena, 2023.

SIPRI. **Understanding Egyptian Military Expenditure**. 2020.

SMET, B. De. **A Dialectical Pedagogy of Revolt: Gramsci, Vygotsky, and the Egyptian Revolution**. Leiden, The Netherlands: Koninklijke Brill, 2015.

_____. **Gramsci on Tahrir: Revolution and Counterrevolution in Egypt**. London, Pluto Press, 2016

SOLIMAN, S. **The Autumn of Dictatorship: Fiscal Crisis and Political Change in Egypt under Mubarak**. Stanford, CA: Stanford University Press. 2011.

_____. **The Political Economy of Mubarak's Fall', in Arab Spring in Egypt: Revolution and beyond**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2012.

SPRINGBORG, R. **President Sisi's Delegative Authoritarianism**. The International Spectator, vol. 51, 2015.

_____. **Egypt**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STACHER, J. **Adaptable Autocrats: Regime Power in Egypt and Syria**. Redwood City: Stanford University Press, 2012.

STASAVAGE, D. **The Decline and Rise of Democracy**. New York, NY: Cambridge University Press. 2020.

STATE INFORMATION SERVICE YOUR GATEWAY TO EGYPT. **Egypt's Mega Projects Great Opportunity for Foreign Companies: Sisi**. 2021.

STATISTA. **Gross Domestic Product (GDP) of African Countries in 2024**. 2024.

STEPAN, A. **Tunisia's Transition and the Twin Tolerations**. Journal of Democracy, v. 23, n. 2, p. 89-103, 2012.

STEUER, C. **Le Role des Élections**. In: LACROIX, S.; ROUGIER, B. (Ed.) *L'Égypte en révolutions*. Paris, Presses Universitaires de France, 2015.

SUEUR, J. **Algeria since 1989: Between Terror and Democracy**. Zed Books, 2013.

SUEZ CANAL AUTHORITY. **New Suez Canal**. Ismailia, 2015.

TARKO, P. **Crony Capitalism: Rent Seeking, Institutions and Ideology**. Kyklos, vol. 67, 2014.

TELHAMI, S. **Arab Public Opinion: A Survey in Six Countries**. Anwar Sadat Chair for Peace & Development, 2003.

THE GUARDIAN. **Barack Obama keynote speech Egypt**. 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/jun/04/barack-obama-keynote-speech-egypt>.

THE NATION. **Egypt Extends Emergency by Two Years**. 2008. Disponível em: <https://www.nation.com.pk/27-May-2008/egypt-extends-emergency-by-two-years>.

THE NEW ARAB. **Egypt Targets Dissidents Abroad, Punishes Families at Home: Report**. 2026. Disponível em: <https://www.newarab.com/news/egypt-targets-critics-abroad-punishes-families-home-report?amp=1>.

THE NEW HUMANITARIAN. **A Guide to Egypt's First Post-Revolution Elections**. 2011. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/news/2011/11/03/guide-egypt-s-first-post-revolution-elections>.

TJDFT. **Considerações sobre a Teoria dos Freios e Contrapesos (Checks and Balances System)**. 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos>.

TRAGER, E. **Egypt's New Elections Laws: Another Democratic Setback**. The Washington Institute for Near East Policy, 2011a.

_____. **Egypt's Military Tribunals: Illiberal and Destabilizing**. The Washington Institute for Near East Policy, 2011b.

TUDOROIU, T. **Assessing Middle Eastern trajectories: Egypt after Mubarak**. Contemporary Politics, v. 17, n. 4, p. 373–391, 2011.

UNDP. **Instituições Financeiras Internacionais**. 2025. Disponível em: <https://www.undp.org/node/414831>.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Secretary Clinton to Deliver Remarks at the Annual U.S.-Islamic World Forum in Washington on April 12.** 2011. Disponível em: <https://state.gov/>.

VOICE OF AMERICA. **New Egyptian Capital is Flagship Project for President Sisi.** 2024. Disponível em: <https://www.voaafrica.com/a/new-egyptian-capital-is-flagship-project-for-sisi/7426565.html>.

VOLPI, F.; STEIN, E. **Islamism and the State After the Arab Uprisings: Between people Power and State Power.** Democratization, , 2015.

WICKHAM, C. R. **The Muslim Brotherhood: Evolution of an Islamist Movement.** Princeton: Princeton University Press, 2013a.

WOLF, A. **Political Islam in Tunisia: The History of Ennahda.** London : Oxford University Press, 2017.

_____. **The Muslim Brotherhood after Morsi.** Foreign Affairs, 2013b.

YASSER, A. **Cotton Losses in Egypt: Who Protects the Farmer from the Government?.** Zawia3, 2025.

YERKES, S. **Geopolitics and Governance in North Africa: Local Challenges, Global Implications.** Edinburgh University Press, 2023.

ZAHREDDINE, D.; PIRES, G. **A Irmandade Muçulmana Egípcia: Aspectos Transnacionais e Nacionais de Sua Atuação Política.** Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016.